UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Araraquara
Faculdade de Ciências e Letras

Fábio Borges

As relações do Brasil com os países Amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula (1995-2010): possibilidades e problemas do regionalismo aberto

Texto para Defesa ao Doutorado em Sociologia apresentado ao Departamento de Pós-graduação em Sociologia na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (FCLAr), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Área de concentração: Sociologia do Desenvolvimento.

Orientador: Profesor Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

ARARAQUARA

2011

A Comissão Julgadora da Tese de Doutorado em Sociologia, em sessão pública realizada em 17 de junho de 2011, considerou o candidato Fábio Borges _____.

1. Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos _____

2. Prof. Dr. Argemiro Procópio Filho _____

3. Prof. Dra. Janina Onuki _____

4. Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre _____

5. Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes _____

É melhor começar, creio, lembrando aos principiantes que os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. É claro que tal divisão é a convenção predominante entre os homens em geral, oriunda, suponho, do vazio do trabalho que os homens em geral hoje executam. Mas o estudante terá reconhecido que, como intelectual, tem a oportunidade excepcional de estabelecer um modo de vida que estimule os hábitos do bom trabalho (...) (MILLS, Wright., 1965, p. 211-212)[1]

Os homens querem "consonância cognitiva" naquilo que sabem, assim como naquilo que desejam. Querem que seu mundo faça sentido, que componha um todo compreensível e controlável, ou pelo menos tolerável. Neste desejo de consonância cognitiva, suprimem ou rejeitam informações que não se enquadram em sua imagem do mundo; ou procuram fazer dele, consciente ou inconscientemente, uma imagem mais simplificada, que lhes pareça clara, compreensível, e coerente, e que alivie seus sentimentos de desorientação, frustração, alienação e ansiedade (DEUTSCH, Karl; 1978, p. 73)[2]

[1] MILLS, Wright. "Do artesanato intelectual" In: _____ **A imaginação sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
[2] DEUTSCH, Karl. **A análise das relações internacionais**. Brasília: UNB, 1978.

Agradecimentos:

Ao meu pai Edison Antônio Borges (com seu espírito sonhador) e minha mãe Conceição Aparecida Borges (por toda sua sabedoria). Minha irmã Andréa Borges por todo seu carinho. Minha irmã Daniela Aparecida Borges, seu marido Fábio e meus lindos sobrinhos Matheus, Maitê, Duda; Mariana; Luan, Marcos e Marcelo.

Ao meu estimado orientador Prof. Dr. Enrique Amayo Zevallos por ter influenciado todo o meu processo de amadurecimento intelectual nesses últimos 11 anos, com leituras sempre atentas e rigorosas. Também por todo seu apoio a minha internacionalização, sempre apostando em minha capacidade de superar obstáculos culturais e lingüísticos. Além disso, por ter sido decisivo em minha experiência como Pesquisador Visitante no *Center for Iberian and Latin American Studies* (CILAS), *University of California*, San Diego (UCSD), EUA, entre 2009 e 2010 contando com o apoio de sua linda família: Santiago, Ann Marie, Marleia, Micaela e Alan.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que possibilitou a oportunidade de concretizar o doutorado na pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara e a já citada ótima experiência de ter financiado meus estudos no CILAS, *University of California*, San Diego (UCSD). Especificamente agradeço à Professora Dra. Christine Hunefeldt, diretora do CILAS na época, por ter me aceito em sua instituição e por ter sido minha orientadora em meu período no CILAS. Também agradeço a gentil e prestativa bibliotecária da UCSD Karen Lindvall-Larson.

As professoras Dra. Karina Lilia Pasquariello Mariano e Dra. Luciana Togeiro de Almeida que deram uma contribuição enorme em minha qualificação. Aos membros de minha banca de doutorado por gentilmente terem aceitado ao convite: Prof. Dr. Argemiro Procópio Filho; Prof. Dra. Janina Onuki; Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre; Prof. Dr. Sebastião Neto Ribeiro Guedes**.** Também aos amigos suplentes: Prof. Dr. Marcos Alan F.dos S.Ferreira; Prof. Dr. Petrônio De Tilio Neto.

Agradeço a meus grandes amigos Leandro Pasini, Ivo Yoshida e Maria Teresa Arana Zegarra por suas valiosas sugestões teóricas.

Ao meu amigo e quase irmão, Norton M. V. dos Santos por todo seu apoio pessoal. Aos meus velhos amigos de "República" em Araraquara: Antonio Barretto e Rafael Bertolin. Minhas amigas de longa data Luciana Tsukada e Vanderléia Radaelli.

Aos meus amigos de Araraquara: Leonardo e Bia com os quais tive o prazer de dividir moradia; Matheus Silveira, parceiro de muitas cervejas assistindo futebol e conversas alto astrais; Paulo Gustavo e Natali, casal mais divertido que conheço; Sylvia e Elielson por toda confiança que me depositaram no período em que estive morando em sua casa; Alexandre (por seu refinado gosto

futebolístico) e Sabrina; Dado, parceirinho 100%. Todos tornaram minhas idas e vindas para Araraquara muito agradáveis.

Aos meus amigos do Núcleo de Pesquisa sobre a Amazônia e o Pacífico (NPPA): Josimar, Ina, Felipe, Pedro, Samuel, Rogério, Giovanni em Araraquara e Helena, Daniel Antiquera e Jefferson em São Paulo.

Resumo:

Essa tese avalia as relações do Brasil com os países amazônicos no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). Será estudado o conceito de Regionalismo Aberto (RA) proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos 1990. Identificaremos as possibilidades e problemas resultantes da política externa brasileira com seus vizinhos da região amazônica que em parte é influenciada pelo conceito de RA. A principal hipótese é que o processo de integração com os países amazônicos é bastante desequilibrado em favor do Brasil tanto do ponto de vista comercial como do investimento. É possível identificar uma convergência de interesses entre a diplomacia e alguns setores empresariais brasileiros, especialmente as construtoras que atuam na América do Sul. A lógica da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) proposta em 2000 pelo Brasil na primeira reunião da história entre presidentes Sul-americanos ilustra essa aproximação de interesses entre diplomacia e empresários brasileiros. O RA aplicado na região amazônica apresenta tanto possibilidades quanto problemas, os quais serão demonstrados nessa pesquisa.

Palavras chaves: Regionalismo Aberto; Amazônia; Integração; Desequilíbrios; CEPAL.

Abstract:

This thesis examines the relations between Brazil and the Amazon countries in the governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Lula da Silva (2003-2010). It will be studied the concept of Open Regionalism (RA) proposed by the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) in the 1990s. We will identify opportunities and problems resulting from the Brazilian foreign policy with its neighbors in the Amazon region that is partly influenced by the concept of RA. The main hypothesis is that the process of integration with Amazon countries is quite unbalanced in favor of Brazil in terms of commercial and also investment. It is possible to identify a convergence of interests between diplomacy and some business sector in Brazil, especially the construction companies that operate in South America. The logic of the Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) proposed in 2000 by Brazil in the first meeting in history among South American presidents illustrates this approach of interest between diplomacy and Brazilian businessmen. The RA applied in the Amazon region presents both opportunities and problems, which will be demonstrated in this research.

Key-words: Open Regionalism; Amazon; Integration; Asymmetries; ECLAC.

Sumário

Apresentação: 15

Hipóteses da Tese: 17

Introdução: Regionalismo Aberto e algumas reflexões 18

Capítulo 1: Heterogeneidade Regional e a política externa brasileira nos governos Cardoso e Lula 29

1.1- Panorama econômico e social dos países amazônicos..... 30

1.2- A Política Externa Brasileira nos governos FHC e Lula: um primeiro balanço..... 38

Capítulo 2: As relações bilaterais do Brasil com os países Amazônicos (1995-2010) 54

2.1- O Comércio Brasileiro com o mundo 55

2.2- As relações do Brasil com a Bolívia (1995-2010)..... 67

2.2.1 – Crise Brasil e Bolívia em 2006: a questão da nacionalização do gás 70
2.2.2- A posição boliviana na crise de 2006 72
2.2.3- A posição brasileira diante da crise com a Bolívia em 2006..... 73

2.3- As relações do Brasil com a Colômbia (1995-2010) 77

2.3.1- Relações distantes do Brasil com a Colômbia: sub-imperialismo brasileiro? 80
2.3.2- Os conflitos Colômbia e Brasil: a questão da segurança regional 81
2.3.3- Questões amazônicas e ambientais: problemas e oportunidades nas relações entre Brasil e Colômbia..... 83

2.4- As relações do Brasil com o Equador (1995-2010)..... 87

2.4.1- A participação brasileira na solução do conflito entre Equador e Peru 91
2.4.2- A crise Brasil e Equador: o caso Odebrecht em 2008 92
2.4.3- Projetos de cooperação entre Brasil e Equador..... 93

2.5- As relações do Brasil com o Peru (1995-2010) 95

2.5.1- Brasil e o conflito territorial histórico entre Peru e Equador..... 99
2.5.2- As relações de Cardoso e Alberto Fujimori: democracia?..... 101
2.5.3 -IIRSA: a força do grande capital e as resistências populares..... 102

2.6- As relações do Brasil com a Venezuela (1995-2010)..... 105

2.6.1- Possível entrada da Venezuela no Mercosul: possibilidades e riscos 108
2.6.2- Parceiros ou competidores: luta por protagonismo na América do Sul?..... 109
2.6.3- Socialismo do século XXI? 113

Capítulo 3: A política brasileira para os países Amazônicos (1995-2010): o caso da IIRSA ... 116

3.1 – Introdução 116

3.2- Estrutura, funcionamento e polêmicas da IIRSA 118

3.3- Construtoras brasileiras na América do Sul: a Lei Geral da Acumulação Capitalista132

3.3.1- Norberto Odebrecht 136
3.3.2- Camargo Corrêa 140
3.3.3- Andrade Gutierrez 145

3.4- Setor da soja e o regionalismo aberto: casamento perfeito? 156

Conclusões: resultados e problemas da política brasileira na Amazônia 159

Bibliografia 162

Anexos 172

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dados gerais da Amazônia em seu conjunto 32
Tabela 2: PIB dos países amazônicos (1995-2009) 33
Tabela 3: Crescimento % do PIB dos países amazônicos (1995-2009) 34
Tabela 4: Investimento Externo Direto (IED) nos paises amazônicos (1995-2009) 35
Tabela 5: PIB per capita (Paridade e Poder de Compra) nos países amazônicos (1995-2008) 35
Tabela 6: Inflação nos países amazônicos (1995-2009) 36
Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os países amazônicos em 2005 36
Tabela 8: Tendências do IDH nos países amazônicos (1975-2005) 37
Tabela 9: População abaixo da linha de pobreza humana nos países amazônicos 1990-2005 37
Tabela 10: Comércio do Brasil com o Mundo (1994-2010) 55
Tabela 11- Principais mercados de destino das Exportações Brasileiras (2005) 57
Tabela 12: Principais Mercados de Destino das Exportações (2010) 59
Tabela 13: Comércio do Brasil com a América do Sul Exclusive Mercosul (1996-2010) 61
Tabela 14: Principais Mercados Fornecedores ao Brasil (2010) 63
Tabela 15: Participações de cada Estado brasileiro no total das exportações (2010) 65
Tabela 16: BC do Brasil em relação à Bolívia 67
Tabela 17: Exportações e Importações entre o Brasil e a Bolívia em anos selecionados: 69
Tabela 18: BC do Brasil em relação à Colômbia 77
Tabela 19: Exportações e Importações entre o Brasil e a Colômbia em anos selecionados: 79
Tabela 20: BC do Brasil em relação ao Equador 87
Tabela 21: Exportações e Importações entre o Brasil e o Equador em anos selecionados: 89
Tabela 22: BC do Brasil em relação ao Peru 97
Tabela 23: Exportações e Importações entre o Brasil e o Peru em anos selecionados: 98
Tabela 24: BC do Brasil em relação à Venezuela 105
Tabela 25: Exportações e Importações entre o Brasil e a Venezuela em anos selecionados: 107
Tabela 26: Agenda de Implementação Consensuada (2005-2010) 123
Tabela 27: Evolução das obras da AIC (2005-2010) 124
Tabela 28: Verba para partidos políticos em 2009 134
Tabela 29: Ranking das principais construtoras brasileiras em 2010 135
Tabela 30: ODEBRECHT – Indicadores Econômico-Financeiros em 2006 136
Tabela 31: ODEBRECHT – Receita Bruta (2002-2009) 136
Tabela 32: CAMARGO CORRÊA – Receita Bruta (2001-2009) 140

Tabela 33: CAMARGO CORRÊA – Empregados 2009 141
Tabela 34: ANDRADE GUTIERREZ – Evolução da Carteira de Contratos 145
Tabela 35: ANDRADE GUTIERREZ – Receita Bruta (1999-2009) 145
Tabela 36: ANDRADE GUTIERREZ – Número de Funcionários 2007 147
Tabela 37: Complexo de Soja: exportações brasileiras (2007-2010) 157

Índice de Mapas e Gráficos

Mapa 1: Amazônia em seu conjunto 30
Mapa 2: Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) 121
Mapa 3: Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010 122
Mapa 4: ODEBRECHT – Principais obras na América do Sul 2010 137
Mapa 5: ANDRADE GUTIERREZ - Principais obras na América Latina 2008 146

Gráfico 1: Evolução da Balança Comercial Brasileira (2001-2010) 56
Gráfico 2: Participação % das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (2000-2009) 56
Gráfico 3: Principais mercados de destino das Exportações Brasileiras (2005) 57
Gráfico 4 – Participação % das Exportações por Bloco Econômico (2005) 58
Gráfico 5: Principais Mercados de Destino das Exportações (2010) 59
Gráfico 6: Principais Mercados de Destino das Exportações (2010) 60
Gráfico 7: Corrente de Comércio do Brasil com a América do Sul Exclusive Mercosul (1996-2010). 61
Gráfico 8: Principais Mercados Fornecedores ao Brasil (2010) 63
Gráfico 9: Participação % das importações brasileiras por Bloco Econômico em 2010 64
Gráfico 10: Exportação por porte de Empresa - Participação % sobre o valor de 2009 66
Gráfico 11: BC do Brasil em relação à Bolívia 68
Gráfico 12: Corrente de Comércio do Brasil em relação à Bolívia 68
Gráfico 13: BC do Brasil em relação à Colômbia 78
Gráfico 14: Corrente de Comércio do Brasil em relação à Colômbia 78
Gráfico 15: BC do Brasil em relação ao Equador 88
Gráfico 16: Corrente de Comércio do Brasil em relação ao Equador 88
Gráfico 17: BC do Brasil em relação ao Peru 97
Gráfico 18: Corrente de Comércio do Brasil em relação ao Peru 98
Gráfico 19: BC do Brasil em relação à Venezuela 106
Gráfico 20: Corrente de Comércio do Brasil em relação à Venezuela 106
Gráfico 21: Evolução do Investimento estimado da AIC (2004-2010) 124

Lista de Siglas

AIC - Agenda de Implementação Consensuada

ALADI – *Asociación Latinoamericana de Integración*

ALAS - Associação Latino-americana de Sociologia

ALBA - Alternativa Bolivariana para as Américas

ALCSA - Área de Livre Comércio da América do Sul

ARSAC – Amazônia, Região Sul-americana Compartilhada

BC – Balança Comercial

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CEDLA - *Centre for Latin American Research and Documentation*

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CIDE - *Centro de Investigación y Docencia Económicas*

CILAS - *Center for Iberian and Latin American Studies*

COBAN - *Comisión Binacional de Alto Nivel*

CSN - Comunidade Sul-americana de Nações

DEM – Partido político Democratas

EIA - Estudos de Impactos Ambientais

EID - Eixos de Integração e Desenvolvimento

ESP – Jornal O Estado de São Paulo

FARC – Forças Revolucionárias da Colômbia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais

FOBOMADE - *Foro Boliviano sobre Médio Ambiente y Desarrollo*

FSP – Jornal Folha de São Paulo

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IED - Investimento Externo Direto

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INVESP - *Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos*

Mercosul - Mercado Comum do Sul

MOMEP - Missão de Observadores Militares Equador-Peru

MRE - Ministério de Relações Exteriores do Brasil

NAFTA - *North American Free Trade Agreement*

ONG – Organizações Não Governamentais

OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PDVSA - *Petróleos de Venezuela S.A.*

PIB - Produto Interno Bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPP - Parcerias Público Privadas

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PV – Partido Verde

RA - Regionalismo Aberto

RAISG - *Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada*

SEA - *Strategic Environmental Assessment*

SNIP - *Sistema Nacional de Inversión Pública*

SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SUNY - *State University of New York*

TPE - Transformação Produtiva com Equidade

UCSD - Universidade da Califórnia, San Diego

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNASUR - União das Nações Sul-americanas

UNB – Universidade de Brasília

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USD – Dólares estadunidenses

USP – Universidade de São Paulo

YPFB - *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*

Apresentação:

Desde sua origem em 1948 a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) buscou estudar e propor políticas para uma melhor inserção internacional dos países dessa região. Nos anos 1970 as crises do petróleo e a dificuldade de se obter crédito internacional dificultaram a estratégia desenvolvimentista liderada pelo Estado na industrialização dos países Latino-americanos o que explicaria a diminuição da influência da CEPAL sobre os governos regionais. Os anos 1980 foram marcados pela ampla presença das idéias neoliberais na condução das políticas dos países Latino-americanos, porém sem grande eficiência em combater os problemas da estagnação econômica e do desemprego (ANDERSON, 1995). Já nos anos 1990, diante da crise do paradigma neoliberal, a CEPAL novamente vai retomando certa influência tentando se diferenciar do neoliberalismo, mas também buscando atualizar suas propostas de acordo com o novo contexto internacional mais liberalizado e integrado.

Nesse cenário as propostas de Transformação Produtiva com Equidade (TPE) e do Regionalismo Aberto (RA) ganham força e influência em alguns governos da região, com destaque para o Brasil e a sua opção de priorizar a integração com seus vizinhos, concretizado com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, um bloco econômico composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. E assim o Mercosul começa a evoluir de forma paralela a outro grande processo de integração Sul-americana, a Comunidade Andina de Nações (CAN) que integra os países Andinos que compartilham com o Brasil a Amazônia (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela – até o ano de 2006) até culminar na União da América do Sul (UNASUL) em 2004.

Ao mesmo tempo a década de 1990 assistiu a ascensão da Ásia como a região econômica com o maior dinamismo no mundo, com destaque para a China e seu crescimento. Do ponto de vista geopolítico, o Brasil enfrenta um problema por não possuir acesso à Bacia do Pacífico, onde se localiza o atual eixo dinâmico da economia mundial. Nesse sentido o Brasil começou novamente a buscar essa saída para o Pacífico (que já os portugueses tentaram no período colonial) através de uma aproximação com seus vizinhos amazônicos (especialmente Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) por eles propiciarem a possibilidade de construção de vias de acesso ao Pacífico.

Além disso, desde os anos 1970s a região Amazônica (compartilhada por oito países independentes: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - e de uma colônia - Guiana Francesa) é de crescente importância geopolítica e geoeconômica, tanto por seus recursos humanos e naturais, mas também pelos seus problemas transnacionais como o tráfico de drogas, o desflorestamento e biopirataria que geram pressões pela internacionalização de sua gestão (AMAYO, 1993 e PROCÓPIO, 1999 e 2005).

Dessa maneira, poderíamos dizer que a política externa brasileira teria dois eixos de integração na América do Sul na década de 1990: o eixo sul representado pelo Mercosul e o eixo norte representado pelos países Amazônicos (que tem como centro a CAN). Enquanto o primeiro possui vantagens econômicas no curto prazo, o segundo apresenta vantagens estratégicas de longo prazo pelas razões mencionadas anteriormente (AMAYO, 2007) e que serão aprofundadas depois.

Diante dos escassos estudos focados nas relações do Brasil com os países amazônicos, esta tese procura analisar a aplicação do conceito de Regionalismo Aberto nessa região, identificando as possibilidades e problemas resultantes da política externa brasileira com seus vizinhos do eixo norte de integração.

Nossa análise compreenderá especialmente o período dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010) por considerarmos a política externa desses presidentes as mais engajadas nos processos de integração regional, ainda que tenha colhido frutos de projetos iniciados em governos anteriores, como o próprio Mercosul ilustra.

Na introdução faremos uma análise bibliográfica do Regionalismo Aberto. No primeiro capítulo construiremos um "Panorama econômico e social dos países amazônicos" destacando a sua "Heterogeneidade Regional". Também avaliaremos o papel do Brasil na integração Sul-americana identificando suas possibilidades e fragilidades.

No capítulo segundo estudaremos "As relações bilaterais do Brasil com os países Amazônicos (1995-2010)", buscando identificar semelhanças e diferenças nos padrões de suas relações com cada um dos países amazônicos selecionados nesta pesquisa, a saber: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, e Venezuela. A razão dessa escolha foi em virtude da dimensão das relações do Brasil com esses paises serem muito mais representativas do que as suas relações com a Guiana e o Suriname, que também formam parte na Amazônia.

No capítulo terceiro focaremos "A política brasileira para os países Amazônicos (1995-2010): o caso da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana" (IIRSA). Nesse capítulo buscaremos avaliar as possibilidades e limites para a liderança brasileira nesse processo de integração destacando quais são as empresas que estão se beneficiando mais.

Por fim, nas conclusões faremos um balanço final sobre as "Possibilidades e problemas da política brasileira na Amazônia".

Hipóteses da Tese:

A prioridade na integração regional tem trazido bons resultados comerciais para o Brasil nos últimos quinze anos, beneficiando especialmente o setor exportador. Com a proposta da IIRSA em 2000 algumas grandes empresas brasileiras (especialmente as construtoras) também estão tendo oportunidades de investimentos lucrativos na América do Sul. Nesse sentido **há uma convergência de interesses entre a diplomacia e empresários brasileiros na integração regional**[3]. Por muito tempo prevaleceu a visão que existia um insulamento burocrático da diplomacia brasileira, mas justamente no período analisado nessa tese acontece o processo da pluralização no processo de formulação da política externa brasileira, além do fenômeno chamado de "diplomacia presidencial". Ou seja, essa convergência pode ser vista como fruto dessa modificação no processo de decisão da política externa brasileira, onde temos a presença de mais atores e com uma agenda internacional mais complexa (CASON & POWER, 2009; KEOHANE & NYE, 2001).

A integração brasileira com os demais países amazônicos está facilitando o acesso à Bacia do Pacífico para o Brasil com a aproximação ao eixo mais dinâmico da economia mundial que é a Ásia, especialmente a China. Por outro lado, **o processo de integração com os países amazônicos é bastante desequilibrado em favor do Brasil**, **podendo gerar descontentamentos nesses parceiros estratégicos**.

Além disso, é necessária uma visão de quem está sendo beneficiado internamente no Brasil com esse modelo de integração Sul-americana. **A hipótese nesse nível é que um pequeno grupo de grandes empresas está colhendo os melhores frutos desse processo, o que explica também a reação de crítica ao Brasil que surge nos vizinhos que o acusam de uma política sub-imperialista. Isso porque os países limítrofes apresentam a percepção de que o Brasil está pensando em integração puramente em razão de seus interesses econômicos e políticos, não apresentando contrapartidas compensatórias para eles participarem desse processo**.

Diante disso, a análise crítica da proposta da CEPAL dos anos 1990 e de sua parcial aplicação na política externa brasileira na América do Sul (BURGES, 2007, p. 1348-1352) nos apresentam como campos a serem aprofundados para uma melhor compreensão das virtudes e fraquezas desse modelo. A nossa pesquisa dará ênfase aos países amazônicos dentro desse processo de integração Sul-americano.

[3] Uma perspectiva comparativa que poderia servir de base para essa análise, seria a feita por Andrew Moravcsik (1993) onde avalia como os interesses de grupos internos de cada país europeu criaram uma demanda por integração na região. Nesse sentido, o autor enfatiza a negociação que ocorreu no âmbito doméstico entre governo e grupos de interesse. As professoras da PUC-Rio, Mônica Herz e Andréa Ribeiro Hoffmann, explicam que: "A formação de preferências dentro de cada sociedade terá um impacto sobre a possibilidade de cooperação no nível internacional e sobre a formação de instituições internacionais, gerando demandas que governos buscarão responder no âmbito intergovernamental" (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 57-58).

Introdução: Regionalismo Aberto e algumas reflexões

O primeiro tema importante ao se pensar no conceito de Regionalismo Aberto é retomar algumas indagações clássicas nos campos da Economia Política Internacional e da Sociologia do Desenvolvimento. Longe de uma visão consensual, ainda existem muitas divergências, como por exemplo, nas questões se a liberalização comercial contribui para a prosperidade econômica ou se o livre comércio estimula a igualdade (HAAS; HIRD; MCBRATNEY, 2010 e DUPAS, 2005).

Nesse sentido é interessante recordar e debater a teoria das vantagens absolutas no clássico **A riqueza das Nações** de Adam Smith (1776), onde defende que o livre comércio leva a ganhos de escala, maior divisão do trabalho e especialização, incrementando a produtividade, portanto, resultando no aumento da riqueza mundial. Complementando esse debate temos a teoria das vantagens comparativas que foi desenvolvida originalmente por David Ricardo em seu livro publicado em 1817 com o título de **Princípios de Economia Política e Tributação**, onde argumenta que o comércio internacional é estritamente o resultado das diferenças internacionais na produtividade do trabalho (GONÇÁLVES; BAUMANN et all, 1998, p. 3-16).

É significativo ressaltar que a própria CEPAL se consolidou criticando essa teoria ricardiana, especialmente o economista e um dos fundadores na Instituição, Raul Prebisch em seu clássico de 1949 "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais" (PREBISCH, 2000). Desde então a teoria da deterioração dos termos de troca entre Centro e Periferia, com o argumento que as leis trabalhistas eram mais protetoras nos países desenvolvidos (maior organização sindical) e a questão da inserção internacional periférica e da vulnerabilidade externa, permearam o pensamento cepalino. Isso impulsionou a industrialização latino-americana e também a evolução de seu pensamento até a proposta de RA dos anos 1990 analisada por nós nessa tese.

Porém, analisando o modelo chamado "Ricardiano", os economistas Paul R. Krugman, do *Massachusetts Institute of Technology*, e Maurice Obstfeld, da Universidade da Califórnia, elaboraram modelos matemáticos que demonstraram claramente que se realmente cada país produzisse o bem no qual apresentasse vantagens comparativas (ou seja, menores custos de produção em relação aos mesmos bens do exterior, não necessariamente sendo menor seu custo absoluto) todos sairiam ganhando com o comércio internacional (KRUGMAN & OBSTFELD, 2001, p. 13-37).

Aqui vale ressaltar que se trata de menores custos relativos, isso quer dizer que um país, por exemplo, pode ter vantagens de produtividade em todos os setores da economia em relação a outro. Isso não significa que o segundo país não possa produzir nada, para obter ganhos no comércio

internacional, mas sim que ele deve se concentrar em seus produtos que estejam mais próximos do nível de produtividade do outro país.

Com uma certa razão, Krugman e Obstfeld argumentam (p. 25) que "não existe escassez de ideias confusas na economia" e que é normal políticos, empresários e mesmo economistas fazerem afirmações inadequadas à análise econômica detalhada. Nesse sentido, buscam esclarecer algumas concepções que acreditam serem equivocadas sobre as vantagens comparativas.

Começando pela questão da produtividade e competitividade, dizem que é comum escutar que "o livre comércio é benéfico somente se o seu país é suficientemente forte para enfrentar a concorrência estrangeira", no entanto, argumentam que a falha nesse raciocínio é que não consegue entender a essência do modelo Ricardiano que é elucidar que os ganhos do comércio dependem das vantagens comparativas e não das vantagens absolutas. Nesse sentido, (p. 37) exemplificam que há duas maneiras de demonstrar que o comércio beneficia um país:

> Primeiro, podemos imaginar o comércio como um método indireto de produção. Em vez de produzir um bem para o consumo interno, o país pode produzir outro bem e comercializá-lo pelo bem desejado. Esse modelo simples mostra que, sempre que um bem é importado, deve ser verdade que essa "produção" indireta requer menos trabalho que a produção direta. Segundo, podemos mostrar que o comércio aumenta as possibilidades de consumo de um país, levando a ganhos do comércio.

O segundo argumento que consideram equivocado é o do empobrecimento do trabalho. Os economistas dizem que é comum escutar que "a concorrência estrangeira é desonesta e prejudica outros países quando baseada em salários baixos", principalmente dos sindicatos dos trabalhadores que visam à proteção da concorrência internacional (KRUGMAN & OBSTFELD, p. 26).

Em uma pergunta provocativa, dizem "Há algo de errado em basear as exportações de um país em salários baixos?". Acrescentam que não é uma posição atraente para se manter, mas a idéia de que o comércio é bom apenas quando se recebem salários altos seria a última falácia que iriam analisar.

Argumentam que é comum se dizer que "o comércio explora um país e o torna pior economicamente se seus trabalhadores recebem salários muito mais baixos que os trabalhadores de outras nações". Acrescentam que este argumento é freqüentemente expresso de forma emocional e exemplifica que um jornalista comparou os US$ 2 milhões de renda do principal executivo da rede de roupas *The Gap* com os US$ 0,56 pagos por hora aos trabalhadores da América Central que produzem algumas dessas roupas.

Analisando que poderia parecer frieza a tentativa de justificar os assustadores baixos salários pagos a muitos trabalhadores em nível mundial, argumenta que se questionarmos a conveniência do livre comércio, o ponto central não é perguntar se os trabalhadores de baixos salários merecem

receber mais, mas sim se eles e seu país estariam pior economicamente com a exportação de bens baseados em baixos salários em vez de se recusarem a participar deste comércio predatório e também deveria questionar qual seria a alternativa? Concluindo, dizem:

> O jornalista que apontou os contrastes nas rendas entre executivos de *The Gap* e os trabalhadores que fazem as roupas estava furioso com a pobreza dos trabalhadores da América Central. Porém negar a eles a oportunidade de exportar e comercializar pode significar condená-los a uma pobreza ainda mais profunda (KRUGMAN & OBSTFELD, p. 27).

Até aqui nos parece que os argumentos da teoria das vantagens comparativas e da conveniência do comércio com ganhos mútuos dos países são muito consistentes, porém acreditamos que a fragilidade está situada na tentativa de divorciar a economia da política e da sociedade. Um questionamento é se esse rigor nos argumentos da teoria é suficiente para explicar a realidade ou se existem muitos elementos ideológicos por detrás dela? Algumas considerações e reflexões nos parecem interessantes, principalmente porque o princípio das vantagens comparativas é muito usado nas negociações visando promover o livre comércio.

Enrique Arceo, doutor em economia pela Universidade de Paris, discute o livre comércio, exportações e crescimento econômico pela visão do *main stream* dos economistas norte-americanos. Essa visão se assenta sobre a premissa que para as novas condições imperativas da economia mundial, o crescimento dos países periféricos depende de sua abertura econômica e financeira, e conseqüentemente da expansão das suas exportações. Porém, argumenta que esta afirmação não é uma conseqüência da teoria das vantagens comparativas, pois a mesma somente demonstra, a rigor, que o livre comércio otimiza a alocação de recursos em nível mundial, mas não estabelece uma relação direta entre livre comércio e crescimento. Segue dizendo que:

> O fato de que a nova divisão do trabalho tenha lugar dentro da indústria manufatureira serve para que a visão dominante deixe de lado boa parte dos argumentos que sustentaram na periferia as políticas de industrialização orientadas para o mercado interno: deterioração dos termos de troca, incapacidade do setor exportador gerar empregos suficientes e incorporar tecnologias, etc. Ainda mais que isso, este fato tem se transformado em um poderoso elemento de crítica a políticas para o mercado interno. Afirma-se que a especialização industrial conforme as vantagens comparativas exige, em geral, menos capital por trabalhador em atividades substitutivas de importações mais complexas e permite um maior crescimento do emprego, especialmente do não qualificado, o qual possibilita reduzir mais rapidamente a pobreza e aumentar a igualdade na distribuição da renda (ARCEO, 2003, p. 17).

Arceo conclui que se impõe assim novamente uma visão linear do desenvolvimento. Os países industrializados estabelecem, deixando-se atuar livremente o mercado, o caminho que devem percorrer o resto dos países. Nesse sentido, a teoria diz que à medida que o capital se torna mais abundante em um país periférico e a mão de obra não qualificada relativamente mais escassa, a produção se sustenta e se desloca espontaneamente para atividades mais complexas e intensivas

em capital, que exigem maiores níveis de qualificação e possibilitam retornos mais elevados. A mobilidade de capital para os países onde este é mais escasso possibilita que este processo tenha lugar em lapsos históricos excepcionalmente breves, levando a uma rápida convergência para os níveis de investimentos do centro para a periferia.

Porém, esse autor (p. 30) nos chama atenção para o fato que a segmentação internacional da produção não está acompanhada de uma disseminação das capacidades tecnológicas e acrescenta:

> A fragmentação dos processos produtivos reduz a gama de conhecimentos e experiência requeridos por cada um deles e a transmissão dos encadeamentos produtivos para trás e para adiante fora das fronteiras, ficando limitada a transferência tecnológica realizada pela transnacional a sua filia local ou ao integrante de suas redes de contratações, encapsulada dentro da mesma empresa ou rede. Existe, sem dúvida, em alguns casos, processos de capacitação da mão de obra e quadros médios e de geração de economias externas que podem eventualmente favorecer a progressiva constituição de subsistemas. Mas o controle básico das capacidades tecnológicas segue radicado nas empresas multinacionais e na ausência de um grupo empresarial local resulta difícil que sejam efetivamente apropriadas e difundidas na economia local (ARCEO, p. 30).

Para finalizar é importante dizer que a visão dominante na economia hoje defende o livre comércio e as vantagens comparativas dando o exemplo do crescimento do Sudeste Asiático. Porém, Arceo (p. 24) argumenta:

> O crescimento está longe, em conseqüência, de ser nestes países resultado da mera ação do mercado. Surge de uma estratégia deliberada de industrialização por trás da verificação de que, em condições de livre comércio, pese o baixo nível de salários, os custos tornavam impossível a competitividade e a decisão de outorgar as atividades consideradas prioritárias em cada momento a proteção, o subsídio, o crédito, etc. necessário para seu desenvolvimento, ficando sujeitas a medidas de estímulo ao estrito cumprimento das normas de desempenho que se fixam como meta baixo a atenta vigilância da burocracia, porém também dos empresários, interessados no uso eficiente dos recursos escassos destinados as atividades e empresas selecionadas.

Conclui dizendo sobre o crescimento do Sudeste Asiático que se trata de um processo que tem múltiplas similitudes com o crescimento japonês pós-guerra que pouco tem que ver com a remissão que efetua o modelo hegemônico com um crescimento impulsionado e orientado pelo mercado[4].

Mario Esteban Carranza, professor de Ciência Política na Universidade do Texas, fez uma interessante discussão sobre "o antigo estilo da integração" questionando se ele foi bem sucedido ou um fracasso. Por exemplo, ele aponta que as atuais análises do "antigo" regionalismo na América Latina são muito negativas, responsabilizando o Modelo de Substituição de Importações (MSI), um modelo fechado de desenvolvimento, pelo fracasso da integração, enquanto por comparação, o "novo regionalismo" é apresentado como mais preparado para eliminar tanto as barreiras tarifárias quanto

[4] Uma interessante análise da especificidade do Estado Desenvolvimentista Latino-americano em comparação com os do Sudeste Asiático, ver Arceo (p. 32-36). Todas as traduções de outros idiomas ao português são de exclusiva responsabilidade do autor.

as não tarifárias ao comércio, e, portanto projetado para alcançar a integração com a economia mundial mais do que para se proteger dela. Porém o mesmo autor, citando Albert Hirschman, explica que a distinção entre o "modelo de desenvolvimento voltado para fora" (*outward-looking*) e o "modelo de desenvolvimento voltado para dentro" (*inward-looking*) carregam um julgamento de valor na literatura inglesa: positiva, no caso do "desenvolvimento voltado para fora"; e negativo para o "desenvolvimento voltado para dentro". *Desarrollo hacia adentro* em espanhol tem uma conotação positiva porque, ao invés de autarquia e introversão, ele evoca a imagem de abertura desse desenvolvimento para o interior e para o mercado doméstico (CARRANZA, 2000, p. 46-52).

Diante desse cenário, desde os anos 1990 a CEPAL vem recomendando a "Transformação Produtiva com Equidade" (TPE) e o Regionalismo Aberto (RA) como estratégias de desenvolvimento para os países Latino-americanos, para uma inserção internacional mais adequada (CEPAL, 1994; ROSENTHAL, 1995; FAJNZYLBER, 2000; OTTONE, 2006).

O Regionalismo Aberto significa que a integração serviria para uma melhor inserção das economias da América Latina no cenário internacional e não apenas na própria região. Essa estratégia seria mais eficiente que a do Regionalismo Fechado que prevaleceu até os anos 1980 que visava diminuir o problema da deterioração dos termos de troca, sendo o mercado regional uma válvula de escape dos bens nacionalmente produzidos e pouco competitivos em termos mundiais. Nesse sentido o modelo partia de dentro e fechava-se na própria região, vista como mera extensão do mercado interno (CEPAL, 1994; HURRELL, 1995).

O chamado Regionalismo Aberto já é percebido como um instrumento do Estado para alcançar o desenvolvimento sustentável e a equidade social, ao alavancar os níveis de competitividade e produtividade em escala regional, ao promover e explorar as complementaridades econômicas entre os países do subcontinente e permitir uma harmonização de políticas e de normas que garantam um melhor acesso de suas economias ao mercado mundial (CEPAL, 1994; HURRELL, 1995).

Segundo Ricardo Bielschowsky (2000, p, 63-64), economista brasileiro e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o "neo-estruturalismo" cepalino recuperou a agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, porém **adaptando-se** aos novos tempos de abertura e globalização. Completa a idéia dizendo que a CEPAL dos anos 90 avaliou que no passado houve, em muitos países, demasiada complacência com a inflação e que os novos tempos exigem alterações na forma de intervenção do Estado na economia, buscando-se ampliar sua eficiência. Segue:

> São tempos de "compromisso" entre a admissão da conveniência de que se ampliem as funções do mercado e a defesa da prática de intervenção governamental mais seletiva. **O "compromisso" permite que a análise e as proposições de políticas voltem aos temas caros à CEPAL, ou seja, o progresso técnico e distribuição de**

> **renda, abrindo diálogo à direita e à esquerda do espectro teórico e ideológico internacional** (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 63-64, minhas ênfases).

No documento da CEPAL de 1994 se enfatiza a conquista de maior competitividade "autêntica", baseada em incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico ao processo produtivo como um contraponto à chamada competitividade "espúria" a qual seria denotar capacidade de competir baseada na desvalorização cambial e baixos salários, e **um abuso e depredação de recursos naturais** (FAJNZYLBER, 2000 e BIELSCHOWSKY, 2000, minhas ênfases).

> O caráter sistêmico da competitividade é enfatizado, aí incluída toda uma rede de vinculações entre agentes produtivos e infraestrutura física e educacional, e entre aumento de produtividade e elevação do padrão de vida da população como um todo. (...) A indústria permanece como eixo da transformação produtiva, mas enfatizando-se suas articulações com a atividade primária e de serviços (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 64).

Acrescenta que é proposto que o estilo de intervenção estatal seja alterado, mas ressalva-se que isso não significa aumentar ou diminuir o papel do Estado, senão "aumentar seu impacto positivo sobre a eficiência e eficácia do sistema econômico em seu conjunto". Além disso, se recomenda uma maior abertura da economia, gradual e seletiva, como meio de introduzir o progresso técnico e o aumento da produtividade. Nas suas palavras:

> A proposta vem cercada de importantes qualificações. A abertura tem que viabilizar, ao mesmo tempo, a expansão das importações e das exportações, o que implica graduar a abertura em função da disponibilidade de divisas e harmonizar a política cambial com as políticas de proteção tarifária e de promoção das exportações, de modo a conferir neutralidade de incentivos entre produção para o mercado interno e para as exportações (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 65).

O mesmo autor ressalta que a dimensão de mais difícil tratamento analítico na tese da TPE são as relações entre crescimento, emprego e equidade, "um tema que continua desafiando permanentemente a CEPAL" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 65). Nesse sentido argumenta:

> O contexto é novo, mas permanecem vigentes as preocupações estruturalistas com a vulnerabilidade externa, aí incluída, destacadamente, a vulnerabilidade financeira. Também faz parte da agenda de discussão da CEPAL o diagnóstico da solidariedade ou antagonismo que esse novo modelo de inserção tem em suas relações econômicas e sociais. Em princípio, as relações entre, por um lado progresso técnico e reestruturação produtiva e, por outro, emprego e distribuição de renda configuram a mesma agenda de investigação de cinqüenta anos atrás. O contexto é novo, mas reaparecem os espaços analíticos para as tradicionais preocupações estruturalistas com o subemprego e insuficiência de um crescimento sustentado. **No entanto, conforme se argumentou, a intenção expressa pela agenda da TPE ainda não se refletiu em avanços suficientes na reflexão cepalina sobre o tema da equidade** (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 67, minhas ênfases).

Nesse mesmo sentido, estou em acordo quando Bielschowsky diz que no campo de políticas públicas "há muito espaço para aperfeiçoamentos por parte da CEPAL". E conclui que a TPE "teve um direcionamento essencialmente 'normativo'" e que é necessário buscar um maior entendimento

sobre os processos de transformações em curso, de modo a respaldar adequadamente essas políticas. Diz que:

> De certa forma, o direcionamento adotado representou um uso limitado do principal ativo intelectual cepalino, que é o **método histórico-estruturalista**. O laboratório de experiências inovadoras em que a América Latina se transformou a partir das reformas generalizadas nos anos 1990, junto com o novo cenário mundial, **oferece um campo fértil para trabalhos de investigação com esse enfoque metodológico** (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 68, minhas ênfases).

Um dos autores que trabalha nessa perspectiva crítica é Fernando Ignacio Leiva (2008), diretor do grupo *Globalization Studies* na *State University of New York* (SUNY). Faz interessantes críticas ao modelo chamado de "Regionalismo Aberto". A pergunta central que ele faz é se esse paradigma constitui uma alternativa genuína ao neoliberalismo ou se é uma forma mais sofisticada de consolidar o sistema existente.

A ideia que o pensamento da CEPAL estava muito próximo do neoliberalismo foi fortemente criticada pelo economista e importante pensador cepalino Fernando Fajnzylber (1994). Ele argumentava que existiam quatro **aparentes** similaridades entre a proposta neoliberal e a proposta cepalina: a primeira se referia a que era preciso introduzir mudanças urgentes na condução econômica, a segunda se relacionava com a importância que se colocava na inserção internacional dos países latino-americanos, a terceira com a necessidade de se modificar o papel do Estado nessa nova fase de desenvolvimento e a quarta, o equilíbrio macroeconômico.

Porém Fajnzylber argumentava que essas semelhanças eram mais de forma do que de conteúdo. A primeira diferença estava no método de elaboração da proposta, onde a CEPAL partiria da realidade de crise dos anos 1980 e proporia políticas comparando o desenvolvimento latino-americano com experiências de outros lugares. Já o neoliberalismo se fundamentava nas condições que requereriam o capitalismo para que uma economia funcionasse bem, ou seja, era necessário que se modificasse a realidade para que ela se encaixasse no modelo teórico proposto [5].

A segunda diferença se referia ao tema da equidade. Na proposta neoliberal se supôs que esse tema seria resolvido pela via do funcionamento do mercado, ainda que se introduzissem programas de alívio da pobreza extrema. Porém advertiu que na América Latina a pobreza extrema afetava uma porcentagem muito importante da população. O que foi fundamental na teoria da CEPAL é que a **equidade se considerava necessária para a competitividade**, ou seja, defendeu que com níveis graves de desigualdade, a competitividade perderia vigência no médio prazo.

A terceira diferença envolve o progresso técnico. Na proposta da CEPAL o progresso técnico é central; um processo de aprendizado que incorpora distintos protagonistas, entre os quais existe

[5] FAJNZYLBER, Fernando. "*La CEPAL y el neoliberalismo: entrevista a Fernando Fajnzylber*". In: _____ ***Revista de la CEPAL***, n. 52, 1994.

uma sinergia que requer tempo e **convergência de propósitos**. A quarta diferença tem a ver com a modalidade de inserção internacional. O já citado protecionismo espúrio como contraponto ao protecionismo de aprendizado. Compara que no neoliberalismo se ressaltava a importância da inserção internacional e das exportações, sem introduzir distinção alguma, porque não incluía o progresso técnico como tema central.

A quinta diferença se referia à articulação produtiva. Disse que a indústria tinha um papel crucial por ser portadora e difusora de progresso técnico, porém seria necessário que se articulasse com os demais setores. Explicou que na proposta neoliberal se parte do suposto da neutralidade intersetorial, ou seja, seria indiferente qual a atividade produtiva que se impulsionasse. A sexta diferença estaria no tema da coordenação público-privado. Para o neoliberal seria importante o chamado "Estado mínimo", enquanto para o cepalino era o Estado também que tinha um papel importante no apoio ao progresso técnico.

A sétima diferença estaria na questão do equilíbrio macroeconômico. Na proposta da CEPAL esta é uma condição necessária, mas não suficiente. E por fim, a oitava diferença estaria na ideia que a transformação produtiva com equidade é central em um regime político democrático enquanto na proposta neoliberal seria mais uma questão de preferência de um regime político específico.

Nesse sentido, Leiva explicou que a publicação do texto ***Changing Production Patterns with Social Equity*** pela CEPAL (1990) buscou substituir o "fundamentalismo de mercado" e humanizar o "capitalismo selvagem" imposto por décadas do dogmatismo neoliberal do *laissez faire* na região. Adiciona que a CEPAL e o neoestruturalismo Latino-americano afirmam terem com sucesso combinado crescimento econômico, equidade social e democracia política no sentido que a América Latina poderia plenamente aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização do século XXI. Como resultado, um grande número de observadores afirma o triunfo de "uma postura mais pragmática, a política do possível" ter se tornado a tendência dominante no continente Latino-americano. Diz que:

> (...) portanto na passagem do estruturalismo para o neoestruturalismo, a transição da "antiga CEPAL" de Raúl Prebisch e Celso Furtado para a "nova CEPAL" de Fernando Fajnzylber, Gert Rosenthal e José Antonio Ocampo, **o neoestruturalismo tem implementado mudanças consideráveis em sua abordagem e estrutura. Embora tais modificações tenham permitido ao neoestruturalismo conquistar relevância política, isso também exigiu um alto preço: uma aliança da solidez da CEPAL com o *status quo*, entorpecendo a sua capacidade de investigar a "estrutura profunda" do capitalismo Latino-americano do século XXI**" (LEIVA, 2008, p. xvii, p. 21 e 22, minha ênfase).

Leiva também apontou o que ele chamou de "reversões chaves de princípios estruturais" (*reversing key structural tenets*):

> Primeiro, ao invés de ser a raiz e o mecanismo propagador do subdesenvolvimento econômico, a internacionalização da estrutura produtiva e comercial foi bem vinda e vista como a principal rota para se alcançar a modernização produtiva. Anteriormente concebido como um mecanismo para aprofundar o subdesenvolvimento, o capital estrangeiro e as corporações transnacionais agora se tornaram os instrumentos chaves para a mudança técnica e modernização produtiva. Alcançar uma competitividade sistêmica e uma inserção dinâmica no mercado global agora depende da indução do capital privado transnacional e doméstico para desempenhar seu papel neo-Schumpeteriano atribuído por Fajnzylber e pela "nova CEPAL". Segundo, capitalistas privados, firmas privadas, e o mercado (não o Estado ou seu papel em socializar o excedente econômico para assegurar sua eficiência social, como a análise do capitalismo periférico de Prebisch explicava) foram transformados em atores chaves do desenvolvimento econômico (...) A "nova CEPAL" reconceitualizou o papel das políticas públicas e do Estado que garantindo o equilíbrio macroeconômico assegurou uma grande coordenação entre produtores privados e melhor articulação entre as iniciativas privadas e públicas, gerenciando os conflitos advindos da globalização, e sobre tudo, controlando a energia social e o sistema da sociedade pelo requisito da competitividade internacional. Terceiro, a lógica da distribuição foi separada da lógica da acumulação orientada para a exportação. Maior igualdade não poderia ser o resultado de reformas sociais, mas viria do crescimento das exportações e da economia (LEIVA, 2008, p. 34-35).

Ainda Leiva (p. 89) considera cinco "atos de omissão" encravados nas noções centrais dos fundamentos do neoestruturalismo Latino-americano: (1) a promessa de perspectivas favoráveis para se mover em direção a grande estrada para a globalização; (2) a promoção do "Regionalismo Aberto"; (3) a possibilidade de se alcançar a "transformação produtiva com equidade" dentro dos marcos do regime atual de acumulação orientado para as exportações; (4) a suposta dicotomia entre uma competitividade "espúria" contra uma "genuína", tanto no nível das empresas quanto de países; e (5) os benefícios alcançados através do consenso da competitividade internacional construída por trás da orientação ao mercado externo pelos diferentes atores.

Focando nos atos de omissão que consideramos mais relacionados com essa tese, explicando o segundo ato de omissão, Leiva argumenta que a integração liderada pelas corporações leva a desapropriação e a coisificação (*commodification)* ainda mais crescente dos aspectos da vida social, e não a modernidade. Sobre o terceiro ato de omissão ele mostra que as decisões de investimento e controle sobre o excedente econômico estão nas mãos de uma ainda menor minoria que no passado, poderosas empresas e instituições financeiras transnacionais. Em sua opinião as conexões entre as exportações, condições de trabalho, controle, pobreza e desigualdade têm sido subestudadas pela CEPAL[6]. Conclui:

> Exportações requerem grande controle sobre os custos ou a expansão da flexibilidade do trabalho; trabalhadores não consomem o que eles produzem; a renda e juros acumulados vão para uma ainda menor minoria transnacionalizada; o crescimento das exportações não está gerando emprego; e a transnacionalização e financeirização concentram a renda em proporções que não podem ser contra-balançadas por amigáveis políticas públicas promovidas pelo *status quo*.

[6] Ibid., p. 100. Nos anos 1970s Francisco de Oliveira já tinha feito essa mesma crítica. Mais detalhes ver: OLIVEIRA, Francisco de. "Crítica da Razão dualista" In: _____ **Novos Estudos CEBRAP**, n. 2, 1972.

Outra interessante discussão feita por esse autor foi sobre a existência de uma clara dicotomia entre uma competitividade espúria versus uma genuína. A primeira seria baseada na compressão dos custos do trabalho e desvalorizações cambiais enquanto a segunda seria baseada na produtividade crescente e na inovação tecnológica. Porém Leiva (p. 106 e 113) explicou que a produtividade do trabalho pode ser intensificada pela extensão do uso do trabalho, da reorganização da produção e não apenas pela inovação tecnológica. Conclui dizendo que "o capital sempre acha caminhos para combinar produtividade (genuína competição) com estratégias de corte de custos do trabalho (espúria competição) das mais criativas maneiras"[7].

Finalmente, o mesmo autor afirma que a concepção liberal do Estado pelo neoestrututalismo como sedimento da racionalidade social ignora tanto o caráter da luta de classes dentro do Estado assim como o papel fundamental que essa concepção desempenha para assegurar as condições da reprodução da acumulação do capital. Afirma:

> A promoção da governança participativa através de acordos trabalhistas, uma abordagem de capital-social, e outras formas de alianças do Estado com a sociedade civil, leva a um regime neo-hegemônico que não necessariamente fortalece o caráter democrático da sociedade ou da economia. (...) as políticas sociais objetivam civilizar o pobre como consumidor de serviços e de uma cidadania auto-regulada (Ibid., p. 118)[8].

Apesar de estar de acordo com a maioria das críticas de Leiva, uma questão permanece não respondida: Qual modelo concreto existe como um contra ponto ao neoestruturalismo?[9]. Faz sentido

---

[7] Por exemplo, o famoso economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi em obra de sugestivo título **A ilusão do desenvolvimento** (1997) fez uma análise muito interessante sobre as tendências do mercado de trabalho, mostrando que as empresas multinacionais realmente dão melhores condições de trabalho e pagam melhores salários, porém que isso acaba criando uma grande dicotomia entre os trabalhadores inseridos no mercado e a crescente parcela excluída do mundo corporativo.

[8] No início do século XXI ainda esse assunto provoca grande polêmica como as que travaram o cientista político argentino Atílio Boron em seu livro **Império e Imperialismo** (2002) com Michael Hardt, professor de literatura, e Antonio Negri, cientista político italiano, com a obra **Império** (2001). Basicamente os últimos autores argumentavam que o Império emergente é fundamentalmente diferente do imperialismo de dominância européia e da expansão capitalista em eras anteriores e que, além disso, o Império contemporâneo se municia de elementos do projeto constitucional dos Estados Unidos, com sua tradição de identidades híbridas e fronteiras em dilatação. Assim, a diferença entre imperialismo e Império deve ser apreendida no contexto da passagem da soberania moderna – aquela típica do Estado-nação com um poder central exercendo o monopólio sobre um território – para a soberania pós-moderna, com fronteiras flexíveis, características do Império Romano (HARDT & NEGRI, 2001). Atílio Boron faz uma obra detalhada para rebater as ideias contidas no livro **Império** e destacamos que para esse autor a aceleração do processo de mundialização que ocorreu no último quarto de século, longe de atenuar ou dissolver as estruturas imperialistas da economia mundial, potencializou extraordinariamente as assimetrias estruturais que definem a inserção nela dos diferentes países. Conclui que a globalização consolidou a dominação imperialista e aprofundou a submissão dos capitalistas periféricos, cada vez mais incapazes de exercer um mínimo controle sobre seus processos econômicos domésticos (BORON, 2002). Um debate que decorre daí é sobre o funcionamento das Organizações Internacionais (como Banco Mundial e FMI) que podem servir mais para disfarçar as relações assimétricas e de força dos países centrais em relação aos periféricos que uma situação de evolução no sentido democrático das Relações Internacionais. Sobre esse polêmico assunto ver: SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Manual das organizações internacionais**. (2008) e CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica** (2004).

[9] "*What concrete 'model' is there in counterpoint to neostructuralism?*". Essa questão foi feita anteriormente por Gregory B. Weeks (2008) na resenha "*Fernando Ignacio Leiva's Latin American Neostructuralism*". Disponível em: http://weeksnotice.blogspot.com/2008/12/fernando-ignacio-leivas-latin-american.html. Acesso em dezembro de 2009.

ainda a provocativa afirmação da economista inglesa Joan Robinson nos anos 1960s, quando ela disse que "A única coisa pior que ser explorado pelo capitalismo é não estar sendo explorado pelo capitalismo"[10]?

Toda essa reflexão se justifica para avaliarmos as possibilidades, mas também as possíveis contradições da proposta de Regionalismo Aberto que vem sendo estimulada por vários governos latino-americanos. Ao percurso desta tese, **se buscará com exemplos empíricos demonstrar o modelo atual de inserção internacional brasileiro e especificamente suas relações com os países amazônicos**.

[10] "*The only thing worse than being exploited by capitalism is not being exploited by capitalism*". Disponível em: http://latino.sscnet.ucla.edu/research/iup/equity.htm. Acesso em fevereiro de 2009.

Capítulo 1: Heterogeneidade Regional e a política externa brasileira nos governos Cardoso e Lula

O importante economista brasileiro Celso Furtado em seu texto "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento" (originalmente escrito em 1961 e revisado em 1971) defendeu a tese que o Brasil entraria em estagnação econômica no regime militar que se inaugurava em 1964 no país. A razão disso seria segundo sua visão que a estrutura econômica da região onde penetrou a empresa capitalista não se modificou necessariamente como conseqüência dessa penetração. Explicou que apenas uma reduzida fração da mão de obra disponível foi absorvida pela empresa forânea e que os salários pagos a essa mão de obra não eram determinados pelo nível de produtividade das empresas e sim pelas condições de vida prevalecente na região (FURTADO, 2000, p. 254).

Apesar das previsões de Furtado não terem se concretizado, já que entre 1968 e 1973 foi o período de maior crescimento econômico da economia brasileira com uma média de quase 10% ao ano, o chamado "milagre econômico brasileiro" e receber várias críticas tanto de dentro como de fora da CEPAL (TAVARES; SERRA, 1979 & OLIVEIRA 1972) dois temas merecem atenção: 1- a heterogeneidade social, setorial e regional pode ser obstáculo ao desenvolvimento e; 2- O que é desenvolvimento?, ou seja, nessa perspectiva cepalina crescimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento econômico. A teoria da dependência em suas mais variadas versões também aponta nesse sentido[11].

Sobre a heterogeneidade regional em escala Latino-americana um autor que se preocupou com o tema foi outro importante membro da CEPAL, o chileno Aníbal Pinto, advogado e economista. Dizia que as disparidades regionais complicavam uma integração harmoniosa com ganhos de escala para todos; não gerando pressões favoráveis para o seu sucesso (PINTO, 2000 A,B & LESSA, 1998). Mais recentemente há também bibliografia explicando a importância de medidas compensatórias para atrair os países menores para um bloco econômico, como na União Européia, mas também para a América Latina (MALAMUD, 2002).

No caso da América do Sul, especialmente entre os países amazônicos, ficarão claras as assimetrias regionais, podendo se constituir em um grande obstáculo para as ambições brasileiras de integração, pois parece não se comprometer muito com as chamadas políticas compensatórias (a ideia de *paymaster*), ou seja, não assume os custos dessa integração (BURGES, 2005 e 2009).

Complementando essa idéia, como diz Rosália Arteaga Serrano, ex-secretária Geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA):

[11] Autores de destaque são André Gunder-Frank, Theotônio dos Santos, Samir Amin, Immanuel Wallerstein, além é claro de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

> (...) não é possível que se construa a Comunidade Sul-Americana de Nações deixando de lado 40% de seu território, que é a quanto monta o espaço no qual a OTCA tem seu mandato. Talvez por não a considerar parte destas iniciativas é que têm tido tão pouco sucesso os processos de integração sub-regional, regional ou continental; - pouco sucesso - é claro – não pode se atribuir somente a isto, mas tem que ver com o assunto (SERRANO, 2006, p. 89).

Em consonância com essa afirmação buscaremos construir um panorama econômico e social dos países amazônicos, pois defendemos a tese de que essa falta de conhecimento pode implicar em erros por parte da diplomacia brasileira, dificultando a integração regional e criando movimentos de resistências as iniciativas do Brasil.

1.1- Panorama econômico e social dos países amazônicos

A Amazônia é distribuída ao longo de oito países independentes - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela - e de uma colônia - Guiana Francesa. Concordamos com Enrique Amayo Zevallos (2005) que a problemática amazônica, para ser entendida, tem que ser vista como TOTALIDADE estruturada historicamente. A seguir usaremos um mapa produzido pela *Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada* (RAISG) para se ter uma visão da dimensão da região em seu conjunto[12].

Mapa 1: Amazônia em seu conjunto

Fonte: http://www.raisg.socioambiental.org/files/raisg_versao_ppt.jpg. Acesso em maio de 2009.

[12] Esse foi o primeiro produto que resultou do esforço colaborativo de um conjunto de instituições de pesquisa, governamentais e da sociedade civil, dos países amazônicos, (com exceção temporária de Guiana e Suriname), para integrar e melhorar suas bases de dados previamente existentes. Disponível em: http://www.raisg.socioambiental.org/node/106. Acesso em maio de 2009.

Determinar suas extensões exatas e as porções que pertencem a cada país são tarefas complicadas. Amayo (2007) argumentou que é quase impossível de se conseguir as mesmas definições e unidades, já que cada país, soberanamente, usa o que politicamente lhe é mais conveniente.

Outra questão importante é a diversidade existente nessa grande região. Por exemplo, segundo o renomado geógrafo Aziz Ab'Saber falando da Amazônia brasileira:

> É preciso entender que a Amazônia não é, porém, uma coisa só. Tem solos muito diversificados em relação a respostas agrícolas, embora os mais ricos já tenham sido descobertos pelas populações ribeirinhas ao longo do Solimões e do Amazonas. Mas há também o Alto Solimões, o Médio Solimões, o ponto nodal da confluência do rio Negro com o rio Amazonas e depois o Médio Amazonas, o Baixo Amazonas e a Ilha de Marajó. Aqui, em São Paulo, mais de uma vez, ouvi pessoas dizendo "lá na Amazônia é assim". A pessoa esqueceu que estava falando de 4 milhões de km²! Para combater isso, divido a Amazônia em células espaciais. Como não há uma divisão natural nesses grandes espaços, o que proponho pode auxiliar governantes inteligentes. Fiz um relatório e mandei para o atual governo federal, mas não obtive resposta. Então publiquei uma síntese do trabalho na revista *Scientific American* Brasil, com o título "Uma Amazônia Brasileira", onde explico que a prévia para poder trabalhar com políticas públicas para a Amazônia é o conhecimento de todas as suas células espaciais, desde o Alto Rio Negro até o Médio Rio Negro, Roraima e Amapá. Às vezes essas regiões têm sub-áreas. Em Roraima, por exemplo, há a zona das colinas sedimentares arenosas, onde existe o rio Branco, que recebe justamente muita areia, e do rio Negro, com características totalmente diferentes. O Estado tem ainda regiões como a serra florestada (AB'SABER: 2004 Apud. ANTIQUERA, 2006, p. 138)[13].

Antiquera acrescentou que sem que se tenha um melhor conhecimento da imensa complexidade geográfica, natural e social da região seria difícil de se imaginar projetos eficazes (inclusive no sentido de se candidatarem a receberem recursos internacionais). Também aponta a precária infraestrutura da região, aumentando ainda mais os obstáculos a pesquisas e conhecimentos da área. E conclui que "é comum se tratar a Amazônia com referências míticas, generalizantes, sem que se conheça suficientemente as particularidades do espaço e de seus habitantes"[14].

Nesse sentido buscamos fazer uma primeira aproximação dos dados mais relevantes em termos de população, tamanho territorial, parte amazônica correspondente a cada país no total da região e em relação ao seu próprio território também.

[13] E de acordo a Amayo (2009) os países Andino-Amazônicos (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) têm Alta e Baixa Amazônia, as que são muito diferentes. Portanto é possível assumir que a Amazônia que é uma Região Sul-americana Compartilhada (ARSAC) a qual é muito completa e diversa.

[14] ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002)** (2006, p. 139).

Tabela 1: Dados gerais da Amazônia em seu conjunto[15]

País	População em 2007	Área em Km²	Amazônias Nacionais Km²[16]	Amazônia Nacional/Total da Amazônia Valores %	Amazônia Nacional/Território Nacional total Valores %
Bolívia	9 517 537	1 098 580	724 000	10,91 %	65,87 %
Brasil	191 601 284	8 514 880	4 275 000	64,45 %	50,30 %
Colômbia	43 987 000	1 141 750	399 000	6,02 %	35,00 %
Equador	13 339 580	283 560	133 000	2,05 %	46,83 %
Guiana	738 548	214 970	45 000	0,70 %	20,93 %
Peru	27 898 182	1 285 220	968 000	14,60 %	75,00 %
Suriname	457 686	163 270	35 000	0,53 %	21,34 %
Venezuela	27 483 000	912 050	56 000	0.86 %	6,14 %
Total	315 022 817	13 614 280	6 635 000	100 %	-

Fonte: Elaboração própria baseada em:
(http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/member.do?method=getMembers&userid=1&queryId=135)
Acesso em maio de 2009 e Amayo (2007).

Por esses dados fica evidente que o conjunto desses oito países representaram aproximadamente 315 milhões de pessoas em 2007 e um território de mais 13 milhões e 614 mil Km². A região amazônica em seu conjunto possui 6 milhões e 635 mil Km² aproximadamente. Essas dimensões e significados principalmente comparados a países europeus são impressionantes. Comparando só o tamanho da Amazônia brasileira (4 275 000 Km²) com a Europa, Amayo (2007) diz que seria igual ao território correspondente a Europa Ocidental (3 769 861 Km²) mais a Ucrânia (603 700 Km²) na Europa Oriental.

Dessa forma é claro que a dimensão territorial da região é enorme e que o Brasil e o Peru compartilham 80% da região Amazônica o que também contribui para o argumento que a saída natural para o Brasil ao Pacífico está no Peru. Porém Amayo ressalta também que as melhores alternativas de integração não estão sendo as priorizadas, especialmente defendendo uma integração intermodal, com destaque para as hidrovias e ferrovias que são menos destrutivas ambientalmente do que as estradas. E conclui dizendo que se tem que deixar de pensar só nos interesses imediatos de curto prazo e pensar nos históricos de longo prazo (Ibid.).

Segundo Aziz Ab'Saber (2005, p. 19) "A porção brasileira da Amazônia, pelo seu tamanho e extensão, constitui o mais importante megadomínio de natureza tropical da Terra". Isso falando apenas sobre o Brasil, mas é conhecido que as outras amazônias, em especial, a peruana e a

[15] Essa tabela contém simplificações e aproximações feitas pelo autor.
[16] Valores aproximados baseados em Amayo (2007).

equatoriana possuem uma diversidade talvez até superior ao Brasil pela questão dos nichos ecológicos determinados pelas diversas altitudes muito perto da linha Equatorial.

Enrique Amayo Zevallos (1993, p. 118) argumenta, pensando na região amazônica em seu conjunto, que:

> Por essa razão, poderia servir como base de grande e diversificada indústria farmacêutica e de outras atividades econômicas compatíveis com a manutenção e o aproveitamento (manejo racional) das múltiplas formas de vida (vegetal e animal). A Amazônia, além disso, é fundamental para o mundo por seus recursos hídricos, madeireiros e pela possibilidade de produzir quantidades substanciais de produtos tropicais e típicos da região (polpas, frutas, cascas, resinas, óleos, essências, entre outros), não esquecendo que a região é também importante depósito de grande quantidade de minerais, gás, petróleo etc.

Esse trabalho acrescentou que volumes expressivos de toda essa riqueza poderiam ser obtidos na Amazônia, desde que fosse adotada como condição *sine qua non* o desenvolvimento integral auto-sutentado. Conclui (p. 130) dizendo que desenvolvimento implica tanto a *preservação* (significando uso econômico não-destrutivo) quanto que os *beneficiários* devem ser, em primeiro lugar, os habitantes da região e, depois, outros grupos sociais e regiões necessitadas do país (como parte de um processo de redistribuição).

Porém, logicamente isso só pode ser executado com melhores níveis de conhecimento sobre a Amazônia. Buscaremos aprofundar o entendimento da região em seu conjunto, comparando alguns dados sócio-econômicos principais: Produto Interno Bruto (PIB), Crescimento econômico, Investimento Externo Direto (IED), PIB per capita, inflação e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) subdividido em mais variáveis. Em virtude da grande discrepância com os dados dos países menores da região (Guiana e Suriname), às vezes optamos por omitir seus dados, focando nos seis maiores países amazônicos.

Tabela 2: PIB dos países amazônicos (1995-2009)
(bilhões US$ dólares correntes)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bolívia	7	7	8	8	8	8	8	8	8	9	10	11	13	17	17
Brasil	769	840	871	844	587	645	554	504	552	664	882	1089	1333	1613	1573
Colômbia	93	97	107	99	86	94	93	93	92	114	145	162	208	242	234
Equador	20	21	24	23	17	16	21	25	29	33	37	42	46	53	57
Peru	54	56	59	57	52	53	54	57	61	70	79	92	107	127	130
Venezuela, RB	75	68	86	91	98	117	123	93	84	112	146	185	228	314	326

Fonte: Elaboração própria baseada em:
(http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/member.do?method=getMembers&userid=1&queryId=135)
Acesso em abril de 2010 e janeiro de 2011.

A hipótese que a "Heterogeneidade Regional" pode ser um obstáculo para a integração entre os países amazônicos aparece claramente em relação ao tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país. Analisando o PIB dos seis maiores países amazônicos, podemos ver que o PIB do Brasil sozinho é quase três vezes maior que o PIB dos demais países somados para qualquer ano entre 1995 e 2009.

Uma comparação interessante de se fazer é em termos relativos se o PIB dos seis maiores países amazônicos, exceto Brasil, aumentou em relação ao maior país amazônico. No ano de 1995 o primeiro grupo tinha um PIB de aproximadamente 249 bilhões de dólares, representando 32% do PIB brasileiro que foi de 769 bilhões nesse mesmo ano. Já em 2009, o PIB do primeiro grupo foi de 764 bilhões representando 49% do PIB de 1.573 bilhões brasileiro. Dessa forma em termos relativos a diferença vem diminuindo, ainda que a grande assimetria ainda é evidente.

Tabela 3: Crescimento % do PIB dos países amazônicos (1995-2009)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média[17]
Bolívia	5	4	5	5	0	3	2	2	3	4	9	5	0	6	3	4
Brasil	4	2	3	0	0	4	1	3	1	6	3	4	6	5	0	3
Colômbia	5	2	3	1	-4	3	2	2	5	5	6	7	8	3	1	3
Equador	2	2	4	2	-6	3	5	4	4	8	6	4	2	6	0	3
Peru	9	3	7	-1	1	3	0	5	4	5	7	8	9	10	1	5
Venezuela, RB	4	-0	6	0	-6	4	3	-9	-8	18	10	10	8	5	-3	3

Fonte: Elaboração própria baseada em:
(http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/member.do?method=getMembers&userid=1&queryId=135)
Acesso em abril de 2010 e janeiro de 2011.

Já em relação ao dinamismo entre os países amazônicos, podemos observar que apesar de um crescimento muito irregular em alguns países, por exemplo, a Venezuela, as médias de crescimento entre 1995 e 2009 são muito próximas, demonstrando que a região em seu conjunto parece ter uma dinâmica comum e somos tentados a dizer correlacionada. O Peru aparece com a melhor média de crescimento da região, mostrando mais um elemento geoeconômico (sua saída para o Pacífico e proximidade relativa da China, país mais dinâmico do mundo atualmente) que torna esse país tão estratégico para o Brasil.

[17] Todas as médias foram aproximadas.

Tabela 4: Investimento Externo Direto (IED)
nos paises amazônicos (1995-2009)
US$ milhões de dólares

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bolívia	393	474	731	949	1010	736	706	677	197	65	-239	281	366	512	423
Brasil	4859	11200	19650	31913	28576	32779	22457	16590	10144	18166	15066	18782	34585	45058	25949
Colômbia	968	3112	5562	2829	1508	2395	2525	2139	1758	3016	10252	6656	9040	10596	7260
Equador	452	500	724	870	648	720	1330	1275	1555	837	493	271	194	1001	316
Peru	2557	3471	2139	1644	1940	810	1144	2156	1335	1599	2579	3467	5491	6924	4760
Venezuela, RB	985	2183	6202	4985	2890	4701	3683	782	2040	1483	2602	-508	1008	350	-3105

Fonte: Elaboração própria baseada em:
(http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/member.do?method=getMembers&userid=1&queryId=135)
Acesso em abril de 2010 e janeiro de 2011.

Em relação ao Investimento Externo Direto (IED) o padrão de assimetria representado pelas diferenças no tamanho dos PIBs desses países se repete até mais acentuadamente, com o Brasil atraindo um volume consideravelmente maior que seus vizinhos, ainda que Colômbia e Peru apresentem também um bom desempenho nessa variável. Porém é claro que tanto os tamanhos territoriais quanto populacionais pesam muito nessas assimetrias entre o Brasil e os seus vizinhos. Por isso é interessante tentar corrigir essa distorção através do PIB per capita.

Tabela 5: PIB per capita (Paridade e Poder de Compra) nos países amazônicos (1995-2008)
US$ dólares correntes internacionais

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Bolívia	2510	2650	2760	2880	2860	2930	2990	3060	3110	3240	4320	4300	3960	4140
Brasil	6200	6360	6560	6510	6460	6810	6940	7160	7320	7880	8300	8830	9510	10070
Colômbia	5370	5450	5620	5650	5400	5550	5690	5830	6090	6460	6960	7590	8260	8510
Equador	4400	4500	4710	4750	4320	4430	4850	5140	5360	5860	6390	6810	7100	7760
Peru	4110	4280	4580	4580	4610	4750	4820	5060	5260	5500	5920	6370	7070	7980
Venezuela, RB	8070	8040	8490	8450	8020	8360	8650	7770	7210	8580	9770	11040	12290	12830

Fonte: Elaboração própria baseada em:
(http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/member.do?method=getMembers&userid=1&queryId=135)
Acesso em abril de 2010 e janeiro de 2011.

Em relação ao PIB per capita a Venezuela apresenta a posição de maior destaque, seguido por Brasil e Colômbia. A Bolívia aparece claramente em uma situação muito inferior aos vizinhos, mostrando como esse país ainda carece muito de melhores níveis de renda para sua população.

Porém esses dados merecem ainda duas considerações: altas taxas de inflação podem corroer o poder de compra das pessoas mais pobres e também por se tratar de médias, pode ocorrer uma grande concentração de renda em alguns países, com destaque negativo para Brasil e Venezuela como poderemos observar na seqüência desse trabalho.

Tabela 6: Inflação nos países amazônicos (1995-2009)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bolívia	11	12	6	7	2	5	2	3	6	8	1	14	12	10	- 2
Brasil	94	17	8	4	8	6	9	11	14	8	7	6	4	6	5
Colômbia	19	17	17	15	13	26	6	6	8	8	6	7	5	8	5
Equador	7	3	7	-4	-23	-7	27	12	11	6	7	8	7	8	4
Peru	13	11	8	6	4	4	1	0	3	6	3	7	2	1	3
Venezuela, RB	52	116	38	19	26	29	8	33	35	34	30	18	14	31	8

Fonte: Elaboração própria baseada em:
(http://ddp-ext.worldbank.org/ext/DDPQQ/member.do?method=getMembers&userid=1&queryId=135)
Acesso em abril de 2010 e janeiro de 2011.

Em relação à estabilidade econômica, a Venezuela aparece claramente como o país com os maiores problemas inflacionários, enquanto os outros países parecem ter alcançado um certo controle dessa dificuldade histórica na região. A situação da Bolívia nos últimos quatro anos também merece atenção, pois teve uma inflação de dois dígitos entre 2006 e 2008 e uma deflação em 2009, fenômenos típicos de instabilidade e crise.

Ampliando a análise das variáveis sociais dos países amazônicos, observamos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na tabela a seguir:

Tabela 7: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[18]
para os países amazônicos em 2005

Posição no IDH	Valor do IDH
70 – Brasil	0,800
74 – Venezuela	0,792
75 – Colômbia	0,791
85 – Suriname	0,774
87 – Peru	0,773
89 – Equador	0,772
97 – Guiana	0,750
117 – Bolívia	0,695

Fonte: Elaboração própria baseada em: PNUD, 2007, p. 232-233.

Pelos dados do IDH podemos ver para o ano de 2005 que o Brasil ocupa a melhor posição entre os amazônicos, mas com a modesta posição 70 no mundo. Ele é seguido pela Venezuela na

[18] Atualmente se tenta superar as limitações de se medir o poder de um país apenas pelo PIB usando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que leva em consideração a renda per capita, a expectativa de vida e o nível educacional de cada país. Ainda assim existem limitações no poder explicativo desse método. Nesse sentido o governo francês recentemente criou a ***The Commission on the measurement of economic performance and social progress*** na qual participam vários economistas de destaque, como por exemplo, os prêmios Nobel de Economia, Joseph E. Stiglitz e Amartya Sen que visam criar indicadores mais sofisticados para se medir a situação social de um país, por exemplo, agregando elementos ambientais nas análises. Mais informações ver: http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/en/index.htm. Acesso em agosto de 2008.

posição 74, Colômbia (75), Suriname (85), Peru (87), Equador (89), Guiana (97) e Bolívia (117). Podemos concluir que o nível de desenvolvimento humano em todos os países ainda é acanhado, e que não há uma grande diferença entre eles com exceção de Guiana e Bolívia que estão em situações ainda mais dramáticas.

É importante analisar agora a evolução do IDH ao longo dos anos para ver que países estão apresentando melhores trajetórias por esse critério:

Tabela 8: Tendências do IDH nos países amazônicos (1975-2005)

Posição no IDH em 2005	Valor do Índice de desenvolvimento humano – IDH						
	1975	**1980**	**1985**	**1990**	**1995**	**2000**	**2005**
70 – Brasil	0,649	0,685	0,700	0,723	0,753	0,789	0,800
74 – Venezuela	0,723	0,737	0,743	0,762	0,770	0,776	0,792
75 – Colômbia	0,663	0,694	0,709	0,729	0,753	0,772	0,791
85 – Suriname	--	--	--	--	--	--	0,774
87 – Peru	0,647	0,676	0,699	0,710	0,737	0,763	0,773
89 – Equador	0,636	0,678	0,699	0,714	0,734	--	0,772
97 – Guiana	0,682	0,684	0,675	0,679	0,699	0,722	0,750
117 – Bolívia	0,519	0,553	0,58	0,606	0,639	0,677	0,695

Fonte: Elaboração própria baseada em PNUD, 2007, p. 237-238.

Por esses dados podemos visualizar uma melhora generalizada na região, ainda que o ritmo possa ser considerado lento. Brasil, Colômbia e Peru foram os que mais evoluíram nos últimos anos.

Complementando esses dados, temos a estatística da porcentagem das populações amazônicas que estão abaixo da linha de pobreza, ou seja, que ganham menos de 2 dólares por dia:

Tabela 9: População abaixo da linha de pobreza humana
(% da população que ganha menos de 2 dólares por dia)
nos países amazônicos 1990-2005

Posição no IDH em 2005	População abaixo da linha de pobreza (%) Menos de 2 dólares por dia
70 – Brasil	21,2
74 – Venezuela	40,1
75 – Colômbia	17,8
85 – Suriname	--
87 – Peru	30,6
89 – Equador	40,8
97 – Guiana	--
117 – Bolívia	42,2

Fonte: Elaboração própria baseada em PNUD, 2007, p. 240-241.

A pior situação é a da Bolívia com 42,2 % de sua população vivendo abaixo da linha de pobreza entre 1990 e 2005, seguido pelo Equador (40,8%), Venezuela (40,1%), Peru (30,6 %), Brasil (21,2 %) e Colômbia (17,8 %). Não estavam disponíveis os dados de Suriname e Guiana.

Nesse sentido podemos perceber que a Bolívia repete seu padrão de dados socioeconômicos precários anteriores, mas a Venezuela apesar da melhor renda per capita da região, tem ainda um problema crônico de pessoas vivendo na pobreza[19].

As breves análises desses dados econômicos e sociais dos países amazônicos mostram como a "Heterogeneidade Regional" em termos absolutos pode ser um grande obstáculo ao processo de integração. Nesse sentido, é importante entender qual papel o Brasil pode assumir para atuar da maneira mais adequada para atingir os seus objetivos, mas ao mesmo tempo atrair os interesses dos vizinhos através dos benefícios que eles poderiam obter de suas relações com o maior país Sul-americano.

Na seqüência analisaremos a política brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010) indicando as suas possibilidades e limites.

1.2- A Política Externa Brasileira nos governos FHC e Lula: um primeiro balanço

Em sintonia com o contexto da recomendação de Regionalismo Aberto nos anos 1990 pela CEPAL, houve a proposta da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA) que foi primeiramente delineada pelo ex-presidente brasileiro Itamar Franco em setembro de 1993 e apresentada em um encontro da *Asociación Latinoamericana de Integración* (ALADI)[20] em fevereiro de 1994. A meta da ALCSA era criar uma zona livre de comércio dentro do subcontinente, através de uma linear, automática, e progressiva agenda de liberalização compreendendo o período de 1995 a 2005. Com o lançamento da ALCSA, o Brasil estaria promovendo o conceito de ALADI sem o México, "um esquema que poderia estar livre da interferência dos EUA e no qual o papel hegemônico seria inevitavelmente desempenhado pelo Brasil" (CARRANZA, 2000, p. 84-85).

> O Brasil tem desempenhado tal papel no Mercosul, e poderá desempenhar o mesmo papel no futuro da Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA). Por essa

[19] Essa realidade merece maiores reflexões que serão feitas na seção sobre as relações entre Brasil e Venezuela. Também no Anexo 1 acrescentamos algumas tabelas com dados sociais mais detalhados por país.

[20] A ALADI é o maior grupo latino-americano cuja meta é a integração, formado por doze países-membros**:** Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, representando, em conjunto, 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 493 milhões de habitantes. O Tratado de Montevidéu 1980 (TM80) foi assinado em 12 de agosto de 1980, estabelecendo os seguintes princípios gerais: pluralismo em matéria política e econômica, convergência progressiva de ações parciais para a criação de um mercado comum latino-americano, flexibilidade, tratamentos diferenciais com base no nível de desenvolvimento dos países-membros e multiplicidade nas formas de concertação de instrumentos comerciais (ALADI, 2006).

> perspectiva, o Mercosul poderia ser visto como uma afirmação da hegemonia regional brasileira, mais do que um passo em direção a integração do Hemisfério Ocidental sob a liderança estadunidense. As possibilidades de emergência da ALCSA dependem em grande medida se o Brasil conseguirá consolidar seu papel hegemônico no subcontinente ou se a hegemonia dos EUA no Hemisfério Ocidental encobrirá ou neutralizará completamente a hegemonia brasileira na América do Sul (CARRANZA, 2000, p. 29).

Mario Esteban Carranza, professor de Ciência Política na Universidade do Texas, analisa que são possíveis duas leituras da ALCSA. Primeiramente, com a falha por parte dos EUA em estender o NAFTA para o Chile, a noção de Área de Livre Comércio da América do Sul tomou vida por si própria. O mesmo autor acrescenta que originalmente a ALCSA poderia ser vista como uma estratégia brasileira para adiar as conversas sobre o livre comércio hemisférico até aprofundar e ampliar o Mercosul, atraindo mais países para o seu lado na mesa de negociação com os EUA. Nesse sentido, a proposta de ALCSA teve claramente tanto uma dimensão política quanto econômica: reviver um velho projeto geopolítico brasileiro da América do Sul como oposto à integração Latino-americana.

Por outro lado, uma leitura alternativa da proposta da ALCSA é que o Brasil nunca esteve realmente interessado em aprofundar a integração subregional com esses três menores vizinhos do Cone Sul. O comércio intra-regional teve significativo crescimento na última década e o Brasil está mais atrelado ao Mercosul que em 1991. Porém, o Brasil é um negociador global (*global trader*): em 1995 somente 11,7 por cento de seu comércio total foi com seus parceiros do Mercosul, contra 27,4 por cento para Argentina, 47 por cento para o Uruguai e 66,4 por cento para o Paraguai. Conclui:

> Por essa perspectiva, a ALCSA poderia ser uma estratégia brasileira para evitar o aprofundamento do Mercosul, incluindo a criação de uma estrutura institucional supranacional. (...) O problema com esse cenário é que fatores externos, como o aprofundamento da crise da economia mundial levaria a "política de empobrecimento do vizinho" (*beggar-thy-neighbour policies*), podendo levar a um aprofundamento do Mercosul e ou ALCSA, portanto, induzindo o Brasil aceitar a supranacionalidade como uma necessidade (CARRANZA, 2000, p. 85-87).

Porém, Sean W. Burges, professor de Estudos Políticos da Universidade de Ottawa, argumenta que o Brasil não possui recursos suficientes para sustentar o desenvolvimento da integração da América do Sul, mas também defende uma interessante tese onde afirma que a solução para a escassez de recursos enfrentados pelos formuladores da política externa (*foreign-policy makers*) durante o período de Cardoso foi usar o contexto da abertura subregional e regional como uma ferramenta para capturar a influência necessária para guiar e direcionar o ambiente continental, dentro do qual criou simultaneamente um grau de insulamento da potência hemisférica e também de uma intervenção global. Por essa perspectiva, houve uma complexa mistura de idéias baseadas em uma **visão reformulada da dependência em relação à inserção de um país em desenvolvimento na economia global** (*reformulated dependency view of developing-country insertion into the global economy*) com iniciativas econômicas em escala subregional e continental,

assim como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) (BURGES, 2009, p. 4, minha ênfase)

Retomando a teoria original da dependência, Cardoso explicou que a "Teoria da Dependência" não foi uma alternativa para a teoria do imperialismo, mas um complemento. Discutindo sua obra clássica **Dependência e Desenvolvimento na América Latina** (1967) em parceria com Enzo Faletto diz que:

> Nele se especificam as formas históricas de dependência a partir do modo pelo qual as classes, Estados e produção se inserem na ordem internacional para, no último capítulo, mostrar como a "internacionalização do mercado" solidariza os interesses entre classes que no momento anterior apareciam como adversas (a burguesia nacional e a burguesia imperialista e mesmo setores das classes trabalhadoras e os monopólios internacionais, por exemplo). Aponta que existe simultaneamente um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista, onde os beneficiários eram as empresas estatais, as corporações multinacionais e as empresas locais associadas, o que chamava de "**tripé do desenvolvimento dependente-associado**" (CARDOSO, 1979, p. 374, 379 e 383, minha ênfase).

De acordo com os professores de Relações Internacionais da PUC-Rio, Nogueira e Messari, a assertiva mais importante dos dependentistas acerca da dinâmica do capitalismo mundial foi apontar o subdesenvolvimento como produto do desenvolvimento das forças produtivas globais, ou melhor, das economias do centro capitalista e resumem bem a idéia central:

> Impossibilitados de apropriar-se do excedente produzido localmente, os países pobres nunca teriam os recursos necessários para seu desenvolvimento e não conseguiriam reduzir o *gap* (econômico, tecnológico, militar) que os separa dos países ricos e os condena à dependência: A característica mais importante do sistema mundial é que, ao funcionar como sistema integrado, extrai excedente econômico e transfere riqueza da periferia dependente para os centros imperiais[21].

Já em 2006, o próprio Cardoso explica que embora seja importante para a diplomacia a preservação de uma linha de conduta coerente, é essencial que a política externa sinta os ventos do mundo. Resume:

> Tentei seguir esse padrão de política externa. Para sintetizar, lanço mão de expressão cunhada pelo embaixador Gelson Fonseca, que foi meu assessor direto, segundo a qual a política externa que persegui desde minha curta passagem pelo Itamaraty (de outubro de 1992 a maio de 1993) buscou **"a autonomia pela participação"** numa realidade internacional cambiante, em contraposição à "autonomia pela distância" da ordem mundial vigente, que em momentos anteriores marcou governos autoritários (CARDOSO, 2006, p. 604, minha ênfase).

[21] Ainda segundo os autores citados os dependentistas marxistas divergem da visão de Lênin sobre o imperialismo na questão específica dos efeitos da expansão capitalista sobre as economias coloniais, discordando principalmente das visões, inclusive do próprio Marx, do efeito modernizador e civilizador do capitalismo sobre as sociedades atrasadas e as economias tradicionais (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 118-120). Mais detalhes sobre essa discussão ver BORGES, 2007.

Uma análise que aprofunda essa questão foi feita por Tullo Vigevani, professor da UNESP, Marcelo F. de Oliveira e Rodrigo Cintra, pesquisadores do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), os quais argumentam que essa agenda seria proativa, ou seja, o país deveria ampliar o poder de controle sobre o seu destino através da participação na elaboração das normas e das pautas da conduta da gestão da ordem mundial. Mas advertem que essa política de integração, adesão e participação não foi plenamente acompanhada de tomadas de posições que implicassem responsabilidades práticas, em virtude de debilidades estruturais (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003).

Sobre a prioridade na integração Sul-americana, o ex-presidente Cardoso relatou dois episódios que segundo ele "**ilustrariam essa evolução, mas também como os imprevistos contam, pois houve avanços mesmo sem se ter clareza sobre os novos rumos**". No primeiro episódio disse que ainda como chanceler recebeu visita do presidente da Petrobras na época, Joel Reno, e que lhe perguntou quanto importávamos de petróleo de dois dos grandes produtores latino-americanos, Argentina e Venezuela. A resposta que ele qualificou de decepcionante foi **quase nada**. Diz que expôs as razões políticas e estratégicas para um comércio mais ativo na região e, a partir daí, que a política de compras da Petrobras começou a mudar. Nas suas palavras:

> Em meados de meu segundo mandato, as importações alcançaram somas expressivas em dólares: quase meio bilhão da Venezuela e quase 1 bilhão da Argentina. Este último valor correspondeu ao déficit no comércio bilateral com os argentinos, permitindo ativar as trocas comerciais sem prejuízo real para nós: se não importássemos petróleo da Argentina o faríamos do Oriente Médio, sem contrapartida de exportações (CARDOSO, 2006, p. 607).

O segundo episódio ocorreu durante as negociações para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. Cardoso **mostrou como são muitos e às vezes aleatórios os fatores que podem perturbar uma efetiva integração do espaço sul-americano**. Ponderou que construir um gasoduto de mais de 3 mil quilômetros, passando pelo Pantanal, com respeito absoluto às normas ambientais, tendo de convencer o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a conceder um financiamento para uma empresa estatal, e, finalmente, decidir a que partes e regiões do Brasil o gasoduto deveria chegar não eram questões triviais.

Porém, conta que em uma ocasião, o ex-presidente Itamar Franco disse que não iria mais a Bolívia para assinar o acordo. Explicou que leu um dossiê de Aureliano Chaves (ex-Vice-Presidente da República e ex-ministro de Minas e Energia, entendedor da matéria) que dizia que não existia gás na quantidade que a Bolívia estava nos oferecendo. Nesse momento Cardoso, que era Ministro de Relações Exteriores, diz:

> Resolvi por conta própria dizer-lhe que eram boatos. (...) Tive nova conversa com o Presidente para mostrar a dificuldade diplomática que poderia causar a suspensão, à última hora, de tudo que se negociara árdua e longamente. Contei-lhe que não havia informado à Bolívia sobre o cancelamento. Sem muito entusiasmo, embarcamos para a Bolívia no dia seguinte (...) ao chegar, ele desfilou em carro aberto e constatou a alegria de milhares de bolivianos que correram às ruas. Perspicaz como é, recobrou ânimo, assinou com confiança o acordo que preparáramos, junto com o Presidente Jaime Paz Zamora, e nunca mais se falou da falta de gás nas jazidas do país vizinho (CARDOSO, 2006, p. 609).

O ex-presidente brasileiro continuou sua argumentação dizendo que tendo em conta essas dificuldades, os esforços integradores não se poderiam limitar a manter vivo e ativo o Mercosul. "**A integração física de nosso espaço tornou-se um dos objetivos das propostas de planejamento que levamos à discussão dos presidentes dos países da América do Sul**". Informou que a partir disso deslancharam as iniciativas do gasoduto Brasil-Bolívia, a integração energética com a Argentina, a BR-173 entre Manaus e a fronteira com a Venezuela e a linha da transmissão da hidrelétrica venezuelana de Guri, uma das maiores do mundo, trazendo energia do país vizinho para a região amazônica, iniciada no segundo mandato do Presidente da Venezuela, Rafael Caldera (1994-1999) e concluída sob o governo de seu sucessor, Hugo Chávez. E conclui:

> Em agosto de 2000, convocamos em Brasília a primeira reunião da História juntando todos os presidentes da América do Sul, a que se seguiu outra em Guaiaquil, no Equador, em 2001. Naquela ocasião, deu-se início à chamada Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, conhecida pela sigla IIRSA. Com o apoio do BID, nos anos seguintes, os governos dos países sul-americanos realizaram um amplo estudo das necessidades e possibilidades de integração física da região, selecionando um conjunto de projetos estratégicos para o desenvolvimento do continente. Essa complementação de esforços para a construção de um "espaço sul-americano" tem a ver com a integração regional em matéria de energia, transportes e telecomunicações. Politicamente, entretanto, pareceu a alguns países, especialmente ao México, que a iniciativa poderia significar o isolamento das nações sul-americanas, sob a liderança brasileira, do resto da América Latina mais próxima aos EUA. Nunca foi essa a intenção (CARDOSO, 2006, p. 620).

Analisando a política externa de Cardoso, Luiz Felipe Lampreia em 1998, enquanto ainda era o Ministro de Relações Exteriores do Brasil, apontou que os dados básicos de nossa presença internacional naquele momento eram a democracia e a estabilidade econômica e que esses dois aspectos não figuravam entre as credenciais do país até cerca de quinze anos atrás e que isso marcava e restringia a nossa ação externa ((LAMPREIA, 1998, p. 7).

Acrescentou que "em razão dessa mudança, pode-se dizer que o Brasil tem sido, nessa segunda metade da década de 1990, um país mais visível e atuante no cenário internacional e, também, em certa medida, um dos grandes beneficiários da chamada globalização, de sua face mais positiva, embora também tenhamos sofrido com os aspectos adversos do processo" (Ibid.).

Em sua visão ainda diz que não há mais espaço para golpes de estado, ditaduras, violações maciças ou reiteradas dos direitos humanos, descontroles fiscais e monetários, comportamentos

ambientalmente predatórios ou irresponsáveis. Diz: “Acabaram-se os tempos do isolacionismo e da auto-suficiência. A soberania nacional deixou de ser argumento para comportamentos que atentam contra esses valores fundamentais” (Ibid., p. 8).

Sobre a postura brasileira em matéria de política externa, o ex-Ministro argumentou que para o Brasil, onde o desenvolvimento e a mudança, sobretudo da própria realidade social, são os objetivos maiores, é compreensível que desejemos ter no mundo não um papel conservador, e sim uma participação transformadora (Ibid.).

Analisando especificamente a política externa de FHC Lampreia disse que buscava a **autonomia pela integração**, ou seja, ao invés de uma autonomia isolacionista, uma autonomia articulada com o meio internacional. E citando Gelson Fonseca Júnior, acrescentou que no passado prevalecia a “autonomia pela distância” e que agora seria a construção da “autonomia pela participação”.

Usando o Mercosul como exemplo, Lampreia argumentou que apesar dos compromissos assumidos criarem obrigações e restrições, significando algum sacrifício de autonomia nacional, também produz o efeito inverso. Cita o benefício econômico que adveio para todos os membros a partir do extraordinário crescimento do comércio intra-Mercosul e do fortalecimento de nossa atratividade como destino de investimentos estrangeiros produtivos. Também diz que o Mercosul aumenta nossa capacidade de atuar de modo mais afirmativo e participativo na elaboração de regimes e normas internacionais de importância essencial para o Brasil e conclui: “Em última instância, combinadas as perdas e ganhos de autonomia, resta um saldo positivo. E isto, certamente, vale também para os nossos parceiros” (Ibid.).

Ainda que Lampreia nesse artigo não analise em profundidade as relações do Brasil com os países amazônicos, ali parece clara a postura brasileira de priorizar a integração Sul-americana, ainda que primeiramente focada no Mercosul.

Outro artigo importante para nossa pesquisa foi “A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República” de FHC em 2001. Indo à mesma direção que Lampreia diz que o Mercosul, com qualquer que seja o padrão que o avaliemos, foi uma história de êxito. Isso porque tornou possível uma ampliação significativa dos fluxos comerciais desde 1990 e colocou-se em condições de avançar para a consolidação da integração, para promover a coordenação macroeconômica entre seus membros e para aprofundar o processo de institucionalização (CARDOSO, 2001, p. 10).

Porém essa afirmação está longe de ser imune a críticas, como quando Osvaldo Rosales, Diretor da Divisão de Comércio Internacional e Integração da CEPAL, nos informa que autoridades argentinas apontam que freqüentemente os desequilíbrios nas balanças comerciais favorecem ao

Brasil e isso se dá em virtude das falhas em honrar os compromissos feitos sob o Tratado de Assunção que buscaria a coordenação das políticas macro-econômicas e também de políticas integradas de investimento para criar cadeias de produção intra-regionais, fazendo do Mercosul mais competitivo em outros mercados (ROSALES et all, 2008, p. 150, 152-153).

Os mesmos autores acrescentam que o comércio intra-regional é baixo e que isso pode ser causado por múltiplos fatores, entre eles: deficiências na infraestrutura, assimetrias entre os parceiros comerciais e grande dependência das exportações de commodities, entre outros fatores. E concluem: entre os fatores mais decisivos, certamente estão as fragilidades nas regras de comércio e no arranjo institucional, especialmente a ausência de mecanismos de solução de controvérsias (ROSALES et all, 2008, p. 159).

Alcides Costa Vaz, professor de Relações Internacionais na UNB, no mesmo sentido diz:

> (…) apesar do significativo incremento nas relações comerciais do Brasil na América do Sul, processo iniciado desde a criação do Mercosul e intensificado notavelmente nos últimos três anos, o mesmo ocorre sob o **símbolo do desequilíbrio e de uma forte concentração que suscita questionamentos nos paises vizinhos, sobretudo nos de menores desenvolvimento relativos** (...) a política de substituição competitiva de importações implementada pelo país para reverter esse quadro não oferece resultados tangíveis que caracterizem uma inflexão da tendência, o que termina caracterizando um indesejado e inoportuno **traço neomercantilista** do comércio do Brasil com seus vizinhos. **A percepção desse traço fomenta avaliações críticas com relação aos interesses e ação brasileira no plano regional e que representam importantes obstáculos para o pretendido protagonismo regional brasileiro** (VAZ, 2007, p. 38, minhas ênfases).

Ainda assim, Cardoso argumentou que o êxito do Mercosul foi o que tornou possível para nós contemplar um processo de integração mais amplo na região sul-americana. Isso ocorreu pela convergência dos dois blocos comerciais sub-regionais, o próprio Mercosul e a Comunidade Andina, assim como pelo desenvolvimento de uma infraestrutura física de integração nas áreas de transporte, energia e comunicações. E concluiu:

> Por isso foi que realizamos, recentemente, em Brasília, a primeira reunião de Presidentes da América do Sul. Foi um momento histórico para o Brasil e para a América do Sul. E os resultados da reunião deixaram claro que nossa região tem uma identidade própria e que os doze países sul-americanos estão dispostos a trabalhar juntos para fortalecer a democracia e o Estado de Direito para avançar na integração, e para reunir seus recursos com vistas à solução de problemas comuns, como o narcotráfico, e para buscar objetivos comuns, como a educação universal, a inovação científica e tecnológica, e o desenvolvimento social de forma geral. Estou convencido de que uma América do Sul forte e unida pode fazer uma contribuição destacada à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento internacional. E o Brasil está disposto a desempenhar o papel que lhe cabe nesse processo. O Brasil está também disposto a desempenhar um papel mais ativo na discussão de questões políticas internacionais (CARDOSO, 2001, p. 10-11).

Entretanto, é importante relembrar uma questão proposta pelo cientista político Robert Dahl citado por Hurrell:

> "Quando você ouve que o Brasil é um emergente e um poder crescentemente influente, a questão apropriada é: Influência sobre quais atores, durante qual período, e com respeito a quais assuntos?" Quando colocamos tudo isso no contexto apropriado, nós vemos que o Brasil importa no mundo político atualmente e que está em muitos aspectos se tornando mais formidável. Nós também vemos, entretanto, que os constrangimentos do poder e da influência brasileira continuam a serem bem reais (HURRELL, 2002, p. 153).

Nesse sentido, Andrew Hurrell aponta algumas considerações necessárias, por exemplo:

> Que conclusões podemos delinear das relações hemisféricas em relação à posição do Brasil como um poder emergente? Em um sentido, o contínuo alcance hegemônico dos EUA atua como o principal constrangimento da política externa brasileira. Ainda que a situação seja mais fluída e mais complexa que um quadro de óbvia hegemonia. Em primeiro lugar, para ser sustentável, hegemonia requer três coisas: recursos de poder (tanto material quanto ideacional), uma clara intenção hegemônica, e um firme apoio político doméstico. Enquanto a enorme assimetria dos EUA na região permanece auto-evidente, os outros dois fatores são menos precisos. A necessidade de manter uma preponderância de longo prazo não necessariamente pressiona Washington em direção a aprofundar seu envolvimento na América Latina. Além disso, a integração econômica com o México permanece um contencioso na política interna dos EUA e continua como obstáculo doméstico para a integração hemisférica. É precisamente essa realidade que provê o Brasil do espaço diplomático e econômico para influenciar os caminhos nos quais a agenda política e econômica hemisférica será desenvolvida no futuro e modela, ainda que com constrangimentos, uma autônoma, ampla e variada política externa (HURRELL, 2002, p. 168 - 169).

Por outro lado Amado Luiz Cervo tece muitas críticas a essa política de FHC no artigo "Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso" (2002). Segundo esse autor o Brasil imprimiu desde 1990 orientações confusas, até mesmo contraditórias, à política exterior. Identificou três linhas de força da ação externa que definiu sendo: o Estado desenvolvimentista, o Estado normal e o Estado logístico (CERVO, 2002, p. 6). Em suas palavras:

> O *Estado desenvolvimentista*, de características tradicionais, reforça o aspecto nacional e autônomo da política exterior. Trata-se do Estado empresário que arrasta a sociedade no caminho do desenvolvimento nacional mediante a superação de dependências econômicas estruturais e a autonomia de segurança. O *Estado normal*, invenção latino-americana dos anos noventa, foi assim denominado pelo expoente da comunidade epistêmica argentina, Domingo Cavallo, em 1991, quando era Ministro das Relações Exteriores do Governo de Menem. Aspiraram ser *normais* os governos latino-americanos que se instalaram em 1989-90 na Argentina, Brasil, Peru, Venezuela, México e outros países menores. A experiência de mais de uma década revela que esse paradigma envolve três parâmetros de conduta: como Estado *subserviente*, submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; como Estado *destrutivo*, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior; como Estado *regressivo*, reserva para a nação as funções da infância social. O terceiro é o paradigma do *Estado logístico* que fortalece o núcleo nacional, transferindo à sociedade responsabilidades empreendedoras e ajudando-a a operar no exterior, por modo a equilibrar os benefícios da interdependência mediante um tipo de inserção madura no mundo globalizado (Ibid. p. 6-7 grifos no original).

Segundo esse autor a indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado logístico. E sobre FHC argumenta:

> A racionalidade histórica demandava, pois, ao termo do ciclo desenvolvimentista em 1989, não o paradigma do Estado normal, que impregnou as políticas públicas de Fernando Henrique Cardoso, mas outro esquema de ação, que chamamos de Estado logístico, também presente nas decisões desse homem de Estado, por feliz incoerência. O Estado logístico teve como desafios absorver, no ponto de transição, as forças nacionais geradas pelo Estado desenvolvimentista e engendrar a inserção madura no mundo unificado pelo triunfo do capitalismo (Ibid. p. 9).

Como ponto positivo da política externa de FHC, Cervo apontou o tema meio ambiente, onde disse que a "ação da diplomacia brasileira nesse terreno não permitiu que graves prejuízos ao país como aqueles advindos da gestão das relações econômicas externas se repetissem". Acrescentou que era perceptível junto aos países avançados a intenção de utilizar o argumento ecológico como instrumento de pressão sobre os países em desenvolvimento para tolher-lhes riqueza e meios de ação, mas que a estratégia brasileira (até mesmo anterior ao período FHC) envolveu iniciativas na esfera bilateral, multilateral regional e multilateral global. Segundo esse autor:

> Obteve êxito em três sentidos: trouxe a chamada Cúpula da Terra para o Rio de Janeiro (junho de 1992), agregou na ocasião o tema do desenvolvimento ao debate sobre meio ambiente (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) e substituiu o confronto norte-sul pela cooperação no trato da questão. A ECO 92 assistiu ao triunfo da tese brasileira do desenvolvimento sustentável acoplado ao meio ambiente. Dela resultaram a Agenda 21, um programa de cooperação multilateral, uma Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, que evoluiu para o Protocolo de Kyoto de 1997, e uma Convenção sobre Diversidade Biológica que resguarda direitos brasileiros sobre a Amazônia. O Brasil ratificou as duas últimas e envolveu-se oficialmente com a Agenda 21 (Ibid. p. 12).

Resumindo sua avaliação sobre a política externa de FHC em seus dois mandatos, o último autor citado diz que o ex-presidente obteve êxito no propósito de manter a estabilidade econômica interna e elevar a produtividade, mas que ao acoplar o setor externo e esses objetivos internos, corrompeu a funcionalidade da política exterior. Disse que seu governo confundiu abertura com estratégia e sacrificou a política exterior, que deixou de servir ao desenvolvimento e à superação de dependências estruturais. Em outros termos, não formulou uma estratégia de inserção internacional, para além da simples abertura. E Conclui:

> O balanço das relações internacionais do Brasil durante a era Cardoso tornou-se, destarte, medíocre, senão desastroso, considerando a realização de interesses nacionais. Cardoso falhou em três pontos: expôs as finanças à especulação, converteu a política de comércio exterior em variável da estabilidade de preços e alienou boa parte do núcleo central robusto da economia, mediante o mecanismo da privatização com transferência de ativos ao exterior. Aprofundou, desse modo, a vulnerabilidade externa, tornando-a uma das mais graves entre os países emergentes. Esses erros conduziram a resultados negativos da ação externa: em primeiro lugar, à tradicional via dos serviços da dívida, Cardoso acrescentou duas novas vias de transferência de renda ao exterior, a dos dividendos e a dos altos juros reais; em razão disso, elevou o passivo externo do país a um patamar de alto risco segundo a boa regra econômica; enfim, um comércio exterior quase estagnado deixou de servir ao desenvolvimento e ao alívio do balanço de pagamentos. Nenhuma criatividade revelou o Presidente em acionar mecanismos de

> equilíbrio dessas condutas – que por isso são erros de cálculo político – como fazem os países maduros (Ibid. p. 30).

Em sua opinião o Brasil de Cardoso "deixou-se seduzir pela miragem da mudança, perseguida com fúria ideológica, mas que manipulou o setor externo de modo a provocar um salto para trás, a considerar o lastro de potencial acumulado à duras penas por esforços do Estado e da nação, durante os sessenta anos anteriores" (Ibid. p. 31).

Em relação a uma comparação entre a política externa de FHC e Lula, o já citado Tullo Vigevani em artigo conjunto com Gabriel Cepaluni, na época doutorando em Ciência Política pela USP, desenvolveram a hipótese que Lula buscou a "Estratégia de Autonomia pela Diversificação" diferentemente da chamada "autonomia pela participação" do governo FHC. Nesse sentido, apesar da continuidade da participação brasileira em Organizações e Fóruns Internacionais, Lula buscou parcerias mais intensas com parceiros não tradicionais, como os países africanos e asiáticos (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Introduzindo a análise da política externa de Lula para a América do Sul vamos relembrar algumas passagens de seu Discurso na 59ª Assembléia-Geral da ONU em 2004. Essa referência parece importante, porque pensamos que nessa ocasião o presidente teria a preocupação de sintetizar as principais prioridades de política externa do governo brasileiro. Na parte inicial de seu discurso podemos ler:

> Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional. Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial. Poderosa e onipresente, uma engrenagem invisível comanda à distância o novo sistema. Não raro, ela revoga decisões democráticas, desidrata a soberania dos Estados, sobrepõe-se a governos eleitos, e exige a renúncia a legítimos projetos de desenvolvimento nacional. Manteve-se a lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio (...) A Humanidade está perdendo a luta pela paz. Só os valores do Humanismo, praticados com lucidez e determinação, podem deter a barbárie. A situação exige, dos povos e dos seus líderes, um novo senso de responsabilidade individual e coletiva. Se queremos a paz, devemos construí-la. Se queremos de fato eliminar a violência, é preciso remover suas causas profundas com a mesma tenacidade com que enfrentamos os agentes do ódio. O caminho da paz duradoura passa, necessariamente, por uma nova ordem internacional, que garanta oportunidades reais de progresso econômico e social para todos os países (SILVA, 2004).

Sobre a questão ambiental, tão importante no estudo da região amazônica, disse que temos conhecimento científico e escala produtiva para equacionar os desafios econômicos e sociais do planeta. Hoje é possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável. E conclui que a natureza não é um museu de relíquias intocáveis. Mas definitivamente, ela não pode ser degradada pela espoliação humana e ambiental a qualquer custo. Concluiu argumentando que a América do Sul responde por cerca de 50% da biodiversidade mundial

e que defendia o combate à biopirataria e à negociação de um regime internacional de repartição dos benefícios resultantes do acesso a recursos genéticos e conhecimentos (Ibid.).

Quanto ao papel ativo que o Brasil pode exercer no mundo para promover a cooperação, afirmou:

> Não acreditamos na interferência em assuntos internos de outros países, mas tampouco nos refugiamos na omissão e na indiferença diante de problemas que afetam nossos vizinhos. O Brasil está empenhado na construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, a partir do fortalecimento do Mercosul e de uma relação estratégica com a Argentina (Ibid.).

Porém esses discursos não corresponderam completamente à realidade, como por exemplo, no constante desprestígio do Ministério do Meio Ambiente. Isso ficou evidente quando observamos a situação difícil pela qual passou a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva que constantemente foi contrariada pelo Ministério da Agricultura e outros que estão mais preocupados com a economia de curto prazo do que com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Um caso paradigmático foi a oposição de Marina à plantação de soja transgênica. Prevaleceu a posição do Ministério da Agricultura favorável. Nesse sentido, Marina Silva fez um desabafo político durante abertura de Fórum em Goiânia diante de centenas de pessoas que participaram da cerimônia de abertura do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental em novembro de 2004:

> Quando pensamos em políticas públicas, devemos imaginá-las para o presente e para o futuro. Se levarmos em conta somente o imediatismo, estaremos ignorando nosso PIB intangível, nosso capital ambiental para as futuras gerações, disse. Citando Leonardo Boff, a ministra afirmou que, se o Brasil não tiver cuidado agora com seus recursos naturais, terminará por esgotá-los. "Temos que ter cuidado com tudo o que promove a vida, temos que pensar em um futuro onde nós não estaremos, mas que pertencerá a outros brasileiros. Se levarmos esta preocupação para as políticas públicas, os fins não podem estar separados dos meios", disse. Marina desabafou também contra aqueles que a acusam de não querer o avanço tecnológico do país por ser contra a liberação da soja transgênica. "A dinâmica ambiental é incompatível com a pressa do mercado, cuja lógica trata as coisas como números. Se lutar por um novo eco civilizatório que modifique os meios de produção e consumo atuais significa ser fora de moda, então quero permanecer sendo fora de moda" disse (SILVA, M., 2004).

Outro episódio envolvendo a ex-ministra foi quando o governo começou a discutir a transposição de parte das águas do rio São Francisco. Lula ouviu atentamente a opinião contrária dela às obras e os argumentos favoráveis dos técnicos da área. Após ouvi-los, de forma muito simplista diz: "Marina, essa coisa de meio ambiente é igual a um exame de próstata, não dá para ficar virgem toda vida"[22]. Por fim Marina Silva renunciou ao cargo de Ministra de Meio Ambiente em 2008[23].

[22] Ele continuou o argumento com expressões vulgares do tipo, assim como também, nessa mesma obra é informado que Lula trata Marco Aurélio Garcia (seu assessor especial para assuntos internacionais) de maneira muito grosseira. Vale

Apesar de suas limitações é importante ressaltar que Marina Silva talvez pudesse ter tido uma atitude mais ousada e comprometida como ministra. Como argumenta Argemiro Procópio, professor de Relações Internacionais da UNB, meios de comunicação de massa nacionais e internacionais denunciaram alarmantes índices de queimadas, assim como o contrabando de madeira e o desvio de verbas para reflorestamento. E concluiu de maneira ácida que "a corrupção maquinada em escalões responsáveis pela política ambiental na administração da senadora Marina da Silva permanecerá indelével nas páginas da devastação amazônica" (PROCÓPIO, 2005, p. 240).

Mas por outro lado, o economista Paulo Nogueira Batista Junior (2005, p. X) afirmou que a situação do Brasil e da América do Sul evoluiu para melhor, apesar das frustrações com as políticas econômicas e sociais dos dois primeiros anos do governo Lula, "Isso porque forças que predominaram na década de 1990 sofreram derrotas em vários países da América do Sul e surgiu um saudável ceticismo em relação a conselhos externos e supostos consensos internacionais".

Esse mesmo autor acrescentou que enquanto estancavam as negociações com os países desenvolvidos, avançou gradualmente a integração com a América do Sul e com os países em desenvolvimento de outras regiões e conclui:

> É outra, portanto, a orientação brasileira no campo da política externa e das negociações comerciais. Começamos superar as posturas atemorizadas, freqüentemente subalternas, que marcaram a política internacional do Brasil nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso (BATISTA JUNIOR, 2005, p. XII).

Em relação à política externa de Lula usaremos também o livro já mencionado **Viagens com o Presidente: dois repórteres no encalço de Lula do Planalto ao exterior** (2006) dos jornalistas Eduardo Scolese e Leonencio Nossa. Apesar de ser de característica mais anedótica, esse livro nos apresentam alguns dados muito simbólicos das prioridades e do estilo do governo analisado.

No capítulo "Milhagem" os autores argumentam que por oito anos Lula gostava de criticar as viagens de FHC ao redor do mundo. Via nesses deslocamentos um desperdício de dinheiro público e uma forma que o tucano encontrava para fugir dos problemas nacionais (SCOLESE & NOSSA, 2006, p. 73). Porém, os mesmos jornalistas dizem que ao chegar ao poder, o ex-metalúrgico e fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) mudou de idéia. Acrescentam que ele argumentou que suas viagens ao exterior tinham outro enfoque e, na condição de presidente da República, não poderia ficar trancado num gabinete só falando ao telefone. "Era preciso 'olhar no olho' dos líderes mundiais" (Ibid. p. 74).

---

uma reflexão sobre a qualidade de um governante que fora dos holofotes se comporta dessa maneira (SCOLESE & NOSSA, 2006, p. 71).

[23] Marina Silva foi candidata pelo Partido Verde (PV) à presidência do Brasil em 2010 com um discurso contrário ao PT obtendo a terceira colocação entre nove candidatos, com 19,33% da porcentagem total de votos com expressivos 19.636.359 votos.

> No ranking de visitas, Argentina e Estados Unidos aparecem à frente. Nos 36 primeiros meses de governo, Lula esteve cinco vezes nos países de Nestor Kirchner e George W. Bush. A seguir, com quatro visitas, aparecem Bolívia, Colômbia, Paraguai, Peru, Suíça e a Venezuela de Hugo Chávez, figura polêmica de **que Lula costuma zombar nas conversas com auxiliares** (...) (Ibid., minha ênfase).

Sobre as viagens analisam que:

> Em oito anos de governo o tucano (FHC) manteve uma média de mais um país visitado a cada mês (1,14). Já Lula, nos três primeiros anos de governo, mais do que dobrou essa média, com mais de dois países por mês (2,36). O percentual que confronta os dias de governo com os passados fora do país também coloca Lula a frente do antecessor. Em 96 meses de mandato, o tucano registrou 332 dias em deslocamento ao exterior, o que representa cerca de 11 por cento do total de seu mandato. A média de Lula entre janeiro de 2003 e dezembro de 2005 ficou em 14 por cento. (...) Após a redemocratização, em 1985, FHC e Lula são disparados os presidentes que mais viajaram ao exterior. Atrás deles, aparecem Fernando Collor de Melo, com quase 10 por cento de seu mandato no exterior, José Sarney (8 por cento) e Itamar Franco (5 por cento) (Ibid, p. 139-140).

Porém o próprio Cardoso disse que graças às facilidades de comunicações e de deslocamentos de pessoas, a diplomacia dos países inclui uma dimensão presidencial. Em suas próprias palavras:

> Por mais que a "diplomacia presidencial", com as conseqüentes e seguidas viagens internacionais do Presidente, seja criticada por quem não conhece como se formam as teias decisórias contemporâneas, ela é indispensável (...) Só os ilusos acreditam no disparate de que alguma forma de lazer esteja entre as razões dessas viagens ou que elas se limitem a buscar a expansão do comércio. Esta eventualmente pode decorrer de algum acordo assinado entre os presidentes. Com mais freqüência, entretanto, o fluxo de comércio depende de condições econômicas objetivas, da atividade empresarial e da ação contínua dos Ministérios do Exterior e do Comércio. O interesse da diplomacia presidencial é, sobretudo, político. **Sucede que as boas relações políticas facilitam os laços econômicos** (CARDOSO, 2006, p. 602-603, minha ênfase).

Analisando a política externa de Lula, de acordo com Paulo Roberto de Almeida, o presidente falou sobre uma "diplomacia da generosidade" baseado no tamanho e potencial do Brasil no continente, recomendando que importadores domésticos comprassem mais dos países vizinhos, ainda que com preços relativos desvantajosos, um caminho para equilibrar o fluxo de comércio e contribuir para a prosperidade comum na região. Mas ele acrescenta:

> Entretanto, promessas feitas aos vizinhos de financiamento direto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não se materializaram, e **apenas projetos de engenharia de empresas brasileiras trabalhando nesses países foram aprovadas**. **Ativismo diplomático na América do Sul, preferencialmente com a expansão do Mercosul, e o estabelecimento de uma política coordenada, (...) foram empreendidas na região, podendo paradoxalmente ter resultado em uma reação adversa a uma expansão da influência brasileira**. Ainda no Mercosul, as preocupações sobre o "excessivo peso" do Brasil pode ter influenciado a decisão dos países menores em apoiarem a "política de admissão" da Venezuela dentro do esquema de integração do Cone Sul (ALMEIDA, 2009, p. 171-172, minha ênfase).

Por fim Eduardo Scolese e Leonencio Nossa (p. 107) informam que ninguém da comitiva do presidente Lula agüentava mais ouvir que a "integração física da América do Sul está consolidada", "o século XIX foi da Europa, o século XX dos Estados Unidos e o século XXI tem de ser do Brasil e dos países africanos" e "o Brasil vai deixar em breve de ser um país em desenvolvimento para se tornar desenvolvido".

O ex-ministro das Relações Exteriores de FHC, Celso Lafer, fez muitas críticas em relação à diplomacia brasileira do período Lula, dizendo que em sua avaliação o governo Lula não estava indo bem na área econômica, no sentido de não inovar em nada e ser apenas um continuador ortodoxo do que existia, e tem sido um retrocesso em matéria de políticas sociais pela incapacidade de gestão dessas políticas e acrescentou que, diante desse quadro, a política externa surgiu para o governo do PT como a oportunidade para marcar a diferença[24]. E conclui:

> E assim a política externa vem sendo tratada como uma espécie de marco zero, estaríamos fazendo coisas nunca antes feitas. Parece-me um desejo condizente com aquela declaração do presidente Lula tomando a eleição dele, em 2002, como "uma mudança com impacto para humanidade". O próprio ministro Celso Amorim, em mais de uma ocasião, disse que o governo Lula quer fazer história e isso o diferenciaria do governo anterior. Enfim, está claro que estamos diante de uma típica retórica de movimento, que é parte do estilo diplomático. A rigor, portanto, não há novidades, há estridências (LAFER, 2004).

Por outro lado, o Ministro de Relações Exteriores de Lula, Celso Amorim, disse em 2006 que:

> (...) a integração na América do Sul e da América Latina, mais amplamente, é não apenas um projeto político, que é natural, importante, é uma obrigação constitucional, faz parte, portanto, daqueles princípios básicos do relacionamento internacional do Brasil, mas, além disso, ela está dando resultados concretos. Ela está sendo aprofundada. Nós não inventamos a integração da América do Sul, mas acho que nós podemos dizer com, creio eu, justa vaidade, que aprofundamos a integração da América do Sul. Essa é uma das questões que eu queria ressaltar (AMORIM, 2006).

Porém Alfred Montero, professor de Ciência Política no *Carleton College*, afirma que não está claro se o Brasil está comprometido em se tornar um produtor e exportador competitivo no mercado global ou se está mais interessado em evitar a competição. Em suas próprias palavras:

> As relações de amor e ódio do Brasil com a integração regional e os pactos comerciais bilaterais sugerem uma incerteza sobre o direcionamento de sua própria diplomacia econômica. **É o Brasil um líder da América Latina em questões como a integração comercial regional ou é uma ilha buscando seus próprios interesses?** (…) o Brasil entende que é um pré-eminente poder Latino-americano na região, o Estado indispensável sem o qual nem a integração econômica nem a segurança coletiva são possíveis. Se os líderes do país forem bem sucedidos em compor uma clara visão do papel do país no mundo em um futuro próximo, o Brasil estará apto a desenvolver um claro

[24] É claro que essa afirmação de 2004 talvez seria difícil de ser feita anos depois no momento em que Lula saiu da presidência com uma popularidade de mais de 80% em 2010, quando fez a sua sucessora Dilma Rousseff.

> direcionamento em sua política externa que seja compatível com a sua importância global (MONTERO, 2005, p. 117 e 134, minha ênfase).

Além disso, é interessante observar algumas contradições na chamada política externa progressista de Lula, quando vemos seu grande apoio ao agro-negócio, o qual já foi muito criticado pelo PT no passado como uma das principais causas de injustiça social no Brasil[25].

> É claramente irônico que o gabinete de liderança do PT tenha as melhores conexões com a elite exportadora do que qualquer outro recente governo brasileiro – mas nós afirmamos que é precisamente *porque* um presidente esquerdista foi eleito que o poder burocrático foi polarizado. A tríade da política exterior do Ministro Celso Amorim, do secretário geral do MRE Samuel Pinheiro Guimarães, e do antigo conselheiro presidencial Marco Aurélio Garcia coexiste num governo que também apresentou "pesos pesados [ligados ao mercado]" como Meirelles, Furlan e Rodrigues. Esse último grupo não viu razão para obstruir a progressiva agenda Sul-Sul de grupos anteriores, na medida que coincidia com a orientação do "desenvolvimento voltado para fora" dos interesses empresariais que eles representam. O boom das exportações sob Lula, combinada com o patrocínio agressivo presidencial das missões de negócios na Ásia, África, e Oriente Médio, fizeram essas duas facções se unirem facilmente. Em síntese, **uma constelação singular de fatores levou a liderança de Lula combinar uma estratégia histórica de política externa petista com uma política comercial amigável com os empresários**. Levando tudo isso em consideração, Lula foi presidencialismo promovendo pluralização[26].

Leonardo Ramos nessa mesma linha considerou, no que ele chamou de "perspectiva neogramsciana", que é possível ver o governo Lula como um governo que busca uma mudança, mas não uma transformação radical, de caráter necessariamente contra-hegemônico. E conclui:

> Contudo, quando analisada de uma maneira mais detalhada, tal inserção não se apresenta como transformadora, mas dentro de uma estrutura maior de revolução passiva em escala global, contribuindo assim para a reestruturação e manutenção do bloco histórico globalista. Na verdade, seria possível perceber certo processo de transnacionalização do Estado brasileiro em seu sentido ampliado, que se encontra intimamente vinculado a um projeto de revolução passiva global. **Mas onde estariam as origens desse transformismo? Ora, na mudança do próprio PT que se afasta com o passar do tempo de suas bases ou talvez do fato do PT, na verdade, nunca ter tido um projeto de transformação radical da realidade**[27].

Nesse mesmo sentido Procópio (2005, p. 287) diz que:

> No frigir dos ovos, com o Partido dos Trabalhadores no poder se comprovou que pouca ou nenhuma diferença fez a **substituição das elites. Algumas nascidas no**

---

[25] Nesse sentido nos parece importante a análise feita pelo economista Reinaldo Gonçálves (2000) no artigo "Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva" onde afirma que a economia brasileira correria o risco de desindustrialização, retornando a primazia do setor exportador baseado em matérias primas.

[26] CASON, Jeffrey W. & POWER, Timothy J. "*Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*". In: _____ ***International Political Science Review***, v.30, No. 2, 2009, p. 128-129, itálico no original e ênfase minha. A discussão sugerida por esses autores é sobre a perda do monopólio do Ministério de Relações Exteriores do Brasil (MRE) na formulação da política externa do país, devido à ascensão da "diplomacia presidencial" e da pluralização dos interesses dos grupos nacionais em relação à política externa.

[27] RAMOS, Leonardo. "Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula". In: _____ **LASA – *Latin American Studies Association XXVIII International Congress***, 2009. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/RamosLeonardo.pdf. Acesso em fevereiro de 2010, p. 23-24, minha ênfase.

> **latifúndio improfícuo e outras na improdutiva aristocracia operária sindical. Em ambos reina a tradição cultural pela invisibilidade dos excluídos** (minha ênfase).

A modo de conclusão desse capítulo, vimos o grande desafio representado pela Heterogeneidade Regional entre os países amazônicos para uma liderança brasileira no processo de integração regional.

Observamos que o Brasil nos governos FHC e Lula priorizou essa integração Sul-americana, em um novo contexto para a política externa brasileira, com maior participação nas Organizações e Fóruns Internacionais e no caso do segundo com uma tentativa de maior diversificação dos parceiros estratégicos. Tanto do ponto de vista comercial, quanto da proposta de integração da infraestrutura regional, os dois presidentes apresentam grande continuidade.

O problema que surge de ambos governos é em relação a reflexões mais aprofundadas dos impactos desse modelo proposto de integração, o qual facilitaria a aplicação da recomendação de Regionalismo Aberto da CEPAL.

Nesse sentido, focaremos agora as relações bilaterais do Brasil com os países amazônicos nesse período, buscando entender as potencialidades e limitações do Regionalismo Aberto. Optamos por uma análise particular com cada um dos principais países amazônicos, buscando encontrar simetrias e diferenças. Ao final faremos uma análise geral e sintética dessas relações.

Capítulo 2: As relações bilaterais do Brasil com os países Amazônicos (1995-2010)

Nesse capítulo buscaremos mostrar os padrões de comércio do Brasil na atualidade, destacando especialmente a crescente importância do mercado Asiático para a economia brasileira, tanto em relação às exportações quanto às importações. Após uma análise geral dos principais parceiros comerciais brasileiros, detalharemos suas relações econômicas e políticas com os países amazônicos selecionados por nós: Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

O objetivo central será observar os padrões de comércio do Brasil com esses países, mas também sua postura diplomática frente a problemas pontuais com cada um deles. Tentaremos avaliar semelhanças e diferenças em suas relações com os vizinhos amazônicos nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). **A hipótese de trabalho nesse capítulo é que o desequilíbrio nas relações do Brasil com os países amazônicos gera uma reação comum de crítica a atuação da diplomacia brasileira em situações de crise.** Especialmente é questionada a posição de líder na integração regional, a qual o Brasil costuma se auto declarar com essa função, mas segundo alguns teóricos sem assumir os custos envolvidos nesse processo (BURGES, 2009 e 2005; ALMEIDA, 2009; MALAMUD, 2009).

Os temas bilaterais analisados foram escolhidos de acordo com o peso que eles apareceram tanto na mídia, como especialmente nos textos produzidos por elaboradores e analistas das relações internacionais dos países amazônicos. Fizemos uma ampla pesquisa bibliográfica em meu estágio como Pesquisador Visitante no *Center for Iberian and Latin American Studies* (CILAS) da Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD) entre outubro de 2009 e abril de 2010 em relação às pessoas-chave na elaboração da política externa de cada país considerado aqui: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Os textos produzidos pelos presidentes de cada república, assim como também dos Ministros de Relações Exteriores dos países amazônicos entre 1995-2010 e de analistas políticos serviram de base para selecionarmos os temas mais latentes nas relações do Brasil com cada um[28]. Essa opção metodológica se mostrou bastante arriscada, pois o acervo da biblioteca Geisel, da UCSD, é extremamente completo e o prazo para a incorporação de toda essa bibliografia foi relativamente curto (6 meses). Apesar dessas dificuldades, acreditamos que foi importante agregar a bibliografia produzida pelos países vizinhos, a qual muitas vezes analistas brasileiros acabam não tendo acesso ou considerando. Também ressaltamos que alguns presidentes e ministros produzem mais textos do que outros, portanto, a omissão de referências bibliográficas de alguns formuladores de política externa nos países amazônicos se deve a esse fato.

[28] Em nosso Anexo 2 reproduzimos a matriz de pessoas-chave de cada governo que foram levadas em consideração na pesquisa bibliográfica

2.1- O Comércio Brasileiro com o mundo

A economia brasileira se internacionalizou intensamente no período analisado nessa pesquisa de 1995 até 2010, tanto do ponto de vista da entrada de investimento externo direto como do comércio. A seguir gostaríamos de enfatizar três tendências no comércio internacional brasileiro: 1- grande dinamismo do comércio do país nesse período, especialmente no período Lula (2003-2010); 2- aumento da importância do mercado asiático; 3- crescimento expressivo em termos absolutos das relações do Brasil com os países amazônicos.

Tabela 10: Comércio do Brasil com o Mundo (1994-2010)

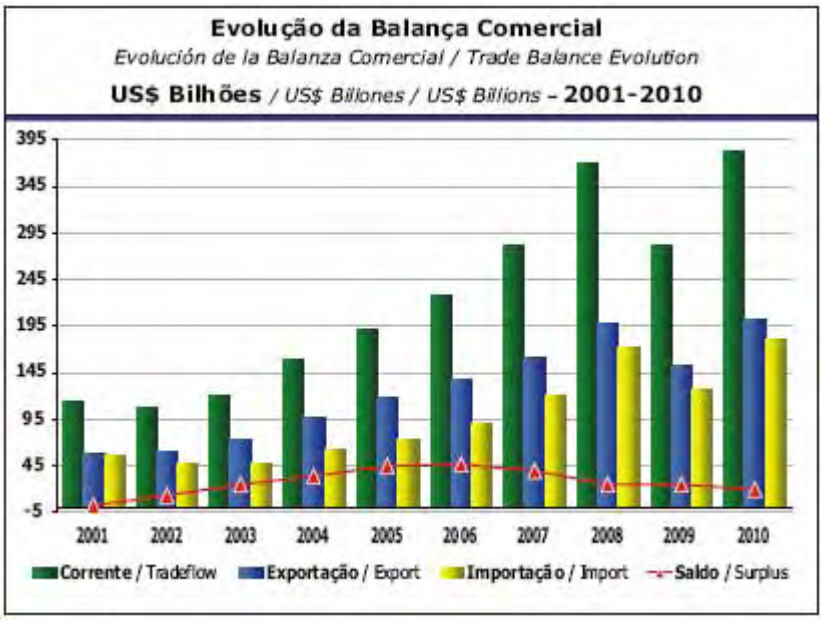
Ano	Exportação US$	Variação %	Importação US$	Variação %	Saldo	Corrente de Comércio
1994	43.545.148.862	12,94	33.078.690.132	30,97	10.466.458.730	76.623.838.994
1995	46.506.282.414	6,80	49.971.896.207	51,07	-3.465.613.793	96.478.178.621
1996	47.746.728.158	2,67	53.345.767.156	6,75	-5.599.038.998	101.092.495.314
1997	52.982.725.829	10,97	59.747.227.088	12,00	-6.764.501.259	112.729.952.917
1998	51.139.861.545	-3,48	57.763.475.974	-3,32	-6.623.614.429	108.903.337.519
1999	48.012.789.947	-6,11	49.301.557.692	-14,65	-1.288.767.745	97.314.347.639
2000	55.118.919.865	14,80	55.850.663.138	13,28	-731.743.273	110.969.583.003
2001	58.286.593.021	5,75	55.601.758.416	-0,45	2.684.834.605	113.888.351.437
2002	60.438.653.035	3,69	47.242.654.199	-15,03	13.195.998.836	107.681.307.234
2003	73.203.222.075	21,12	48.325.566.630	2,29	24.877.655.445	121.528.788.705
2004	96.677.498.766	32,07	62.835.615.629	30,03	33.841.883.137	159.513.114.395
2005	118.529.184.899	22,60	73.600.375.672	17,13	44.928.809.227	192.129.560.571
2006	137.807.469.531	16,26	91.350.840.805	24,12	46.456.628.726	229.158.310.336
2007	160.649.072.830	16,58	120.617.446.250	32,04	40.031.626.580	281.266.519.080
2008	197.942.442.909	23,21	172.984.767.614	43,42	24.957.675.295	370.927.210.523
2009	152.994.742.805	-22,71	127.720.101.071	-26,17	25.274.641.734	280.714.843.876
2010[29]	180.997.144.899	30,65	166.086.556.457	43,89	14.910.588.442	347.083.701.356

Fonte: Elaboração própria baseada em BRASIL, 2011.

Nessa tabela podemos perceber como o volume de comércio entre o Brasil e o Mundo aumentou entre 1994 e 2010, indo a Corrente de Comércio (Exportações somadas as Importações) de aproximadamente 76,5 bilhões de dólares estadunidense em 1994 para 347 bilhões em 2010. Também percebemos que o Brasil é superavitário em todos os anos desde 2001 ainda que com uma tendência decrescente em 2010 como podemos ver no gráfico a seguir:

[29] Não contempla o mês de dezembro.

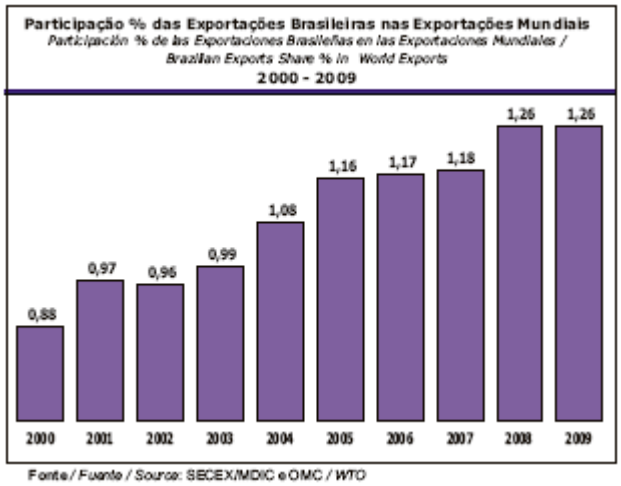
Gráfico 1: Evolução da Balança Comercial Brasileira (2001-2010)



Fonte: BRASIL, 2011.

Apesar desse cenário positivo, ainda a participação das exportações brasileiras não representa um grande peso em termos mundiais, não alcançando nem 1,5% do total das exportações mundiais, como podemos ver no segundo gráfico.

Gráfico 2: Participação % das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (2000-2009)



Fonte: BRASIL, 2011.

Em relação aos principais parceiros comerciais do Brasil, temos as tabelas e gráficos a seguir. Escolhemos os anos de 2005 e 2010 como comparações, porque para esses encontramos os mesmos parâmetros nas informações. Antes de 2005 os dados não eram apresentados da mesma

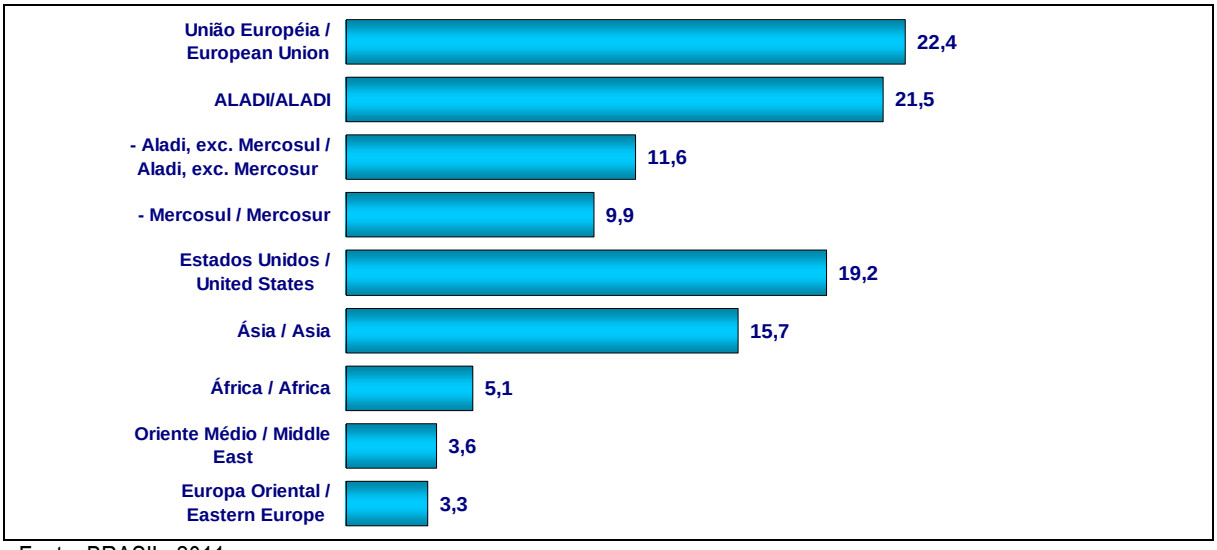
maneira e o que nos importa nesse momento é mostrar a tendência crescente da importância do mercado asiático para o Brasil, conseqüentemente aumentando os interesses na integração à Bacia do Pacífico.

Tabela 11- Principais mercados de destino das Exportações Brasileiras (2005)
US$ MILHÕES / VARIAÇÃO %

	Valor *Value*	Δ % 2005/04
União Européia / *European Union*	26.493	9,7
ALADI / *ALADI*	25.428	29,1
- ALADI, exc. MERCOSUL / *ALADI, exc. MERCOSUR*	13.702	27,0
- MERCOSUL / *MERCOSUR*	11.726	31,6
Estados Unidos / *United States*	22.741	11,8
Ásia / *Ásia*	18.552	27,4
África / *África*	5.977	40,8
Oriente Médio / *Middle East*	4.286	16,2
Europa Oriental / *Eastern Europe*	3.861	55,2

Fonte: BRASIL, 2011.

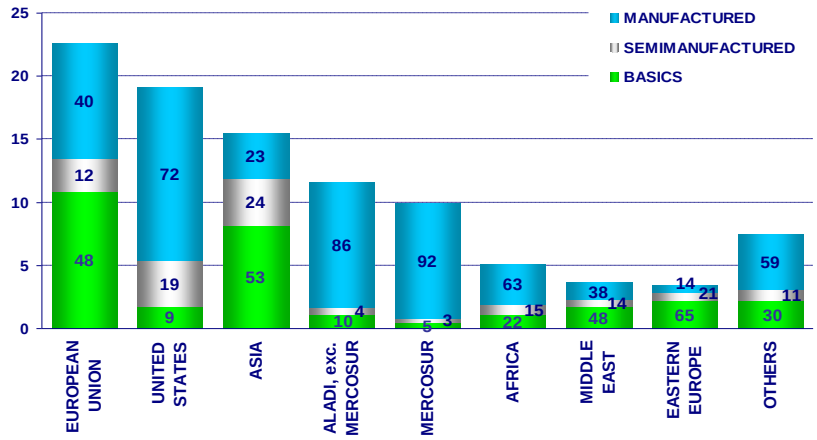
Gráfico 3: Principais mercados de destino das Exportações Brasileiras (2005)
US$ MILHÕES / VARIAÇÃO %



Fonte: BRASIL, 2011.

Realmente podemos perceber como a América Latina já representa um bloco econômico para as exportações do Brasil superior aos EUA. Também em acordo com nossa pesquisa é importante olharmos para a estrutura de nossa pauta exportadora para verificar se estamos exportando produtos de alto valor agregado para os diversos blocos econômicos e quais parecem mais estratégicos para o Brasil:

Gráfico 4 – Participação % das Exportações por Bloco Econômico (2005)



Fonte: BRASIL, 2011.

Por esse gráfico é possível verificar que a União Européia era a maior receptora das exportações brasileiras em 2005, mas com forte concentração em produtos básicos, totalizando 48% do total. Os Estados Unidos se apresentava como segundo maior mercado, com grande concentração em produtos manufaturados, representando 72% do total. O mercado asiático também apresenta uma concentração em produtos primários (53%), enquanto a América Latina exceto Mercosul e Mercosul se mostram estratégicos para produtos manufaturados brasileiros, totalizando 86% e 92% respectivamente. Esse setor é importante por agregar mais valor e maior capacidade de absorção da mão de obra.

Para o ano de 2010, continuamos vendo a tendência da crescente importância dos mercados asiático e latino-americano para as exportações brasileiras.

Tabela 12: Principais Mercados de Destino das Exportações (2010)

Principais Mercados de Destino das Exportações

Principales Destinos de las Exportaciones / Major Markets for Brazilian Exports

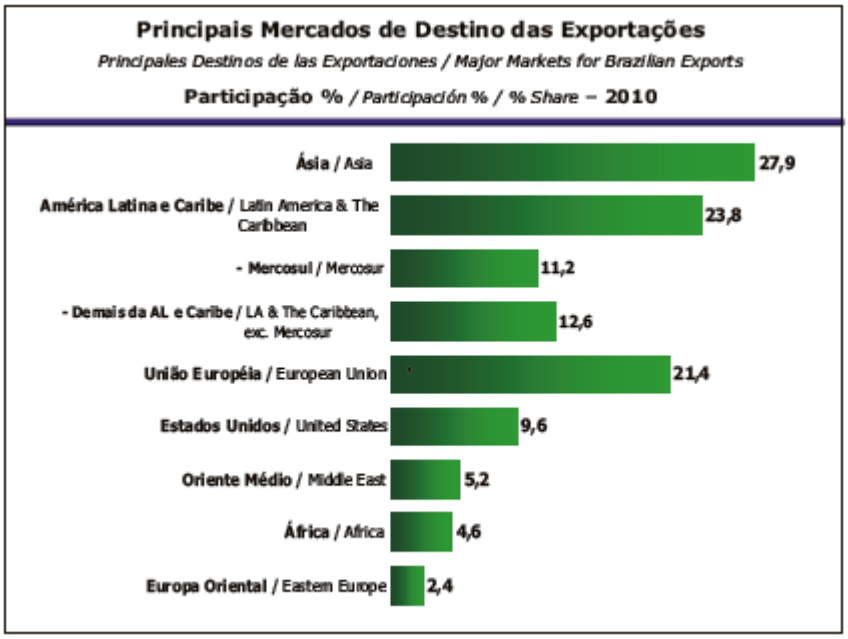
US$ Milhões */ US$ Millones / US$ Millions* **– 2010**

	Valor *Value*	Δ% 2010/09	Part % *% Share*
Ásia */ Asia*	56.273	39,9	27,9
América Latina e Caribe */ Latin America & The Caribbean*	48.008	34,6	23,8
- Mercosul */ Mercosur*	22.602	42,8	11,2
- Demais da AL e Caribe */ LA & The Caribbean, exc. Mercosur*	25.407	28,1	12,6
União Européia */ European Union*	43.135	26,7	21,4
Estados Unidos */ United States*	19.462	23,7	9,6
Oriente Médio */ Middle East*	10.525	39,4	5,2
África */ Africa*	9.262	6,6	4,6
Europa Oriental */ Eastern Europe*	4.788	41,5	2,4

Fonte */ Fuente / Source*: SECEX/MDIC

Fonte: BRASIL, 2011.

Gráfico 5: Principais Mercados de Destino das Exportações (2010)



Fonte */ Fuente / Source*: SECEX/MDIC

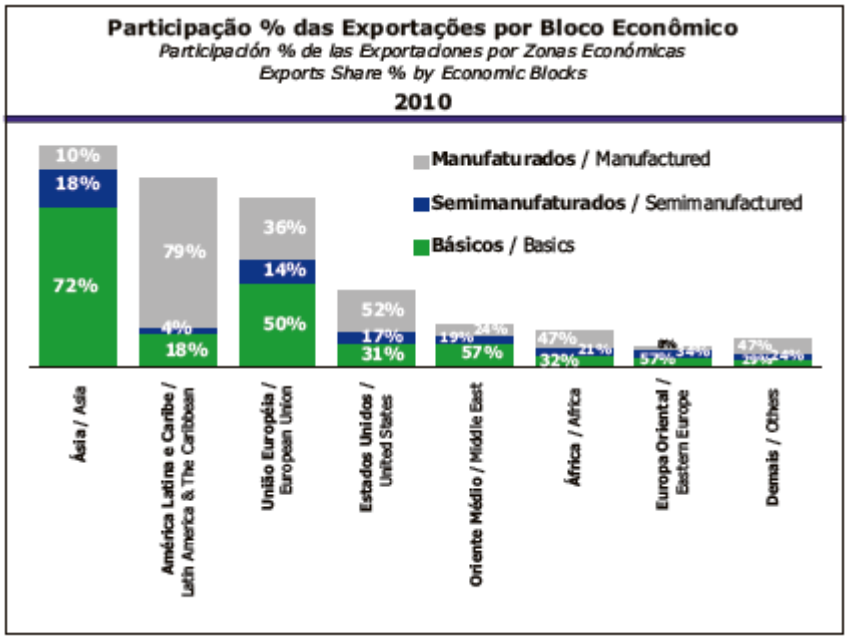
Fonte: BRASIL, 2011.

Tanto quantitativamente como qualitativamente observamos que o padrão das exportações brasileiras está mudando. A Ásia saltou de quarto lugar como bloco econômico que mais absorve as exportações brasileiras em 2005 para o primeiro lugar em 2010. A América Latina manteve o

segundo lugar em 2010 e a União Européia caiu para terceiro seguido dos EUA em quarto que em termos relativos abaixou sua participação em quase 10 % em 5 anos, indo de 19,2% para 9,6% das exportações brasileiras em 2010.

Em termos quantitativos a mudança também é significativa, pois a Europa em 2005 sendo o maior mercado importador de produtos brasileiros absorvia cerca de 26,5 bilhões de dólares enquanto a Ásia em 2010 absorveu mais de 56 bilhões de dólares, seguidos da América Latina com cerca de 48 bilhões e a União Européia com 43 bilhões de dólares. Uma realidade da estratégica diversificação comercial. Porém, novamente é importante verificar o conteúdo dessas exportações.

Gráfico 6: Principais Mercados de Destino das Exportações (2010)



Fonte: BRASIL, 2011.

Em 2010 a Ásia aparece em destaque como absorvedor das exportações brasileiras, mas podemos ver que 72% dessas exportações são concentradas em matérias primas, em claro contraste com a região Latino-americana que absorve 79% das exportações brasileiras em produtos manufaturados. Isso explica parte da importância da integração regional para o Brasil, pois esse padrão de comércio pode dinamizar o crescimento e a geração de empregos no Brasil mais do que o setor agrícola costuma fazer.

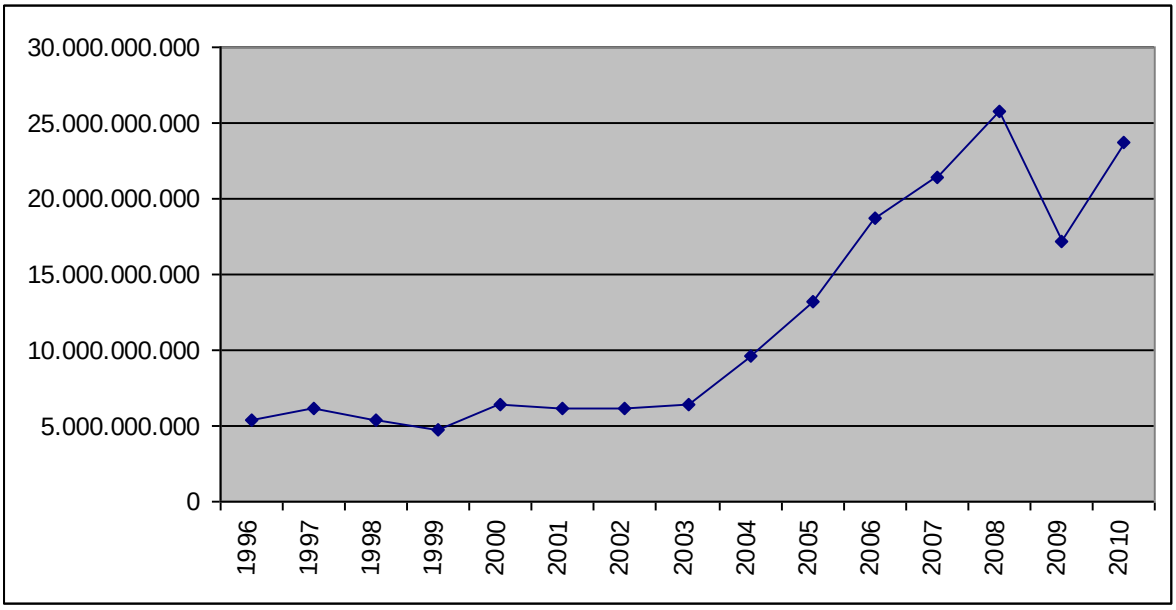
Focando na relação do Brasil com os países amazônicos, temos a tabela a seguir, mas ressaltamos que são dados que além dos paises amazônicos agregam também o Chile. Mas isso não prejudica a interpretação, pois afinal estamos trabalhando a possibilidade da integração ao Pacífico por parte do Brasil, no qual o Chile tem uma grande costa.

Tabela 13: Comércio do Brasil com a América do Sul Exclusive Mercosul (1996-2010)

Ano	Exportação US$	Total para o Mundo US$	Participação % no Total[30]	Importação US$	Total para o Mundo US$	Participação % no Total	Saldo US$	Corrente de Comércio US$
1996	2.971.999.614	47.746.728.158	6	2.394.849.912	33.078.690.132	7	577.149.702	5.366.849.526
1997	3.755.926.070	52.982.725.829	7	2.423.491.112	49.971.896.207	5	1.332.434.958	6.179.417.182
1998	3.466.630.647	51.139.861.545	7	1.951.491.097	53.345.767.156	4	1.515.139.550	5.418.121.744
1999	2.662.809.755	48.012.789.947	5	2.117.819.969	59.747.227.088	4	544.989.786	4.780.629.724
2000	3.383.365.585	55.118.919.865	6	3.081.399.359	57.763.475.974	5	301.966.226	6.464.764.944
2001	3.909.603.603	58.286.593.021	7	2.284.238.975	49.301.557.692	5	1.625.364.628	6.193.842.578
2002	4.174.994.410	60.438.653.035	7	2.018.842.954	55.850.663.138	4	2.156.151.456	6.193.837.364
2003	4.487.342.627	73.203.222.075	6	1.970.212.511	55.601.758.416	4	2.517.130.116	6.457.555.138
2004	6.787.878.451	96.677.498.766	7	2.887.975.079	47.242.654.199	6	3.899.903.372	9.675.853.530
2005	9.491.617.479	118.529.184.899	8	3.679.984.114	48.325.566.630	8	5.811.633.365	13.171.601.593
2006	12.765.218.245	137.807.469.531	9	5.995.892.897	62.835.615.629	10	6.769.325.348	18.761.111.142
2007	14.551.044.895	160.649.072.830	9	6.891.549.022	73.600.375.672	9	7.659.495.873	21.442.593.917
2008	16.627.151.289	197.942.442.909	8	9.205.580.998	91.350.840.805	10	7.421.570.291	25.832.732.287
2009	11.179.598.437	152.994.742.805	7	6.007.998.062	120.617.446.250	5	5.171.600.375	17.187.596.499
2010	14.567.649.134	180.997.144.899[31]	8	9.200.339.713	172.984.767.614[32]	5	5.367.309.421	23.767.988.847

Fonte: Elaboração própria baseada em BRASIL, 2011.

Gráfico 7: Corrente de Comércio do Brasil com a América do Sul Exclusive Mercosul (1996-2010) US$



Fonte: Elaboração própria baseada em BRASIL, 2011.

[30] Dados aproximados.
[31] Não contempla o mês de dezembro.
[32] Não contempla o mês de dezembro.

Por esses dados podemos ver uma expressiva ampliação da Corrente de Comércio entre o Brasil e os países amazônicos mais o Chile entre o período de 2004 e 2010, abrangendo, portanto, o período do presidente Lula, o qual tinha como base a já citada estratégia da autonomia pela diversificação.

Porém em termos relativos vemos que quase não houve o chamado desvio de comércio, ou seja, a ampliação significativa da participação relativa da região Amazônica mais o Chile nas exportações e importações brasileiras, apesar de observar que não houve um padrão regular desse comportamento, às vezes tendo diferenças relativas de ano para ano com aumentos e diminuições oscilantes.

As exportações variaram de um máximo de 9% do total mundial em 2006 e 2007 a um mínimo de 5% em 1999. Já as importações variaram de um máximo de 10% do total mundial em 2006 e 2008 a um mínimo de 4% em três anos do governo FHC (1998, 1999 e 2002) e em um de Lula (2003). Podemos concluir que os desequilíbrios entre as relações comerciais do Brasil com os países amazônicos não se dão em termos relativos no total das exportações e importações brasileiras, mas em termos absolutos, como veremos em suas relações bilaterais com a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Nesse sentido, vemos um expressivo aumento na Corrente de Comércio entre o Brasil e países amazônicos nos últimos quinze anos, mas não o suficiente para gerar o chamado desvio de comércio, tornando essa região mais representativa no total mundial.

Também é interessante fazer essa avaliação em relação aos nossos padrões de importação, verificando os principais parceiros atuais. Utilizaremos dados somente para 2010, pois nosso objetivo não é analisar tendências nesse caso, mas sim somente a representatividade de cada bloco econômico parceiro do Brasil.

Tabela 14: Principais Mercados Fornecedores ao Brasil (2010)

Principais Mercados Fornecedores ao Brasil

Principales Fornecedores de Brasil / Major Suppliers Markets to Brazil

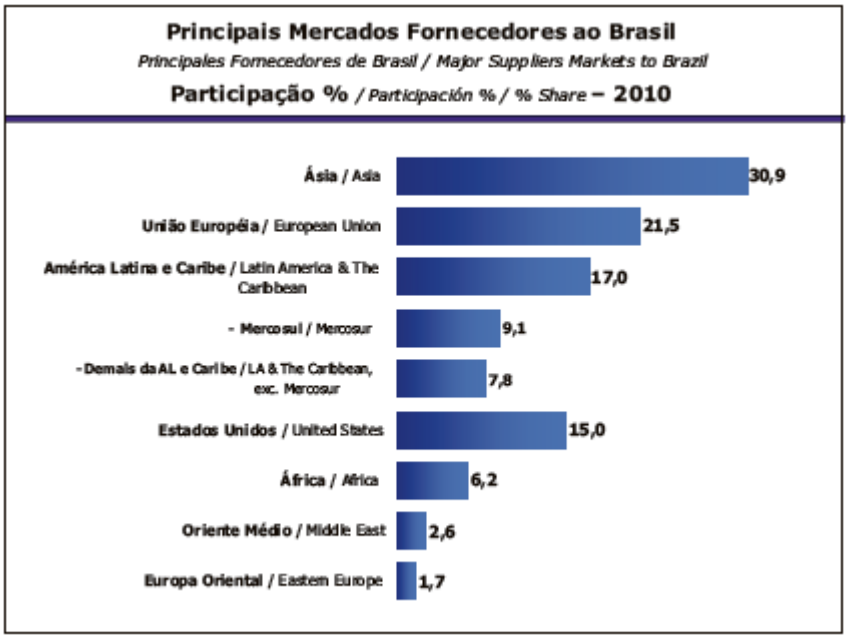
US$ Milhões / *US$ Millones / US$ Millions* – **2010**

	Valor *Value*	Δ% 2010/09	Part % *% Share*
Ásia / *Asia*	56.142	55,3	30,9
União Européia / *European Union*	39.121	33,9	21,5
América Latina e Caribe / *Latin America & The Caribbean*	30.819	35,5	17,0
- Mercosul / *Mercosur*	16.612	26,7	9,1
- Demais da AL e Caribe / *LA & The Caribbean, exc. Mercosur*	14.207	47,4	7,8
Estados Unidos / *United States*	27.249	35,0	15,0
África / *Africa*	11.302	33,5	6,2
Oriente Médio / *Middle East*	4.680	48,9	2,6
Europa Oriental / *Eastern Europe*	3.024	43,6	1,7

Fonte / *Fuente* / *Source*: SECEX/MDIC

Fonte: BRASIL, 2011.

Gráfico 8: Principais Mercados Fornecedores ao Brasil (2010)



Fonte / *Fuente* / *Source*: SECEX/MDIC

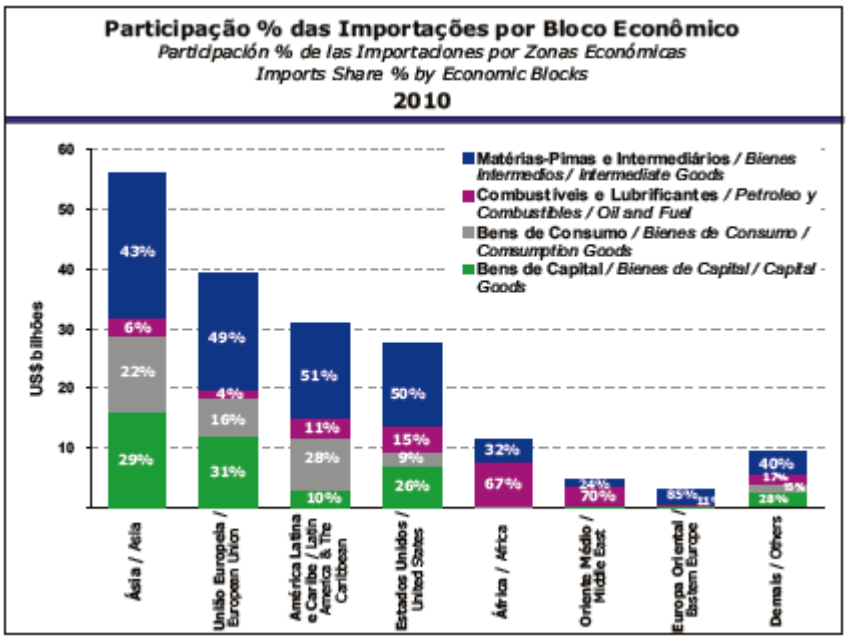
Fonte: BRASIL, 2011.

Na última tabela e gráfico vemos novamente um grande destaque para a Ásia como exportadora de produtos ao Brasil. Em valores absolutos, a Ásia está em primeiro lugar com exportações no valor aproximado de 56 bilhões de dólares, seguidos por União Européia 39 bilhões; América Latina 31 bilhões e Estados Unidos 27 bilhões. Em termos relativos em 2010 a Ásia

representou quase 31 %, a União Européia 21,5%; América Latina 17% e os EUA 15 %. Nos chama a atenção o fato da Ásia já ser o maior parceiro tanto em termos de importações como de exportações em 2010, inclusive com um certo equilíbrio nessas relações, pois as exportações desse bloco para o Brasil totalizaram aproximadamente 56 bilhões de dólares e as importações aproximadamente esse mesmo valor também. Outro fato que merece destaque é que importamos um valor maior de produtos da América Latina que dos EUA nesse momento, desmistificando a ideia de que esses países não teriam nada a oferecer ao Brasil.

Porém um tema ainda tem que ser avaliado, quais os padrões de nossas importações?

Gráfico 9: Participação % das importações brasileiras
por Bloco Econômico em 2010



Fonte / *Fuente* / *Source*: SECEX/MDIC
Fonte: BRASIL, 2011.

Da Ásia importamos 43% em matérias primas, 6% em combustíveis e lubrificantes, 22% em bens de consumo e 29% em bens de capital. Apesar do risco da entrada de produtos chineses manufaturados, ainda a maioria das importações brasileiras dessa região se constitui de matérias primas, porém já vemos que os bens de capital somados aos bens de consumo apresentam um percentual de 51%, portanto superior ao das matérias primas. No caso da União Européia, as importações de matérias primas e combustíveis superam em 6% as importações de bens de capital somados aos bens de consumo. Isso mostra a maior complexidade do comércio atual, dificultando a análise em termos apenas de Centro (produtor de manufaturas) e Periferia (produtora de matérias primas). Nos casos da América Latina e dos EUA é curioso observar que mais de 60% de nossas

importações estão concentradas em matérias primas somadas aos combustíveis e lubrificantes. A conclusão que podemos tirar a priori é que a inserção internacional do Brasil já apresenta uma semelhança maior com os países do Centro que da Periferia, mas ainda carece a reflexão sobre o grau de tecnologia das exportações e também a concentração nas regiões e empresas dessas exportações, o que as diversas vertentes da "Teoria da Dependência" já se preocupavam nos anos 1960.

Tabela 15: Participações de cada Estado brasileiro no total das exportações (2010)

Estados Exportadores / *Estados Exportadores* / *Exporters States*
Valor US$ Milhões / *Valor US$ Millones* / *Value US$ Millions*
Participação % / *Participación %* / *% Share* – 2010

	Valor Value	Part. % % Share		Valor Value	Part. % % Share
Brasil	201.915	100,00	Ceará	1.269	0,63
São Paulo	52.293	25,90	Amazonas	1.119	0,55
Minas Gerais	31.224	15,46	Pernambuco	1.112	0,55
Rio de Janeiro	20.022	9,92	Alagoas	971	0,48
Rio Grande do Sul	15.382	7,62	Rondônia	427	0,21
Paraná	14.176	7,02	Amapá	353	0,17
Pará	12.835	6,36	Tocantins	344	0,17
Espírito Santo	11.954	5,92	Rio Grande do Norte	285	0,14
Bahia	8.886	4,40	Paraíba	218	0,11
Mato Grosso	8.451	4,19	Distrito Federal	153	0,08
Santa Catarina	7.582	3,76	Piauí	129	0,06
Goiás	4.045	2,00	Sergipe	77	0,04
Mato Grosso do Sul	2.962	1,47	Acre	21	0,01
Maranhão	2.920	1,45	Roraima	12	0,01

Fonte / Fuente / Source: SECEX/MDIC

Fonte: BRASIL, 2011.

Pode ser inferido da tabela anterior que o comércio brasileiro gera concentração geográfica das exportações, com o Sudeste, especialmente São Paulo, se beneficiando bem mais que outras regiões dessas relações econômicas internacionais. Esse processo é natural porque no Sudeste, especialmente em São Paulo, as escalas de produção e investimento são maiores, portanto gerando uma maior internacionalização de suas atividades. Mas novamente remonta a crítica que Celso Furtado fazia nos anos 1960 sobre a viabilidade de se pensar em desenvolvimento com esse padrão de concentração regional. Também a concentração das exportações pelas empresas de grande porte envolve essa mesma reflexão (FURTADO, 2000).

Gráfico 10: Exportação por porte de Empresa
Participação % sobre o valor de 2009

Fonte: BRASIL, 2011.

As grandes empresas concentram mais do que 93% das exportações brasileiras, ou seja, quando falamos em inserção internacional econômica, isso significa que alguns grupos apenas participam disso, ainda que possa haver efeitos em encadeamento impulsionando empresas internas no fornecimento de matérias primas ou serviços.

Não queremos dizer que para ser bom para o desenvolvimento brasileiro, teremos que impulsionar apenas as pequenas e médias empresas. Porém esses elementos de centralização e concentração de empresas podem resultar em aumento de desemprego como o clássico estudo de Marx sobre o Capital já mostrava em sua “lei geral de acumulação capitalista” (MARX, 1985). Esse tema será retomado quando analisarmos a atuação das construtoras brasileiras na América do Sul.

Após essa visão geral do comércio exterior brasileiro, iremos focar em suas relações bilaterais com os vizinhos amazônicos selecionados por nós, observando semelhanças e diferenças, tanto nos padrões comerciais quanto nas atitudes diplomáticas brasileiras frente a problemas pontuais em cada um dos países analisados.

2.2- As relações do Brasil com a Bolívia (1995-2010)

As relações econômicas do Brasil com a Bolívia se intensificaram muito entre os anos de 1995 e 2010, com as exportações indo do valor de aproximadamente 530 milhões de dólares em 1995 até em seu ápice 1 bilhão e 135 milhões aproximadamente em 2008. Mas sem dúvida o que chama mais a atenção é a concretização do projeto do gasoduto Bolívia-Brasil, o que explica o aumento das importações brasileiras de aproximadamente 24 milhões de dólares em 1995 para 3 bilhões e 70 milhões dólares aproximadamente em 2008, tendo uma diminuição significativa nos últimos dois anos, porém ainda estando em um valor próximo a 2 bilhões.

A importação de gás explica porque a Bolívia é o único país Sul-americano com o qual o Brasil tem déficit comercial, atingindo o valor de quase 2 bilhões de dólares em 2008 e atualmente em um valor de quase 900 milhões.

Tabela 16: BC do Brasil em relação à Bolívia
(milhões de dólares – 1995-2010)

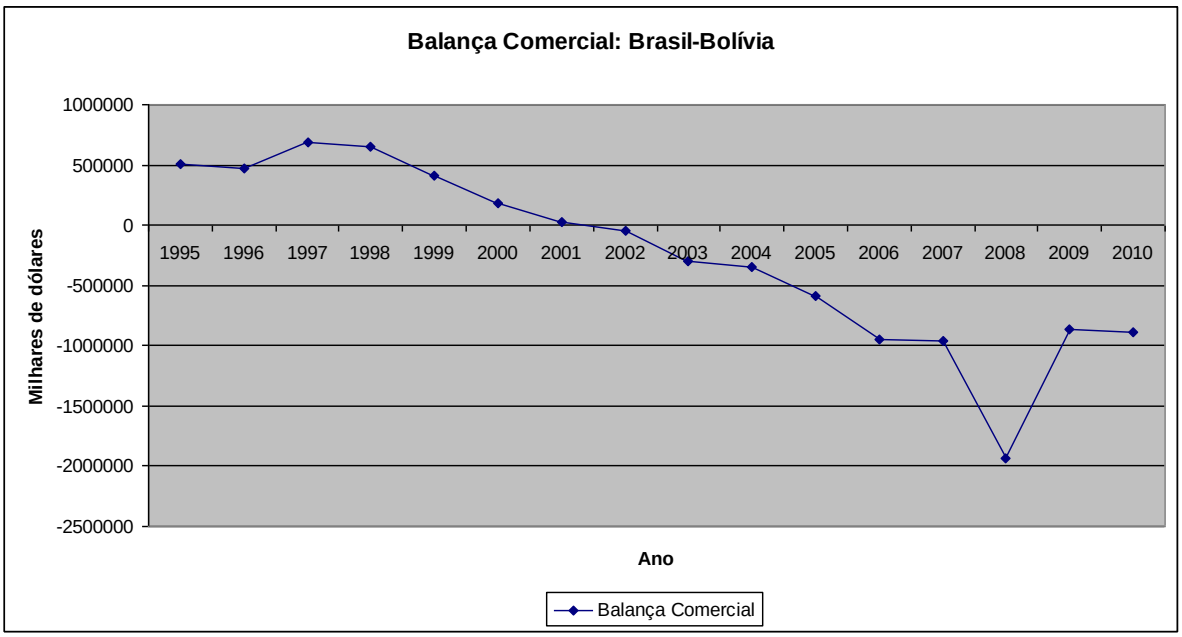
Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	529,800	24,701	505,099
1996	531,135	64,838	466,297
1997	718,491	28,264	690,227
1998	675,208	23,803	651,405
1999	442,318	27,882	414,436
2000	363,635	178,171	185,464
2001	332,724	305,492	27,232
2002	419,855	463,569	-43,714
2003	358,672	652,568	-293,896
2004	534,506	875,868	-341,362
2005	578,832	1 171,643	-592,811
2006	693,314	1 639,439	-946,125
2007	841,311	1 795,893	-954,582
2008	1 134,756	3 069,761	-1 935,005
2009	918,466	1 786,010	-867,544
2010[33]	1 049,987	1 938,047	-888,060

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em Março de 2011.

Nos gráficos seguintes poderemos observar claramente a intensificação das relações comerciais entre Brasil e Bolívia entre 1995 e 2010, através da Balança Comercial e da Corrente de Comércio, a qual soma as importações com as exportações.

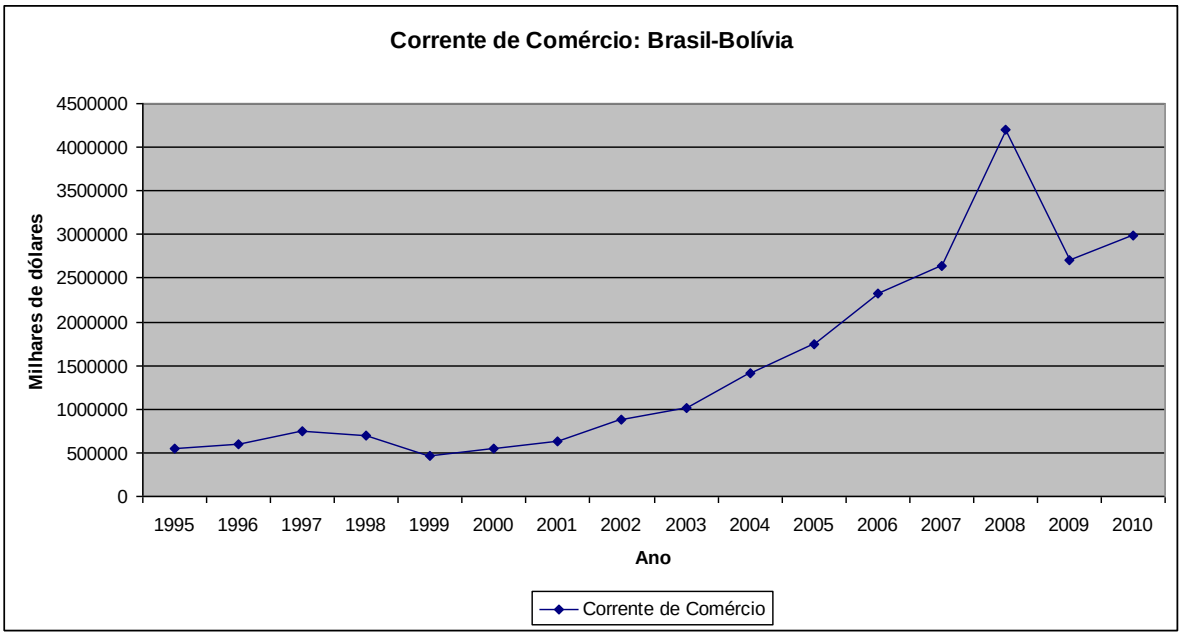
[33] Não contempla o mês de dezembro.

Gráfico 11: BC do Brasil em relação à Bolívia
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Gráfico 12: Corrente de Comércio do Brasil em relação à Bolívia
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Porém como argumenta o ex-embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho Omiste, ainda resta muito por se fazer em matéria comercial. Em sua opinião, a vizinhança com o Brasil oferece enormes possibilidades de complementaridade econômica. E conclui:

> Desde logo não se trata de optar preferências ideológicas ou simpatias políticas, senão de se obter o máximo de benefícios de realidades que existem, além da própria maneira de pensar ou sentir. O Brasil é um país limítrofe, em processo de expansão econômica e tecnológica, que em poucos anos contará com uma população de 200 milhões de habitantes e que constitui um mercado de enormes possibilidades, para o qual a Bolívia deve focar seu interesse em primeiro lugar. Essa proximidade pode converter-se, em curto prazo, em uma efetiva vantagem comparativa para um intenso intercâmbio material e humano, não somente de gás natural e hidrocarbonetos, senão de diferentes produtos manufaturados, alimentos e serviços, para a região interior de um subcontinente, que, a sua vez, busca as vias mais diretas e competitivas de chegar através da Bolívia, às costas do oceano Pacífico e dos grandes mercados asiáticos (OMISTE, 2007, p. 307).

Nosso foco agora será em avaliar se reproduzimos em escala regional o mesmo padrão de comércio que a CEPAL criticava em relação à inserção periférica, ou seja, nesse caso o Brasil funcionaria como o Centro de exportações de manufaturas e os vizinhos, nesse caso a Bolívia, apenas fornecedora de matérias primas.

Apesar de possuirmos um banco de dados com os 50 produtos mais transacionados entre o Brasil e cada um dos países amazônicos no período de 1995 a 2008 e seus valores, centraremos nossa análise em três momentos específicos: 1995, primeiro ano do governo FHC, 2000, sexto ano do governo FHC, e 2008, sexto ano do governo Lula. Também abordaremos somente os 5 produtos mais transacionados, visando encontrar mudanças quantitativas e qualitativas. Começando pelo caso da Bolívia:

Tabela 17: Exportações e Importações entre o Brasil e a Bolívia em anos selecionados:
5 principais produtos
Montantes em milhões de dólares

1995				2000				2008			
Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor
Ferro e Aço Fundido	12,438	Palmitos	3,561	Sementes e Frutos	31,241	Gás Natural	120,541	Ferro e Aço Fundido	14,466	Gás Natural	608,889
Veículos Automotores	5,188	Vestuário de Algodão	2,467	Ferro e Aço Fundido	7,908	Óleos Crus do Petróleo	21,738	Equipamentos para colheita	5,181	Óleos Crus do Petróleo	2,7618
Peças de Maquinário	4,489	Sementes e Frutos	2,138	Papel	7,747	Pedras e Cal	3,284	Óleos Pesados	4,732	Estanho Cru	2,573
Veículos de Grande Porte	4,010	Cerveja	1,935	Polietileno	6,874	Plantas e Hortaliças	2,197	Veículos Automotores	4,173	Demais Combustíveis Minerais	1,692
Derivados de Celulose	3,50	Legumes e Hortaliças	1,796	Outros derivados de Celulose	6,696	Gasolina Especial	1,921	Polietileno	3,886	Óleo de Girassol	1,449

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em abril de 2009.

Com a tabela anterior podemos observar que o principal produto brasileiro vendido na Bolívia em 1995 e 2008 foi o Ferro e o Aço Fundido, e em 2000, foram sementes e frutos. Já as importações em 1995 eram de Palmitos no valor de 3,5 milhões de dólares mais ou menos; já em 2000 e 2008 a liderança foi do gás natural, passando de um valor de 120,541 milhões de dólares no sexto ano do governo de FHC para 608,889 milhões de dólares no sexto ano do governo Lula.

Se por um lado impressiona esse aumento nas importações do gás boliviano por parte do Brasil nos anos recentes, por outro justamente isso explica os desencadeamentos da maior crise entre os dois países em 2006 como veremos na seqüência.

2.2.1 – Crise Brasil e Bolívia em 2006: a questão da nacionalização do gás

A crise gerada entre Bolívia e Brasil em 1º de maio de 2006, quando o Presidente boliviano Evo Morales decretou a nacionalização da exploração do petróleo e gás de seu país abriu novas discussões sobre alternativas ao capitalismo liberal e até mesmo keynesiano, com a hipótese de um pós-neoliberalismo com governantes mais à "esquerda" do espectro político assumindo diversas presidências na América Latina após os anos 1990 com políticas sociais mais radicais[34].

Esse episódio gerou muitas polêmicas sobre a atuação da diplomacia brasileira e a sua prioridade na integração Sul-americana. O argumento crítico mais usado era a de que o Brasil deveria ter uma postura menos ingênua e ideológica nas questões internacionais (ABDENUR, 2007; HAGE 2008). O diplomata Roberto Abdenur em entrevista para a revista **Veja** em 2007 salientou que:

> Não é positivo superestimar o valor das afinidades ideológicas. Tem prosperado no Itamaraty uma idéia de que uma maior afinidade ideológica entre os governos da América do Sul tornaria nossa vida mais fácil. Estamos vendo que não. Apesar das afinidades que existem entre o Brasil e outros países da região, estamos enfrentando problemas para consolidar o Mercosul (ABDENUR, 2007).

Tanto que freqüentemente os países vizinhos reclamam da atuação de algumas empresas brasileiras em seus territórios, começando pela questão da Petrobrás na Bolívia em 2006, passando pela crise com a Odebrecht no Equador em 2008 (analisado adiante) e chegando a críticas sobre a atuação de algumas construtoras brasileiras no Peru em anos recentes (também assunto aprofundado posteriormente). Duas são as principais objeções: primeiramente a qualidade dos serviços e obras oferecidas que às vezes não respeitam as legislações nacionais; segundo que essas

[34] Mas há algumas ressalvas sobre a radicalidade e viabilidade dessas medidas como, por exemplo, quando o professor de política da *University of Regina*, Canadá, Jeffery R Webber, indagou em que medida os novos contratos realmente rompem com a lógica neoliberal e não incentivarão a consolidação da exportação de produtos primários, como o gás, acelerando a devastação ecológica ao custo da industrialização e do mercado interno? (WEBBER, 2009, p. 111, 115, 118-119).

empresas atuam de maneira predatória em seus países, não reinvestindo os lucros e nem gerando empregos nos vizinhos Sul-americanos.

Logicamente no momento em que países descumprem contratos e nacionalizam recursos, isso traz conseqüências internacionais. A primeira delas é a tendência em se diminuir o Investimento Externo Direto (IED) em virtude das incertezas, lembrando que hoje é o elemento mais importante nas relações econômicas internacionais, movimentando muito mais dinheiro que o comércio (CHESNAIS, 1996).

Ao mesmo tempo é legítimo um país que elege um presidente que prometeu a nacionalização de seus recursos naturais em campanha o fazer, ainda que tenha que cumprir com as conseqüências legais previstas internacionalmente. Ao contrário do que ocorreu, isso não deveria surpreender o governo brasileiro, demonstrando a falta de conhecimento sobre os vizinhos amazônicos. Essa mesma opinião é compartilhada pelo Cientista Político José Alexandre Altahyde Hage, quando diz que:

> Na verdade, temos de concordar que, ao nacionalizar a indústria petroleira, o governo boliviano só fez manter sua coerência política. Coerência de quem fora eleito para justamente fazer o que deveria ser feito, retomar os serviços básicos de gás natural com o intento de se fazer "justiça social" para uma questão historicamente tormentosa para a Bolívia (HAGE, 2008, p. 187-188).

Citando novamente o ex-embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho Omiste, diz que em 2006 a metade do abastecimento interno do gás natural que utilizava o Brasil era fornecida pela Bolívia e que não cabia dúvida de que este país se manteria como o principal provedor. Segundo ainda em suas palavras, as dificuldades de negociação sobre a presença da Petrobrás em território boliviano eram normais, dentro de um processo de transição que vivia a Bolívia no ano de 2006. Nas palavras dele:

> No ano de 2006 o Brasil alcançou a auto suficiência em petróleo. O lema que acompanhou por 60 anos a Petrobras era **"o petróleo é nosso", referindo-se a sua industria estatal de hidrocarbonetos, frase que bem podia ser aplicada pelos bolivianos a suas reservas de gás natural** (OMISTE, 2007, p. 300-301, minha ênfase).

No caso específico da Bolívia, o governo achou que compensava tomar essa medida, consciente dos riscos envolvidos. Ao mesmo tempo, nas negociações de indenizações ficou claro que a Bolívia sendo o país mais pobre da América do Sul não teria condições de pagar os primeiros valores previstos. Diante desse cenário, nosso objetivo é primeiramente discutir a posição boliviana na crise de 2006, depois as reações brasileiras e da Petrobras, verificando a coerência de nossa diplomacia. Posteriormente discutiremos se são legítimas as acusações de que o Brasil exerce uma política sub-imperialista na América do Sul.

2.2.2- A posição boliviana na crise de 2006

No dia 1º de maio de 2006 o governo de Evo Morales lançou o decreto de Nacionalização da exploração do petróleo e gás de seu país e ordenou a ocupação dos campos de produção das empresas estrangeiras no país, entre elas a estatal brasileira Petrobrás; as petrolíferas *Repsol YPF* (Espanha e Argentina), *British Gas* e *British Petroleum* (Reino Unido), *Total* (França), *Dong Wong* (Coréia) e *Canadian Energy* (EXÉRCITO, 01/05/2006).

A partir desse dia essas empresas ficaram obrigadas a entregarem as propriedades para a empresa estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), que assumiu a comercialização da produção, definindo condições, volumes e preços tanto para o mercado interno quanto para exportação. A YPFB tomou o controle dos campos de produção de petróleo e gás, enquanto as companhias estrangeiras que exploram os produtos deveriam regularizar sua situação no país com novos contratos em um prazo de 180 dias. Aquelas que não aceitassem as novas normas de exploração e comercialização teriam que deixar a Bolívia. Para garantir a continuidade de produção, a YPFB se responsabilizou pelas operações dos campos das companhias que discordassem.

De uma forma simplificada, as novas regras estabeleceram que 82% do valor da produção seriam destinados ao governo e 18%, às companhias, "porcentagem que cobre os custos de operação e amortização de investimentos", segundo Morales (DECRETO, 2006). Um documento militar classificou a determinação do governo de nacionalizar os recursos energéticos como uma "nacionalização inteligente, o que deve levar as companhias petroleiras a uma negociação sob termos de igualdade e justiça"[35].

Aqui temos um ponto de reflexão importante, pois é difícil imaginar o que seria exatamente uma negociação justa entre uma empresa privada e o governo, ainda mais em um contexto econômico internacionalizado. Os Estados pobres ficam em uma situação desconfortável, pois disputam entre si os tão desejados Investimentos Externos Diretos (IED). Para atrair esses investimentos, são obrigados a colocarem o máximo de atrativos possíveis para as empresas e o mínimo de controle sobre elas (CHESNAIS, 1996). O que a Bolívia fez nesse caso foi ir à contra mão dessa dinâmica, o que pode trazer mais pobreza ainda para o país por um lado, ou superar padrões históricos de exclusão anteriores para um outro de desenvolvimento mais eqüitativo.

[35] Maiores detalhes ver: *DECRETO de Nacionalización de los Hidrocarburos. Decreto Supremo 28071*, Texto integral. 01/05/2006. In: _____ **Revista *Sin permiso***. Disponível em http://www.sinpermiso.info/#, acesso em fev. 2009.

2.2.3- A posição brasileira diante da crise com a Bolívia em 2006

Em virtude dessa crise com a Bolívia, em nove de maio de 2006, o ex Ministro Celso Amorim fez em Audiência Pública no Senado um balanço da política internacional brasileira tentando estabelecer continuidades e diferenças entre os períodos de FHC (1995-2002) e Lula (2003-2006).

Primeiramente argumentou que freqüentemente lê críticas à política externa que vem sendo praticada pelo Presidente Lula e que, na realidade, em muitos aspectos, é um aprofundamento de outras políticas que foram seguidas antes e que se inspiram no preceito constitucional da integração latino-americana. Acrescentou que muitas vezes há um debate entre o que seria ideológico e o que seria pragmático. E em suas palavras:

> Aliás, a palavra "ideologia" tornou-se uma palavra muito desgastada porque ela recebeu uma conotação sempre pejorativa, quando na realidade, ideologia, como um conjunto de ideias, é algo que todos, naturalmente, temos que ter mesmo, de uma forma ou de outra, e, digamos, a própria integração latino-americana, não deixa de fazer parte de uma ideologia nacional, de um ideário nacional no sentido mais amplo (AMORIM, 2006).

Porém, para mostrar que há também um aspecto pragmático na política externa de Lula, apresentou alguns dados e advertiu que com alguns números muito breves, tentaria demonstrar como caminhou a integração sul-americana nos últimos anos. Em suas palavras:

> Eu não vou falar, por exemplo, das questões de investimento porque elas são mais difíceis de mensurar. Vou me referir ao comércio. Eu sei que é uma referência superficial, naturalmente incompleta, mas ela é importante. Então, vejamos os dados do comércio com quatro países importantes.[36] (...) Em termos de exportações brasileiras, talvez o comércio que mais cresceu tenha sido com a Venezuela, proporcionalmente. O comércio com a Venezuela era da ordem de pouco menos de US$ 800 milhões, as nossas exportações apenas. Estou sempre me referindo às nossas exportações. Era de cerca de US$ 800 milhões em 2002, e chega em 2005 a US$ 2,2 bilhões. É um aumento absolutamente espetacular. Mas não foi só com a Venezuela. Houve com a Colômbia também. Isso demonstra a pluralidade ideológica do comércio, como, aliás, tem que ser. Com a Colômbia, nossas exportações eram de US$ 630 milhões e são hoje de US$ 1,4 bilhão, mais do que o dobro, portanto. Com o Peru, eram US$ 430 milhões e hoje são US$ 932 milhões. E Chile, eram US$ 1,4 bilhão, portanto, menos de US$ 1,5 bilhão, e hoje são US$ 3,6 bilhões. Isso é apenas para ilustrar (AMORIM, 2006).

Nesse sentido, Alexandre Hage, autor da já citada tese de doutorado **Bolívia, Brasil e a guerra do gás** (2008) argumentou que houve um certo oportunismo de muitos políticos e velhos diplomatas em atacar a reação do governo atual à ação da Bolívia. Porém disse que não se pode culpar exclusivamente o governo atual, "apenas lamentar que tenham mantido o mesmo modelo, calcado sobre a falácia de que a integração é a solução dos problemas do mundo globalizado". E conclui:

---

[36] Acrescenta que "Haveria outros, a Argentina que, provavelmente, é mais importante do que qualquer outro desses no nosso relacionamento, mas, justamente, eu estou tomando outros que são menos tradicionais para demonstrar como a integração tem tido objetivos práticos, pragmáticos, e tem trazido resultados concretos para o Brasil" (AMORIM, 2006).

> O que o governo Morales demonstra, ainda que em escala modesta, é uma característica dos países que têm nos recursos energéticos o seu maior trunfo ou vulnerabilidade. **O Brasil não pode mais encarar esse problema com romantismo, apegado ao plano estratégico de inserção via integração física, o que o leva a suportar melindres dos vizinhos em nome de algo maior, a unidade sul-americana** (HAGE, apud. HAAG, 2006 – grifos meus)

Hage defende que o Brasil deveria investir mais no desenvolvimento de energias alternativas internamente, até mesmo por questão de Segurança Energética (HAGE, 2008, p. 193). Estamos em acordo que essa crise é resultado de uma política de integração que começou há mais governos e não somente no atual. Agora quando o autor diz que isso leva ao Brasil suportar os "melindres dos vizinhos", é necessário questionar qual seria nossa atitude se estivéssemos no lugar do governo boliviano e também quais os interesses de longo prazo brasileiro.

Aqui importa começar a responder a seguinte pergunta: seria justo o rótulo de sub-imperialista para o papel desenvolvido por elas na Bolívia ou mesmo para o Brasil?

Começando pela Petrobrás, no início houve uma retórica estridente contra a nacionalização, como por exemplo, o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli disse que a decisão do governo da Bolívia foi "unilateral" e "não amistosa" e que poderia levar a "situações dramáticas". Além disso, ele prometeu uma "reação forte" (ZIMMERMANN,02/05/2006). Em comunicado divulgado ao mercado financeiro no dia 12 de maio de 2006, o mesmo presidente argumentou que embora as atividades na Bolívia não sejam significativas dentro do conjunto de ativos da companhia, a empresa vem tentando preservar o retorno dos investimentos, "buscando até a última instância" o respeito aos contratos (LUCRO, 12/05/2006).

O já citado ex-embaixador da Bolívia no Brasil, Edgar Camacho Omiste, acrescenta que outra idéia da Petrobras seria comprar gás liquefeito da Nigéria. Mas imediatamente surge a pergunta sobre a dificuldade da segurança dos investimentos, do preço e abastecimento desde a África comparado à Bolívia. Segundo ele:

> Parafraseando ao Presidente Lula, se poderia dizer que o fato real é que o Brasil necessita do abastecimento de gás da Bolívia e a Bolívia necessita do Brasil como comprador seguro do gás natural; em conseqüência, não se resta alternativa que a de se chegar a um acordo que, finalmente atenda as necessidades e possibilidades das duas partes. Em suma, em que pese às previsões pessimistas, não cabe dúvida que a nacionalização dos hidrocarbonetos bolivianos e a refundação da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* YPFB, em vez de por em perigo a futura provisão de gás, a fortalecem, porque, mais além das empresas privadas, comprometem a fé e vida do Estado boliviano (OMISTE, 2007, p. 302).

Nesse momento surge um outro ponto de controvérsias: a Petrobrás deve ser administrada com critérios de mercado, já que possui ações na bolsa de valores, ou por interesses políticos, já que o governo é seu maior acionista?

É possível ocorrer duas coisas em relação à atuação de empresas brasileiras em países como a Bolívia: ela pode contribuir para os mecanismos de integração, aumentando o intercâmbio comercial e cultural e levando a uma boa imagem do país como criador de empregos; ou atuar de maneira inadequada e se tornar um problema entre governos, onde a diplomacia tenta atuar de maneira conciliadora, tentando evitar essas práticas por outras empresas brasileiras no exterior.

Um outro fenômeno clássico que ocorre é que quando um presidente quer melhorar sua popularidade e tentar unir o país, nada melhor que um conflito externo (DEUTSCH, 1978), ou seja, em alguns casos, presidentes Sul-americanos podem usar suas crises com empresas brasileiras como uma plataforma política para se fortalecerem, como ocorreu na Bolívia, mas também no Equador (analisado posteriormente) e Paraguai (no caso das constantes negociações sobre o preço da energia em Itaipu).

Uma outra crise envolvendo empresa brasileira e o governo Boliviano ocorreu com a construtora Queiroz Galvão, quando em setembro de 2007 a empresa teve seqüestrados seus bens pela justiça boliviana. Basicamente isso ocorreu devido à acusação de que a empresa brasileira não cumpriu o cronograma de obras previstas no contrato e do aparecimento de fissuras em trechos do pavimento recém construído com o surgimento de material orgânico no asfalto. Já a empreiteira brasileira culpa o projeto – de responsabilidade do Estado Boliviano – por prever o uso de pavimento rígido (cimento) numa região semidesértica, onde o adequado seria a utilização de pavimento flexível (asfalto) (MAISONNAVE, 21/09/2007).

Em meio a essa troca de acusações, o que nos chamou a atenção foi que a Bolívia teria que renegociar um novo contrato com o governo brasileiro se quisesse manter o finaciamento do Ministério do Desenvolvimento, via o Proex, que é um programa de apoio ao crédito aos vizinhos, desde que apoiem a promoção das exportações feitas por empresas brasileiras a esses países e que é operada pelo Banco do Brasil. Em virtude dessa possibilidade, a Bolívia anunciou que convidará quatro construtoras brasileiras a apresentarem propostas para retomar as obras (Ibid., 21/09/2007). Esses "empréstimos condicionados" dão uma grande margem para que os vizinhos nos chamem de subimperialistas. Porém uma indagação que se pode fazer é que país não utiliza essas práticas em negociações internacionais?[37].

[37] Porém é interessante também a análise de Rodrigo Maschion Alves quando diz que a "**Política Externa Brasileira** (PEB) na América do Sul, tendo o BNDES como potencial agente material colaborador, **estará limitada política e materialmente pelas diferentes lógicas de trabalho e avaliação de ambas as instituições – BNDES e MRE**. Enquanto o BNDES parte da lógica das instituições financeiras, os formuladores da PEB partem da lógica político-diplomática, cujas dinâmicas e evoluções seguem compassos e trajetórias diferentes; assim como lógica de formulação e implementação muitas vezes incongruentes e descompassadas, mas não necessariamente excludentes" (ALVES, 2008, p. 58, grifos meus).

Duas coisas apesar de evidentes devem ser levadas em consideração nesse caso. Primeiro, o governo boliviano enviar as Forças Armadas para ocuparem as instalações da empresa brasileira foi um exagero, mas útil eleitoralmente para Morales. Por outro lado, é claro que as empresas brasileiras utilizam as mesmas práticas de outras grandes empresas do mundo, ou seja, tentam diminuir ao máximo seus custos e aproveitam seu grande poder de barganha para lucrar o máximo possível, às vezes penalizando a qualidade de suas obras.

Para o Brasil é importante supervisionar as futuras atuações de empresas brasileiras no exterior, tentando evitar novos conflitos. Porém é claro que diante da magnitude dos valores envolvidos nesses negócios, podem ocorrer relações espúrias entre empresas e Estados. Parece importante levar em consideração opiniões como, por exemplo, a do já citado Edgar Camacho Omiste:

> Um Estado como o Brasil, que conta com uma privilegiada geografia, uma grande população, recursos materiais e humanos de enormes possibilidades e, portanto, de grande influência na América do Sul, está a caminho de desenvolver uma importante política de cooperação e apoio recíproco com seus vizinhos, **porém, não por tão auspiciosas circunstâncias, deve imaginar uma "liderança" toda poderosa e de longo prazo. Cidadãos de diversos países da comunidade latino-americana, como Argentina, México, Venezuela, Chile e alguns mais, poderiam também, com legítima emoção nacionalista, pretender papeis estratégicos dessa natureza para seus próprios Estados, mas sem a necessidade do equívoco de atribuírem-se lideranças que ninguém estaria disposto a outorgar nem a reconhecer** (OMISTE, 2007, p. 315-316, minha ênfase).

As relações com a Bolívia apresentam tanto particularidades como possíveis semelhanças com os demais países analisados nessa pesquisa. A particularidade é o desequilíbrio comercial favorável à Bolívia ainda que por causa da dependência do gás. Outro ponto interessante é que apesar de importarmos uma matéria prima do país mais pobre entre os amazônicos, há a criação de uma interdependência que melhorou o poder de barganha dos bolivianos. Isso não necessariamente é ruim para o Brasil em longo prazo, pois seria uma espécie de medida compensatória para a integração de um país com menores recursos no processo. É claro que esse processo envolve riscos, pois a Bolívia é marcada por uma história de muita instabilidade, porém parece estar sendo interessante para o Brasil essa relação.

Do ponto de vista das possíveis similitudes com as próximas relações que serão analisadas, está a questão da assimetria e da percepção que o Brasil sobrevaloriza a sua liderança sem oferecer as devidas compensações.

2.3- As relações do Brasil com a Colômbia (1995-2010)

As relações comerciais com a Colômbia apresentaram também um crescimento expressivo, passando as exportações de um valor de 456 milhões de dólares em 1995, para um ápice de 2 bilhões e 325 milhões de dólares em 2007 aproximadamente. As importações passaram de um valor de 112 milhões de dólares aproximadamente em 1995 para 959 milhões de dólares mais ou menos em 2010, dando grande vantagem comercial para o Brasil atualmente, como poderemos observar nas tabelas e gráficos a seguir:

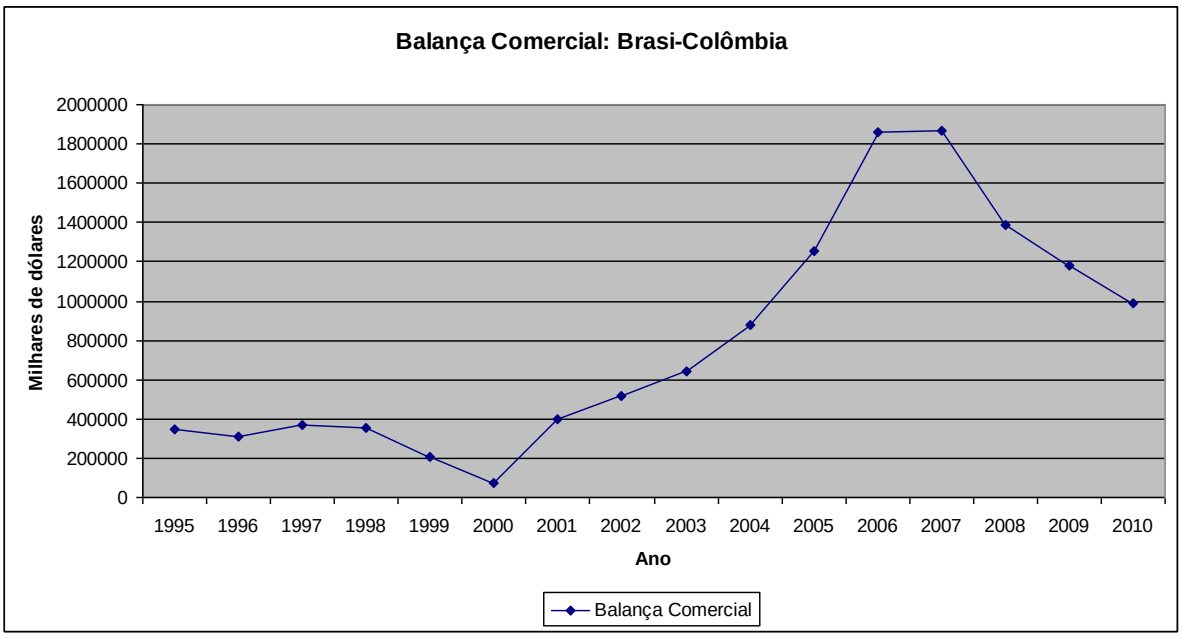
Tabela 18: BC do Brasil em relação à Colômbia
(milhões de dólares – 1995-2010)

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	456,231	111,770	344,461
1996	430,228	118,002	312,226
1997	506,602	133,935	372,667
1998	465,984	114,952	351,032
1999	402,256	198,547	203,709
2000	514,476	440,240	74,236
2001	605,714	204,732	400,982
2002	635,514	116,048	519,466
2003	747,296	105,861	641,435
2004	1 037,133	156,356	880,777
2005	1 404,565	151,306	1 253,259
2006	2 127,679	266,726	1 860,953
2007	2 324,663	457,628	1 867,035
2008	2 293,404	907,759	1 385,645
2009	1 798,919	615,958	1 182,961
2010[38]	1 948,404	959,860	988,544

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

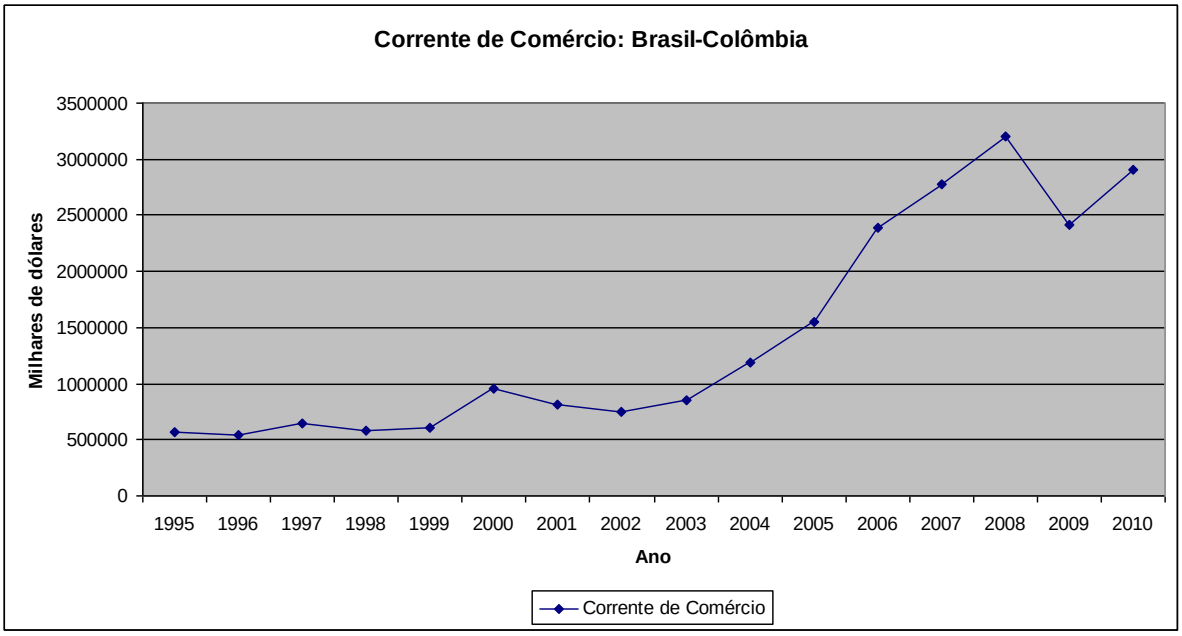
[38] Não contempla o mês de dezembro

Gráfico 13: BC do Brasil em relação à Colômbia
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Gráfico 14: Corrente de Comércio do Brasil em relação à Colômbia
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Tabela 19: Exportações e Importações entre o Brasil e a Colômbia em anos selecionados:
5 principais produtos
Montantes em milhões de dólares

1995				2000				2008			
Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor
Ferro e Aço Transformados	15,938	Produtos Editoriais	11,559	Tecidos de Algodão	32,008	Óleos Crus do Petróleo	75,632	Telefones Móveis	159,622	Óleos Crus do Petróleo	99,973
Algodão	12,565	Polietileno (PE)	7,592	Insumo para Bebidas Alcoólicas	31,145	Combustível Para Reatores e Turbinas	33,074	Ferro e Aço Transformados	96,864	Carvão Coque	76,217
Reatores Nucleares	12,387	Propileno (PP)	7,395	Ferro e Aço Fundido	22,543	Outros Combustíveis Minerais	22,569	Aeronaves de Grande Porte	90,214	Carvão Térmico	65,082
Produtos Químicos derivados do Etanol	9,177	Fibras Sintéticas de Celulose	5,770	Equipamentos para Colheita	21,609	Gasolina	22,501	Aeronaves de Pequeno Porte	87,047	Plásticos	57,926
Combustíveis Minerais	8,599	Fibras de Poliéster	5,383	Pneus de Grande Porte	14,449	Politereftalato de Etileno (PET)	13,652	Cereais – Milho	68,327	Pneus	37,240

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em abril de 2009.

Voltando à questão das mudanças qualitativas, os produtos mais exportados pelo Brasil em 1995 foram Ferro e Aço transformados, em contrapartida os produtos mais importados no mesmo ano da Colômbia foram produtos editoriais. Em 2000 os produtos mais exportados foram os tecidos de algodão e em 2008 os telefones móveis. Já na liderança das importações estão os Óleos Crus do Petróleo.

A pesquisadora colombiana Socorro Ramírez explica que o Brasil e a Colômbia vêm buscando incentivar empresas que adiantem ações no setor siderúrgico, propiciando a complementaridade dos potenciais colombianos e brasileiros para a produção e exportação de aço, aproveitando o carvão energético da Colômbia e o ferro do Brasil. Por isso vem realizando macro rodadas de negócios para aproximar investidores e exportadores. Diz:

> Os resultado destes esforços em comércio e investimento são interessantes para ambos países. Para a Colômbia, com a entrada em vigência do acordo CAN-Mercosul, suas exportações aumentaram 50% ao Brasil (...) Para o Brasil aumentaram não somente as exportações senão também os investimentos na Colômbia. Primeiro se realizou a compra da Avianca e logo o grupo Gerdau adquiriu uma porcentagem de ações entre 53 e 60% das empresas Diaco e Siderúrgica do Pacífico *(Sidelpa*) e fará parte da *Sidemuña y Laminados Andinos* (LASA), ambas unidades da Diaco. Graças a essa aliança, Diaco e suas subsidiárias terão acesso a assistência técnica, tecnologia de ponta, assessoria na distribuição e práticas corporativas do grupo Gerdau. Em 2004, os investimentos

> brasileiros chegaram a 7,5 milhões de dólares em setores como construção, transporte, metal-mecânica, manufatura e comércio (...) (RAMÍREZ, 2007, p. 162-163).

Apesar desses dados de comércio e investimento serem realmente significativos, os temas que mais chamam a atenção nas relações entre Brasil e Colômbia é um certo distanciamento, mas que isso vem mudando ao longo dos último tempos em virtude do problema compartilhado na fronteira amazônica em relação aos conflitos envolvendo o tráfico de drogas, guerrilhas e meio ambiente[39].

2.3.1- Relações distantes do Brasil com a Colômbia: sub-imperialismo brasileiro?

Tanto do ponto de vista geográfico (falta de infraestrutura de integração) quanto do ponto de vista geopolítico as relações entre Brasil e Colômbia apresentam um padrão de certo distanciamento. Por exemplo, é bem interessante a colocação feita por Socorro Ramírez quando diz:

> (…) em tempos recentes, distintos meios colombianos manifestam certo temor ante o Brasil. Alguns militares expressaram a **idéia do "sub-imperialismo" brasileiro**, a derivando da magnitude geográfica e populacional do país vizinho, de seu poder militar, do pensamento geopolítico elaborado por seus colegas brasileiros para os territórios fronteiriços, e em particular para a Amazônia, assim como a pretensão brasileira nos anos sessenta e setenta de exercer uma liderança regional, quando, além disso, mantinha uma estreita relação com os Estados Unidos. Em sentido similar, **alguns diplomatas colombianos têm pedido cautela no apoio da pretensão do Brasil de liderança regional porque possuem a imagem de que a nação vizinha somente toma em consideração seus próprios interesses e joga segundo sua conveniência como *outsider* ou como "irmão maior"** (…) (RAMÍREZ, 2007, p. 144, minhas ênfases).

No entanto a mesma autora nos explica que esses padrões de poucas relações entre esses dois países começaram a mudar em anos recentes. E complementa:

> A primeira razão se refere ao conflito colombiano. Ante o agravamento do conflito, até o final dos anos noventa, Brasília se limitou a fazer declarações genéricas a favor da paz de acordo com sua tradição diplomática de defesa da soberania das nações e da não intervenção em assuntos internos. Fernando Henrique Cardoso outorgo um apoio discreto nas atuações do governo de Andrés Pastrana (1998-2002) na abertura e término dos diálogos com as guerrilhas (RAMÍREZ, 2007, p.148-149)

Mas aponta que houve discrepâncias sobre as opções governamentais colombianas e sobre a participação do Brasil nos mecanismos do governo Pastrana:

> O fato do governo colombiano não ter incluído ao Brasil na comissão internacional de nove membros – Venezuela, México e Cuba, junto a Canadá e seis europeus – que ocorreu entre março de 2001 e fevereiro de 2002 e que coordenava a 26 países amigos

[39] Sobre essa temática é importante mencionar que a minha dissertação de mestrado trabalhou esse assunto em profundidade. Ver: BORGES, Fábio. **Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)**, Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - "San Tiago Dantas" - UNESP-UNICAMP-PUC-SP, sob orientação do Prof. Adjunto Enrique Amayo Zevallos, 2006. Algumas das fontes serão usadas novamente nesse capítulo na análise sobre os impactos do combate à produção de coca e cocaína ao meio ambiente.

> dos diálogos com as FARC, dentro dos quais estava Brasil, foi assumido pelo Itamaraty como expressão de uma escassa valorização de sua atuação diplomática. Por suas vez, ***San Carlos*** **(Ministério de Relações Exteriores da Colômbia) considerou inexplicável a ausência do Brasil na mesa dos doadores organizada para buscar apoios ao processo de paz então iniciado**. No entanto, tão logo foi eleito Álvaro Uribe (2002-2006) Cardoso colocou a sua disposição a experiência do Brasil na busca de soluções pacíficas como o havia feito no conflito entre Peru e Equador (RAMÍREZ, 2007, p.148-149, minha ênfase).

Sobre as relações entre Uribe e Lula, a pesquisadora colombiana explica que vários fatores contribuíram para gerar temores e distâncias iniciais. Completa:

> As ofertas de Lula em sua campanha para mediar as negociações do governo com as FARC, geraram uma recusa dos setores governamentais e de opinião colombiano (...) Logo em sua posse, Lula se comunicou com vários de seus colegas sul-americanos e lhes propôs realizar uma reunião sobre vários temas, entre eles, os caso de Iraque e de Colômbia, sem haver consultado a administração Uribe, cujo protesto conseguiu que se mudasse a reunião anunciada por outra que ocorreu em Bogotá. Por último, a "diplomacia de microfones" praticada por funcionários da Colômbia – o Ministro do Interior e de Justiça – e do Brasil – o assessor de Relações Exteriores de Lula – criaram o temor de que surgisse uma tensão nas relações bilaterais (RAMÍREZ, 2007, p. 149).

Porém a mesma pesquisadora diz que o governo Lula respeitou as decisões políticas tomadas por Uribe, ainda que estas sejam freqüentemente criticadas nos meios estatais e de opinião brasileiras. Na opinião de Ramírez a segunda razão para o aumento das relações entre a Colômbia e o Brasil foi o interesse de Lula em desenvolver uma política Sul-americana de mais alto perfil como parte de uma estratégia de liderança regional do Brasil que já tinha sido iniciada no governo Cardoso. Porém acrescenta:

> Essa liderança não é bem aceita em alguns meios colombianos, que, da mesma maneira com os temores do passado, agregam que a economia brasileira poderia arrasar a colombiana. Mais recentemente, a posição desses setores há cedido a favor da integração física e comercial sul-americana, o que permitiu que o Mercosul e a Comunidade Andina concretizassem acordos entre ambos blocos (RAMÍREZ, 2007, p. 150).

2.3.2- Os conflitos Colômbia e Brasil: a questão da segurança regional

O tema da segurança regional gera muitas desconfianças entre Brasil e Colômbia, mas também perspectivas de cooperação, como podemos observar no trecho a seguir:

> Do lado colombiano, certos atores governamentais e militares assim como membros das agências de inteligência e de segurança pública percebem como fonte de insegurança os desacordos brasileiros com as políticas colombianas de "Segurança democrática", e as relações políticas de certos setores brasileiros com as FARC. Alguns grupos em diversos meios se irritam que setores brasileiros não vejam suas próprias implicações no problema das drogas, senão que assumem como um problema exclusivo da Colômbia, que transferiria drogas, traficantes e guerrilheiros ao lado brasileiro da fronteira (RAMÍREZ, 2007, p. 154).

Continua dizendo que esses atores colombianos acreditam que essas percepções brasileiras pressionam contra qualquer entendimento em matéria de defesa e segurança para fazer frente a problemas comuns e abre caminho para uma perigosa xenofobia anticolombiana. Por outro lado acrescenta:

> Outros setores de caráter governamental, acadêmico e de formadores de opinião, mais do que perceber ameaças observam oportunidades e chamam a atender as preocupações brasileiras em matéria de segurança para, a partir delas, construir formas de atuação conjunta frente a problemas comuns e mecanismo de boas tarefas para o Brasil. Além disso, insistem que apesar das posições discrepantes entre os atuais governos da Colômbia e Brasil (na época Uribe e Lula), ou justamente por isso, o Brasil pode jogar um papel decisivo nas aproximações para um diálogo com as guerrilhas ou com o governo venezuelano, tendendo a encontrar acordos duradouros (RAMÍREZ, 2007, p. 154).

Aprofundando as razões dos desentendimentos entre Colômbia e Brasil diz que além das diferenças nas percepções da natureza e forma de tratar o conflito colombiano, os grandes problemas são a desinformação e o desconhecimento mútuo. Completa:

> Por um lado, o centro das preocupações que tem muitos colombianos está apenas nas urgências nacionais, um grande localismo e uma informação guiada por pré-conceitos. Por outro lado, para os brasileiros a informação que fornecem os meios de comunicações freqüentemente reduzem a situação colombiana a violência, o que não ajuda a entender a evolução do conflito e nem a existência de uma saturação nacional com a confrontação. (...) Estas diferenças de perspectivas dificultam a construção de relações mais sólidas e de mecanismos compartilhados em matéria de segurança (RAMÍREZ, 2007, p. 155).

Por exemplo, Ramíres diz que Colômbia e Brasil não têm conseguido concretizar acordos sobre o SIVAM-SIPAM, projeto brasileiro de segurança e proteção ambiental que pretende controlar com aviões, radares e satélites o espaço aéreo amazônico. Primeiro porque segundo ex-ministros de defesa colombianos os custos dos serviços oferecidos pelo Brasil são muito altos, e segundo, fontes brasileiras dizem que é por causa de pressões dos Estados Unidos contrários a essa cooperação (RAMÍREZ, 2007, p. 155).

Por outro lado, o professor da Universidade Nacional da Colômbia, Jaime Caycedo (2005) diz que existem coincidências fundamentais entre todos aqueles que percebem os perigos que derivam de uma situação tão complexa como a que envolve a Colômbia e o conflito interno colombiano, e acrescenta que sua solução é cada vez menos um assunto puramente colombiano e converte-se numa necessidade da América Latina e do Caribe para viver em paz, estabilidade, soberanamente, e progredir na solução de seus problemas sociais e culturais.

Reforçando essa tendência, tivemos em 1º de março de 2008 a crise entre Equador e Colômbia, em virtude do ataque de militares colombianos a membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano e que matou Raúl Reyes, número dois

da guerrilha. Pouco depois e em circunstâncias não totalmente esclarecidas até hoje, morria também o fundador e membro mais importante das FARC, Manuel Marulanda conhecido como “Tiro certo”.

O debilitamento das FARC pareceu claro no resgate da ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt e mais 14 reféns em 2 de julho de 2008 em uma ação quase cinematográfica. Segundo a versão oficial, os guerrilheiros das FARC César (codinome de Gerardo Aguliar) e Enrique (codinome de Alexander Farfán) foram enganados pelo exército. Eles teriam colocado os reféns num helicóptero das Forças Armadas porque uma farsa teria feito os rebeldes acreditarem que esse helicóptero pertencia a uma organização humanitária que levaria os cativos até o líder da guerrilha, Alfonso Cano (FARC, OESP, 12/07/2008, p. A18).

Por outro lado as FARC acusam os guerrilheiros de traição e jornais suíços divulgaram que os dois guerrilheiros teriam recebido US$ 20 milhões pelos reféns, mas Bogotá negou a versão. O presidente Uribe saiu muito fortalecido dessa operação chamada “Operação Xeque”, ganhando popularidade interna e afastando a possibilidade do presidente venezuelano Hugo Chávez de apoiar as FARC. Também conseguiu apoio internacional para que a guerrilha solte os reféns, inclusive o presidente Lula em um encontro com Ingrid Betancourt em 5 de dezembro de 2008 apelou às FARC por fim da luta armada (LULA, *Reuters*, 05/12/2008).

Mais recentemente deram-se outras libertações, entre elas foi libertado dia 5 de fevereiro de 2009 pelas FARC o ex-deputado Sigifredo López que estava em cativeiro havia quase 7 anos. Foi resultado de uma missão humanitária organizada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) com o apoio logístico do Exército brasileiro. López, o último civil do grupo de reféns políticos das FARC, foi sequestrado em 2002 com outros 11 deputados na Assembléia Legislativa de Valle del Cauca, no sudoeste da Colômbia (REFÉM, 06/02/2009).

Até mesmo em nosso trabalho de 2006 também defendíamos essa proximação entre Brasil e Colômbia, pois os problemas ligados as drogas, guerrilhas e meio ambiente não podem ser encarados apenas como um problema nacional colombiano, pois afeta a Amazônia em seu conjunto. Dessa maneira é muito positivo o Brasil estar ajudando nos resgates dos reféns das FARC.

2.3.3- Questões amazônicas e ambientais: problemas e oportunidades nas relações entre Brasil e Colômbia

Na Colômbia uma grande preocupação é os impactos ambientais da política de fumigações nas áreas de produção de folha de coca. Por exemplo, a pesquisadora Constanza Ramírez (1998, p. 21-22) aponta que as fumigações dos cultivos ilícitos têm sido até o momento desastrosas em termos de perda de biodiversidade, isso porque: (1) tem deslocado os cultivos para dentro da selva e

conduzido os cultivadores a realizar plantações em terrenos de bosques, costa de *páramos* ou selvas para recuperar o dinheiro investido no cultivo perdido e; (2) na medida em que momentaneamente se diminui a oferta, a fumigação tem contribuído para manter altos os preços dos cultivos, estimulando os cultivadores a manter a produção com segurança de retorno dos seus investimentos.

Essa autora aponta também que com os poucos recursos econômicos que tem contado os programas de substituição em comparação com as grandes somas empregadas na fumigação por causa da luta antinarcótico, o governo acaba impedindo a obtenção de resultados eficientes no controle e na erradicação dos cultivos ilícitos (RAMÍREZ, 1998, p. 22).

O ambientalista Gustavo Wilches (1998, p. 31) argumenta que em termos gerais se pode afirmar sem temor de se equivocar que os custos ambientais pagam todos os colombianos (na nossa hipótese podemos dizer que todos os paises amazônicos) em perdas de qualidade ambiental, patrimônio ecológico e cultural, oportunidades econômicas etc, porém existem atores sociais que são muito mais afetados diretamente que outros e diz:

> Dentro de cada comunidade afetada, as mulheres e as crianças acabam especialmente prejudicadas pela deterioração ambiental. Para citar um só exemplo, frente ao esgotamento da água e da madeira para lenha em uma determinada região, as mulheres e as crianças devem caminhar cada vez mais quilômetros para (...) abastecer suas famílias com estes recursos sem os quais resulta impossível a vida (WILCHES, 1998, p. 32).

Diante dessas pesquisas é interessante observar algumas denúncias da imprensa sobre a situação atual, mostrando como as questões ambientais são transnacionais e em particular podem afetar a Amazônia brasileira também.

Em 24 de junho de 2000 foi publicado no jornal **O Estado de São Paulo** uma matéria denominada “Cocaleiros envenenam meio ambiente”, demonstrando a importância do tema. Ali se observava que os plantadores colombianos também se envenenavam. Informava ainda que os plantadores usam 183 tipos de pesticidas (COCALEIROS, 24/06/2000).

> Os plantadores (cocaleiros) são as maiores vítimas (...) Não usam nenhuma proteção – luvas ou máscaras – na manipulação dos venenos. Nem têm a menor idéia da quantidade a ser usada. Também não respeitam prazos. Pulverizam de forma regular e indiscriminada plantações e matas para ampliar as áreas de plantio. Contaminam a própria produção de coca e outras lavouras, como a de banana (COCALEIROS, 24/06/2000).

Segundo o Itamaraty, o governo Fernando Henrique Cardoso estava atento e preocupava-se com uma possível utilização de fungos contra os cultivos ilícitos que poderiam contaminar a rede fluvial brasileira, principalmente os rios Içá e Japurá (PERIGO, 09/08/2000).

> “A grande preocupação para nós é a guerra biológica na Amazônia. O Brasil tem que se precaver se forem usar os fungos, como o *Fusarium oxysporum*, que podem atingir também outros cultivos, não ilícitos, que são de sobrevivência dos camponeses da região.

> Além do mais, quem garante que essas armas biológicas não possam atingir a Amazônia brasileira? As fumigações (com utilização de produtos químicos espalhados por aviões, que matam não só as plantações de coca e papoula, mas os cultivos normais, de subsistência, ambos desenvolvidas pelos camponeses) já foram feitas nos últimos oito anos e a área plantada de coca cresceu 30%", advertiu Walter Maierovitch, ex-secretário nacional antidrogas e presidente do Instituto Brasileiro Geovanni Falconi, dedicado ao estudo de assuntos como criminalidade organizada (PERIGO, 09/08/2000).

Tanto o fungo que infecta a planta através de sua raiz, provocando a sua morte, quanto outras armas biológicas não apresentam confiabilidade em relação a atacar somente os cultivos ilícitos e ainda mais em não prejudicar o meio ambiente nem a saúde das pessoas (PERIGO, 09/08/2000).

> Testes realizados em meados da década de 90 mostram que o fungo *Fusarium oxysporum* pode infectar outras espécies. Não se sabe tampouco se o fungo pode ter vida longa, pode sofrer mutações, infectando outras plantas "inocentes". O governo peruano já se negou a testar ou desenvolver o polêmico fungo em seu território (PERIGO, 09/08/2000).

No dia 02 de agosto de 2000, o senador independente colombiano Rafael Orduz, segundo o jornal *El Tiempo*, criticou a "falta de transparência" nas discussões sobre a guerra biológica que se pretende levar a cabo no país.

> "O uso de fungos, estrangeiros ou nativos da Colômbia, pode ter efeitos nefastos sobre a saúde humana e o meio ambiente num dos países mais ricos em biodiversidade do mundo", afirmou. O senador protestou ainda contra o "lobby feito pelo governo dos Estados Unidos e pelo Programa das Nações Unidas para Fiscalização Internacional de Drogas" para utilização do fungo. No mesmo dia, mais de 50 colombianos da comunidade científica enviaram uma carta ao presidente Andrés Pastrana expressando sua preocupação com a guerra biológica através de fungos como o *Fusarium oxysporum* (PERIGO, 09/08/2000).

Continuando a polêmica, em 31/01/2002 foi publicado no jornal **Folha de S. Paulo** uma matéria intitulada "Coca destrói Amazônia, dizem EUA", na qual observa que o plantio de drogas causou destruição de 2,3 milhões de hectares da floresta amazônica nos últimos 20 anos, segundo estudo do Departamento de Estado norte-americano. O desmatamento foi provocado principalmente pela utilização de defensivos agrícolas aplicados em áreas preparadas para o cultivo de folhas de coca. O secretário-adjunto de Estado para Assuntos Internacionais de Execução da Lei e de Narcóticos, Rand Beer afirmou que os produtos químicos, levados pela chuva, penetram nas bacias hidrográficas, afetando plantas e animais – direta ou indiretamente (COCA, 31/01/2002).

A já citada pesquisadora Socorro Ramírez argumenta que as questões amazônicas e ambientais são percebidas de maneira diferente pela Colômbia e pelo Brasil. Com bastante clareza a autora diz:

> Na Colômbia meios vinculados as negociações ambientais possuem a percepção de que, em sua atividade, **os representantes do Brasil assumem a questão amazônica**

> **como se fosse um assunto exclusivamente seu** e não buscam atuar conjuntamente com os países que compartilham a responsabilidade por essa zona, em particular com os andinos. Ao mesmo tempo, consideram que os **brasileiros mostram incoerência entre seus discursos nas tribunas internacionais de proteção da Amazônia e a concessões madeireiras e empresariais, que carregam destruição, são defendidas pelo Brasil como um esforço para evitar a sua desnacionalização e ingerência externa**. Por outro lado, para setores brasileiros, a Colômbia tem visto a Amazônia apenas como um assunto de zonas distantes de colonização e mais recentemente de problemas de segurança, enquanto **para o Brasil é parte central de sua identidade e seus interesses nacionais** (RAMÍREZ, 2007, p. 163-164, minhas ênfases).

Sobre a possibilidade de a OTCA ajudar na resolução desses conflitos, a última autora é bastante cética, dizendo que seu dinamismo tem sido muito precário e segue em aberto a possibilidade de torná-la uma verdadeira organização amazônica multilateral (RAMÍREZ, 2007, p. 164).

Sobre o papel do Brasil na região a autora vai ao mesmo sentido de nossas análises anteriores dizendo que:

> Os últimos três anos do governo Cardoso mostraram um renascimento do interesse pela América do Sul, com o relançamento do Mercosul em abril de 2000, as duas primeiras cúpulas Sul-americanas em 2000 e 2002 e a reiteração nelas de que o Brasil não pretendia exercer a liderança no subcontinente. Porém estes gestos e intenções foram impotentes desde o ponto de vista da capacidade econômica e militar do governo federal para sustentar compromissos concretos com os países vizinhos, o que mostrou uma liderança mais ideal do que real. Lula reiterou essas iniciativas e agregou mecanismos mais concretos, em particular no terreno comercial (RAMÍREZ, 2007, p. 165).

Estes projetos estratégicos na Amazônia colombiana, uma zona sensível do ponto de vista político, militar, ecológico e multicultural, além de estarem associados a projetos de infraestrutura e comércio, buscam também a neutralização do delito transnacional, articulado com a confrontação armada (RAMÍREZ, 2007, p. 166). Por fim sobre as relações entre Colômbia e Brasil a mesma autora diz:

> Ainda que no nível oficial a Colômbia priorize sua relação com os Estados Unidos e o Brasil com a América do Sul, a proposta de construir a Comunidade Sul-americana de Nações gerou interesse para a Colômbia, em especial em cinco campos: infraestrutura, comércio, convergência e não simplesmente absorção da CAN pelo Mercosul, segurança e entendimento com os vizinhos. Existe também um maior apreço pelo papel que o Brasil possa jogar nos diálogos ou negociações com as guerrilhas ou por sua contribuição da distenção colombo-venezuelana. É de de esperar que não se trate somente de um interesse momentâneo da Colômbia ampliar suas exportações ou que **a Comunidade Sul-americana não seja somente para o Brasil uma oportnidade de aproveitar o pontecial energético andino, frente a um novo ciclo de crescimento da economia brasileiraa, que demandaria importações e sócios**. (RAMÍREZ, 2007, p. 171, ênfase minha).

Para concluir, dessa vez percebemos um padrão de comércio desequilibrado a favor do Brasil, mas com as mesmas preocupações bolivianas do peso excessivo que o Brasil poderia assumir na região. Mas no âmbito da cooperação ao combate as drogas e das preocupações ambientais, parece haver uma maior convergência de propósitos.

2.4- As relações do Brasil com o Equador (1995-2010)

As relações comerciais com o Equador também cresceram bastante, mas ainda aquém das relações com a Bolívia e Colômbia, porém em consonância com o menor tamanho territorial desse país que não faz fronteira com o Brasil. As exportações aumentaram de 208 milhões de dólares em 1995 para 890 milhões de dólares em 2010 aproximadamente, mas as importações sempre se mantiveram em um nível muito baixo, nunca alcançando sequer 100 milhões dólares, gerando um forte desequilíbrio na balança comercial do Equador, como poderemos ver nas tabelas e gráficos a seguir:

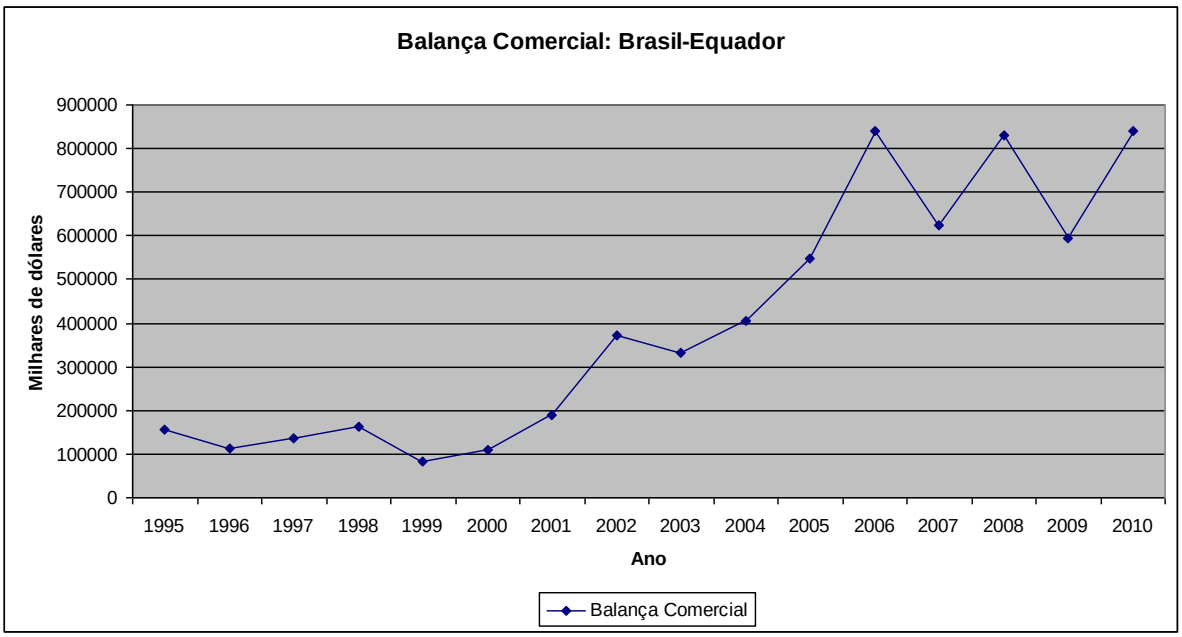
Tabela 20: BC do Brasil em relação ao Equador
(milhões de dólares – 1995-2010)

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	208,165	51,893	156,272
1996	169,341	55,541	113,800
1997	166,488	30,526	135,962
1998	199,939	36,853	163,086
1999	103,372	20,824	82,548
2000	131,553	20,583	110,970
2001	208,410	19,406	189,004
2002	386,769	15,704	371,065
2003	353,073	19,761	333,312
2004	490,116	86,507	403,609
2005	643,857	95,711	548,146
2006	871,271	32,418	838,853
2007	654,844	32,140	622,704
2008	875,826	45,020	830,806
2009	636,997	44,013	592,984
2010[40]	889,977	49,069	840,908

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

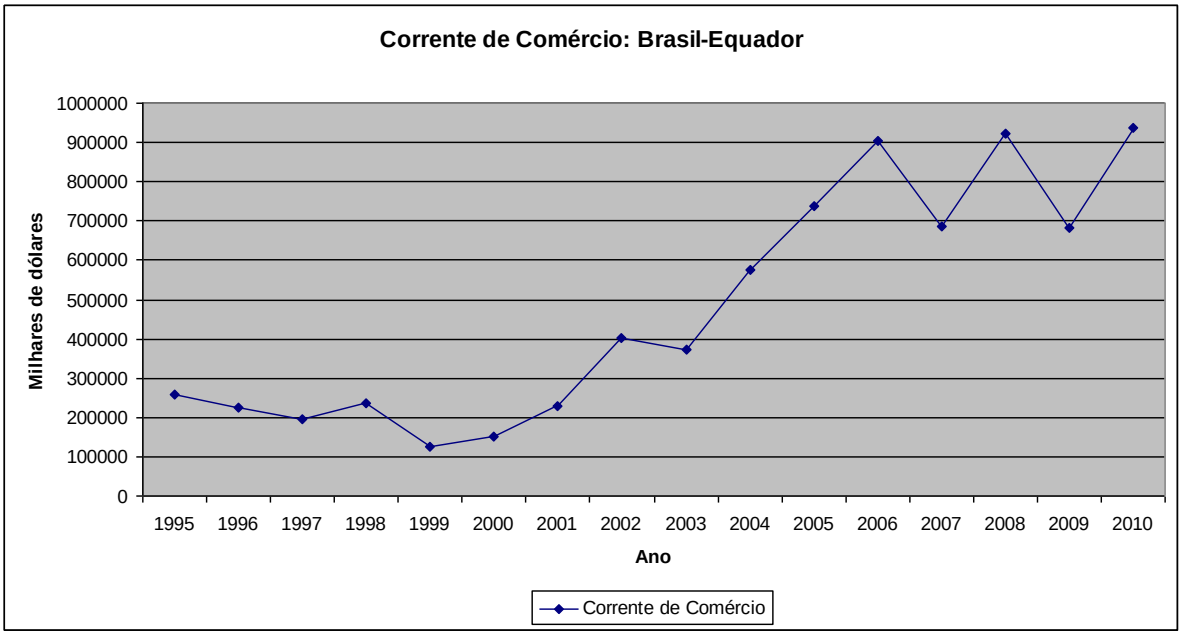
[40] Não contempla o mês de dezembro

Gráfico 15: BC do Brasil em relação ao Equador
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Gráfico 16: Corrente de Comércio do Brasil em relação ao Equador
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Tabela 21: Exportações e Importações entre o Brasil e o Equador em anos selecionados:
5 principais produtos
Montantes em milhões de dólares

1995				2000				2008			
Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor
Veículos de Transporte Público	23,440	Óleos Crus do Petróleo	30,834	Bombas Volumétricas	11,027	Atum Enlatado	4,566	Telefones Móveis	149,728	Atum Enlatado	10,481
Veículos entre 1500cc e 3000cc	9,194	Atum Enlatado	9,174	Veículos Acima de 1500cc	5,641	Bombons e Balas	4,519	Aeronaves de Grande Porte	23,331	Bombons e Balas	7,806
Papel e Papelão	8,587	Bombons e Balas	2,568	Alumínio	3,839	Sardinha Enlatada	1,946	Medicamentos	17,356	Maquinário para Construção Civil	5,300
Veiculo de Transporte Público Menores	8,253	Sardinha Enlatada	1,976	Veículos de Carga	2,996	Outros Enlatados	1,622	Maquinas Niveladoras	16,261	Madeira	4,253
Outros Veículos de 1500cc a 3000cc	5,106	Tecido para Chapéus	1,865	Maquinas e Peças Elétricas	2,986	Filamentos de Nylon	860	Maquinário de Construção Civil	15,617	Polímero de Propileno	3,922

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em abril de 2009.

Os produtos que lideraram as exportações brasileiras em 1995, 2000 e 2008 foram respectivamente: Veículos de Transporte Público, Bombas Volumétricas e Telefones Móveis, com destaque para o grande valor exportado desse último em 2008, alcançando a marca de quase 150 milhões de dólares. Já as importações foram lideradas por Óleos Crus de Petróleo em 1995, e Atum Enlatado, tanto em 2000 quanto em 2008.

Segundo Adrián Bonilla e Hernán Moreano, pesquisadores da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais do Equador (FLACSO), é necessário além da análise do comércio (inclusive pelo óbvio desequlíbrio a favor do Brasil), levar em conta também a participação de empresas brasileiras que atuam no país, em especial Marcopolo, Busscar, Volkswagen do Brasil, General Motors do Brasil, e as construtoras Norberto Odebrecht e Andrade Gutiérrez[41]. Explicam que as duas construtoras são responsáveis por elevadas exportações de equipamentos, bens de capital, além de serviços. Com uma informação mais detalhada dizem:

[41] Para os demais países analisados nessa pesquisa também é interessante essa análise, mas optamos aprofundar esse assunto no capítulo terceiro, focando na atuação das três maiores construtoras brasileiras na região.

> Nos últimos dez anos, os créditos concedidos pelas agências brasileiras de Financiamento (BNDES e Banco do Brasil) para a execução de obras públicas de infraestrutura no Equador, alcançam o valor de 1,5 bilhão de dólares. Com a recente aquisição da empresa *"Pérez Companq"* por parte da Petrobrás, deve crescer a presença das empresas brasileiras no Equador (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 352).

Os últimos autores citados (2007, p. 352-353) nos informam que os principais projetos de empresas brasileiras no Equador até abril de 2005 foram:

Construtora Norberto Odebrecht:

• Projeto Hidroelétrico *San Francisco* com um custo de USD 303 milhões.

• Projeto *Carrizal-Chone* (Aqueduto nos rios *Chone* e *Portoviejo*) com um custo de USD 139,6 milhões.

• Projeto de Construção da Rodovia Quito-Guayaquil com um custo de USD 350 milhões.

Construtora Andrade Gutiérrez:

• Projeto do Canal de Irrigação em Tabacundo com um custo de USD 156 milhões.

• Projeto de Ampliação e Reforma da *Puente Rafael Mendoza Avilés*, em Guayaquil com um custo de USD 80 milhões.

• Projeto de construção do novo aeroporto de Quito com um custo de USD 600 milhões.

Petrobras Energía S.A.: é responsável pela exploração de petróleo na Amazônia Equatoriana. Em janeiro de 2005 assinou um acordo com a empresa japonesa Teikuko Oil Co. Ltda., através do qual transfere 40% dos direitos e obrigações nos contratos relativos aos *bloques*, mas mantém a condição de operadora, em ambos. Esta operação permite um aporte de capital para compensar perdas da empresa brasileira pela exploração dos *bloques*, em especial pela subtilização do Oleoduto de *Crudos Pesados* (OCP).

Embraer: no mês de abril firmou com a empresa TAME um contrato para a entrega de três aeronaves, dois EMBRAER-170, e um EMBRAER-190, com opção de compra de quatro aparatos mais até 2007. O valor total da operação é de USD 80 milhões financiados pelo BNDES, diretamente a estatal Equatoriana.

Ambev: em novembro de 1993 investiu USD 35 milhões na aquisição da "*Cervecería Sudamericana*". Está produzindo a cerveja "Brahma", comercializada no mercado local e exportada para o sul da Colômbia e o norte de Peru.

Leme Engenharia: executa projeto de engenharia na *Central Hidroeléctrica Mazar*, pelo valor de USD 10 milhões, aproximadamente.

Itec S.A.: iniciou suas atividades em junho de 2004, como distribuidora majoritária de serviços e equipamentos de informática da IBM para várias empresas equatorianas de grande porte, incluindo a maior do país "*Supermercados La Favorita*", dedicada ao comércio varejista.

Dessa forma, está claro que o Investimento externo brasileiro no Equador é de crescente importância para ambos países, talvez compensando parte dos desequilíbrios comerciais, porém também colocando em questão a maneira como o Brasil internacionaliza suas empresas. Por exemplo, um condição para os finaciamentos do BNDES para o exterior é que os contratos sejam feitos com empresas brasileiras, como já foi explicado para o caso boliviano. Essa prática pode ser colocada em xeque, pois além do Brasil ser o país com maiores recursos, esse tipo de empréstimos condicionados parecem muito com os emprétimos que eram feitos pela Inglaterra imperialista no século XIX aos países Latino-americanos (HOBSBAWM, 1998) e denunciado constantemente pelos dependentistas como uma das causas do sub-desenvolvimento.

2.4.1- A participação brasileira na solução do conflito entre Equador e Peru

Os já citados pesquisadores Adrián Bonilla e Hernán Moreano explicam que desde princípios de 1995 até final de 1998 a relação entre Brasil e Equador esteve fortemente influenciada pela atuação do governo brasileiro no âmbito das negociações territoriais entre Equador e Peru[42]. E acrescentam:

> Cabe destacar que o papel diplomático desempenhado pelo Brasil, no plano diplomático, como coordenador dos Países Garantidores do Protocolo do Rio de Janeiro e, no plano estratégico, na Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEP), a relação bilateral predominou sobre outros aspectos. Concluído o processo de paz, a relação Brasil-Equador registra um desenvolvimento constante, que se reflete no diálogo fluído e construtivo, tanto na esfera política propriamente dita, como nas relações comerciais e na implementação de programas de natureza cultural. A visita de Estado do presidente Fernando Henrique Cardoso em Quito, entre 30 de setembro e 2 de outubro de 2001, contribuiu para revitalizar as relações bilaterais, e lançou as bases para a recuperação do espaço de influência anteriormente construído (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 339).

Os mesmos autores afirmam que com o interesse do Brasil em liderar as negociações de paz entre Peru e Equador em 1995 e com a assinatura do tratado de paz e amizade em 28 de outubro de 1998, se intensificaram as relações em níveis comerciais, político-diplomáticos, de prestação de serviços (estradas e petróleo), educacionais (intercâmbio de estudantes universitários e tecnológicos). E concluem que apesar do Equador ser um país distante da fronteira brasileira, o país forma parte dos interesses estratégicos do Brasil por possuir uma saída ao Pacífico, o que fica evidente com a construção da estrada Manta-Manaus e do aeroporto internacional na cidade de Tena (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 341).

[42] Essa temática é retomada na análise das relações entre Brasil e Peru.

2.4.2- A crise Brasil e Equador: o caso Odebrecht em 2008

Uma situação de crise entre Brasil e Equador ocorreu em setembro de 2008, quando o país expulsou a construtora Norberto Odebrecht e se recusou a pagar sua dívida com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O presidente do Equador, Rafael Correa, classificou de tremendamente lesivos os contratos que seu país tinha com a construtora brasileira, que a empresa era corrupta e concluiu: "o que fizeram é um assalto ao país" . A razão da expulsão foi problemas na usina hidrelétrica de San Francisco, erguida por um consórcio entre Odebrecht, Va Tech e Alston. Para o governo brasileiro, as acusações de Corrêa tinham objetivos políticos eleitorais, pois o país votaria em 28 de setembro de 2008 a nova Constituição (PRESIDENTE, 2008).

> A construtora foi acusada pelo presidente Rafael Correa de ter entregue em junho a Hidrelétrica de San Francisco com problemas estruturais. A Odebrecht defende-se dizendo que realizou os reparos, apesar dos estragos terem sido provocados por abalos sísmicos. Em outubro, Correa suspendeu as garantias constitucionais de quatro executivos da Odebrecht e ocupou militarmente o escritório da construtora em Quito. Por fim, o presidente equatoriano passou a contestar também o empréstimo de US$ 242,9 milhões do BNDES para o financiamento da hidrelétrica (CHARLEAUX, 11/12/2008).

Esse caso gerou muito desconforto entre Lula e Correa que entrou com uma ação contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) sem nenhum aviso prévio ao Brasil. O Brasil inclusive chamou seu embaixador no país de volta ao Brasil, um ato com grande simbologia de protesto diplomático. O ex ministro Celso Amorim disse que a medida foi "um tiro no pé" porque o Brasil seria uma das poucas fontes de crédito dos equatorianos. Mas, Gustavo Lavares, na época ministro de Segurança equatoriano, rebateu essa declaração a qualificando de lamentável e completou:

> Nosso Estado é soberano e tem o dreito de ir a arbitragens quando considerar que um contrato afeta seu interesse nacional. Se um páis condiciona suas fontes de financiamento a que o Equador não tenha direito de exigir seus interesses, não nos interessa. Essa é uma prática política condenável (QUITO, 2008)

Porém esse processo levou a demissão de 3763 funcionários equatorianos da Odebrecht que reclamaram do presidente Correa. A empresa pagou indenizações trabalhistas no valor aproximado de 6 milhões. O vice-presidente da Odebrecht para a América Latina e Angola disse que "A empresa lamenta ter sido obrigada a demitir trabalhadores, bem como sua saída do Equador, depois de 21 anos permanência no país" (ODEBRECHT, 2008).

O desfecho dessa crise foi que o Equador acabou quitando as parcelas de empréstimos do BNDES em janeiro de 2009 e o Brasil autorizou o retorno do embaixador a Quito (LULA, 2009). Esse episódio nos mostra duas importantes lições: a relação entre grandes empresas e governos estrangeiros podem se tornar conflitos diplomáticos, o que amplia a necessidade do Brasil em

fiscalizar as atuações dessas empresas no exterior, para evitar novos conflitos; porém também que o processo de integração acaba se fragilizando por questões conjunturais que são usadas como capital político para alguns presidentes da região.

2.4.3- Projetos de cooperação entre Brasil e Equador

Os já citados Adrián Bonilla e Hernán Moreano analisam que com a concomitante inauguração dos governos Lula da Silva no Brasil e de Lúcio Gutiérrez no Equador, segundo eles, ambos identificados com a prioridade em políticas sociais, a embaixada brasileira deu início a um projeto de prestação de assessoria na gestão de políticas sociais. O objetivo seria aproveitar o êxito alcançado pelo Brasil em alguns programas, com a colaboração dos IPEA e outros órgãos, e colocar a experiência obtida pelo Brasil a disposição de gestores de programas sociais no Equador (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 340).

Na avaliação de Adrián Bonilla e Hernán Moreano através do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica alcançado com a Comunidade Andina e Brasil, o Equador encontrou no Brasil importantes oportunidades para expandir seus volumes de exportação. E complementam:

> Neste acordo o Equador tem conseguido grandes pré vendas para produtos pesqueiros (uma preferência de 75%) e se eliminou a cota de 1500 toneladas para se exportar pescados ao Brasil. Além disso, neste acordo o Equador obteve preferências tarifárias de 100% sobre certos produtos alimentícios, tais como frutas, manteigas, cacau, chocolate, confetes, marmeladas, palmitos, azeitonas, aspargos, camarões, melões, hortaliças, caramelos, bombons, óleos e azeite (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 345-346).

No âmbito da cooperação em infraestrutura, os autores citados informam que com as visitas ao Equador de Fernando Henrique Cardoso em novembro de 2001 e de Lula da Silva em agosto de 2004, se discutiu a possibilidade de se criar um Eixo Multimodal no qual o Brasil pudesse sair ao Pacífico através do Equador (Manta-Manaus), e este por sua vez pudesse ter acesso ao Atlântico através do Brasil (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 348-349).

Em relação ao meio ambiente, segundo ainda os mesmos pesquisadores, o Estado Equatoriano não tem dado prioridade porque considera de maior relevância o investimento petroleiro em zonas de grande lucratividade, pois esse financia o orçamento geral de cada ano. Porém é interessante notar os movimentos de resistência a essa lógica conforme o trecho a seguir:

> Em agosto de 2005 a populações das províncias de Orellana e Sucumbíos iniciaram uma greve que naquele momento provocaram a suspensão das atividades de 114 poços, a perda de 87089 barris de óleo cru e o risco de uma reprogramação das exportações de dito produto. A medida de protesto buscou pressionar o governo para que atendesse as necessidades básicas na zona. Os habitantes amazônicos exigem, além

> disso, que se contrate sua mão de obra para trabalhos de recuperação ambiental que realize a estatal petroleira [brasileira] (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 352-353).

Por fim sobre a cooperação no âmbito da segurança regional, Equador e Brasil compartilham os mesmos problemas em suas fronteiras frente a grande quantidade de deslocados pelos efeitos do narcotráfico e operações ilegais de guerrilheiros e paramilitares colombianos (BONILLA & MOREANO, 2007, p. 365-366).

Novamente podemos concluir que do ponto de vista comercial, apesar do mercado brasileiro oferecer possibilidades para as exportações dos produtos equatorianos, a realidade é de desequilíbrios favoráveis ao Brasil que aumenta suas vendas para o país sem contrapartida em suas compras. Os investimentos podem jogar um papel nesse sentido, pois podem servir como um argumento de que os desequilíbrios comercias podem ser compensados por investimentos que geram empregos no Equador. Mas novamente vimos que apostar nisso não é muito fácil, como a crise entre Odebrecht e o governo Correa demonstrou.

Existem possibilidades de acordos nas áreas de infraestrutura e meio ambiente, tanto pela posição estratégica do Equador (na Bacia do Pacífico, apesar de não fazer fronteira física com o Brasil) como porque esse país possui uma biodiversidade valiosa. Mas para um bom uso desses recursos, são necessários estudos ambientais mais detalhados (assunto aprofundado no próximo capítulo), para evitar movimentos de resistência camponesa e indígena nessas áreas afetadas.

É importante ressaltar que os projetos no Equador não seriam excludentes em relação aos projetos em outros países como o Peru; mas sim complemantares para uma integração por diversas alternativas, ainda que existam algumas mais prioritárias. Também o Brasil teve papel relevante como mediador no processo de paz entre Equador e Peru em 1998, apontando possibilidades de atuação em uma integração mais harmônica entre os vizinhos amazônicos que compartilham muitos problemas, entre eles os impactos regionais dos conflitos colombianos.

2.5- As relações do Brasil com o Peru (1995-2010)

Sobre a importância estratégica do Peru para o Brasil, o pesquisador holandês Pitou van Dijck argumenta que a renovada inserção dos países da América do Sul no mercado mundial coincide e parcialmente é induzido pela emergência de novos centros de gravidade na economia mundial, oferecendo novas oportunidades e desafios comerciais. Isso está relacionado especialmente ao crescimento da importância do Leste Asiático, e particularmente pelas importações de commodities Sul-americanas pela China. Isso explica o crescente interesse nos estudos das relações entre o Brasil e os países amazônicos (especialmente o Peru), porque por essa região o país tem sua saída natural a Bacia do Pacífico. Como explicado por Enrique Amayo Zevallos em 1993:

> De nossa perspectiva, **a Amazônia não permanecerá à parte do Oceano Pacífico. Cedo ou tarde as ligações serão estabelecidas, e a saída natural será através Peru; nós a chamamos de natural, porque é a distância mais curta, e menos difícil, entre a Amazônia brasileira e a Costa do Pacífico**. Você apenas precisa olhar os mapas para chegar a essa conclusão (AMAYO Z., 2007, p. 106, minha ênfase).

Como Amayo explica também, menores distâncias significam menores custos de transporte. Acrescenta que a costa peruana se beneficia de ter a melhor posição estratégica da América do Sul por ser a mais Ocidental do Sub-continente e isso facilitar o transporte de commodities para outros pontos importantes no Pacífico. Diz:

> O Brasil é o principal produtor de soja, e suas principais plantações estão localizadas mais próximas do Peru do que de sua Costa Atlântica. O Brasil poderia certamente se beneficiar da venda de grandes volumes para o insaciável mercado Asiático, com custos de transportes mais competitivos. O Peru poderia se beneficiar principalmente pela construção de um porto, e as correspondentes receitas do porto que provavelmente seriam as maiores da Costa do Pacífico Sul-americano. Além disso, o volume de vendas de pescados e fosfatos peruanos para o Brasil poderia crescer. Com um acesso mais fácil, o Brasil poderia comprar fertilizantes naturais a preços menores, causando menores danos ao meio ambiente. Portanto, ambos países poderiam se beneficiar dessa união entre a Amazônia brasileira e o Oceano Pacífico através do Peru, um modelo para outras parcerias no subcontinente (AMAYO Z., 2007, p. 111-118).

O mesmo autor argumenta que a melhor alternativa seria uma integração intermodal (misturando hidrovias, ferrovias e estradas) pelo norte do Peru. Mas acrescenta que, entretanto, esse projeto provavelmente não se tornará realidade, porque os governos brasileiro e peruano inicialmente acordaram uma rota que envolve o sul do Peru (onde está o ponto mais ocidental da América do Sul). Amayo conclui que um sistema intermodal seria o menos destrutivo para a floresta tropical do Sul do Peru, porque ali existem áreas extremamente ricas em biodiversidade e poderiam existir também áreas arqueológicas que poderiam ter importância mundial (AMAYO Z., 2007, p. 111-118).

Outro pesquisador que aponta a importância dessas relações entre Brasil e Peru é o analista Farid Kahhat, Professor da *División de Estudios Internacionales del Centro de Investigación y*

Docencia Económicas (CIDE) no México. Argumentou que essa "Aliança Estratégica" entre esses dois países se concebe como um processo de integração sub-regional de longo prazo. Ela incluiu a assinatura em 25 de agosto de 2003 de um "Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica Mercosul-Peru" que constituiu um passo significativo nas negociações para a criação de uma zona de livre comércio entre dois importantes blocos de integração regional na América do Sul, ou seja, Mercosul e CAN. Também em 15 de dezembro de 2003 o Peru foi admitido no Mercosul como Estado Associado, o mesmo *status* da Bolívia e do Chile (KAHHAT, 2007, p. 251-252; AMAYO, 2007).

Também o importante pesquisador peruano Marc Dourojeanni (et all, 2009), que foi Assessor Regional Ambiental do BID, explica que em comparação com os atores peruanos, geralmente com interesses contraditórios, o Brasil e os brasileiros são unânimes para o que propõem para a Amazônia peruana: utilizar suas matérias primas e recursos energéticos para beneficiar o Brasil assim como suas rotas para escoar parte da produção brasileira para a Ásia e também como mercado para seus produtos. O Brasil já ocupa o terceiro lugar, depois dos EUA e China como parceiro comercial do Peru, superando o Chile nessa posição. Acrescentam que:

> Esse interesse, que é público e notório, se manifesta também através do papel crescente do BNDES no financiamento de empresas brasileiras que atuam no Peru, incluídas as de consultoria (como Engevix) e em especial as construtoras (OAS, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutiérrez, Queiroz Galvão, etc.) e evidentemente também, através das empresas públicas desse país como Furnas e Eletrobrás. As ONGs brasileiras, presas entre suas defesa da Amazônia e dos interesses de seu próprio país, raramente opinam sobre o que o Brasil faz ou pretende no Peru (DOUROJEANNI et all, 2009, p. 37).

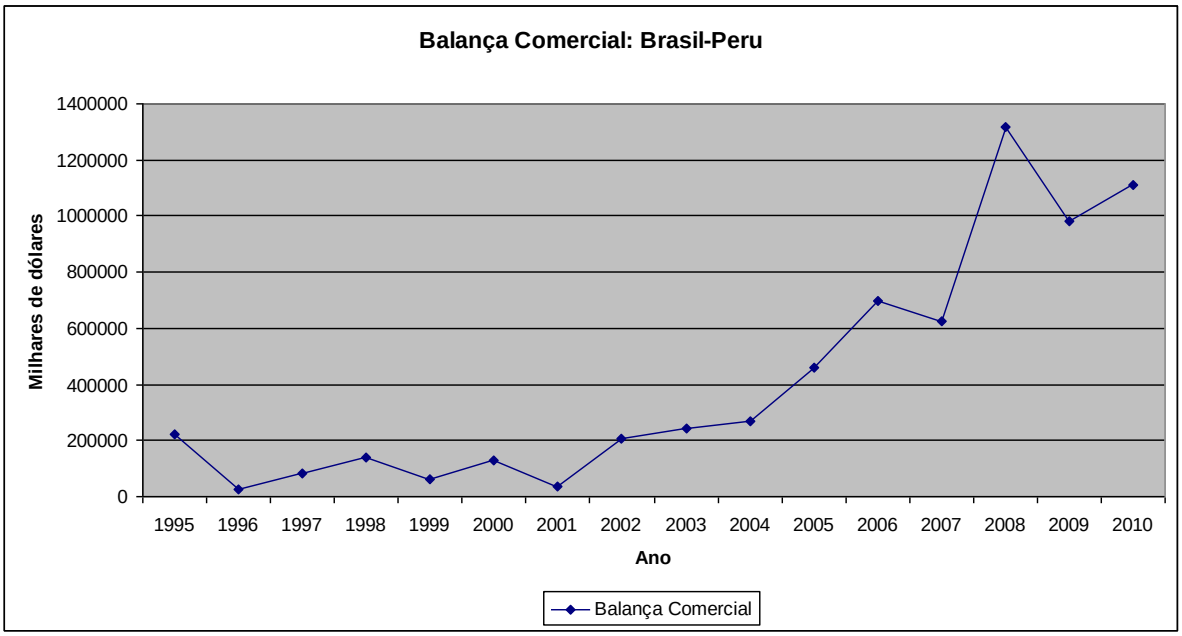
Coincidindo com essas análises observamos um expressivo aumento tanto nas exportações quanto nas importações, ainda que sempre em uma situação de desequilíbrio contrária ao país andino. As exportações subiram de 473 milhões de dólares aproximadamente em 1995 para um ápice de quase 2 bilhões e 300 milhões de dólares em 2008. As importações subiram de 217 milhões de dólares aproximadamente em 1995 para um máximo de cerca de 1 bilhão em 2007. Nas tabelas e gráficos a seguir poderemos verificar a aproximação que o Brasil e o Peru estão passando do ponto de vista comercial, como previsto pelos autores citados anteriormente.

Tabela 22: BC do Brasil em relação ao Peru
(milhões de dólares – 1995-2010)

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	437,250	217,224	220,026
1996	297,754	273,341	24,413
1997	361,507	279,756	81,751
1998	368,453	229,590	138,863
1999	264,341	203,156	61,185
2000	352,271	223,710	128,561
2001	285,912	248,466	37,446
2002	435,661	229,582	206,079
2003	487,298	245,067	242,231
2004	630,363	363,080	267,283
2005	931,594	474,264	457,330
2006	1 499,892	804,753	695,139
2007	1 637,125	1 014,272	622,853
2008	2 297,139	982,154	1 314,985
2009	1 487,148	503,851	983,297
2010[43]	1 829,622	718,373	1 111,249

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

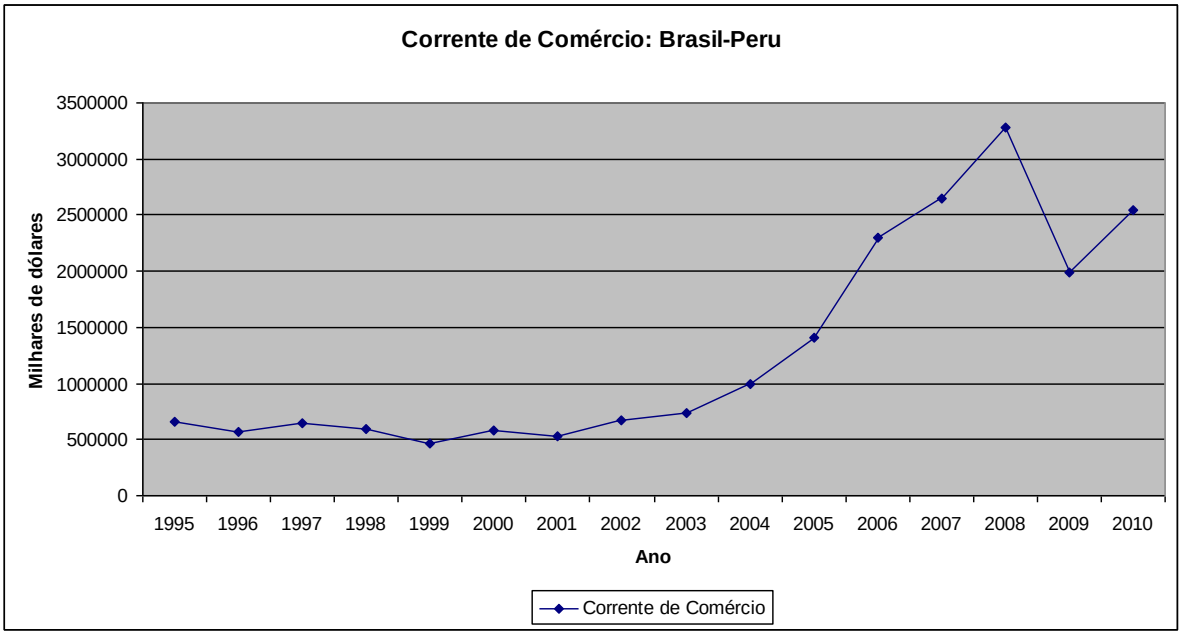
Gráfico 17: BC do Brasil em relação ao Peru
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

[43] Não contempla o mês de dezembro

Gráfico 18: Corrente de Comércio do Brasil em relação ao Peru
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Tabela 23: Exportações e Importações entre o Brasil e o Peru em anos selecionados:
5 principais produtos
Montantes em milhões de dólares

1995				2000				2008			
Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor
Veículos de Transporte Coletivo	34,831	Minério de Cobre	47,089	Aparelhos de Transmissão Rádio	24,008	Minério de Zinco	60,312	Óleos crus de Petróleo	340,870	Catodos de Cobre	311,312
Papel e Papelão	17,433	Catodos de Cobre	38,841	Veículos de Transporte Coletivo	20,200	Perolas, Pedras Preciosas e Semi-Preciosas	29,975	Telefones Móveis	166,054	Perolas, Pedras Preciosas e Semi-Preciosas	125,186
Máquinas Carregadoras	16,515	Minério de Zinco	27,132	Papel e Papelão	17,855	Minério de Cobre	27,052	Veículos de Transporte Coletivo	136,128	Minério de Zinco	107,638
Máquinas Niveladoras	11,373	Perolas, Pedras Preciosas e Semi-Preciosas	23,652	Aparelho de Transmissão Rádio	12,723	Catodos de Cobre	26,038	Produtos de Ferro e Aço	102,786	Chumbo Refinado	79,865
Estanho Fundido	9,904	Zinco Bruto	7,634	Papel e Papelão de alta gramagem	9,357	Chumbo Refinado	20,324	Veículos de Carga	101,496	Cobre Refinado	71,347

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em abril de 2009.

Os principais produtos exportados para o Peru foram para os anos de 1995, 2000 e 2008 respectivamente: Veículos de Transporte Coletivo, Aparelhos de Transmissão de Rádio e Óleos Crus de Petróleo. Já os líderes de importações foram Minério de Cobre em 1995, Minério de Zinco em 2000, e Catodos de Cobre em 2008.

Apesar dessa intensificação das relações entre Brasil e Peru, é interessante levar em consideração quando, por exemplo, o analista Farid Kahhat, citando Peter Hakim, presidente emérito e pesquisador sênior do *Inter-American Dialogue* de Washington, diz que:

> **A atração gravitacional do prodigioso mercado estadunidense apequena os esforços brasileiros para estabelecer acordos comerciais com o resto da América Latina.** Uma vez recebido o convite para iniciar conversações de livre comércio, por exemplo, o Chile perdeu interesse em participar plenamente no Mercosul (HAKIM apud. KAHHAT, 2007, p. 254, minha ênfase).

Mas também o analista Farid Kahhat diz que os projetos de cooperação não são apenas econômicos, como, por exemplo, nas iniciativas de cooperação entre Brasil e Peru no Plano da Segurança. Houve a criação do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Peru-Brasil, que dirige os Ministros das Defesa de ambos os países, e a integração do Peru ao Sistema de Vigilância da Amazônia criado pelo Brasil. O Grupo de Trabalho de Defesa foi criado em 2002 e tem como propósito fomentar a cooperação científica e tecnológica nesse tema (KAHHAT, 2007, p. 262-263).

2.5.1- Brasil e o conflito territorial histórico entre Peru e Equador

Conforme citado anteriormente, Fernando Henrique Cardoso considera que **o auge de sua diplomacia presidencial foi justamente pôr fim ao contencioso militar entre Equador e o Peru** e que custara, nos 40 anos anteriores, milhares de vidas. Argumenta que foi um trabalho paciente para garantir a paz em que estavam envolvidos o Brasil, o Chile, a Argentina e os EUA, mas que na fase final se desenrolou principalmente no Brasil (CARDOSO, 2006, p. 637, minha ênfase).

Descrevendo um tópico de seu livro de (2006) intitulado “Um quadro na parede do Torto – e Fujimori aceita a paz com o Equador” diz que “conseguimos pôr fim ao contencioso militar entre Equador e o Peru e que custara, nos 40 anos anteriores, intermitentemente, milhares de vidas”. Acrescenta:

> Ouvimos as duas partes durante anos. Várias vezes, altas horas da noite, chegavam a Brasília os presidentes, principalmente do Equador, com mapas de posições estratégicas à mão, para discutir os termos de uma negociação aceitável. Pelo lado peruano tratei o tempo todo com o Presidente Alberto Fujimori, que governou entre 1990 e 2000, parte dos quais, lamentavelmente, com poderes ditatoriais. No Equador sucederam-se presidentes. Os que dedicaram mais tempo à questão foram Sixto Duran Ballén (1992-1996) e Jamil Mahuad Witt (1998-2000) (Ibid.).

Informou que o contencioso territorial, depois de duros combates, havia sido objeto de uma negociação da qual resultou o Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, que não satisfez às partes. Os equatorianos diziam pertencer a eles um território montanhoso que se abria a um vale que, bem adiante, dava acesso à bacia amazônica. Explicou que o Tratado do Rio concedera a área aos peruanos que naturalmente contestavam a pretensão equatoriana. Prossegue:

> No meio tempo, a imprecisão das demarcações originais frente às técnicas de fotografias de satélite punham por terra mapas e acordos antigos. Depois de muito sofrimento e algumas novas arrancadas militares (a última propiciara ligeira vantagem no terreno aos equatorianos), as condições para a paz pareciam amadurecer. Entre armistícios conseguidos a duras penas, o envio de tropa brasileira para assegurar a paz na zona de conflito, a presença de representante direto meu na zona de conflito, embaixador Júlio César Gomes dos Santos, e intensas consultas diplomáticas e militares, o tempo passava e pouco se progredia. Fujimori era determinado, objetivo e prático. Manejava propostas e imaginava as manchetes dos jornais de Lima no dia seguinte. O Presidente Mahuad, cheio de boa vontade e coragem, tinha até credenciais pessoais no caso – perdera um avô nas lutas. Homem educado, de formação universitária, tinha encantamento por um professor de Harvard especialista na solução de conflitos. Fujimori, de poucas palavras, sorridente e astucioso, punha a sagacidade oriental a serviço da causa peruana (Ibid. p. 637-638).

Porém diz que não se chegava a um acordo e que ele propôs em um jantar com os dois presidentes que se construísse um parque ecológico binacional em um trecho da selva que era contestado. Acrescentou que a idéia parecia caminhar, mas que sempre havia um "porém", e que as forças políticas locais reinterpretavam cada proposta ao sabor de suas conveniências, dificultando as margens de manobra dos presidentes para a transigência. Diz:

> Quando estávamos quase a ponto de bater o martelo, em uma reunião em uma pequena sala da Granja do Torto, novo impasse: um trecho do futuro parque fora usado como cemitério para alguns soldados equatorianos mortos na batalha. Sugeri, então, que se abrisse uma estrada ligando o cemitério com a fronteira do Equador, com livre acesso para nacionais daquele país. Fujimori fingiu que não a aceitaria, mas, de repente, virou-se para um pequeno quadro de paisagem bucólica pendurado na parede. Era um quadro modesto, de pintor desconhecido, mostrando uma carrocinha puxada por um burro em uma estrada de terra. Apontando a estrada disse: "Só se for daquela largura (...) Por ali não passam carros com tropas, imagino". Sua atitude selou o acordo a 27 de outubro de 1998 no Itamaraty diante dos reis da Espanha, do secretário-geral da OEA, César Gavíria, e de vários presidentes de países amigos. De todos os pronunciamentos carregados de emoção o do Presidente Mahuad foi o mais comovedor. Assinou o tratado com lágrimas (e não só ele as derramou, também eu estava profundamente emocionado) e coragem. Não sei se alguém caminha pela estradinha para chorar a dor de haver perdido um ente querido, mas a paz se restabeleceu, e devido ao papel desempenhado pelo Brasil recebi as mais altas condecorações e as maiores homenagens dos governos e dos Congressos dos dois países. E cada vez que caminhei pelas ruas de Lima ou de Quito recebi abraços efusivos de populares que da guerra queriam distância, mas sentiam **que a paz só valeu a pena porque o sentimento nacional não foi atropelado** (Ibid. p. 638-639, minha ênfase).

Vale uma reflexão que Cardoso recebeu essas condecorações de personagens polêmicos e antidemocráticos, como Alberto Fujimori, próxima temática que analisaremos.

2.5.2- As relações de Cardoso e Alberto Fujimori: democracia?

O ex-presidente brasileiro relata o problema que ocorreu com a repulsa continental à terceira eleição consecutiva de Fujimori em 2000. Diz que não foram poucas as críticas que sofreu pela paciência com que nossa diplomacia manejou o problema. Houve grande pressão norte-americana e de inúmeras organizações da sociedade civil internacional contra a aceitação do resultado eleitoral.

Acrescentou que o embaixador em Lima José Viegas Filho (que mais tarde o presidente Lula nomearia Ministro da Defesa) informava com minúcias à chancelaria brasileira as sutilezas do caso. Argumenta que uma intervenção externa contestando a legalidade do pleito mesmo com propósito de assegurar a legitimidade do poder, poderia prejudicar nossos interesses de longo prazo, mostrando-nos ao povo peruano como intervencionistas. Disse que seria melhor **apostar na evolução da própria sociedade peruana**. Apesar de longa, vale a pena a citação completa:

> Lembro-me que, meses mais tarde, quando o futuro Presidente Alejandro Toledo era candidato com muitas chances de vitória e veio me ver em Brasília acompanhado de sua mulher, Eliane Karp, houve um ligeiro mal-estar em nossa conversa, principalmente por parte dela. Como alguém com minhas tradições democráticas (Toledo estudou em Stanford e me conhecia do tempo em que eu dera aula naquela Universidade) podia ter apoiado a Fujimori? Ela espelhava na pergunta a opinião de vários críticos da oposição a meu governo. Disse-lhe que uma coisa era minha atitude como intelectual, radicalmente democrata e progressista, outra minha conduta como chefe de Estado. Não que fossem contraditórias. Não apoiara Fujimori, mas a voz da inteligência livre não tem por trás de si baionetas e a do Presidente de um país carrega ameaças, principalmente quando este país é mais forte. Pior, outros países ainda mais fortes já estavam claramente se manifestando pela destruição de Fujimori. Nessas circunstâncias, em vez de ser um grito pela liberdade, meu protesto seria uma ingerência. É importante ressaltar que não apoiamos ilegalidades no Peru. Demos, isto sim, um voto de confiança aos peruanos, na convicção de que eles próprios saberiam como se haver com as questões domésticas, como acabaria ocorrendo. A posteriori é fácil dizer: "Estão vendo? Deu certo. Fujimori não reina mais e restabeleceu-se a democracia". Mas, e se tal não acontecesse? Neste caso, uma vez mais a moral da responsabilidade teria inibido sua compatibilização com a ética das convicções e o ato que praticamos pagaria alto preço pelo sofrimento que a duração do governo fujimorista acarretaria ao povo peruano. Tormento de quem governa e sabe que nada assegura de antemão a "validade" de suas decisões (Ibid. p. 639-640).

Claramente nessa citação podemos encontrar a vaidade de Cardoso tentando ainda justificar sua decisão desastrosa nesse caso. Esse episódio demonstrou uma característica muito passiva de sua política externa, inclusive criando uma situação constrangedora em relação ao Peru, contradizendo a sua estratégia de liderança regional.

Enrique Amayo em seu texto "Depois de Montesinos, Fujimori: uma visão desde o Brasil" (2002) esmiúça outras razões que levaram ao ex-presidente brasileiro a apoiar Fujimori, com destaque para os interesses das empresas privadas brasileiras naquele país. Por exemplo, podemos ler a seguinte passagem:

> Ao mesmo tempo, parece que o governo do Brasil tinha interesse num presidente peruano fraco e em dívida política com ele, ou seja, Fujimori. Por que? Porque assim poderia negociar, em posição de vantagem, duas coisas de importância estratégica: o gás de Camisea e uma saída no Pacífico. (...) Um governo débil como o de Fujimori poderia mais facilmente favorecer grandes empreiteiras brasileiras, já muito ativas no Peru como a Odebrecht e a Andrade Gutiérrez (AMAYO, 2002, p. 148-149).

O mesmo autor conclui que "Toledo fez bem em não esquecer qual foi a política de Brasil no período mais antidemocrático da história peruana recente: de colaboração". E acrescenta:

> Talvez isso ajude o Brasil a apagar tendências hegemônicas e a aceitar o simples fato de ser o líder natural da América do Sul pelo seu peso econômico e geográfico. Isso, claro, poderia levar o Brasil a aceitar que também existem líderes naturais pelo peso histórico e/ou estratégico, que não é seu caso. Aceitar ambos tipos de liderança é essencial para a construção da América do Sul solidária do próximo futuro (AMAYO, 2002, p. 157).

Em outro texto mais recente Amayo (2009, p. 281-282) argumenta que é possível dizer que enquanto o Peru não tem uma política que projete internacionalmente a Amazônia, o Brasil sim. E conclui:

> E este último, a tem porque isso forma parte de sua política de busca de liderança na Região Sul-americana Compartilhada, para o que conta com a atitude passiva dos países andino-amazônicos. Importa destacar que o Brasil busca ser líder não somente nessa região, senão da América do Sul e da América Latina, em seu conjunto. Finalmente o autor manifesta seu sonho de que o Peru proclame uma política de integração sul-americana madura, ou seja, de igualdade absoluta entre os Estados. Política que aceitaria lideranças sempre e quando sejam eleitos, rotativos e limitados no tempo. Líderes assim poderiam falar em qualquer idioma (AMAYO, 2009, p. 281-282).

2.5.3 -IIRSA: a força do grande capital e as resistências populares

O já citado pesquisador peruano Marc Dourojeanni (et all, 2009) nos informa que a IIRSA em seu apogeu conseguiu reunir mais de 500 projetos de integrações viárias, energéticas, aduaneiras e de comunicações. Acrescenta que ainda que esse número tenha variado de ano para ano, o importante é assinalar que na verdade tais projetos eram ou são em sua imensa maioria projetos antigos que foram descartados por diversos motivos. Ou seja, ainda que se leve em consideração os esforços para se apresentar a IIRSA como complementares, "eles não constituem um programa integrador e nem merecedor das virtudes que seus promotores o atribuem como vetor do desenvolvimento Sul-americano" (DOUROJEANNI, 2009, p. 21).

Ainda por essa perspectiva crítica é muito importante quando os mesmos autores analisam os interesses do Brasil e Peru nesses projetos:

> Quando se analisa o papel dos atores responsáveis pelo "pacote" de projetos, que na verdade nem sequer á apresentado como tal pelo governo, se descobre, com surpresa, que seus elementos mais significativos não são originados no Peru que apenas coloca "a venda" ou oferece "em licitação" suas necessidades aparentes de infraestrutura e seus recursos naturais **De fato, parte substancial das obras previstas na Selva**

> **peruana se origina das necessidades brasileiras, cuja satisfação está cuidadosamente planejada**: acesso aos portos do Pacífico para escoar parte de sua produção para a Ásia, oportunidade de aproveitamento dos recursos peruanos, como os fosfatos de Bayóvar, satisfação de suas necessidades de energia elétrica com base no enorme potencial andino-amazônico peruano e, claro, estender sua influência econômica (DOUROJEANNI et all, 2009, p. 16-17, ênfases minhas).

Esses mesmos autores acrescentam que são precisamente as entidades públicas ou privadas brasileiras que financiam (BNDES), estudam, pretendem operar e que obviamente se beneficiarão da materialização dos projetos. E questionam:

> Por quê o Peru necessita simultaneamente de três estradas, uma hidrovia e três ferrovias para vincular-se com o Brasil? Por quê o Peru deve ceder seu projeto hidroelétrico mais viável para abastecer o país vizinho em vez de preservar essa opção para si mesmo? (DOUROJEANNI et all, 2009, p. 16-17)

Em virtude da consciência dos impactos econômicos, sociais e ambientais da IIRSA, claramente surgem muitas críticas e movimentos de resistência no Peru, como podemos visualizar no longo trecho a seguir:

> Um tema em que coincidem todas as críticas é o fato de que o projeto conta com um estudo de factibilidade do Ministério de Transportes e Comunicação do Peru, porém foi exonerada de revisão por parte do *Sistema Nacional de Inversión Pública* (SNIP), coisa que ocorre pela primeira vez no país com uma obra de infraestrutura viária de grande envergadura. O que seria preocupante dado que ditos estudos de factibilidade apresentam uma alta margem de erro. Segundo estimativas de Gustavo Guerra García, se poderia construir uma estrada mais adequada para o fluxo veicular que esta a um custo de US$ 300 milhões (quer dizer, uns US$ 500 milhões a menos que o custo oficial) (KAHHAT, 2007, p. 257-258).

Outra crítica é que as rotas serão em regiões de baixa densidade demográfica, porém de grande fragilidade ambiental. Por exemplo, Madre de Deus, que junto à selva das regiões de Puno e Cuzco, umas das regiões mais conservadas da Amazônia, região onde o desflorestamento constituiria a fonte principal de impacto ambiental. Para Kahhat:

> (…) projetos viários similares no Brasil são responsáveis em parte pelas altas taxas de desflorestamento que estão sofrendo nos últimos 13 anos os Estados brasileiros do Mato Grosso, Rondônia e Acre. A terceira e última objeção ao projeto da estrada Interocenânica é que seus impactos econômicos provavelmente serão menores que os estimados nos estudos de factibilidade (KAHHAT, 2007, p. 257-258).

Muitas reportagens de jornais peruanos criticaram o investimento na Interocêanica entre o Brasil e o Peru, pois não haveria transparência e estudos sérios de impactos ambientais. Por exemplo, Gustavo Guerra García Picasso, que foi vice-ministro de transportes no Peru escreveu:

> O investimento é, por qualquer critério, excessivo considerando que o próprio estudo de demanda indica que somente se gerarão 88 caminhões por dia dentro de 10 anos e hoje nenhum cruza a fronteira. É justo que se gerem tantos sobre custos aos contribuintes e tantos lucros a construtores estrangeiros? Ao exonerar o projeto de passar pelo SNIP, na prática se impediu a revisão técnica do mesmo. Assim, o projeto *Iñapari*

> *Puerto Marítimo* é a primeira estrada do Peru que não passa pelo SNIP. Por que? Para que se gastaram dezenas de milhares de dólares em um estudo de factibilidade e depois não se seguiram suas recomendações? (PICASSO, 2005)[44].

O mesmo artigo também informa a carência de estudos técnicos, pois seria a primeira vez que se construiria uma estrada sem estudos definitivos de engenharia. Continua a argumentação dizendo que um estudo de factibilidade tem uma margem de erro ao redor de 30% e que no Peru quase sempre esse erro é para cima. E conclui que "**Licitar sem estudos técnicos significa que é uma licitação a cegas**. Isso elevará significativamente os custos públicos e as garantias. Como nenhuma concessionária é adepta aos riscos, os transferirão ao Estado". Sobre os estudos ambientais questiona "se tem aprendido algo da dramática experiência de desflorestamento e degradação ambiental ocorrido no Acre?" (PICASSO, 2005, minha ênfase).

Susana Villarán de la Puente, prefeita de Lima na atualidade, também escreveu um artigo com o título bastante sugestivo *"Interoceánica sí, sin pagar millones de más"* onde criticou esse processo de aceleração das licitações e questionou seu alto custo. Disse de forma bastante clara:

> Na Macro-região Sul habita um número importante de compatriotas que vivem na pobreza extrema. É uma região que tem demandado a construção da via Interoceânica. Todo projeto orientado ao desenvolvimento integral, a incorporação do mercado nacional e internacional com a conseqüente geração de emprego produtivo e descentralizado dos departamentos. Arequipa, Cuzco, Madre de Dios, Moquegua, Puno e Tacna devem ser apoiados. É a chamada Interoceânica um projeto benéfico para o desenvolvimento de todos departamentos? Sim. O projeto licitado pelo governo a um custo de 800 milhões de dólares é benéfico para a Marco-região Sul? Não (PUENTE, 2005).

Diante do exposto anteriormente, fica evidente que o Peru tem uma importância estratégica para o Brasil bastante grande, porém se essas relações não forem tratadas de maneira mais equilibrada pela parte brasileira, os resultados poderão ser frustrantes. Isso pode acarretar muitos movimentos de resistência a atuação das empresas e também da diplomacia brasileira nesse estratégico vizinho.

Uma forma de evitar futuros conflitos é aprofundar os conhecimentos sobre esse vizinho amazônico, identificando as expectativas e necessidades dos peruanos em relação ao Brasil. Dessa maneira se poderão construir reais projetos de cooperação entre esses dois países, com possibilidades de ganhos mútuos que vai além do puro lucro econômico de um pequeno grupo de empreiteiras brasileiras.

---

[44] Outro artigo que vai nessa mesma direção é: ZEGARRA, Eduardo. **"***Dudosos beneficios de la Interoceánica"***.** In: _____ ***Peru.21***, 30/6/2005. Disponível em: http://www.participaperu.org.pe/apc-aa/archivos-aa/3c6bb51ada688b58c57cb18308d59d73/dudosos_beneficios.html. Acesso em fevereiro de 2010.

2.6- As relações do Brasil com a Venezuela (1995-2010)

De todos os países amazônicos, sem dúvida a Venezuela é o que mais ampliou seu comércio com o Brasil. O salto das exportações brasileiras para lá foi impressionante, indo de 480 milhões de dólares aproximadamente em 1995 para mais de 5 bilhões de dólares em 2008. As importações tiveram um comportamento irregular, inclusive com cifras baixas em relação às exportações, gerando um imenso desequilíbrio comercial a favor do Brasil. Elementos políticos devem explicar melhor essa situação, especialmente a simpatia de Chávez por Lula e a sua tentativa de depender menos de produtos estadunidenses. Poderemos verificar melhor essas tendências nas tabelas e gráficos a seguir:

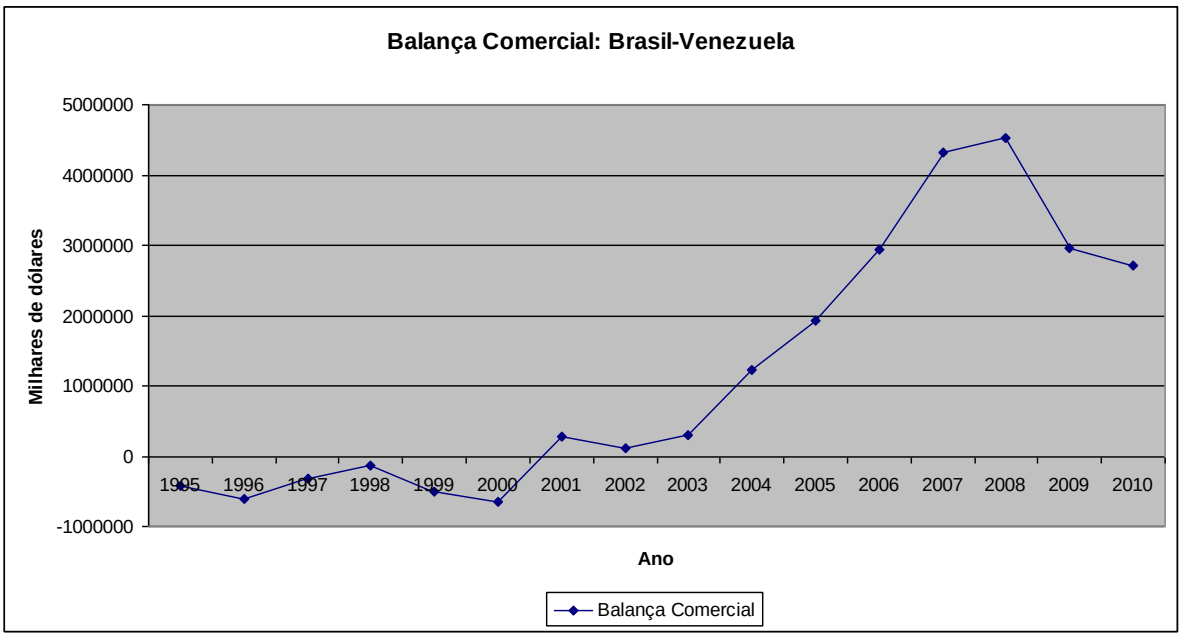
Tabela 24: BC do Brasil em relação à Venezuela
(milhões de dólares – 1995-2010)

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	480,121	894,853	-414,732
1996	454,020	1 058,702	-604,682
1997	767,695	1 094,155	-326,460
1998	704,293	833,059	-128,766
1999	535,754	1 049,081	-513,327
2000	749,558	1 408,872	-659,314
2001	1 090,416	811,043	279,373
2002	795,736	674,980	120,756
2003	604,965	303,064	301,901
2004	1 463,064	230,849	1 232,215
2005	2 214,317	290,079	1 924,238
2006	3 553,235	614,802	2 938,433
2007	4 711,099	391,241	4 319,858
2008	5 147,206	630,958	4 516,248
2009	3 604,799	647,281	2 957,518
2010[45]	3 491,578	781,902	2 709,676

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

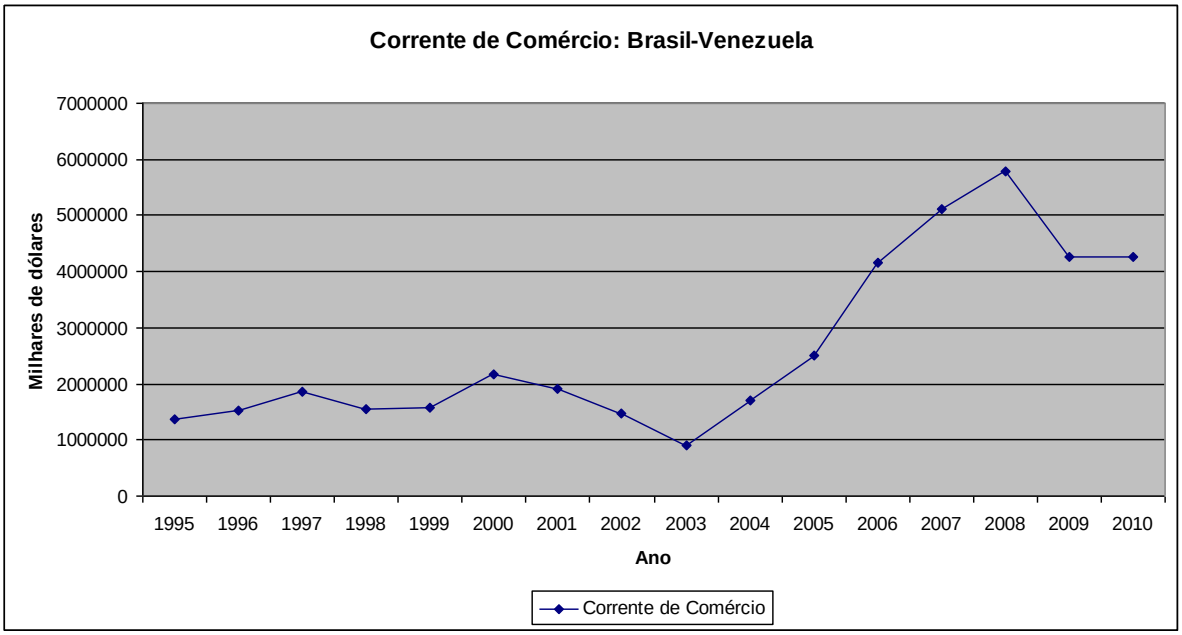
[45] Não contempla o mês de dezembro

Gráfico 19: BC do Brasil em relação à Venezuela
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Gráfico 20: Corrente de Comércio do Brasil em relação à Venezuela
(milhares de dólares – 1995-2010)



Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em março de 2011.

Tabela 25: Exportações e Importações entre o Brasil e a Venezuela em anos selecionados:
5 principais produtos
Montantes em milhões de dólares

1995				2000				2008			
Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor	Exportação	Valor	Importação	Valor
Veículos Automotores de 1000cc a 1500cc	27,097	Combustíveis Minerais Não Crus	1287,719	Radio Telefonia e Radio Telegrafia	95,275	Combustíveis Minerais Não Crus	620,188	Bovinos Vivos	429,291	Carvão Mineral	31,539
Ferro e Aço Fundido	17,561	Óleos Crus de Petróleo	288,915	Veículos Automotores de 1000cc a 1500cc	69,835	Óleos Crus de Petróleo	385,415	Telefones	360,792	Energia Elétrica	17,848
Tubos de Ferros para Gasodutos e Oleodutos	13,919	Plásticos: Politereftalato de etileno	13,287	Veículos Automotores de 1500cc a 3000cc	28,597	Carvão Mineral	17,006	Produtos Lácteos	197,051	Ferroniquel	8,590
Derivados da Celulose	13,606	Plásticos: Poliestireno	10,191	Substancias Químicas Odorizantes e Flavorizantes	25,841	Produtos Químicos: Etilenoglicol	12,284	Carne Bovina Congelada	194,442	Plásticos: Polímero Tipo PVC	5,461
Borracha (SBR) não transformada	12,077	Chumbo Refinado	3,187	Frutos Oleaginosos: Soja	12,432	Plásticos: Poliestireno	8,829	Carne de Ave Congelada	133,853	Plásticos: Propeno (Propileno)	2,359

Fonte: Elaboração própria baseada em:
http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/.
Acesso em abril de 2009.

Os principais produtos exportados do Brasil para a Venezuela em 1995, 2000 e 2008 foram respectivamente: Veículo automotores, Radio Telefonia/ Telegrafia e Bovinos Vivos, esse último atingindo a cifra de mais de 400 milhões de dólares em 2008. O mais importante produto importado foi Combustíveis Minerais não crus em 1995 e 2000 e Carvão Mineral em 2008.

Nesse sentido, estamos em acordo com a analista Francine Jácome, Diretora Regional de Pesquisa do *Instituto Venezolano de Estúdios Sociales y Políticos* (INVESP), quando ela diz:

> Esta dinâmica de comércio binacional coincide com a proposta que se realizou a respeito da relação do Brasil com seus sócios do Mercosul no sentido de que o primeiro se comporta como um país desenvolvido ao vender manufaturas e importar matérias primas. As economias vizinhas se constituem de alguma forma em uma extensão do mercado interno comercializando o que chamam de "bens regionais" que incluem, por exemplo, energia e outros serviços. Portanto, no comércio binacional se tem produzido a mesma assimetria existente entre o sócio grande e os menores que se vê refletida na sua relação com os países do sul e que provavelmente se reproduzirá na CSN (JÁCOME, 2007, p. 188-189).

A mesma analista informa que enquanto os investimentos brasileiros se orientam basicamente ao setor financeiro (Banco do Brasil), algumas em construção, transporte aéreo,

telecomunicações e publicidade, as Venezuelanas se dirigiram fundamentalmente nas áreas financeira e de comunicações. A maior parte dos investimentos da Venezuela estiveram associados ao comércio com o norte brasileiro. Além disso, aumentou o investimento brasileiro e em 2007 existiam convênios comerciais na quantia aproximada de US$ 3 bilhões que incluíam sua participação da construção da segunda ponte sobre o rio Orínoco. Também apontou que o grupo brasileiro Camargo Correa assinou um convênio de US$ 58 milhões com o Ministério de Meio Ambiente e de Recursos Naturais para reabilitar a represa de El Guapo e que tem planos para obter outros contratos de infraestrutura como a construção da hidrelétrica de Tocoma. Nesse mesmo sentido a companhia brasileira Vale do Río Doce assinou um convênio para a exploração da mina de carvão Socuy, a qual vem sendo duramente questionada por grupos ambientalistas assim como por comunidade indígenas na zona (JÁCOME, 2007, p. 188-189).

2.6.1- Possível entrada da Venezuela no Mercosul: possibilidades e riscos

Francine Jácome diz que o Brasil iniciou uma política orientada para construir a confiança, da qual forma parte a assinatura do Protocolo de *Guzmania* em 1994 em território venezuelano. A mesma autora explica que o objetivo central foi fomentar uma maior aproximação e cooperação bilateral, para a qual se formou a *Comisión Binacional de Alto Nivel* (COBAN) presidida pelos Ministros de Relações Exteriores do Brasil e Venezuela. Se estabeleceu a cooperação fronteiriça com prioridade para os setores viais, elétricos, hidrográfico, minero, siderúrgico e no tema do meio ambiente.

Já explicando a idéia da Venezuela entrar no Mercosul, a mesma autora acrescentou que em 1995 se assinou a Declaração de Caracas que buscava aprofundar a cooperação bilateral e dar início a negociação para a incorporação da Venezuela ao Bloco. Junto a essa declaração também se lançou a *Acta de Miraflores* para a interconexão elétrica Guri-Boa Vista- Manaus assim como uma série de projetos conjuntos entre a Petrobras e a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). Jácome analisa:

> O atual governo venezuelano [de Chávez], que iniciou sua gestão em janeiro de 1999, imprimiu um dinamismo ainda maior nas relações com seu vizinho do sul e, em abril de 2000, se assinou a Declaração Presidencial de Caracas que ratificou o protocolo de 1994. Uma vez que assume a presidência Luiz Inácio Lula da Silva, a complementaridade antes assinalada se vai somar a coincidência ideológica dos mandatários no campo da esquerda latino-americana. O Brasil apoiou ao governo venezuelano ante os acontecimentos de 2002[46] assim como durante as greves de dezembro de 2002 e abril de

[46] Em abril de 2002 houve uma tentativa de Golpe de Estado na Venezuela com a prisão de Chávez, mas que durou pouco tempo com a recondução de Chávez ao poder com o apoio do grupo chamado "Amigos da Venezuela" do qual o Brasil fez parte. Nesse episódio os EUA de W. Bush imediatamente reconheceram o governo de oposição venezuelano como legítimo, o que explica parte das relações tensas do presidente Chávez com os EUA até os dias atuais.

> 2003, quando enviou gasolina e outros produtos. Igualmente desempenhou um importante papel na busca de soluções para a crescente polarização e confrontação política, especialmente no período de 2002-2004. Atuou tanto através de conversações e reuniões bilaterais assim como em iniciativas multilaterais como o Grupo de Amigos do Secretário Geral da OEA para o desenvolvimento do processo da Mesa de Negociação e Acordos (JÁCOME, 2007, p. 182-183).

Apesar dessa aproximação, Chávez encontrou resistências no congresso brasileiro, especialmente pelo que é conhecida como a "cláusula democrática". A grande centralização de poder, o controle crescente sobre os meios de comunicações e as suas políticas de estatização são temas que abrem possibilidades de crítica ao modelo venezuelano e que poderiam desestabilizar o Mercosul. Porém em 2010 o Congresso brasileiro aprovou a entrada da Venezuela, restando ainda a necessidade da aprovação do Congresso paraguaio.

Por outro lado Jácome também aponta que a aliança entre Petrobras e PDVSA pode levar ao questionamento si se trata da Segurança Energética Sul-americana ou de uma estratégia de ambas para dominarem o mercado regional. Completa que existe a perspectiva que a aliança estratégica entre os países longe de fortalecer a integração acabe aprofundando as assimetrias frente a terceiros, criando uma aliança política que beneficie majoritariamente o atual Presidente venezuelano. Afirma também que por isso existe a preocupação entre diversos setores que consideram que o Brasil está apoiando o que percebem como um crescente autoritarismo e militarismo na Venezuela.

Porém, a mesma autora aponta possíveis divergências, como por exemplo, na questão da defesa do livre comércio. Enquanto o Brasil defende a proposta de RA, a Venezuela critica esse modelo como sendo neoliberal e propõe o chamado "Socialismo do Século XXI"[47] com reformas sociais profundas. Entretanto a analista venezuelana ressalta que é mais retórica do que realidade as críticas ao livre comércio pelo seu país, pois a Venezuela é bastante integrada ao mercado internacional (JÁCOME, 2007, p. 209-210).

Nesse sentido, parece interessante aprofundar a avaliação sobre as convergências e divergências entre Brasil e Venezuela na América do Sul.

2.6.2- Parceiros ou competidores: luta por protagonismo na América do Sul?

Francine Jácome considera necessário recordar que o Brasil tem exercido um papel tradicionalmente mediador quando surgem problemas internos em seus vizinhos. E pensando nas conflituosas relações colombiana-venezuelana, diz que é provável que o Brasil se veja obrigado a jogar esse papel mediador, mas alerta:

[47] Essa temática será analisada posteriormente.

> (…) isso pode levar a tensões entre os dois países se a Venezuela perceba que exista algum tipo de estratégia para favorecer seu outro vizinho. É também previsível uma possível mediação brasileira se a confrontação Estados Unidos – Venezuela passe dos limites toleráveis por uma das partes, inclusive já em encontros entre funcionários estadunidenses e brasileiros o tema das tensões com a Venezuela tem formado parte da agenda **(**JÁCOME, 2007, p. 209).

Ainda assim, Brasil e Venezuela parecem mais convergir do que divergir, por exemplo, pensando na Comunidade Sul-americana de Nações (CSN), posteriormente rebatizada de União das Nações Sul-americanas (UNASUR). Mas ao mesmo tempo Jácome questiona se esse caminho seria acertado, já que não se tem logrado avançar e fortalecer os esquemas subregionais já existentes, como o Mercosul e a CAN. Nesse mesmo sentido o professor da UNB, Alcides Costa Vaz diz que:

> (…) são ainda muito reduzidas às possibilidades de que a Comunidade Sul-americana de Nações venha a representar um espaço a ser privilegiado para o protagonismo político, seja do Brasil ou dos demais membros. Apesar de seu mérito, a mesma deve persistir mais como iniciativa que aponta para uma desejável condição futura do que um espaço imediato de ação, reparação e decisão regional. Por essa razão, **um maior enfoque nos planos bilaterais podem representar uma opção desejável para a estratégia regional brasileira** em uma fase em que as vicissitudes políticas são comuns a maior parte dos vizinhos brasileiros, restringindo sobremaneira as possibilidades do multilateralismo no qual o Brasil tem insistentemente privilegiado. Não se trata necessariamente de um jogo de soma zero em ambas opções. Trata-se apenas de considerar qual estratégia oferece melhores possibilidades de introduzir **novas dinâmicas em um ambiente no qual as forças de fragmentação parecem sobrepor-se, ainda que circunstancialmente, ao esforço aglutinador que o Brasil busca empreender** (VAZ, 2007, p. 39, minhas ênfases).

Jácome na mesma linha de Vaz aponta que o Brasil e a Venezuela possuem diferentes estilos de atuação, como, por exemplo:

> O atual governo venezuelano compartilha com o Brasil a visão de um mundo multipolar, ainda que suas percepções sobre como alcançá-lo são diferentes, assim como de se relacionar com os Estados Unidos. No caso Venezuelano, a partir de 1999, se inicia um período no qual se denuncia, em confrontação cada vez mais aberta, aos Estados Unidos e sua política, considerada como imperialista, unilateral e hegemônica. Esta é uma mudança notável em respeito aos governos anteriores que, pese alguns problemas circunstanciais, mantiveram uma relação estável e próxima com seu principal sócio comercial. Também é de se assinalar que dentro do esquema do Presidente da Venezuela de construir um novo mundo multipolar, Brasil joga um papel importante na conformação do chamado "Eixo do Sul", junto com a Argentina (JÁCOME, 2007, p. 186-187).

Explicando o caso brasileiro, a autora citada argumenta que a relação com os Estados Unidos tem sido pendular entre um alinhamento e uma relativa autonomia:

> Desde 2003 se tem desenvolvido uma política autônoma em comparação com o governo anterior que através de um "realismo periférico" buscava obter benefício do alinhamento com os Estados Unidos. A política atual tem entre seus objetivos a integração Sul-americana, na qual, no entanto, pode enfrentar dois obstáculos para sua efetiva implementação. Por um lado, **ainda que o Brasil negue ter uma intenção hegemônica, na prática mostra desejos de liderança e tende a atribuir-se a representação da América do Sul nos foros internacionais, a qual gera percepções negativas por parte dos outros países**. Dessa mesma forma, busca não confrontar aos Estados Unidos,

> especialmente no âmbito econômico. (...) existem divergências relacionadas com a forma de manejar as relações com os Estados Unidos e os objetivos principais da integração regional. Estas diferenças estão marcadas pelas estratégias utilizadas no cenário internacional. **Enquanto o governo atual venezuelano privilegia a confrontação, pese o discurso integracionista, o brasileiro busca a concertação e a cooperação** (JÁCOME, 2007, p. 186-187, minhas ênfases).

O já citado pesquisador Sean Burges (2007, p. 1343) diz que oficialmente Brasil e Venezuela não competem pela liderança na América do Sul. No entanto, o mesmo autor aponta uma diferença entre o que chama de abordagem mais pragmática por parte do Brasil e mais ideológica por parte da Venezuela. Segundo sua visão o Brasil possui um auto-interesse em promover oportunidades para si oferecendo parcerias com políticas amigáveis ao mercado (*market-friendly*), mas não chegando a ser adequado chamá-las de políticas neoliberais. Já o presidente da Venezuela busca concentrar as decisões econômicas nas mãos do Estado, sendo tudo subordinado ao desenvolvimento humano e social de acordo com sua visão de socialismo.

Nesse sentido, por essa visão, a liderança regional se torna quase uma necessidade defensiva. Para Burges o Brasil precisa do status de líder para assegurar que Chávez não bloqueie o acesso brasileiro aos recursos energéticos regionais, estimule o fechamento de mercados regionais ao Brasil com políticas nacionalistas e também não crie um ambiente de incerteza que afaste os investimentos estrangeiros.

O mesmo pesquisador canadense diz que a tentativa de liderança da Venezuela se pauta em uma linguagem esquerdista, a chamada ideologia bolivariana, baseada em um tipo de anti-mercado e anti-globalização. Dize que enquanto a alternativa venezuelana está oferecendo uma potencial realidade futura, os métodos de Chávez tem muito em comum com as estratégias usadas na Guerra Fria, onde se dava assistência financeira em troca de apoio, mais do que uma noção idealista de solidariedade. O coração da estratégia política venezuelana seria a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), um esquema de integração regional que envolve Bolívia, Cuba, Nicarágua e Venezuela, uma estratégia para reduzir a dependência dos países do Sul em relação ao Norte do hemisfério. Por exemplo, a Venezuela contratou um pequeno grupo de médicos militares cubanos para implementar programas de saúde por todo o país em troca de petróleo. Nessa possível disputa ideológica com o Brasil e na tentativa de expandir sua influência na região, a PDVSA ofereceu suporte técnico à Bolívia em sua crise com a Petrobras em 2006, assim como de forma mais prosaica, financiou a Escola de Samba Unidos da Vila Isabel, campeã do carnaval carioca no mesmo ano (BURGES, 2007, 1344-1348).

O presidente venezuelano se utiliza muito de seu principal recurso que é o petróleo para suas políticas internas e externas, especialmente em uma conjuntura de alta de seu preço internacional. Mas isso sempre gerou um paradoxo no desenvolvimento de seu país, pois ao mesmo tempo em que

é uma vantagem natural, acaba acomodando o país que não se industrializa e fica dependente de uma série de produtos vindos de outros países (como alimentos com destaque para o Brasil nesse momento) e a mercê da vulnerabilidade de depender das variações dos preços internacionais de uma commodity. Além disso, é questionável essa estratégia de ajuda externa, quando seu país apresenta indicadores sociais muito fracos, como foi visto anteriormente, com uma grande parcela da população vivendo abaixo da linha de pobreza.

Por outro lado, na opinião de Burges (2007, p. 1348-1351) o modelo brasileiro de regionalismo difere radicalmente do venezuelano, isso porque não é apenas relutante em adotar uma forte retórica humanista de ajuda externa aos vizinhos, mas também não deseja se envolver em gastos para garantir a liderança sobre os outros países. Nesse sentido, a IIRSA[48] busca criar novas oportunidades de negócios ao invés de ajuda financeira direta aos vizinhos, com o BNDES através da Convenção de Crédito Recíproco da ALADI financiando obras de infraestrutura, especialmente se envolvesse empresas brasileiras.

Para Sean Burges (2007) a visão neo-estruturalista brasileira terá mais sucesso que a estratégia de ajuda externa venezuelana. Apesar de alguns países aceitarem os recursos do petróleo vindos da Venezuela, isso na visão desse autor, não significa uma lealdade profunda, mas apenas alianças de conveniência. No caso brasileiro, que será analisado profundamente na seqüência do trabalho, o autor defende a tese de que projetos como a IIRSA apresentam a vantagem de oferecer perspectivas de ganhos mútuos com os vizinhos, sem necessitar oferecer auxílios financeiros diretos e ainda viabilizando a expansão dos interesses empresariais do país na região.

Para concluir, estamos em acordo com a análise de Jaime Preciado, ex-presidente da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), que diz:

> Diante desse ascendente protagonismo da Venezuela, e a aparente disputa com o Brasil pela liderança no Cone Sul e nos processos de integração em andamento, Rafael Calduch (2007) considera que, apesar da massa crítica em termos geopolíticos que possui a Venezuela, e um perfil particular como potência energética, ela não possui a capacidade de gestão global que tem o Brasil, reconhecido como o interlocutor válido para os assuntos de segurança política e econômica da América Latina pelas potências centrais do sistema mundo. No entanto, apesar desses limites e dos contínuos paradoxos do discurso chavista, a Venezuela possui uma projeção geopolítica que a converte em um país que projeta um *status* de semiperiferia anti-hegemônica, de grande relevância na consolidação dos projetos de integração latino-americana. (PRECIADO, 2008, p. 264)

[48] Tema a ser aprofundado no próximo capítulo.

2.6.3- Socialismo do século XXI?

Alguns temas na política latino-americana, assim como em outras regiões, sofrem de uma grande influência da mídia, com uma construção de estereótipos, como no caso da ditadura em Cuba e da possível repetição desse modelo na Venezuela. Por exemplo, em um livro do o ex-secretário geral do Itamaraty do governo Lula, Samuel Pinheiro Guimarães, podemos ler:

> Na Venezuela, o governo democrático de Hugo Chávez, que venceu numerosos escrutínios acompanhados por observadores internacionais, sofre os efeitos de uma operação internacional da mídia e da academia que procura caracterizá-lo como louco e ditatorial (GUIMARÃES, 2005, p. 186).

Estamos em acordo com a análise do sociólogo alemão estadunidense Gregory Wilpert (2007) que vê a ascensão de Chávez na Venezuela não como a causa das crises pelas quais o país passa, mas na verdade a conseqüência desses problemas. Depois de anos de políticas neoliberais e com graves problemas sociais, a população desse país ansiava por mudanças profundas (WILPERT, 2007).

Em vários discursos e entrevistas, assim como no já citado livro de Gregory Wilpert (2007), tivemos a oportunidade de ver Chávez tentar explicar o que ele entende por "Socialismo do Século XXI"[49]. Em suas palavras:

> Todos nós devemos unir, juntar, em uma ofensiva vitoriosa contra o império. Aqui na Venezuela, todos sabem, estamos levando adiante uma experiência única. Uma experiência única que tem contribuído modestamente para a causa de todos os movimentos de transformação social, em direção a este mundo novo, diferente, possível e necessário: a Revolução Bolivariana. Eu conto esta história para compartilhar apenas uma das experiências pessoais inúmeras resultantes da Revolução Bolivariana nos avanços em educação, na saúde, na luta contra a miséria, contra a pobreza, na transformação do modelo econômico do século 20, na promoção de uma nova sociedade de iguais, onde ninguém é excluído, na promoção de um novo modelo político: a democracia revolucionária, democracia participativa e protagonista, onde as pessoas são a essência e o ator fundamental na batalha política, em vez de uma elite que representa o "povo", a democracia representativa sempre acaba sendo a democracia das elites e, portanto, uma falsa democracia. A única democracia que acreditamos é na democracia do povo, participativo e protagonista, carregada pela força popular, pela vontade popular (...) Se Cuba e Venezuela, com todas as nossas limitações - foram capazes de em um ano e meio ensinar 1,5 milhão de pessoas na Venezuela a ler e escrever e declarar o nosso país "Território Livre do Analfabetismo", imagine o que poderíamos fazer se os governos, começando com os EUA e os governos dos países mais poderosos do mundo, se unissem em uma campanha universal, com recursos reais e não apenas com os restos, e com todos os avanços científicos e tecnológicos que temos para lutar contra o terrível fenômeno da miséria: a pobreza, doença, fome (CHÁVEZ FRÍAS, 2006).

Apesar de muitos autores simpatizarem e até apoiarem o modelo venezuelano, ele apresenta várias limitações em termos de indicadores sociais (já vistos no capítulo 1), de liberdade política, de

[49] Por exemplo, em seus diversos discursos (disponível em: http://www.chavezhugo.com.ar/Discursos-Hugo-Chavez.htm e http://venezuelanalysis.com/analysis/1728) e especialmente no excelente documentário de 2010 ***Presidentes de Latinoamérica*** disponível em: http://www.presidentestv.com.ar/.

expressão e da excessiva dependência do petróleo como recurso para por em marcha essa chamada Revolução Bolivariana.

Por exemplo, Javier Santiso, professor de economia e diretor do Centro de Economia e Geopolítica Global da Esade, escreveu um interessante artigo intitulado **"**A bênção das matérias-primas" onde argumenta que:

> Um dos tópicos mais arraigados no pensamento econômico das últimas décadas foi a maldição das matérias-primas. Nos países em desenvolvimento, ter petróleo, minerais ou produtos agrícolas era sinônimo de corrupção econômica e autoritarismo político, desperdícios e saques, guerras civis e golpes de Estado freqüentes. É possível que precisemos revisar drasticamente essa suposta lei da maldição das matérias-primas, muito especialmente, quando a aplicamos a determinadas regiões da América Latina. Sem dúvida, nem tudo que reluz sob o sol nos países com matérias-primas abundantes é ouro. Nações com enormes recursos naturais, como Nigéria, Angola, Gabão, Bolívia e Venezuela, têm boa parte de suas populações vivendo abaixo da linha da pobreza ou mesmo da extrema pobreza. Muitos outros, como Arábia Saudita, Líbia, Irã, Sudão e até Rússia, não se destacam por serem democracias exemplares. Em ambos os casos, no entanto, também é possível dizer o mesmo de muitos países que carecem de recursos naturais. Em outras palavras, não há maldição "per se", por si só, das matérias-primas. Seria mais o contrário, em muitos casos (em particular na América Latina) (SANTISO, 2011).

Esse mesmo autor dos explica que o que importa é a capacidade dos Estados e empresas de um país de dar saltos produtivos, ou seja, empreender uma diversificação mais além das matérias-primas. Continua:

> O que importa, no fim das contas, é o que se faz ou se deixa de fazer com essa abundância. A comparação entre Noruega e Venezuela ilustra isso: há mais de meio século, os dois países ostentavam níveis de desenvolvimento comparáveis. Hoje, Noruega e Venezuela, ambos países com petróleo, apresentam caminhos de desenvolvimento drasticamente opostos. Um não deixou de se enriquecer, enquanto o outro, de empobrecer. Embora a Noruega hoje consiga exportar sete vezes mais petróleo por habitante que a Venezuela, o petróleo bruto representa apenas 35% do total de suas exportações (no caso da Venezuela, a porcentagem é superior a 85%). A Noruega conseguiu saltos produtivos, diversificar sua capacidade e suas empresas e construir colossos mundiais nas indústrias de petroleiros, de explosivos e sísmica. Suas riquezas permitiram-lhe empreender uma corrida em direção à inovação e diversificação. No seu caso, o ouro negro não foi uma maldição, ao contrário. A Noruega não é um caso isolado, outros países como Canadá, Austrália ou Nova Zelândia, também ricos em minerais ou produtos agrícolas, conseguiram diversificar suas economias de forma ampla e enriquecer com isso, em vez de empobrecer. Esse tipo de salto também foi dado pela Finlândia, país rico em madeira, que conseguiu produzir uma fortaleza tecnológica como a Nokia a partir da indústria madeireira. Não há motivos para os países da América Latina não darem esses saltos, a não ser eles próprios (SANTISO, 2011).

Sobre as liberdades políticas e de expressão é muito ilustrativa a reportagem "O preço de não gostar de Chávez" feita pelo jornalista Sérgio Praça da Revista **Época** em 2009. Por exemplo, cita a frase do presidente venezuelano sobre um referendo que estava sendo organizado contra ele em 2003 na qual diz "Quem assinar contra Chávez estará lá, registrado para a história, pois tem que colocar nome, sobrenome, assinatura, RG e impressão digital". Para o jornalista a ameaça um pouco velada era: "assine e sofra a conseqüência" (PRAÇA, 2009, p. 85).

Nesse mesmo artigo o autor menciona um estudo dos economistas Chang-Tai Hsieh, Edward Miguel, Daniel Ortega e Francisco Rodriguez no qual revelam que um terço dos eleitores que assinaram qualquer uma das petições sofreu uma queda de 5% no salário e queda de 1,5% na probabilidade de conseguir emprego. O jornalista conclui:

> Essa dinâmica é péssima para os perseguidos, é óbvio. Menos óbvio é que ela também tem conseqüências nefastas para a economia das ditaduras: ao perseguir oposicionistas, perde-se parte dos talentos, e o resultado é perda de eficiência. A realocação de vagas no mercado de trabalho da Venezuela devido à perseguição política provocou uma queda de 3,4% do PIB anual desde 2004. Se a manutenção dos direitos individuais básicos não é motivo suficiente para que Chávez deixe de prejudicar a oposição legítima, pelo menos o custo econômico para o país – e para seu projeto político – deveria ser (PRAÇA, 2009, p. 86).

A conclusão sobre as relações entre o Brasil e a Venezuela repete o padrão de desequilíbrios comerciais em relação aos outros países, porém a novidade não é a reclamação sobre a liderança brasileira na região, mas até mesmo a pretensão venezuelana de disputá-la com um modelo econômico e político que Chávez denominou de "Socialismo do Século XXI". Entretanto, vimos uma série de fragilidades no modelo da Revolução Bolivariana que ainda não conseguiu colocar o país em um melhor patamar de desenvolvimento sócio-econômico e político o que mina suas pretensões de disputar a liderança regional com o Brasil.

Na seqüência desse trabalho, nosso objeto será justamente avaliar a política brasileira para os países amazônicos, especialmente como a proposta da IIRSA pode fortalecer ou prejudicar essa possível liderança do Brasil no processo de integração regional.

Capítulo 3: A política brasileira para os países Amazônicos (1995-2010): o caso da IIRSA

3.1 – Introdução

Na opinião de Sean Burges o Brasil tem uma longa história de atuar para proteger seus próprios interesses nas Américas de maneira discreta, influenciando e pressionando seus vizinhos, um processo que se acelerou no final do século vinte. O mesmo autor diz que se tais ações freqüentemente não são percebidas, não é apenas um subproduto da indiferença internacional para a política externa brasileira, mas também um resultado dos métodos que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, Itamaraty, usa para perseguir a agenda internacional do país. Complementou sua idéia dizendo que:

> (…) ações ou intervenções abertas não tem sido a norma. Mais precisamente, a estratégia brasileira tem sido discretamente integrada e sustentada por uma liderança hemisférica e global por trás de uma camada de indiretos e ostensivos apolíticos tecnocráticos programas, bem encobertos por um manto de multilateralismo e praticado através de agências e outros ministérios do governo (BURGES, 2009, p. 1).

Burges explicou porque às vezes iniciativas brasileiras aparentemente não relacionadas no contexto Sul-americano provem um claro quadro de como o Itamaraty atua no avanço da agenda internacional do Brasil. Nesse sentido, o autor desenvolve a noção de "hegemonia consensual" (*consensual hegemony*) relacionada com o papel do Brasil na América do Sul. Ele afirma que:

> Nuança é importante. Concepções tradicionais de liderança dizendo respeito a formas de coerção e dominação jogaram um pequeno papel na postura adotada pelo Itamaraty durante a era Cardoso. Em vez disso, um novo estilo de liderança foi desenvolvido, no qual se encontra um paralelo com a dialética estudante-professor de Gramsci focando na criação de consensos, discussão e internalização de novas idéias e técnicas. **A intenção não foi buscar a liderança brasileira na América do Sul através de imposição, mas induzir um desejo de benefício mútuo que poderia embutir os interesses, aspirações e estratégias brasileiras discretamente na região. Enquanto essa meta foi às vezes disfarçada nos discursos oficiais e análises acadêmicas, isso não foi explicitamente proclamado ou compreensivelmente examinado até a transição para a presidência de Lula** (BURGES, 2009, p. 185, minha ênfase).

Burges afirma que os formuladores da política externa do Brasil buscaram empregar ostensivamente acordos apolíticos ou tecnocráticos como uma ferramenta para transformar a estrutura produtiva e promover a confiança e a interdependência necessárias para o apoio aos projetos regionais centrados no Brasil. Concluiu:

> A natureza inclusiva da postura de liderança inspirada em Gramsci prevista na noção de hegemonia consensual, particularmente promovendo interação no nível sub-estatal entre países, emerge claramente no Mercosul, na ALCSA, e na IIRSA para fortemente sugerir que intenção política não é suficiente para formar uma região. Mais precisamente, iniciativas políticas precisam ser casadas em concretas e aparentemente apolíticas propostas como a da integração da infra-estrutura, para trazer a mútua

> interpenetração necessária para induzir pressão da sociedade civil e de grupos empresários para a continuação e aprofundamento do projeto regional. A ênfase na cooperação e inclusão livre de agressiva coerção é crítica porque, como tem sido afirmado aqui, a formação e operação de uma região bem sucedida dependem das decisões tomadas por empresários independentes da influência do Estado. Resumidamente, a decisão final de empresários e de grande parcela da população para apoiar o projeto regional em bases sustentáveis se baseará no cálculo de interesses, e não na retórica política. Como a breve discussão sobre a continuação da estratégia de liderança com uma hegemonia consensual de Lula sugere, uma importante parte da postura adotada pelo Itamaraty durante a era Cardoso foi um claro e sustentável desejo de disfarçar a ambição de liderança, quando sólidos e tangíveis recursos não estavam disponíveis consistentemente para oferecer compensações em troca de aquiescência para o projeto regional (BURGES, 2009, p. 185-186).

O mesmo autor mostra que o Brasil durante a era Cardoso e no primeiro mandato de Lula permaneceu economicamente e politicamente inapto para firmar e sustentar o desenvolvimento dos países vizinhos. Por essa perspectiva, o Brasil não teria assumido os custos impostos por uma liderança e não desempenhou totalmente o papel de motor econômico para a América do Sul, "uma restrição demonstrada claramente pela escassa produção em cadeia transnacionalizada e pela lenta ampliação das firmas brasileiras pelo continente". Porém, ele adverte que seria errado sugerir que essa política falhou em sua dimensão econômica:

> Apenas a base ideacional do projeto de liderança regional ofereceu positivos retornos, portanto um esforço objetivando o fortalecimento da integração econômica. O advento e preservação do Mercosul permitiram a transformação dos parceiros comerciais e a consolidação de indústrias com valor agregado, adicionalmente promovendo uma expansão do mercado para atrair um fluxo sustentável de investimento direto estrangeiro. A elaboração de uma matriz energética continental permitiu ao Brasil converter a sua maior fraqueza econômica em uma força estratégica, transformando a sua dependência energética em um instrumento para aprofundar os laços com os países vizinhos, especialmente Argentina, Paraguai, Bolívia e Venezuela. De fato, a combinação de um mercado industrializado emergente no Mercosul com o aprofundamento dos laços econômicos no continente, acelerado pela matriz energética, marcaram o direcionamento potencial para a expansão do comércio intra-sul-americano (BURGES, 2009, p. 187-188).

Por outro lado, ainda do ponto de vista de Burges, a dimensão da segurança provê uma análise mais ambígua da capacidade do Brasil para absorver os custos e preencher as tarefas de um líder, porque os conflitos armados e as guerras interestatais são largamente uma anomalia na América do Sul durante o século vinte. Ele pontuou a reação brasileira para um possível sério conflito armado, a disputa fronteiriça entre Equador e Peru. Disse que a solução do conflito foi conduzida pelo Brasil decisivamente e amigavelmente, reforçando o precedente legalista que viu países no continente se encontrarem na mesa de negociações, e não no campo de batalha.[50] Burges concluiu:

[50] Segundo Cardoso, **o auge de sua diplomacia presidencial foi justamente pôr fim ao contencioso militar entre Equador e o Peru** e que custara, nos 40 anos anteriores, milhares de vidas. Argumenta que foi um trabalho paciente para garantir a paz que estavam envolvidos o Brasil, o Chile, a Argentina e os EUA, mas que na fase final se desenrolou principalmente no Brasil. Mais informações sobre esse caso ver: capítulo 2 no item "As relações do Brasil com o Peru".

> A necessidade de ampliar os recursos escassos em equipamento militares no sentido de prevenir conflitos, portanto foi limitado. De fato, a segurança provida pelo Brasil foi primariamente política em sua natureza e usada para prover autonomia de ação e soberania nacional como um princípio geral no sistema interamericano. Essa concentração de soberania, entretanto, também formou a base da maior restrição da política externa do Brasil na dimensão da segurança, a saber, a falha para criar e coordenar uma resposta efetiva para as novas ameaças a segurança, como o narcotráfico, o terrorismo e a insurgência. (...) **A ênfase na transnacionalização na dimensão econômica se chocou com a concentração de soberania nacional na dimensão da segurança, criando uma contradição interna que retarda a emergência de uma ordem regional estável e sustentável** (BURGES, 2009, p. 188-189, minha ênfase).

Em sintonia com essas considerações, pareceu muito proveitoso para o Brasil em seu papel na integração Sul-americana a proposta da IIRSA, porque como foi dito anteriormente, essa iniciativa abre perspectivas de ganhos mútuos entre o Brasil e seus vizinhos. Mas também como o professor Alcides Costa Vaz (2007, p. 34-34) argumenta: "(…) o IIRSA pode representar um componente de ambigüidade do Brasil perante seus vizinhos, ou seja, a convergência induz o plano inter-governamental poderá ter como contrapartida a resistência de segmentos da sociedade civil ao projeto de integração regional e a função do Brasil em sua promoção". Em uma análise muito próxima a algumas hipóteses de nosso trabalho, diz que, em tal caso, reforçam a possibilidade dos desequilíbrios comerciais anteriormente considerados.

3.2- Estrutura, funcionamento e polêmicas da IIRSA

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) é um fórum de diálogo entre as autoridades responsáveis pela infraestrutura de transporte, energia e comunicações nos doze países Sul-americanos. A IIRSA tem como objetivo promover o desenvolvimento da infraestrutura sob uma visão regional, procurando a integração física dos países da América do Sul e alcançar um padrão de desenvolvimento territorial eqüitativo e sustentável[51]. Essa iniciativa foi proposta em Brasília em 2000 na primeira reunião da história entre presidentes Sul-americanos, como já havíamos informado no primeiro balanço sobre a política externa de Fernando Henrique Cardoso que fizemos no início desse trabalho.

A estrutura geral do IIRSA envolve três bancos regionais de desenvolvimento: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Além disso, o Banco de Investimento Europeu (EIB) estaria envolvido em particulares áreas de especialização em integração, como a de instituições financeiras e legais de cooperação. Tudo isso não excluiria que em outros

[51] Informação disponível no site oficial da IIRSA: http://www.iirsa.org.

estágios outras instituições oficiais e privadas estivessem envolvidas. Claramente, acordos de co-financiamento são realmente perseguidos e por isso são as Parcerias Público Privadas (PPP).

Nesse sentido, Pitou van Dijck, Professor associado no *Centre for Latin American Research and Documentation* (CEDLA), fundado em 1964 na *University of Amsterdam*, diz que a infraestrutura desempenha um papel chave estimulando o crescimento econômico por facilitar a produção e o comércio, portanto gerando renda e emprego. Sem uma infra-estrutura de transporte e comunicação, os agentes econômicos enfrentam altos custos de transação, os quais freiam a produção, o comércio, e o consumo e conseqüentemente reduz o bem estar. Acrescenta que:

> Particularmente, países que perseguem políticas de desenvolvimento orientadas para as exportações podem sofrer intensamente pela ausência de uma eficiente infra-estrutura de transportes. Custos de transportes podem ser expressos em termos de uma equivalente tarifa de importação, e seu impacto no bem estar pode ser considerado da mesma maneira. A IIRSA é parte de um grupo de iniciativas políticas para fortalecer a posição da América do Sul na economia global. Essa nova inserção da região no mercado mundial foi iniciada por um processo unilateral de liberalização comercial, fortalecida por iniciativas de grupos sensatos para melhorar o acesso ao mercado, e se aproximando do nível multilateral. Políticas de estabilização e reestruturação, buscando a liberalização do comércio e do movimento de capital, privatização, e integração regional, têm feito a perspectiva da melhora do padrão de vida na região mais dependente da capacidade dos produtores domésticos para competir internamente e em mercados externos e suprir os requisitos de quantidade e qualidade em tempo no mundo inteiro. Para apoiar os produtores domésticos frente a esses desafios, uma grande gama de medidas são requeridas para facilitar o comércio e alcançar a capacidade comercial relacionada (DIJCK, 2008, p. 106)[52].

Por outro lado, compartilho da opinião de Pitou van Dijck quando ele diz que a ascensão da Ásia contribui não somente para potencializar as exportações Latino-americanas, mas também colocar em risco as aspirações regionais de ser uma plataforma de produção de manufaturas para o mercado internacional. Acrescenta:

> De fato, os planos da IIRSA e das Parcerias Público Privadas (PPP) para a construção de diversas estradas transcontinentais, unindo o Atlântico com o Pacífico, as chamadas *bioceánicas* não apenas facilitam as exportações latino-americanas, mas também contribuem para a competição no mercado regional pela indústria asiática. Como apoio para uma inserção no mercado internacional, medidas são requeridas para complementar a agenda de uma liberalização rasa, focando na abolição de barreiras ao comércio e da integração das fronteiras. Em comparação com uma integração rasa, a integração profunda pode ser concebida como uma forma de integração que vai além de remover os obstáculos ao comércio nos seguintes sentidos: melhoras nos procedimentos aduaneiros e outras formas de facilitação do comércio; nas regulações relativas ao comércio de tecnologias, nos padrões sanitários e fito-sanitários; e na integração física. Tais medidas poderiam dotar os países de capacidade para explorarem as oportunidades de comércio nos mercados regionais e globais. Com o declínio das tarifas de importações,

[52] "Em muitos casos, a contribuição da IIRSA é particularmente construir ou melhorar interconexões entre sistemas nacionais de estradas já existentes. Portanto, significativos **ganhos de eficiência poderiam ser percebidos com relativamente poucos investimentos**" (DIJCK & HAAK, 2006, p. 19, minha ênfase).

> o papel dos custos de transporte - expressos em termos equivalentes as tarifas - na competição internacional tem crescido[53].

Os mesmos autores acrescentam:

> A principal vantagem das PPPs é que elas possibilitam governos fazerem uso do setor financeiro privado, eficiente e inovador, portanto reduzindo os custos da infra-estrutura para o setor público enquanto ao mesmo tempo melhora a qualidade. (...) Para governos com grandes problemas fiscais, PPPs podem oferecer interessantes oportunidades para elevar os investimentos em infra- estrutura e estimular o crescimento econômico. **No entanto, a teoria econômica e a experiência internacional com PPPs ao longo da última década mostram que PPPs não são garantias para a alta qualidade e um custo eficiente de infra-estrutura. Negativas conseqüências financeiras e fiscais das PPPs podem ser substantivas, particularmente quando a organização e regulação de tais contratos não são precisamente definidos"** (DIJCK & HAAK, 2006, p. 2-4, minha ênfase).

Entretanto, o impacto da construção de uma estrada ou a melhoria de uma Estrada existente em territórios adjacentes podem envolver dimensões econômicas, sociais e ambientais. Dijck explica também que a extensão espacial do impacto depende de um grande número de fatores que diferem entre eixos e localizações específicas ao longo desses eixos. Nesse sentido ele afirma que:

> Portanto, generalizações completas dos impactos de estradas no meio ambiente – definidos amplamente e incluindo as dimensões econômicas, sociais, físicas, ecológicas e institucionais – não são garantidas. De outra maneira, afirmações dizendo respeito aos potencias da infra-estrutura no apoio de um desenvolvimento sustentável seria difícil comprovar, assim como as relativas aos efeitos negativos desses programas de infra-estrutura. Não obstante a ampla variedade dos impactos que estradas podem causar em territórios adjacentes, algumas regularidades e padrões podem ser inferidos de estudos estatísticos da conversão do uso da terra e dos efeitos no desflorestamento pela construção e melhoramento de estradas (...) (DIJCK, 2008, p. 108).

No caso da IIRSA os governos conformaram uma carteira consensual de 524 projetos de infraestrutura de transporte, energia e comunicações, que se encontram agrupados em 47 grupos de projetos e que representam um investimento estimados de US$ 96.119, 2 milhões em junho de 2010. Adicionalmente, os governos selecionaram um conjunto localizado de projetos de alto impacto do qual estão dando uma atenção especial para seu financiamento e execução no curto prazo. A chamada **Agenda de Implementação Consensuada (AIC) 2005 -2010** (AIC, 2010) que está constituída por **31 projetos** com um investimento estimado de US$ 14.023 milhões[54]. A seguir poderemos verificar os principais eixos e andamento das obras.

---

[53] "Permissões alfandegárias maçantes, altos encargos portuários e custos de frete, e lento apoio adicionam custos para os negociadores e conseqüentemente impede o comércio. Custos de transporte ao redor do mundo representam uma média de 5,3 % do valor das mercadorias importadas, mas são 8,3% na América Latina, exceto México. Em muitos países da região, a tarifa equivalente de custos de transporte excede os níveis das tarifas de importação. Comparações Internacionais mostram que permissões portuárias na América Latina requerem mais tempo que em qualquer outra região no mundo com exceção da África. Ao mesmo momento, o tempo das permissões difere amplamente entre os portos na América Latina, com portos no Chile, México e Panamá entre os mais eficientes e portos na Venezuela e Brasil entre os menos eficientes" (DIJCK, 2008, p. 106-107).

[54] Informação disponível no site oficial da IIRSA: http://www.iirsa.org.

Os países definiram dez Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) que articulam o território do sub continente: 1) Andino, 2) Andino do Sul, 3) de Capricórnio, 4) da Hidrovia Paraguai-Paraná, 5) do Amazonas 6) do Escudo das Guianas, 7) do Sul, 8) Interoceânico Central, 9) MERCOSUL-Chile e 10) Peru-Brasil-Bolívia.

Mapa 2: Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID)

Fonte: www.iirsa.org

Mapa 3: Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010

Fonte: AIC, 2010.

Tabela 26: Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010

Agenda de Implementação Consensuada 2005-2010

Projetos Estratégicos de Integração na América do Sul

Nº	Projectos	Eixo/Processo	US$ Milhões	Países [1]
1	Duplicação da Rodovia 14 entre Paso de Los Libres e Gualeguaychú	Mercosul–Chile	780,0	Argentina (Brasil)
2	Adequação do Corredor Río Branco–Montevidéu–Colonia–Nueva Palmira	Mercosul–Chile	234,0	Uruguai (Argentina-Brasil)
3	Construção da Ponte Internacional Jaguarão–Río Branco	Mercosul–Chile	35,0	Brasil-Uruguai
4	Duplicação do trecho Palhoça–Osório (Rodovia Mercosul)	Mercosul–Chile	700,0	Brasil (Argentina-Uruguai)
5	Projeto Ferroviário Los Andes–Mendoza (Ferrovia Transandina Central)	Mercosul–Chile	5.100,0	Argentina-Chile
6	Rodovia Internacional CH-60 (Setor Valparaíso–Los Andes)	Mercosul–Chile	286,0	Chile (Argentina)
7	Gasoduto do Nordeste Argentino	Mercosul–Chile	1.000,0	Argentina (Bolívia)
8	Construção da Ponte Binacional Salvador Mazza–Yacuiba e Centro de Fronteira	Capricórnio	23,0	Argentina-Bolívia
9	Nova Ponte Presidente Franco–Porto Meira, com Centro de Fronteira Paraguai–Brasil	Capricórnio	80,0	Paraguai-Brasil
10	Construção da Rodovia Pailón–San José–Puerto Suárez	Interoceânico Central	477,0	Bolívia (Brasil-Chile-Peru)
11	Anel Ferroviário de São Paulo (Trechos Norte e Sul)	Interoceânico Central	850,0	Brasil
12	Passo de Fronteira Infante Rivarola–Cañada Oruro	Interoceânico Central	2,0	Bolívia-Paraguai
13	Construção da Rodovia Cañada Oruro–Villamontes–Tarija–Estación Abaroa (Primeira Etapa)	Interoceânico Central	49,0	Bolívia (Paraguai)
14	Rodovia Toledo–Pisiga	Interoceânico Central	95,0	Bolívia (Chile)
15	Pavimentação e Melhoramento da Rodovia Iquique–Colchane	Interoceânico Central	42,0	Chile (Bolívia)
16	Recuperação do Trecho El Sillar	Interoceânico Central	120,0	Bolívia (Chile-Peru)
17	Centro Binacional de Atendimento de Fronteira de Desaguadero	Andino	7,5	Bolívia-Peru
18	Passo de Fronteira Cúcuta–San Antonio del Táchira	Andino	2,0	Colômbia-Venezuela
	Subtotal		9.882,5	

Nº	Projectos	Eixo/Processo	US$ Milhões	Países [1]
19	Melhoramento da Navegabilidade do Rio Meta	Andino	108,0	Colômbia-Venezuela
20	Corredor viário Tumaco–Pasto–Mocoa–Puerto Asís	Amazonas	373,0	Colômbia
21	Rodovia Paita–Tarapoto–Yurimaguas, Portos e Centros Logísticos	Amazonas	681,2	Peru (Brasil)
22	Rodovia Lima–Tingo María–Pucallpa, Portos e Centros Logísticos	Amazonas	1.351,3	Peru (Brasil)
23	Porto Francisco de Orellana	Amazonas	105,3	Equador
24	Pavimentação Iñapari–Puerto Maldonado–Inambari, e Inambari–Juliaca/Inambari–Cusco	Peru–Brasil–Bolívia	1.384,3	Peru (Brasil)
25	Ponte sobre o Rio Acre	Peru–Brasil–Bolívia	12,0	Brasil-Peru
26	Rodovia Boa Vista–Bonfim–Lethem–Georgetown (Primeira Etapa: Estudos)[2]	Escudo das Guianas	3,3	Guiana-Brasil
27	Ponte sobre o Rio Takutu	Escudo das Guianas	10,0	Guiana-Brasil
28	Rodovia Venezuela (Ciudad Guayana)–Guiana (Georgetown)–Suriname (Paramaribo) (Primeira Etapa)	Escudo das Guianas	0,8	Venezuela-Guiana-Suriname
29	Melhoramento da Rodovia Nieuw Nickerie–Paramaribo–Albina e Cruzamento Internacional do Rio Marowijne	Escudo das Guianas	105,0	Suriname-Guiana
30	Exportação por Remessas Postais para Médias e Pequenas Empresas	TICs	5,0	Regional
31	Implementação do Acordo de Roaming Sul-Americano	TICs	1,3	Regional
	Subtotal		4.140,5	
	TOTAL		14.023,0	

Notas: Para a realização do presente relatório foram consideradas as etapas dos projetos de acordo com a classificação utilizada para a Carteira IIRSA na Base de Dados de Projetos.

Perfil Pré-execução Execução Concluído

[1] Identifica-se entre parênteses o país ou os países vizinho(s) influenciado(s) pelo projeto.

[2] Visto que a primeira etapa do projeto incluída na AIC só abrange os estudos, e estes começaram, sua etapa correspondente é execução.

Fonte: VI Relatório da AIC. Julho de 2010.

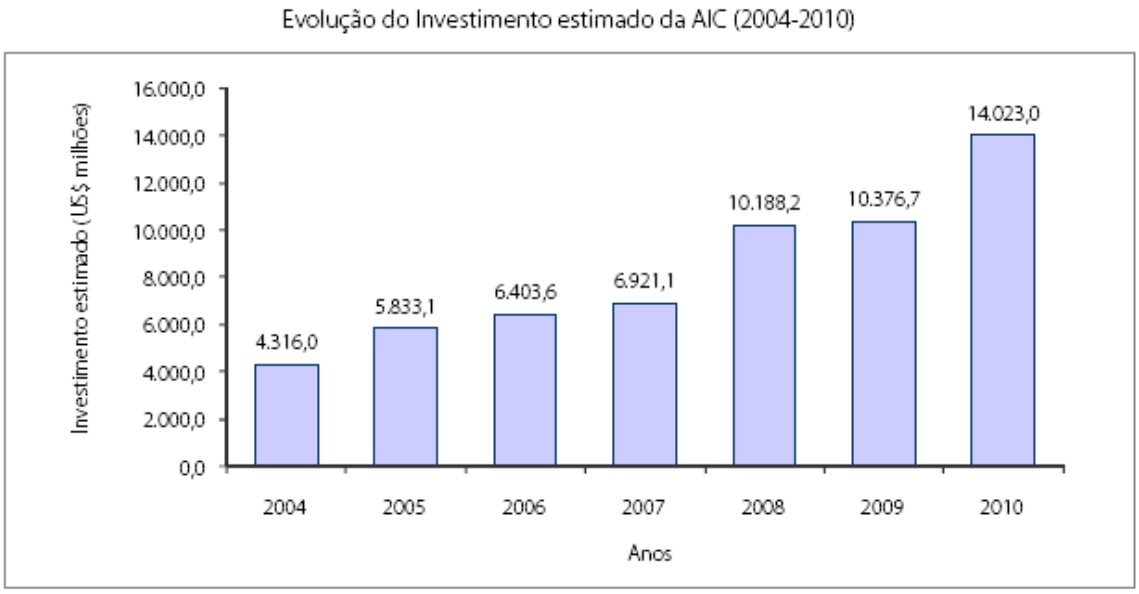
Tabela 27: Evolução das obras da AIC 2005-2010

Projetos concluídos 2005-2010	2
Projetos com conclusão prevista: 2011	12
Projetos com conclusão prevista: 2012	7
Projetos com conclusão prevista: 2013	2
Projetos com conclusão prevista: 2014	3
Projetos com conclusão prevista: 2016	1
Projetos com conclusão prevista: 2020	1
Projetos com data de conclusão a definir	3
TOTAL	31

Fonte: AIC, p. 35

Pelas tabelas 26 e 27 podemos ver claramente que as maiorias das obras estão em execução, porém apenas 2 projetos foram concluídos (o de n. 25 Ponte sobre o Rio Acre e o de n. 27 Ponte sobre o Rio Takutu). Isso reforça a idéia que quando se fala em integração a retórica parece ter um peso maior que a prática. Porém poderemos ver que realmente os investimentos nos projetos aumentaram consideravelmente do início da IIRSA até o presente.

Gráfico 21: Evolução do Investimento estimado da AIC (2004-2010)



Fonte: Elaboração própria em base nos relatórios anuais da AIC de 2005 a 2010 e no documento de constituição da AIC de dezembro de 2004.

Fonte: AIC, 2010.

No momento o documento AIC aponta que os principais desafios da IIRSA são: 1) assegurar a implementação dos projetos da AIC; 2) Promover um salto de qualidade nos processos de planejamento territorial e de tomada de decisões de investimento na infraestrutura de integração; 3)

Apoiar projetos específicos de infraestrutura de integração através da experiência acumulada nos Processos Setoriais de Integração; e 4) Fortalecer o processo de Difusão da Iniciativa[55].

Nesse mesmo sentido Mauro Marcondes Rodrigues, que foi coordenador da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), diz que nos dez anos de atividades da IIRSA, "a formação de uma rede de funcionários governamentais dos países da região, os Coordenadores Nacionais da IIRSA, tem permitido grande agilidade no intercâmbio de informações e conhecimentos sobre as infraestruturas existentes e projetos previstos em cada país, facilitando a coordenação de ações que organizam a integração dos territórios sul-americanos. Essa rede é um ativo de grande importância para o desenvolvimento regional" (RODRIGUES, 2001).

Mas esse mesmo autor argumenta que a agenda necessita avançar para um novo patamar, onde não basta focar os esforços na conclusão das infraestruturas planejadas, mas também investir nos processos que facilitam a integração dos países e regiões. Completa:

> Vale dizer, os países sul-americanos devem buscar realizar suas conexões territoriais e, ao mesmo tempo, impulsionar sua operação de maneira eficiente para alcançar os resultados e os benefícios esperados. A construção de bons projetos é a base, mas adequar as normas e regulações entre os países e investir na logística necessária para operar o sistema de forma integral e otimizado são fundamentais. Estes dois últimos componentes não demandam recursos financeiros substantivos, mas determinação política para superar entraves burocráticos e as idiossincrasias das diferentes instâncias do aparelho de Estado dos doze países da América do Sul (RODRIGUES, 2011).

Porém o já citado pesquisador Dijck explicou o conceito de Estudos de Impactos Ambientais (EIA) (*Strategic Environmental Assessment*) (SEA) e que até agora, poucos EIAs tem sido relacionados com os corredores da agenda do IIRSA, e pouco conhecimento sistêmico tem sido desenvolvido relacionado a uma metodologia apropriada para estudos de corredores de grande escala. Dijck nos avisa também que existe um risco real de que os estudos de impactos ambientais que sejam encomendados no futuro não sejam abrangentes, pelas pressões advindas de governos e instituições financeiras para limitar os prazos e recursos para serem utilizados em EIAs. Adiciona que:

> Tem sido proposto um limite de tempo disponível para empreenderem os EIA de seis meses e um orçamento disponível de US$ 300.000 (aproximadamente € 200.000). Pode-se questionar a racionalidade dessa recente abordagem por pelos menos três razões. Primeiramente, a experiência inicial com construções de estradas na Amazônia mostra que inesperados resultados ambientais e econômicos negativos se espalham, com impactos irreversíveis, sendo esses casos caracterizados por uma inadequada avaliação *ex ante*. O desenvolvimento relacionado com a Polonoroeste (BR 364) em Rondônia que no fundo contribuiu para a retirada de instituições financeiras multinacionais como o BID e o Banco Mundial de programas de financiamento de infra-estrutura de estradas de larga escala na América do Sul por um longo período de tempo, é o caso em questão. Além disso, não é necessário adiar inteiramente investimentos em eixos propostos durante o

[55] Informação disponível no site oficial da IIRSA: http://www.iirsa.org.

> período no qual um abrangente EIA esteja sendo executado. Um projeto específico ao longo de uma trajetória pode ser iniciado sem depender dos resultados das avaliações totais e em relação às decisões finais do desenvolvimento de um eixo integrado. Finalmente, em uma visão geral dos gastos orçamentários nos eixos dos IIRSA (...) os gastos em um abrangente EIA são modestos (DIJCK , 2008, p. 116).

Nesse sentido, o mesmo autor aponta que EIAs são vitais mecanismos para estimular o potencial bem estar promovido pela melhora na infra-estrutura e mitigar potenciais impactos negativos no bem estar humano e ambiental. Diz:

> Reduzir tempo e orçamento disponíveis para a construção de EIAs no contexto de programas de infra-estrutura de larga escala, como a IIRSA, com potenciais de grandes e irreversíveis impactos ambientais não parecem razoáveis pela perspectiva da tomada de decisões racionais e para o bem estar humano. Além disso, isso pode minar o apoio político e popular para programas de infra-estrutura por si mesmos, nos níveis locais, nacionais e internacionais (DIJCK, 2008, p. 118).

E completando a idéia da importância dos EIAs, Lykke E. Andersen, economista e diretora do *Institute for Advanced Development Studies* com sede na Bolívia[56] e Clive William John Granger, também economista, professor Emérito na *University of California, San Diego* e vencedor do prêmio Nobel de Economia em 2003, (et all, 2002, p. 9) dizem que é importante ressaltar que os objetivos não são promover mais ou menos desflorestamento *per se*, mas analisar como mudanças no uso da terra afetam a vida das pessoas na Amazônia e quais são as implicações para o resto do mundo em termos de reduções de benefícios ambientais. Eles complementam suas idéias dizendo:

> Reconhecendo que o desflorestamento apresenta tanto custos como benefícios, e começando a medir as magnitudes desses, é o primeiro passo em direção ao desenvolvimento de políticas domésticas e internacionais significativas, que levarão os benefício ambientais tão desejados no Norte assim como o desenvolvimento econômico tão necessário no Sul (ANDERSEN et all, 2002, p. 9).

Dijck e Haak (2006, p. 61) explicam que estradas podem induzir significativas mudanças econômicas e ecológicas ao longo de suas trajetórias. Nesse sentido, a construção ou renovação pode afetar o preço e o uso da terra, atividades econômicas locais e regionais, e, portanto a vida das pessoas e do ecossistema. Eles adicionam que os mais significativos e irreversíveis impactos são localizados ao longo de trajetórias anteriormente inacessíveis, como as áreas de florestas virgens.

Roberto M. Iglesias, professor da PUC do Rio de Janeiro, adverte que é preocupante a estratégia da IIRSA de apresentar alta concentração de projetos de transporte rodoviário (especialmente os da zona peruana), quando há consenso de que não é a alternativa mais eficiente de transporte de carga. O autor consultou alguns especialistas, entre os quais da Confederação Nacional da Indústria, para quem a maneira mais econômica de escoar a produção da costa atlântica brasileira para o Pacífico continua sendo o transporte marítimo, de forma que projetos que melhorem

[56] Informação disponível em: http://www.inesad.edu.bo/.

a logística e o funcionamento dos portos brasileiros seriam mais eficientes para alcançar a bacia do Pacífico e o mercado asiático. “Há dúvidas sobre se a maneira mais eficiente de exportar a produção agrícola do Centro-Oeste é exportar por portos do oceano Pacífico ou se não deveria favorecer modos de transporte a granel com menor custo por tonelada para os portos do norte do Brasil e dali para a Ásia e outros destinos” (IGLESIAS, 2008, p. 165).

Claudete de Castro Silva Vitte, professora da UNICAMP, remetendo a uma reportagem do jornal **Folha de S. Paulo** (30/12/2008), disse que o transporte aquático tem menor custo quando comparados os fretes. Considerando por km rodado em US$ por tonelada, o frete hidroviário custa US$ 0,025; o frete ferroviário custa US$ 0,064 e o frete rodoviário custa US$ 0,084. No comparativo de carga, considera que uma barcaça carrega até 1.500 toneladas, de forma que um comboio com quatro chatas comporta 6.000 toneladas de carga. No transporte ferroviário, um vagão de trem transporta 100 toneladas, o que exige uma composição de 15 vagões para cada barcaça. Na carga por rodovia, um caminhão transporta 27 toneladas, o que exigiria 55,6 caminhões para se equiparar a uma barcaça (VITTE, 2009, p. 12).

Sobre a experiência do Brasil com Estudos de Impactos Ambientais (EIA), Dijck e Haak dizem que abrangentes e adequados marcos legais para os EIAs podem ser encontrados, mas que a realidade prática brasileira é bem diferente. Primeiro e o mais importante na opinião desses pesquisadores, os esboços dos projetos não mencionam modificações, portanto, são fracos. Completam a idéia dizendo:

> **No Brasil, o EIA é meramente um passo no processo do planejamento do projeto, uma folha autografada que tem que ser obtida. Como resultado, o papel do EIA relacionado à prevenção ou mitigação de negativos impactos ambientais é severamente limitado.** Pressões econômicas e políticas contribuem significativamente para esse problema. Em geral, o lobby de poderosos grupos de interesses para estradas – como os produtores de soja no caso da BR-163 – começam muito antes que a decisão seja tomada. **Como no caso de planos de investimentos pluri-anuais, financiamento internacional é estimulado e atraído ainda antes que uma análise mínima de custo e benefício tenha sido desenvolvida, portanto criando um momentum (financeiro) que não pode ser interrompido ou ajustado pelas considerações ambientais e sociais. Freqüentemente um EIA é desenvolvido logo antes do princípio de um projeto, quando alternativas ou modificações não são mais possíveis** (DIJCK & HAAK, 2006, p. 65, minhas ênfases).

Além disso, os mesmos autores afirmam que EIAs no Brasil não cobrem efeitos indiretos e portanto são de escopo limitados. Nos informam que a maioria dos impactos de estradas não ocorre no momento de sua construção e diretamente na proximidade da estrada. Tanto o tempo como as áreas demarcadas são muito estreitas. Dizem:

> O caso da rodovia BR-163 é um claro exemplo dessas sérias limitações da prática do EIAs brasileiros. **Um outro fator complicador é que os EIAs são pagos pelos proponentes do projeto. Consultores são regularmente pressionados a produzirem**

> **relatórios favoráveis, desde que os interesses financeiros e políticos sejam altos**. (...) **propositores de projetos tendem a manipular os processos dos EIAs** (DIJCK & HAAK, 2006, p. 65, minhas ênfases)[57].

Refletindo sobre o IIRSA e as PPP, Dijck e Haak afirmam que até o momento experiências com as PPP no setor de infra-estrutura de estradas na América do Sul são limitadas e as que envolvem integração trans-fronteiriça são ainda mais restritas. Acrescentam que claramente a dimensão internacional dos programas de infra-estrutura adiciona complexidade às regras e mecanismos de distribuição dos custos, benefícios e riscos entre os governos envolvidos. Eles explicam também que são necessários mecanismos para compatibilizar as diferenças das regulações nacionais em relação à construção de estradas e padrões ambientais e técnicos relacionados.

> (…) No papel, a estrutura regulatória para PPPs e concessões comuns no Brasil é adequada e completa. **No entanto, uma adequada estrutura regulatória para PPPs não significa garantia de bom funcionamento da PPP. Como a análise da experiência brasileira com projetos de infra-estrutura nesse estudo mostra, o potencial benefício das PPPs não surge automaticamente.** Riscos financeiros e mecanismos inadequados de distribuição dos riscos podem dificultar seriamente o cumprimento de alta eficiência nos investimentos públicos e ameaçar a sustentabilidade dos programas de PPPs, como exemplificado pelo caso do Programa Estradeiro do Estado do Mato Grosso. As avaliações do programa estradeiro mostram que, ao invés de "socializar" os benefícios da eficiência do setor privado, **PPPs podem também serem usados para transferirem os custos do setor privado para o setor público e para a comunidade em geral.** Mato Grosso fornece um impressionante exemplo de região na qual um setor economicamente dominante, o setor da soja, também assegura o poder político. No sentido de fortalecer o crescimento e a lucratividade, os produtores de soja têm se engajado nos programas de PPP, destacando os mecanismos nos quais são benéficos para seus próprios interesses, porém muito menos para o interesse da comunidade amplamente, o Estado do Mato Grosso (DIJCK & HAAK, 2006, p. 78-79, minhas ênfases).

Nesse sentido, "procuradores de renda" (*rent seeking*[58]) e esquemas políticos podem minar os potenciais benefícios das PPPs ainda mais. Apesar disso, os mesmos autores explicam que as PPPs são promissores instrumentos para melhorar a eficiência dos investimentos públicos e projetos de infra-estrutura. Adicionalmente, elas apresentam o potencial de atrair capital privado, o qual pode ser usado para aumentar a quantidade total do investimento em projetos de infra-estrutura. "Com os riscos financeiros distribuídos mais adequadamente, e usando uma avaliação abrangente na análise

---

[57] Os mesmos pesquisadores afirmam que por causa dos significativos efeitos ambientais e sociais que eram esperados o projeto da BR-163 gerar, um grande número de organizações sociais e ambientais começaram a mobilizar a sociedade civil logo após o presidente Lula anunciar a sua pavimentação no começo de 2003. Também é necessário considerar a legitimidade desses estudos ambientais, pois como podemos observar no livro ***Defendiendo Derechos y Promoviendo Cambios: El Estado, las Empresas Extractivas y las Comunidades Locales en el Perú***. organizado por Martin Scurrah (2008) e no documentário ***Tambogrande: Mangos, Murder, Mining***, dirigido por Ernesto Cabellos e Stephanie Boyd (2006) as populações locais não consideram esses estudos imparciais e válidos, até mesmo pela dificuldade de entender sua linguagem muito técnica. Surge aí um outro conceito importante que seria o de **licença social** que contaria com uma maior participação da sociedade civil nesses processos.

[58] Traduziria como "parasitas do Estado", ou seja, empresários que possuem relações privilegiadas dentro do governo, obtendo rentabilidade alta, sem necessitar investir em tecnologia ou produtividade.

dos custos e benefícios ambientais, as PPPs podem produzir substanciais retornos para a sociedade como um todo" (DIJCK & HAAK, 2006, p. 80).

Segundo Patrícia Molina, Coordenadora Nacional do *Foro Boliviano sobre Médio Ambiente y Desarrollo* (FOBOMADE), os principais interessados em financiar e promover os projetos na IIRSA são os empresários do agro-negócio, principalmente os grandes plantadores de soja, as empresas que operam no transporte fluvial, as empresas do ramo de alimentos, como a Cargill e Bunge, e as empresas de sementes transgênicas como a Monsanto, preocupadas em diminuir os custos para atravessar suas cargas até os portos do Pacífico no Peru e Chile e em converter em monoculturas de soja vastas áreas da região amazônica (MOLINA, 2010, p. 32). Claudete de Castro Silva Vitte, pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, conclui que:

> (...) assim há o comprometimento de dinheiro público, que acaba por beneficiar grandes investidores, principalmente do primeiro mundo que especulam como sobre-explorar os recursos da região, submetendo os rios aos riscos de um desastre ambiental, sob o nome do que é chamado de *progresso*[59].

Alessandro Biazzi Couto, da PUC do Rio de Janeiro, destaca o papel ativo de três grandes empreiteiras brasileiras na integração da infra-estrutura da América do Sul: a Odebrecht, a Camargo Correa e a Andrade Gutierrez, que se constituíram como *holdings* e diversificaram seus negócios. Ele afirma:

> Além da área de engenharia, a Odebrecht é o maior grupo petroquímico da América ao controlar a empresa Braskem, e prevê investimentos bilionários nos próximos anos em sua subsidiária ETH Bioenergia, voltada para a produção de etanol da cana de açúcar. Já a Camargo Correa tem sua própria fábrica de cimento e controla a Alpargatas Calçados (Havaianas, Rainha, Topper, Timberland e Mizuno), é acionista da Siderúrgica Usiminas, da concessionária de energia do Estado de São Paulo CPFL Energia e ainda da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), controladora da Dutra (RJ-SP) e no Paraná, totalizando 1452 km em concessões rodoviárias. A Andrade Gutierrez não fica atrás: também é acionista da concessionária CCR; da prestadora de serviços de energia Light; controla a empresa de telecomunicações Telemar (que engloba também a OI celulares) e terá a concessão do aeroporto de Quito, Equador ainda em construção. **Expor esses extensos dados é fundamental para que os atores sociais brasileiros tenham dimensão do poder econômico dessas empresas transnacionais de base brasileira. (...) Essa configuração altamente concentradora de capital permite a esses grupos pautar políticas públicas e competir internacionalmente a custos mais baixos no que concerne às grandes obras, em que o repasse de recursos públicos é por vezes burocrático e tardio**[60].

---

[59] Os grupos econômicos brasileiros mais representativos, no que diz respeito ao grau de internacionalização são: Gerdau, Construtora Norberto Odebrecht, CVRD, Petrobras, Marcopolo, Sabó, Aracruz, Klabin, Sadia, Perdigão, Embraer, Natura, Votorantim e Andrade Gutierrez. É claro que muitos deles têm interesse na ampliação da infra-estrutura do subcontinente e no melhor escoamento de seus produtos para exportação nos portos do Atlântico e Pacífico. As empreiteiras brasileiras têm participado ativamente da implantação da infra-estrutura de transporte e energia nos países da América do Sul. São empresas consideradas com capacidade nos planos tecnológico, financeiro e empresarial. Segundo Antônio José Cerqueira Antunes as empresas brasileiras apresentam o privilégio de contar com o apoio do BNDES que lhe dá vantagem para ganhar licitações (VITTE, 2009, p. 8-9).

[60] Alessandro Biazzi Couto faz uma breve retomada histórica da constituição dessas empresas multinacionais brasileiras. Ele lembra o contexto do final dos anos 1970, com o esgotamento do milagre econômico da ditadura militar, que significou

Aprofundando a análise desse processo comandado pelo grande capital, Bertha Becker, professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, prognosticou alguns possíveis conflitos entre os atores nos diversos eixos da IIRSA. Ela argumentou que a logística não é o maior problema para se manter a expansão da cultura da soja na Amazônia. O conflito central é nos campos sócio-político e territorial. Existem dois espaço-tempos diferentes. Por um lado, o espaço-tempo das corporações, as quais estabelecem a parceria da logística com a geopolítica, expandindo a produção rapidamente. Nesse processo, essas corporações criam alianças com governos e outras empresas objetivando atingir suas metas. De outro lado, existe o tempo-espaço dos produtores familiares, os quais não se adaptam facilmente com mudanças. Os pequenos produtores desejam manter suas terras e identidade, porém em geral não contam com o suporte técnico e financeiro para fazê-lo. Entretanto, eles possuem uma ferramenta ao seu lado: sua organização e resistência, as quais os permitem serem ouvidos pela sociedade, colocando pressão no Estado, com o uso da justificativa da defesa do meio ambiente (BECKER, 2007, p. 124). Essas organizações de grupos de pequenos produtores locais são inovadores. **O fato é que são grupos locais, uma vez invisíveis, que aparecem na sociedade com a sua luta contra a mercantilização na natureza** (VITTE, 2009, p. 10, minha ênfase)[61].

Omar Arach, Membro do Conselho da *Global Greengrants Fund*, diz que "para os ambientalistas, especialmente aqueles no arco de ecologistas radicais, a noção de desenvolvimento é um artefato ideológico empregado para cobrir as relações de domínio dentro do sistema mundial e para dar uma expectativa de futuro para os setores oprimidos, sem precisar questionar os fatores estruturais que determinam sua condição. Para os atores locais, contudo, a noção pode ter outros matizes". Prossegue dizendo que "não se trata de uma questão meramente retórica, mas também de conteúdos. Indubitavelmente, os territórios impactados por essas obras costumam ser particularmente valorizados por sua riqueza biológica, paisagística e cultural. São territórios que se encontram no centro do ideário ambientalista e são vistos, talvez corretamente, como os embriões das sociedades sustentáveis do futuro. A tarefa dos ambientalistas passou por valorizá-los, desafiando os relatos desenvolvimentistas que se referiam àqueles territórios como áreas improdutivas, atrasadas, etc. E, sem dúvida, esta luta pelo significado tem fornecido importantes

---

um período de grandes perdas para as empreiteiras. Contudo, elas foram beneficiadas pela política externa do governo Geisel que incentivou a participação dessas empresas em licitações em países de Terceiro Mundo. Posteriormente, com a liberalização econômica dos anos 1990 na América Latina houve um impulso à internacionalização dessas companhias não só para atuar em obras, mas na concessão de empreendimentos, em especial das estradas. **Com a IIRSA e seu foco na construção de rodovias, portos e hidroelétricas, há uma reprodução em escala regional do modelo dominante de infraestrutura que essas empresas já desenvolvem historicamente no Brasil** (COUTO, 2008, p. 82-83, minhas ênfases).

[61] Podemos estabelecer um paralelo disso com o já citado excelente documentário ***Tambogrande: Mangos, Murder, Mining***, dirigido por Ernesto Cabellos e Stephanie Boyd (2006), onde mostram o movimento de resistência dessa cidade frente a uma mineradora canadense.

referências cognitivas e simbólicas para as populações locais se oporem aos discursos desenvolvimentistas". Porém analisa que:

> (...) além dessa importância inegável, esses locais ocupam uma posição marginal na estrutura econômica, política e social do Estado nacional ao qual pertencem ou foram anexados. Sob esse ponto de vista, representam áreas isoladas, mal servidas, com poucas oportunidades de trabalho, entre outras carências. Normalmente essas áreas são muito receptivas aos discursos do desenvolvimento e suas populações (principalmente os segmentos mais influentes) conseguem expressar com força o sentimento inerente à modernidade que Marshal Berman (1998) definiu como o "desejo de desenvolvimento". Sem dúvidas, para estas populações a noção de desenvolvimento continua a ser o veículo semântico usado para expressar as reivindicações de acesso à cidadania, a serviços, à inclusão e à melhoria da qualidade de vida. **É um paradoxo que aquilo que deseja também represente um risco muito provável de desaparecimento do mundo onde vive** (ARACH, 2008, p. 123-124, minha ênfase).

Para Isabella F. Wanderley (*et all*), Diretoria de Política Ambiental da ONG Conservação Internacional, as construções previstas dentro dos projetos do IIRSA, especialmente no centro norte do subcontinente, gerarão conflitos sociais e ambientais. E complementa:

> Com base em projetos similares no passado, prevê-se que tais conflitos se potencializem por meio do aumento do desmatamento, da grilagem, da violência contra indígenas e comunidades tradicionais, da incidência e exposição de doenças contagiosas, além da gradual perda de valores culturais tradicionais e da redução dos serviços ambientais, entre outros efeitos danosos (WANDERLEY *et alii*, 2007, p. 5-7).

Analisando a importância estratégia da região amazônica para o Brasil e dessas possíveis conseqüências negativas dos atuais planos de integração, parecem serem necessárias avaliações mais profundas dos interesses envolvidos em tais projetos. A questão central é pensar no longo prazo como essa integração pode beneficiar a sociedade em seu conjunto, especialmente levando em consideração os impactos ambientais e sociais, e não apenas o interesse de uma pequena parcela do empresariado nacional brasileiro.

3.3- Construtoras brasileiras na América do Sul: a Lei Geral da Acumulação Capitalista

Karl Marx em seus livros clássicos **O Manifesto do Partido Comunista** construído em parceria com seu amigo Friedrich Engels escrito originalmente em 1848 (MARX, 1997) e no **O Capital** (MARX, 1985) desvenda duas características importantes do capitalismo: 1) o poder econômico tende a ter uma influência decisiva no funcionamento do Estado, ainda que estamos pensando em não identificar isso de maneira determinista como muitos marxistas ortodoxos fizeram e enfraqueceram a própria essência do pensamento de Marx, que seria sua reavaliação permanente e; 2) O capitalismo tende a gerar monopólio e oligopólio, ou seja, concentração econômica, o que ele chamou de "lei geral de acumulação capitalista".

Antes de aprofundar o entendimento da primeira característica do capitalismo ligada ao funcionamento do Estado, é interessante relembrarmos a lógica por detrás da tendência do capitalismo gerar concentração. De maneira simplificada, reproduzimos a seguir as principais idéias de Marx a esse respeito:

1-Capital: dinheiro (investimento) que busca a constante auto-valorização.
Fórmula simples das trocas:
Mercadoria (M) –Dinheiro (D)- Mercadoria (M)
Fórmula simples da reprodução capitalista:
D-M-D'---M(1)-D"-M(2)-D'" .... , onde D'">D">D' e M(2)>M(1)>M.
2- A lei Geral de acumulação capitalista
1-Não se alterando a composição do capital, a procura da força de trabalho aumenta com a acumulação
Composição orgânica do capital:
Produção (P) = f [Capital (K), Trabalho (L)]
P= capital constante (K) + capital variável (L)
Composição orgânica = K/L (produtividade do trabalho)
2-Decréscimo Relativo da Parte variável do Capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha
Competição: produtividade crescente do trabalho, ou seja, K/L sempre aumenta
Acumulação e Centralização (importância do crédito)
3- Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva
3- Lei geral de acumulação capitalista

"Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva" (MARX, 1985, p. 747).

Essa revisão nos parece importante, porque esse movimento tem se acelerado intensamente com a integração do mercado financeiro internacional, ampliando ainda mais a concentração da riqueza nas mãos de poucos empresários e empresas (DUPAS, 2005).

Essa lógica cria um importante dilema para diversos governos, especialmente para os dos países chamados emergentes como é o caso do Brasil. O Estado deve apoiar as grandes empresas nacionais em virtude da maior competição internacional, correndo o risco de ampliar os monopólios e oligopólios com seus efeitos nefastos? Existira alguma alternativa?

Esses dilemas estão presentes nas obras da IIRSA, pois só as grandes construtoras são capazes de executarem essas obras de expressiva magnitude. Em relação às construtoras brasileiras, especialmente no governo Lula, o BNDES tem jogado um importante papel nesse sentido as financiando, mas gerando o questionamento se essas empresas deveriam ser as prioritárias para receber esses créditos, já que se trata de gigantes do setor. Isso também gera crítica por parte de empresas de países vizinhos que não contam com esse respaldo de banco de seus países.

Por exemplo, é ilustrativo quando lemos manchetes como "Créditos do BNDES cresceram 391% em 5 anos e já são o triplo do Banco Mundial". A reportagem informa que em 2010 o banco concedeu US$ 96,32 bilhões, enquanto o Banco Mundial emprestou US$ 28,85 bilhões. O professor da UNICAMP, Fernando Sarti, ressaltou que sem o BNDES para atuar em projetos de longo prazo, a taxa de investimento do país seria bem menor, pois segundo suas palavras: "Quem investe em estradas, rodovias e hidrelétricas no Brasil se não tiver a participação do BNDES? Poucos" (CRÉDITOS, 2011).

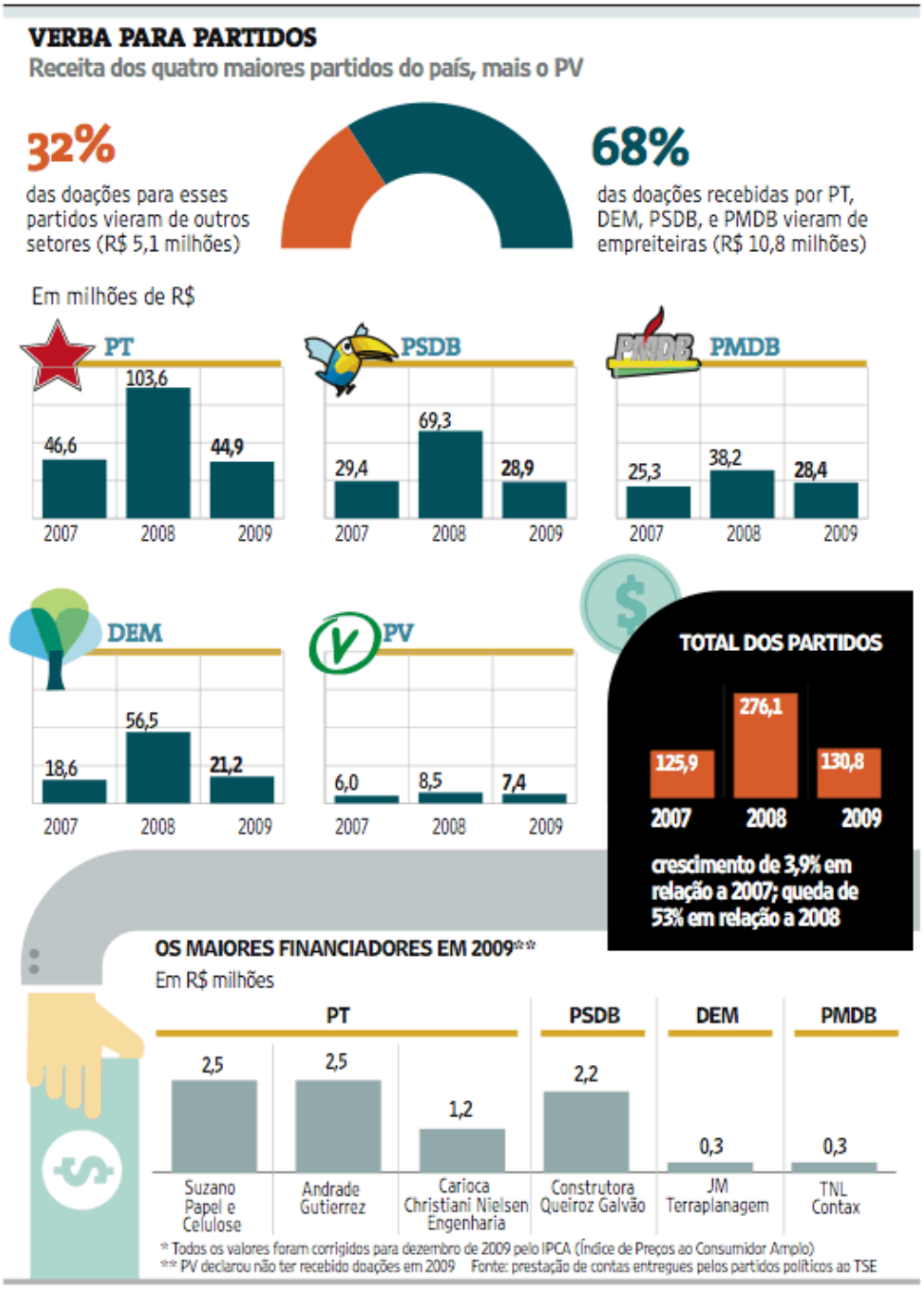
Aí regressamos novamente na primeira característica que apontamos que Marx desvendou do capitalismo: que o poder econômico tende a ter uma influência decisiva no funcionamento do Estado. Nesse sentido não é surpreendente a seguinte informação: "Ranking de doação a partidos é liderado por construtoras" publicado pela **Folha de São Paulo** dia 4 de maio de 2010. A reportagem nos informou que as empreiteiras foram as principais financiadoras dos grandes partidos políticos em 2009, sendo responsáveis por 68% das doações recebidas por PT, PSDB, DEM e PMDB. Acrescentou que segundo as prestações de contas dos partidos entregues ao Tribunal Superior Eleitoral, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Carioca Christiani Nielsen e JM Terraplanagem transferiram para as principais siglas R$ 6,2 milhões. Isso representa 39% de tudo o que essas siglas receberam de doações no ano passado (RANKING, 2010).

Relembrando uma irônica frase do importante dramaturgo, jornalista e escritor brasileiro Nelson Falcão Rodrigues (1912-1980), ele disse que "Só os profetas enxergam o óbvio"[62]. Nesse sentido a reportagem mencionada acrescentou que todas as construtoras têm ou tiveram contratos milionários com o governo federal e governos estaduais. Por fim disse que os maiores financiadores do PT foram a Andrade Gutierrez (R$ 2,5 milhões), a Suzano Papel e Celulose (R$ 2,5 milhões) e a

[62] Frase de Nelson Rodrigues. Disponível em: http://www.frasesfamosas.com.br/de/nelson-rodrigues/pag/11.html. Acesso em janeiro de 2011.

Carioca Christiani Nielsen Engenharia (R$ 1,2 milhão). Do PSDB, foi a Queiroz Galvão (R$ 2,2 milhões). A campeã de doações ao DEM foi a JM Terraplanagem, com R$ 287 mil. O PMDB (receita de R$ 28,4 milhões) recebeu uma doação: R$ 300 mil da TNL Contax (RANKING, 2010). Reproduzimos a seguir interessante tabela formulada pelo jornal:

Tabela 28: Verba para partidos políticos em 2009



Fonte: RANKING, 2010.

Nesse sentido nos pareceu interessante tentar mapear a atuação das principais construtoras brasileiras nos países amazônicos. Focaremos nas três principais conforme tabela a seguir:

Tabela 29: Ranking das principais construtoras brasileiras em 2010

Ranking 2010	EMPRESA	Estado	FATURAMENTO EM R$ x 1.000/	FATURAMENTO EM US$ x 1.000	PATRIMÔNIO EM R$ x 1.000	% CONTRATOS PÚBLICOS
1	Norberto Odebrecht	RJ	5.292.345	2,649,378	2.954.562	62
2	Camargo Corrêa	SP	5.264.878	2,635,628	2.972.415	35
3	Andrade Gutierrez	MG	4.182.954	2,094,011	2.312.240	72

Fonte: Elaboração própria baseada em: http://www.cbicdados.com.br/pesq_grupo.asp?idItem=12&Tipo=1&idGrupo=8&NomeGrupo=Empresas%20de%20Constru%E7%E3o&NomeItem=Classifica%E7%E3o%20das%20Maiores%20Empresas%20da%20Constru%E7%E3o

Todas apresentam em comum o fato de terem uma grande proporção de seus contratos como sendo públicos, ainda que a Camargo Corrêa apresente uma proporção menor do que 50%, contrastando com a Andrade Gutierrez que chega a ter 72% de seus contratos como públicos, mostrando a importância de se ter "bons relacionamentos" com os partidos políticos. Nesse momento faremos um mapeamento da atuação dessas três principais construtoras nos países amazônicos. Usaremos os relatórios anuais de cada uma delas disponíveis em seus sites oficiais[63].

Não temos os mesmos parâmetros para as três empresas, pois na Odebrecht encontramos relatórios entre 2006 e 2010; já na Camargo Corrêa estavam disponíveis relatórios entre 2005 e 2009 e a Andrade Gutierrez forneceu relatórios entre 2001 a 2009. Também os conteúdos desses relatórios não seguem uma padronização, por essa razão nos focaremos nas receitas (conscientes das limitações de analisar a situação de uma empresa somente por esse indicador), principais obras nos países amazônicos e o que significam em termos de criação de empregos.

[63] Disponível em: http://www.odebrecht.com/publicacoes/relatorios-anuais; http://www.camargocorrea.com.br/ e http://www.andradegutierrez.com.br/. Outras informações detalhadas estão disponíveis em nosso Anexo 3: "Principais Construtoras brasileiras na América do Sul: dados complementares".

3.3.1- Norberto Odebrecht

A construtora Norberto Odebrecht apresentou um grande crescimento em sua atuação na América do Sul, como podermos ver na tabela a seguir, a qual mostra que para o ano de 2006 em termos de receita bruta por distribuição geográfica, a região somada com a América Central ultrapassava em mais de 200 milhões a sua receita bruta no Brasil.

Tabela 30: ODEBRECHT – Indicadores Econômico-Financeiros em 2006

Fonte: ODEBRECHT, 2007, p. 14.

Também é possível verificar que a empresa aumentou em mais ou menos 3 vezes sua Receita Bruta entre 2002 e 2009, como vemos na tabela a seguir:

Tabela 31: ODEBRECHT – Receita Bruta (2002-2009)
Milhões de R$

2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
13241	17335	22030	23437	24031	31380	40954	40640

Fonte: ODEBRECHT, 2007, p. 10; 2010, p. 14.

No mapa a seguir poderemos ver as principais obras nas quais a Odebrecht está envolvida na América do Sul em 2010, com destaque para o Peru[64] e Venezuela:

[64] Tanto que na contra capa do Relatório de 2010 podemos ver a foto de uma de suas obras principais no Peru: Rodovia IIRSA Sul. Ver Anexo 3 figura 1 da Odebrecht.

Mapa 4: ODEBRECHT – Principais obras na América do Sul 2010

Fonte: Elaboração própria baseada em: ODEBRECHT, 2010, p. 30.

Em termos de distribuição geográfica de seus funcionários, temos a seguinte informação para 2010: 17.002 Angolanos; 415 Argentinos; 21 Bolivianos; 47.908 Brasileiros; 18 Cubanos; 29 Chilenos; 12 Chineses; 175 Colombianos; 2.372 Dominicanos; 22 Egípcios; 126 Equatorianos; 79 Filipinos; 16 Indianos; 757 Líbios; 888 Mexicanos; 1.089 Moçambicanos; 89 Norte-americanos; 14 Palestinos; 1.469 Panamenhos; 5.745 Peruanos; 367 Portugueses; 1.087 Tailandeses; 667 Vietnamitas; 7.167 Venezuelanos; 128 Outros[65].

As principais obras da empresa na região são:

1- Ponte Orinoquia

Segundo palavras do relatório essa obra foi a "Ponte entre a engenharia brasileira e a venezuelana". Acrescentaram que foi a maior obra de infraestrutura da América Latina durante sua execução: uma travessia rodoferroviária com 3.156 metros de extensão, dois canais de navegação e um sistema viário associado, com 166 km. Na opinião da empresa é decisiva para a integração econômica e social do país, a Ponte Orinoquia, construída sobre o Rio Orinoco, em Ciudad Guayana, na Venezuela, foi resultado de cinco anos de trabalho, durante os quais as equipes da Odebrecht conceberam e implementaram um complexo sistema de logística, aplicaram a mais avançada tecnologia disponível e conviveram com a inconstância do Orinoco, um dos rios mais caudalosos do

[65] Alemães, barbadenses, bósnios, canadenses, cingaleses, croatas, costarriquenhos, djibutianos, emiratenses, escoceses, espanhóis, franceses, holandeses, hondurenhos, iemenitas, ingleses, iranianos, iraquianos, italianos, jamaicanos, jordanianos, libaneses, marroquinos, mauritanos, nicaraguenses, paquistaneses, salvadorenhos, santa-lucenses, santomenses, serra-leonenses, sírios, suíços, sul-africanos, tunisianos, turcos, ucranianos, uruguaios e zimbabuanos (ODEBRECHT, 2010 p. 22).

mundo. Por meio de consultores, especialistas e técnicos, que trabalharam em conjunto com profissionais locais, a Odebrecht transferiu tecnologia para o país. Ainda segundo esse relatório a execução da Ponte Orinoquia gerou um valioso legado de conhecimento para a engenharia venezuelana. Ilustrando essa opinião informam que Omar Terán, Presidente da Câmara de Construção do Estado Bolívar, revelou: "Esta é uma obra para se mostrar ao mundo. E nós, agora, sabemos como fazê-la". Nelson Rondón, Presidente do Colégio de Engenheiros da Venezuela – Seção Ciudad Guayana, é categórico: "A engenharia venezuelana ficou melhor depois desta obra" (ODEBRECHT, 2007, p. 15).

2- Vale de Olmos e Rodovias IIRSA Norte e IIRSA Sul

O relatório informou que no Peru investe em um sistema de represamento e transporte de águas para irrigação do Vale de Olmos, a ser operado pela Concesionaria Trasvase Olmos S.A., e nas rodovias IIRSA Norte e IIRSA Sul, eixos de integração sul-americanos, a primeira a ser operada pela coligada Concesionaria Interoceanica Norte S.A. e a segunda, pelas controladas Concesionaria Interoceanica Sur – Tramo 2 S.A. e Concesionaria Interoceanica Sur – Tramo 3 S.A. (ODEBRECHT, 2007, p. 26).

3- Usina Hidrelétrica de Baba

No Equador, inicia investimentos na implantação do projeto da Usina Hidrelétrica de Baba (ODEBRECHT, 2007, p. 26).

4- Unidade de polipropileno e complexo petroquímico na Venezuela

Na Venezuela, deu prosseguimento aos estudos para implantação de dois projetos, que se diferenciam por acesso a matérias-primas em condições competitivas: uma unidade de polipropileno com capacidade de produzir 400 mil t/ano e um complexo petroquímico para produção de 1,2 milhão de t/ano de eteno (ODEBRECHT, 2007, p. 27).

5- Conquista da Rodovia Sisa-Cuñumbuque; Conquista do terminal de contêineres de Porto Callao; Conclusão do Sistema de Água Potável de Iquitos no Peru (ODEBRECHT, 2009, p. 41).

6- Conclusão de trecho do Corredor Bioceânico na Bolívia (ODEBRECHT, 2009, p. 41).

7- Projeto Agrário Socialista da Planície de Maracaibo

O relatório de 2009 informou que a empresa apresenta um projeto de Desenvolvimento Econômico e Social Integrado. Ressaltou que o Projeto Agrário Socialista da Planície de Maracaibo teria 27 mil hectares e se estenderia da fronteira com a Colômbia até as proximidades da cidade de Maracaibo, no estado de Zulia. Acrescentou que 11 mil famílias habitariam cinco núcleos urbanos planejados, dotados de completa infraestrutura e com sistemas de irrigação para a produção de 475 mil toneladas de alimentos (ODEBRECHT, 2009, p. 43).

No mínimo gera espanto que uma obra executada por uma multinacional brasileira possa levar o nome de Socialista. Isso denota algumas contradições do governo venezuelano de Chávez que faz discursos inflamados contra o imperialismo, mas acaba se associando com ele como nesse caso. Porém também demonstra a capacidade da idéia do Regionalismo Aberto penetrar na região.

8- Rota do Sol

A Odebrecht informou que estava de volta à Colômbia. Em associação com outras empresas, venceu concorrência do Instituto Nacional das Concessões para a construção de 530 km da Rota do Sol, rodovia que ligará Bogotá à costa do Caribe e que terá investimentos totais de US$ 2,5 bilhões. A Rota do Sol, que atravessará oito departamentos e 39 municípios do país, é considerada a mais importante obra de infraestrutura colombiana dos últimos anos (ODEBRECHT, 2010, p. 37).

O relatório de 2010 informou que no Peru eles concluíram as seguintes obras: Projeto Bayóvar-Sechura; Gasoduto em associação com a Kuntur; Trechos 2 e 3 da IIRSA Norte; Rodovia Sisa-Cuñumbuque; Trem Elétrico de Lima (ODEBRECHT, 2010, p. 38).

O relatório apontou também que a Odebrecht estava presente na Venezuela desde 1992, realizando obras e investimentos e desenvolvendo projetos nos setores de infraestrutura, imobiliário, industrial, óleo e gás, petroquímico e de segurança alimentar. Prioriza a formação de equipes locais e a parceria com companhias e instituições venezuelanas. Em 2009, com o avanço das obras das linhas 3 e 4 do Metrô de Caracas, a Odebrecht alcançou a marca de 93 km de linhas instaladas na capital venezuelana. A empresa, que já concluíra a construção de Metrô de Los Teques, contribui assim para melhorar as condições de trânsito e a qualidade do ar para os moradores da capital do país (ODEBRECHT, 2010, p. 39).

Pela síntese desses relatórios podemos perceber a crescente importância da América do Sul para a Odebrecht que vem espalhando muitas obras pela região. Mas como vimos no caso do Equador a informação oficial da empresa em matéria de qualidade das obras e impactos sociais positivos nos locais de execução das mesmas contrasta com a lógica de funcionamento das multinacionais que para diminuírem custos não respeitam normas ambientais e contratam trabalhadores em regime de semi-escravidão.

3.3.2- Camargo Corrêa

A construtora Camargo Corrêa também apresentou um expressivo crescimento em sua Receita operacional bruta, indo de quase 5 bilhões de reais em 2001 para mais de 19 bilhões em 2009. Apresentamos dados mais detalhados na tabela a seguir:

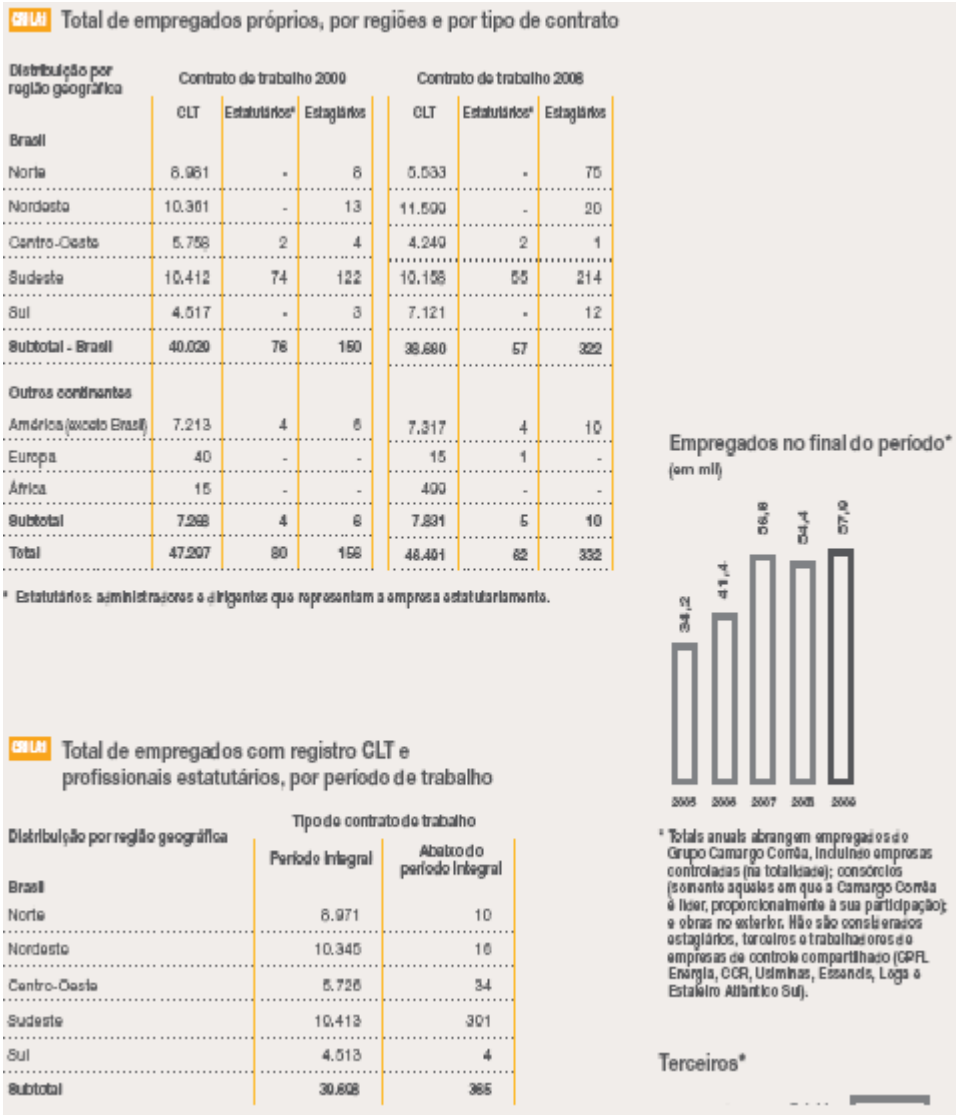
Tabela 32: CAMARGO CORRÊA – Receita Bruta (2001-2009)
Milhões de R$

2001	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
4905	6193	7445	7421	7959	9915	12421	15383	19063

Fonte: CAMARGO, 2005, p. 2; 2009, p. 14.

Em relação à estrutura de empregados que a Camargo Corrêa possuía aproximadamente 47 mil trabalhadores em 2009, sendo um pouco mais de 7 mil na América exceto o Brasil. Visualizamos dados mais detalhados a seguir:

Tabela 33: CAMARGO CORRÊA – Empregados 2009



Total de empregados próprios, por regiões e por tipo de contrato

Distribuição por região geográfica	Contrato de trabalho 2009			Contrato de trabalho 2008		
	CLT	Estatutários*	Estagiários	CLT	Estatutários*	Estagiários
Brasil						
Norte	6.961	-	6	5.533	-	75
Nordeste	10.361	-	13	11.500	-	20
Centro-Oeste	5.758	2	4	4.240	2	1
Sudeste	10.412	74	122	10.158	55	214
Sul	4.517	-	3	7.121	-	12
Subtotal - Brasil	40.029	76	150	38.680	57	322
Outros continentes						
América (exceto Brasil)	7.213	4	6	7.317	4	10
Europa	40	-	-	15	1	-
África	15	-	-	499	-	-
Subtotal	7.268	4	6	7.831	5	10
Total	47.297	80	156	46.401	62	332

* Estatutários: administradores e dirigentes que representam a empresa estatutariamente.

Empregados no final do período*
(em mil)

* Totais anuais abrangem empregados do Grupo Camargo Corrêa, incluindo empresas controladas (na totalidade); consórcios (somente aquelas em que a Camargo Corrêa é líder, proporcionalmente à sua participação); e obras no exterior. Não são considerados estagiários, terceiros e trabalhadores de empresas de controle compartilhado (CPFL Energia, CCR, Usiminas, Essencis, Loga e Estaleiro Atlântico Sul).

Terceiros*

Total de empregados com registro CLT e profissionais estatutários, por período de trabalho

Distribuição por região geográfica	Tipo de contrato de trabalho	
	Período integral	Abaixo do período integral
Brasil		
Norte	6.971	10
Nordeste	10.345	16
Centro-Oeste	5.726	34
Sudeste	10.413	301
Sul	4.513	4
Subtotal	30.608	365

Fonte: CAMARGO, 2009, p. 22.

O relatório de 2006 apontava que as operações no exterior eram responsáveis por uma carteira três vezes superior em comparação à de 2005, passando a integrar uma nova unidade de negócio. No final de 2006, os negócios internacionais abrangiam obras de infraestrutura em sete países da América do Sul (Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Argentina, Uruguai, Suriname). No final de 2006, cerca de 3 mil trabalhadores estavam empregados em obras da Camargo Corrêa no exterior – 140 deles brasileiros.

A empresa aponta que suas principais obras na região seriam:

1- Desvio do rio Porce, na Colômbia, onde está em construção a usina hidrelétrica Porce III, para a Empresas Públicas de Medellin. Realizado em fevereiro de 2007, dois meses antes do

previsto, o evento foi comemorado em cerimônia que contou com a presença do presidente colombiano na época, Álvaro Uribe Vélez (CAMARGO, 2006, p. 34).

2- Usina de Jirau

Ainda que priorizemos as obras no exterior da empresa é interessante ressaltar também o Contrato de Concessões do consórcio Energia Sustentável do Brasil (já que são obras executadas na Amazônia brasileira), assinado em agosto de 2008, para a construção e operação da Usina de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. O consórcio Energia Sustentável do Brasil é formado pelas empresas Suez Energy (50,1%), Eletrosul (20%), Companhia Hidrelétrica do São Francisco-Chesf (20%) e Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura (9,9%). Em fevereiro de 2009, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES aprovou o financiamento de R$ 7,2 bilhões para o consórcio, que também fará a operação e manutenção da usina. A construção está a cargo das Construções e Comércio Camargo Corrêa e vai gerar 42 mil empregos (12 mil diretos e 30 mil indiretos). O canteiro de obras terá capacidade para alojar 16 mil trabalhadores no momento de pico das atividades. Depois, alojamento, refeitórios, quadras e acessos rodoviários serão doados para a comunidade local. A Usina de Jirau terá capacidade para gerar 3,3 mil MWs, suficientes para atender ao consumo de 10 milhões de residências, e deverá entrar em funcionamento em janeiro de 2013. O empreendimento é um dos principais projetos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do governo federal (CAMARGO, 2009, p. 33).

Porém na realidade essa obra causou um grande problema social tanto que houve uma grande revolta dos trabalhadores em 15 de março de 2011. Em uma das reportagens sobre esse episódio pudemos ler:

> Enquanto os revoltados, armados de paus, queimavam ônibus e barracões (uns 45 ônibus, mais alojamentos, refeitório e lojas de conveniência da área), muitos operários fugiram para Porto Velho e outros se refugiaram no mato. Depois que o canteiro de obras foi fechado, não deixando sair nem entrar ninguém, nem refeições teriam sido servidas. (...) Muitos operários reclamam do intenso calor nos alojamentos, e de um surto de viroses no local. Também foi confirmado que nas últimas semanas a cozinha não dava conta de atender os 22.000 operários contratados, tendo piorado muito a qualidade das refeições servidas. "Lá parece um inferno", dizia um operário que estava voltando ontem para o seu lugar de origem, em Tucuruí. Não é o primeiro que chama assim o local onde está sendo construída a usina, que os portugueses já tinham batizado como "Cachoeira do Caldeirão do Inferno" (REVOLTA, 2011).

Esse caso reforça a ideia apresentada no inicio da tese quando criticamos a distinção que a CEPAL e a proposta de Regionalismo aberto costumam fazer entre competitividade autêntica e espúria, demonstrando realmente que as grandes empresas combinam de diversas formas seus métodos produtivos, usando tecnologia de ponta, mas também trabalhadores semi-escravos.

3- Juruti

Em Juruti, na Amazônia, Estado do Pará, a Camargo Corrêa construiu, para a Alcoa, uma das maiores minas de bauxita do mundo. A obra chegou a ter 8 mil trabalhadores no pico das atividades, provenientes do Brasil inteiro, predominantemente de Belém e regiões próximas, acomodados, de forma adequada, numa vila que originalmente tinha 1.500 habitantes. Entre várias medidas adotadas pela construtora para a minimização do impacto ambiental, foram resgatados mais de quatro mil animais que estavam na área de trabalho e também animais ameaçados de extinção. Foi realizado ainda o resgate da flora, especialmente em espécies típicas da região. A gestão ambiental incluiu também o gerenciamento de resíduos sólidos e líquidos, além do monitoramento de emissões atmosféricas. Pelo plano de gestão social, todos os trabalhadores participaram de cursos de educação socioambiental e de projetos envolvendo a comunidade. A Camargo Corrêa foi parceira de vários projetos. Entre eles, o Pajiroba, que diversificou a produção agrícola, e o Quelônios do Brasil, projeto que buscou preservar espécies raras da Amazônia (CAMARGO, 2009, p. 34)[66].

4- Ponte sobre o Rio Negro

No Amazonas, o Consórcio forma do pela Camargo Corrêa e Construbase está construindo, sobre o rio Negro, a maior ponte estaiada (suspensa por cabos de aço) das regiões Norte e Nordeste. Com 3,6 mil metros de comprimento, ligará Manaus a Iranduba. A ponte vai integrar vários municípios vizinhos à capital, que atualmente só têm acesso a Manaus por balsas. O projeto prevê também a construção de amplo complexo viário nas duas cabeceiras do rio Negro, com total de oito quilômetros. Iniciada em dezembro de 2007, a obra deve ser concluída em 2010 (CAMARGO, 2009, p. 34-35).

5- Reconstrução da barragem da represa de El Guapo

Na Venezuela, a construtora Camargo Corrêa inaugurou, em 11 de fevereiro de 2009, as obras de reconstrução da barragem da represa de El Guapo, que restabelecerá o abastecimento de água para mais de 400 mil habitantes do estado de Miranda, a 150 km da capital, Caracas. A Camargo Corrêa foi a primeira construtora brasileira a atuar na Venezuela, com a Hidrelétrica de Guri, na década de 1970. Durante o evento da El Guapo, o governo venezuelano anunciou a decisão de contratar a Camargo Corrêa para construir a barragem de Cuíra, reservatório de água que abastecerá a região metropolitana de Caracas. Foi assinada uma carta de intenções com o ministro do Meio Ambiente e o valor estimado do contrato é de US$ 425 milhões (CAMARGO, 2009, p. 36).

[66] No anexo 3 reproduzimos alguns quadros com os principais indicadores sociais e ambientais da Camargo Correa.

6- Usina Porce III

A hidrelétrica em Medellín, na Colômbia, vai gerar energia para uso local e para exportação. Um dos aspectos interessantes é que o recurso hídrico utilizado na obra é tratado antes de sua devolução, seja para rios, lagoas ou fontes (CAMARGO, 2009, p. 51).

7- Barragem Cuira

Foi assinado em junho de 2009, pela construtora Camargo Corrêa e pelo Ministério do Poder Popular para o Ambiente da Venezuela, o contrato para início das obras da Barragem Cuira, Estação de Bombeamento e Linha de Transmissão, no Estado de Miranda, a 110 km de Caracas, na Venezuela. O prazo para entrega desse projeto é de 48 meses. O empreendimento vai beneficiar toda a população de Caracas, principalmente a de baixa renda (CAMARGO, 2009, p. 51). Novamente podemos verificar a dependência do governo Chávez de obras feitas por empresas multinacionais brasileiras para o seu "Socialismo do Século XXI", algo no mínimo inusitado.

8- Estrada Interoceânica

O relatório de 2009 disse que a Integração regional é o objetivo da estrada interoceânica, denominada Corredor Vial Interoceânica Sul, obra do Consórcio Intersur, do qual participa a construtora. Compreende 306 km e está localizada na região de Puno, na província Carabaya, sul do Peru. A estrada permitirá unir o litoral do Oceano Pacífico ao litoral do Oceano Atlântico. Novamente a convergência entre interesses privados e a proposta de Regionalismo Aberto executada pelos governos da região amazônica.

9- Saneamento em Lima

O Consórcio Huachipa, formado pela Camargo Corrêa (líder) e Veolia Water Systems Brasil, é responsável pela construção e operação da maior obra de saneamento de Lima, no Peru. A primeira fase do projeto prevê tratamento de água, que atenderá a região norte da cidade de Lima. A obra recebeu mais de 11 mil toneladas de tubos de ferro fundido vindos dos Estados Unidos, operação que necessitou de complexo esquema logístico até o destino. Outro carregamento de tubos foi proveniente da França (CAMARGO, 2009, p. 52).

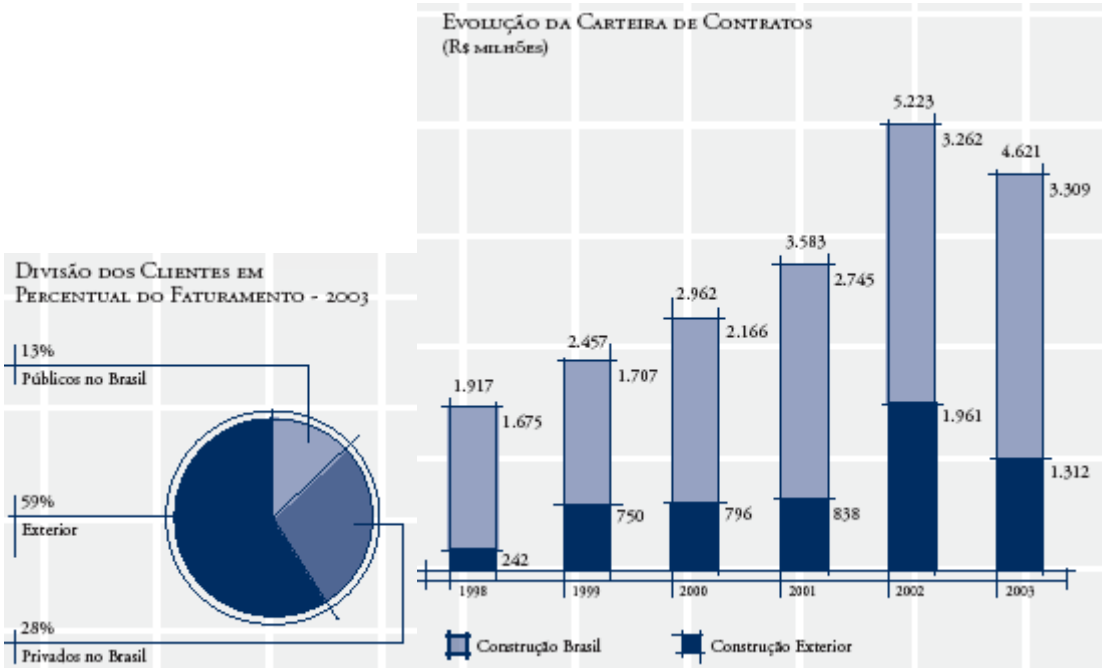
10-Acordos de Serviços Técnicos (TSA) no Aeroporto Internacional El Dorado*,* em Bogotá (CAMARGO, 2009, p. 78).

Para concluir, podemos ver também a diversificação e ampliação das obras da Camargo Corrêa pela região amazônica nos últimos anos. Porém apesar de informações oficiais de respeito ao meio ambiente e ao trabalhador, o caso de Jirau mostra como os impactos sociais dessas obras podem ser maléficos reforçando a idéia da precarização do trabalho em um mundo dominado por Oligopólios.

3.3.3- Andrade Gutierrez

A primeira coisa que nos chamou a atenção no caso da Andrade Gutierrez é que para o ano de 2003 o percentual de faturamento mostra que 59% vem do exterior; ainda que a maioria dos contratos sejam no Brasil. Isso significa que os negócios no exterior são mais lucrativos, indo na direção de nossa hipótese que haja uma convergência de interesses entre a diplomacia e os empresários brasileiros relativo a integração regional.

Tabela 34: ANDRADE GUTIERREZ – Evolução da Carteira de Contratos



Fonte: GUTIERREZ, 2003, p. 8.

Obedecendo ao mesmo padrão das construtoras analisadas anteriormente, vemos um forte aumento na receita bruta da Andrade Gutierrez indo de 2 bilhões de reais aproximadamente em 1999 para mais de 18 bilhões em 2009.

Tabela 35: ANDRADE GUTIERREZ – Receita Bruta 1999-2009
Milhões de Reais

1999	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**
2024	2686	3108	3456	3850	4371	4729	6277	7891	11757	18199

Fonte: GUTIERREZ, 2003, p. 8 e 2010, p. 19.

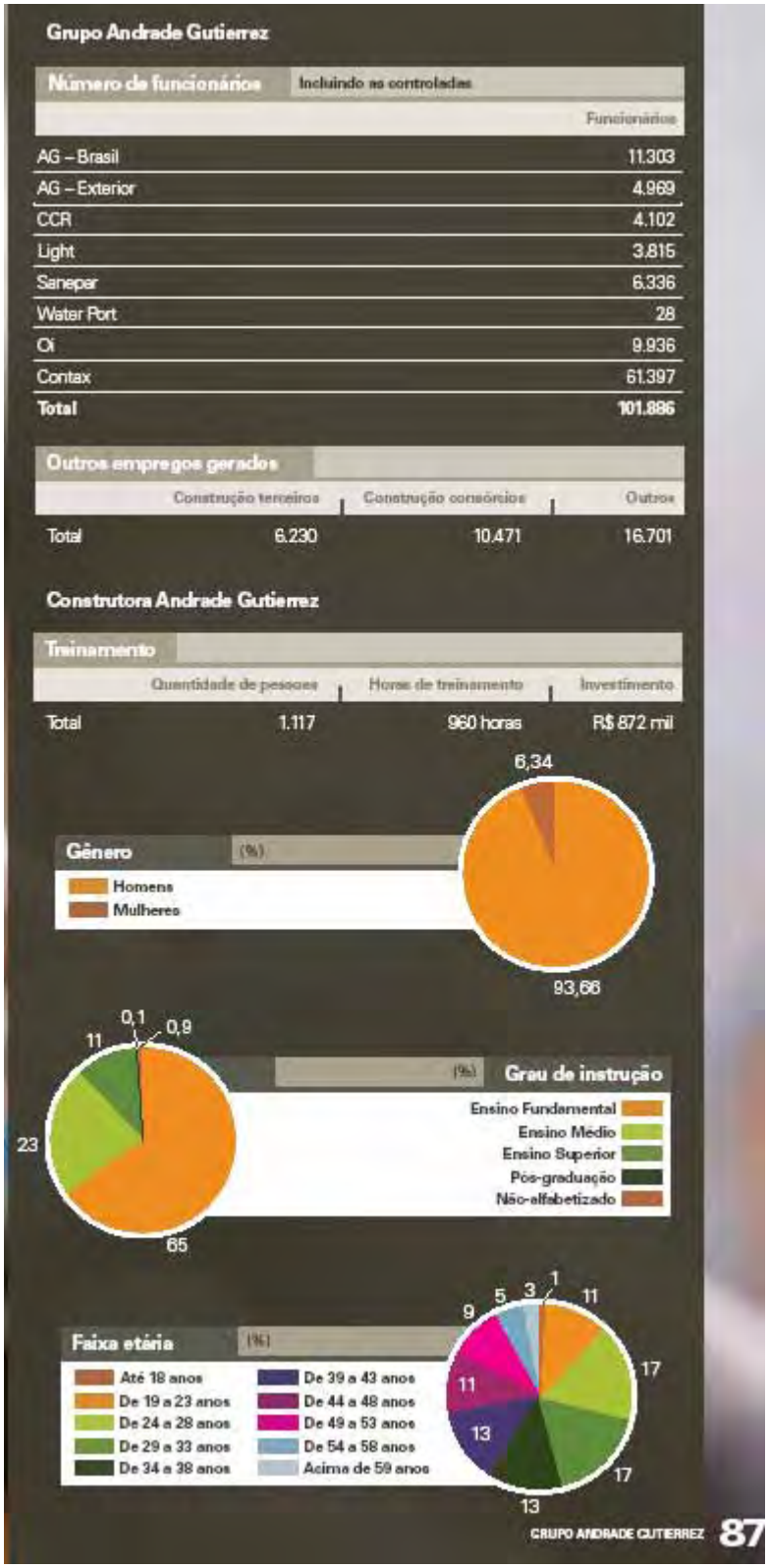
A Andrade Gutierrez atua em todos os países em que aprofundamos nossas análises nessa pesquisa: além do Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Podemos ver no mapa a seguir essa configuração e posteriormente abordaremos o número de funcionários e as principais obras. Essa empresa contará com uma análise mais extensa e detalhada comparada com as outras duas, pois tivemos acesso a mais relatórios (2001-2009) e informações condizentes com nossa pesquisa.

Mapa 5: ANDRADE GUTIERREZ - Principais obras na América Latina 2008

Fonte: ANDRADE, 2008.

Em relação ao número de funcionários, a Andrade Gutierrez conta com mais de 100 mil funcionários, sendo quase 5 mil empregados no exterior no ano de 2007. Podemos ver informações mais detalhadas sobre o perfil dos funcionários dessa empresa na tabela a seguir:

Tabela 36: ANDRADE GUTIERREZ – Número de Funcionários 2007



Grupo Andrade Gutierrez

Número de funcionários Incluindo as controladas

	Funcionários
AG – Brasil	11.303
AG – Exterior	4.969
CCR	4.102
Light	3.815
Saneper	6.336
Water Port	28
Oi	9.936
Contax	61.397
Total	**101.886**

Outros empregos gerados

	Construção terceiros	Construção consórcios	Outros
Total	6.230	10.471	16.701

Construtora Andrade Gutierrez

Treinamento

	Quantidade de pessoas	Horas de treinamento	Investimento
Total	1.117	960 horas	R$ 872 mil

Fonte: ANDRADE, 2007.

Segundo seus relatórios, suas obras mais relevantes na região estudada por nós nessa tese seriam:

1- Barragem e Irrigação de Tabacundo (Equador)

2- Rodovia de Cuzco (Peru)

Em 2002 foi concluída a rodovia Cuzco-Combapata, no Peru.

3- Barragem e Irrigação de Tabacundo (Equador)

4- Ponte Rafael Mendoza Avilés (Equador)

No Equador, na cidade de Quayaquil, a AG ganhou a concorrência e iniciou a construção de uma ponte de 1.031 metros, junto à ponte já existente sobre o rio Daule, além da reabilitação total da ponte Rafael Mendoza Avilés, de 3.093 metros. O prazo para a construção é de 18 meses, sendo a obra orçada em US$ 80 milhões (GUTIERREZ, 2003).

5- Reabilitação da estrada que liga as cidades de Tocache e Juanjui (Peru)

Obra de reabilitação da estrada que liga as cidades de Tocache e Juanjui, na região amazônica do Peru, **contratada pelo Exército Norte-Americano**.Com melhoria do traçado da estrada, execução de 140 obras de arte corrente e especial, além de drenagem, em um trecho com 91quilômetros de extensão. O contrato foi assinado em 2004 e o término está previsto para o final de 2005(GUTIERREZ, 2004, p. 17). Essa informação oficial da empresa nos chama muito a atenção, pois quais seriam os interesses do Exército norte-americano em contratar essa obra? Além disso, estaria dentro da legalidade?

No relatório de 2005 temos a mesma informação:

> Rodovia Juanjuí–Tocache. Obra de reabilitação da estrada que liga as cidades de Juanjuí e Tocache, na selva amazônica peruana. **Contratada pelo Corpo de Engenheiros do Exército Norte-Americano**, contempla melhoria do traçado da estrada, execução de 430 obras de arte correntes e especiais, em um trecho com 91 quilômetros de extensão. Iniciada em abril de 2004, a obra foi concluída e entregue em outubro de 2005 (GUTIERREZ, 2005, p. 19).

6- Estrada Aguaytia-Pucallpa, trechos Aguaytia–San Alejandro e Neshuya–Pucallpa (Peru)

As obras, contratadas com o Provias Nacional, órgão subordinado ao Ministério de Transportes e Comunicações, compreendem a reabilitação de dois trechos da Carretera Central, uma das mais importantes estradas do país, que faz a integração rodoviária entre Lima e Pucallpa, na região da selva amazônica peruana. Com 59 quilômetros de extensão, o trecho entre as cidades de Neshuya e Pucallpa foi iniciado em abril de 2004 e será concluído em 2006. O trecho entre Aguaytia e San Alejandro, com 51 quilômetros de extensão, foi iniciado em outubro de 2005 e será concluído em 2007.

7- Ponte Carlos Perez Perasso (Equador)

Com 1.034 metros de extensão, a ponte está sendo erguida sobre o rio Daule, na cidade de Guayaquil. O contratante é o Ministério de Obras Públicas (MOP). As estacas chegam a 2,5 metros de diâmetro e 60 metros de profundidade. A estimativa é de que o tráfego diário alcance 70 mil veículos. O contrato foi assinado em 2002, e o término está previsto para 2006.

8- Eixo Norte e Eixo Sul (IIRSA) (Peru)

Em 2005, a Construtora Andrade Gutierrez, em consórcio, foi vencedora de duas licitações públicas de grande importância, no Peru. Parte do programa IIRSA (*Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana*), elas abrangem importantes rotas rodoviárias no país, com o objetivo de integração entre as nações sul-americanas – no presente caso, duas importantes estradas entre o Peru e o Brasil, os chamados Eixo Norte e Eixo Sul. O primeiro trecho é uma estrada de 960 quilômetros de extensão que liga o Porto Fluvial de Yurimaguas, na selva amazônica peruana, ao Porto Marítimo de Paita, na costa do Pacífico, norte do país. O valor estimadoda obra é de US$ 205 milhões. O segundo é o Corredor Viário Interoceánico Sur, que fará a interconexão Peru–Brasil através de Rio Branco, no Acre, chegando aos portos peruanos de Ilo e Matarani, no sul do país. O valor da obra é estimado em US$ 180 milhões.

9- Aeroporto Internacional de Quito (Equador)

O relatório de 2005 informou que o novo Aeroporto Internacional de Quito deverá movimentar 3,6 milhões de passageiros/ano e 76 mil aeronaves/ano. O valor do contrato é de US$ 413 milhões e abrange pistas de operação e taxiamento, terminal de passageiros, terminal de cargas, hangar, armazéns, torre de controle, edifícios auxiliares, área de manutenção e estacionamento.

A participação no capital da Corporación Quiport S.A., responsável pela implantação do novo aeroporto da cidade de Quito, capital do Equador, marcou a entrada da Andrade Gutierrez Concessões no mercado internacional. Em 2005, todos os contratos de financiamento para a execução da obra foram assinados, possibilitando o início dos trabalhos no primeiro semestre de 2006. O novo aeroporto terá investimentos de US$ 413 milhões que adicionados aos custos financeiros somam US$ 606 milhões. O *funding* deste valor será por meio de aporte dos acionistas, geração de caixa advinda da operação do aeroporto Mariscal Sucre (que atualmente recebe o trafego aéreo da região) e *project finance* com quatro instituições internacionais: *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC), *Inter American Development Bank* (IADB), *Export-Import Bank of the USA* e *Canadá's Export Development Corporation* (EDC).A área onde ficará o aeroporto é uma Zona Franca, que será desenvolvida e explorada pelos sócios da Quiport, que incluem a Andrade Gutierrez Concessões, e pelo governo local (ANDRADE, 2005, p. 27-28)

Em 2006, o projeto conquistou duas importantes premiações: *Airport Deal of the Year*, concedida pela revista *AirFinance*, e L*atin American Transport Deal of the Year*, criada pela revista *Euromoney – ProjectFinance* (ANDRADE, 2006, p. 20).

O relatório de 2006 disse que as obras do novo Aeroporto Internacional de Quito estavam dentro do cronograma previsto e que a popularização das viagens de avião, fenômeno observado no Equador, a exemplo do Brasil e de outros países, nos últimos anos, resultou no aumento significativo do tráfego aéreo naquele país, com taxas próximas de dois dígitos. A expectativa é de que o projeto, a ser concluído em 2010, possa se refletir em dividendos para os acionistas em 2012 (ANDRADE, 2006, p. 22).

10- Complexo Madeira (Brasil)

Segundo o relatório de 2007 era emblemático por seu porte e, também, pela característica de nova retomada de fortes investimentos em obras de geração de energia no Brasil, o Complexo Madeira – um dos maiores negócios em energia no mundo – contando com a ativa participação da Andrade Gutierrez.

> Na estrutura do Grupo Andrade Gutierrez, a Madeira Energia S.A. (Mesa) está ligada à *holding*. Trata-se da entrada da AG no mercado de geração e fornecimento de energia, por meio de um consórcio com outras empresas. Em 10 de dezembro de 2007, o consórcio Madeira Energia S.A., do qual a Andrade Gutierrez é integrante (12,4%), venceu o leilão para a concessão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia. O consórcio é composto, ainda, por Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. (17,6%), Construtora Norberto Odebrecht S/A (1%), Cemig Geração e Transmissão S/A (10%), Furnas Centrais Elétricas S/A (39%) e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP) – formado pelos bancos Banif e Santander (20%). No leilão, o grupo apresentou o preço final de R$ 78,87 porMWh, o que representa um deságio de 35% em relação ao preço inicial de R$ 122 porMWh (ANDRADE, 2007, p. 67).

A empresa buscou destacar seu aproveitamento hidrelétrico sustentável na Amazônia

> Com sua rigorosa legislação ambiental, impõe a projetos de hidrelétricas grandes exigências a fim de reduzir os efeitos negativos sobre a natureza e sobre a população que vive nas proximidades dos empreendimentos hidrelétricos. A localização geográfica do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, na região amazônica, e sua complexidade exigiram estudos ambientais inéditos no Brasil. Foram realizados minuciosos trabalhos de pesquisa e estudos ao longo de mais de 300 km do rio, inclusive com avaliações de autoridades renomadas, como a do indiano Sultan Alam, um dos nomes mais conceituados em sedimentologia, que confirmou a adequação do projeto para a passagem de sedimentos, como ocorre em condições naturais. Vários programas foram previstos com foco na preservação ambiental e na melhoria de qualidade de vida da população da região, que deverão tornar o projeto Madeira uma referência em execução de hidrelétricas, segundo critérios de desenvolvimento sustentável. Um exemplo prático é a decisão de incluir a construção de um canal semi-natural para assegurar a passagem dos peixes migradores da bacia do Rio Madeira. Além de permitir a subida dos peixes para a desova, o canal reproduz geograficamente as características das cachoeiras encontradas ao longo do rio. A solução de utilizar tecnologia de turbinas bulbo em um projeto a fio d'água é outro fator de qualidade ambiental do empreendimento, pois garantirá que a área alagada seja pouco superior à área ocupada pelo leito natural do rio em épocas de cheia. A cada dia, toda a água que entrar nos reservatórios sairá pelas turbinas ou pelo vertedouro. Ou seja, com a passagem rápida, a velocidade da água será mantida, de forma que o Rio Madeira

> continue a transportar a sua grande carga de sedimentos. Com isso, as águas manterão sua qualidade natural nos futuros reservatórios. Vários programas do Projeto Madeira têm por finalidade melhorar as condições de vida das populações da região e visam controlar as endemias, entre elas a malária, melhorar a infra-estrutura de serviços públicos e dar oportunidade de produção econômica e geração de renda a comunidades do vale do Rio Madeira (ANDRADE, 2007, p. 69).

Apesar dessa informação de que a empresa está tomando todas as precauções sobre impactos ambientais dessa obra, inclusive contratando uma autoridade no assunto, o indiano Sultan Alam, lembramos toda discussão que fizemos anteriormente sobre a dificuldade de imparcialidade desses estudos, já que é a própria empresa que os pagam.

11- Coari–Manaus e Igarapés de Manaus (Brasil)

Segundo palavras do relatório de 2007:

> Em plena Amazônia, o gasoduto Coari–Manaus, com 200 km de linha-tronco e 75 km de ramais, exigiu da equipe da AG inovação em soluções de logística e a superação de limites para se adaptar ao regime de águas, à cultura da região, aos recursos existentes e à mão-de-obra local. O trabalho é desenvolvido de maneira integrada, com a capacitação em todos os níveis e a valorização do comprometimento de todos. A meta é o respeito incondicional à floresta e aos rios, reduzindo o impacto das operações. A obra Igarapés de Manaus, por sua vez, exigiu o desenvolvimento de um trabalho de conscientização e treinamento entre os profissionais do canteiro. Após um ano de trabalhos intensos, o empreendimento garantiu a manutenção das certificações ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 e foi responsável pelo aumento do escopo das normas como item "recuperação ambiental e requalificação urbanística de corpos hídricos e áreas degradadas urbanas, incluindo construção de habitações". Isso resulta do compromisso com os funcionários, a comunidade, o cliente e o padrão Andrade Gutierrez. A auditoria não registrou nenhuma não-conformidade no sistema de gestão de qualidade, meio ambiente, segurança e saúde ocupacional (ANDRADE, 2007, p. 75).

12- Mina Bayóvar (Peru)

Segundo o relatório de 2008 o desafio deste projeto, que está localizado no vilarejo de Bayóvar, na região do Deserto de Shechura, Norte do Peru, era fazer a terraplenagem e as obras de infraestrutura da mina de fosfato em uma região extremamente seca. O contrato integra um projeto maior, desenvolvido pela subsidiária da Vale no país, Miski Mayo S.A. A dificuldade em trabalhar com o solo arenoso motivou diversas pesquisas e o resultado foi a utilização de um novo tipo de pavimento, o "solo sal" – mistura do solo da região com sal.

13- Siderúrgica (Venezuela)

Pelo relatório de 2008 a Empresa Básica Siderúrgica Nacional previa engenharia, construção, fornecimento e montagem dos equipamentos de uma planta com capacidade para produzir 1,5 milhão de toneladas por ano de aço líquido no Estado de Bolívar. A expectativa era de que a nova usina complementasse a produção no recentemente nacionalizado complexo de Sidor, no Rio Orinoco, e elevasse a produção de aço do país para 6 milhões de toneladas por ano.

14- Usina Hidrelétrica de Santo Antônio (Brasil)

O relatório de 2008 a qualificou como "Um empreendimento sustentável". Pela informação oficial da empresa:

> A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio é grandiosa por seu porte e também pelos aspectos sustentáveis que a cercam. Localizada no trecho do Rio Madeira entre Porto Velho (Rondônia) e Abunã (próximo do Acre e da Bolívia), resulta de um projeto totalmente comprometido com o desenvolvimento social da região e planejado para gerar o melhor desempenho operacional aliado ao menor impacto ambiental. Para obter a licença de instalação – concedida em 2008 – e as condições financeiras de forma a viabilizar a construção, foi constituído o projeto composto por estudos ambientais inéditos pela sua complexidade e soluções de tecnologia e de engenharia voltadas à preservação ambiental e à qualidade de vida da população. Com base em um amplo diagnóstico ambiental e socioeconômico, as ações incluem o monitoramento ambiental e medidas de controle em toda a região, bem como investimentos no entorno da usina, entre eles o reforço da infraestrutura pública de serviços e iniciativas voltadas à educação, saúde, transporte, segurança e lazer. As comunidades serão beneficiadas com ações de responsabilidade corporativa, premissa de atuação e convivência da Andrade Gutierrez em seus empreendimentos (ANDRADE, 2008, p. 60).

Informava também que a população local teria ainda prioridade na energia produzida no complexo, o que deveria reduzir os valores gastos e estimularia não só o desenvolvimento local como a chegada de novas empresas. Dizia também que os empresários poderiam aproveitar as facilidades oferecidas pela Hidrovia do Baixo Madeira e pela Rodovia do Pacífico para expandir seus mercados, garantindo mais emprego e renda para a região. Completam a informação:

> A Construtora Andrade Gutierrez e a Construtora Norberto Odebrecht estão associadas no consórcio responsável pela execução da hidrelétrica, cujos trabalhos tiveram início em setembro de 2008. Para a AG, trata-se do maior projeto em andamento em 2009 e a maior hidrelétrica desde a execução de Itaipu, nos anos 70, em aspectos como envolvimento de recursos, frota de equipamentos e empregos gerados – 8,6 mil postos diretos e 13,1 mil indiretos –, com a capacitação dessa mão de obra e assistência aos empregados. O investimento realizado apenas em equipamentos como caminhões, tratores, guindastes, escavadeiras, compressores e geradores, boa parte de origem nacional, está em torno de R$ 400 milhões. A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio está programada para iniciar sua atividade nos primeiros meses de 2012, quando entram em ação as primeiras turbinas, atingindo plena carga em, no máximo, 36 meses após sua inauguração. A obra possui frentes de trabalho nas duas margens do Rio Madeira. São dois vertedouros, sistemas interceptores de troncos, sistemas de transposição de peixes e três casas de força, além de um conjunto de 44 turbinas. Sob o ponto de vista ambiental, o destaque é a metodologia de barragens a fio d'água, em que o reservatório ocupa uma área pequena em relação à potência gerada. Essa relação área do reservatório *versus* potência é de 0,09 km2 por MW gerado contra um índice de referência de 0,5 km2 por MW gerado. No Brasil, as hidrelétricas giram em torno de 0,6 km2 por MW gerado. A barragem é considerada baixa (40 metros de profundidade) na comparação com outras hidrelétricas nacionais. A solução de utilizar tecnologia de turbinas bulbo em um projeto a fio d'água garante que a área a ser alagada seja pouco superior à área ocupada pelo leito natural do rio em épocas de cheia. A cada dia, toda a água que entrar nos reservatórios vai sair pelas turbinas ou pelo vertedouro. Com a passagem rápida, a velocidade da água será mantida de forma que o rio Madeira continuará a transportar a sua grande carga de sedimentos. Com isso, as águas manterão sua qualidade natural nos futuros reservatórios (Ibid.).

Uma informação importante do relatório de 2009 foi que nesse ano foram concluídos mais dois desembolsos do BNDES para atualizar o financiamento, via Fundo Amazônia para a Usina de Santo Antonio. Informaram:

> O investimento aproximado é de R$ 13,5 bilhões, e o valor do financiamento ficou em R$ 6,13 bilhões. Foi um valor inédito concedido como crédito a um único projeto na história do BNDES, que ganha importância ainda maior por ter sido concedido em momento de crise econômica global. O empreendimento é financiado com recursos do banco, por meio de financiamento direto e repasse, do FI-FGTS – Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. O projeto exigiu o maior pacote de garantias, até então, da história do Brasil. Quando entrar em operação, em 2012, a Santo Antônio será a terceira maior usina do Brasil em energia assegurada, com uma potência instalada de 3.150 MW, atrás somente de Itaipu e de Tucuruí. A capacidade assegurada é de 2.262 MW. Sua geração será suficiente para suprir a necessidade de 44 milhões de brasileiros (considerando o consumo médio no País). Do total de energia gerada, 70% terão como destino o mercado regulado e 30%, o mercado livre, com tarifa de R$ 78,87 (ajustada anualmente pelo IPCA) A usina deverá estar totalmente concluída em 2015, pois começará a operar gradativamente, conforme forem sendo montadas e instaladas suas turbinas. A hidrelétrica será interligada ao Sistema Elétrico do Sudeste/Centro-Oeste Brasileiro por meio de duas linhas de transmissão em corrente contínua, de cerca de 600 kV, com 2.375 quilômetros de extensão, que serão as maiores do mundo em operação. A Andrade Gutierrez detém 12,4% de participação na Santo Antônio Energia, vencedora do leilão de concessão em dezembro de 2007. Os demais acionistas são Eletrobras, Furnas, Odebrecht, Cemig e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP) – encabeçado pelos bancos Banif e Santander e pelo Fundo de Investimento do FGTS. O projeto concilia o melhor desempenho operacional ao menor impacto ambiental, com tecnologia inovadora, estudos pioneiros e fortes investimentos. Os resultados são a economia local aquecida, a qualificação intensiva de mão de obra, a proteção e o monitoramento do meio ambiente, os benefícios de campanhas de saúde, que minaram a evolução de doenças típicas da região, e a adoção de tecnologia avançada. As obras civis estão a cargo do Consórcio Santo Antônio Civil, do qual fazem parte as construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht (GUTIERREZ, 2009).

Novamente vem o dilema do governo financiar justamente as empresas que possuem maior capital em detrimento de outras possibilidades, ampliando a concentração do capital na mão de poucos.

Sobre a questão da licença ambiental o relatório disse que “foram seguidos rigorosos procedimentos e realizados estudos ambientais inéditos pela complexidade”. Seguem:

> Soluções tecnológicas e de engenharia voltadas à preservação da natureza e à qualidade de vida da população foram o foco. As comunidades são beneficiadas com ações de responsabilidade social – premissa de atuação e convivência da AG em suas obras. São promovidos reforços da infraestrutura de serviços e iniciativas voltadas a educação, saúde, transporte, segurança, lazer e fortalecimento da sociedade e da cidadania. Há uma série de programas destinados a reduzir e/ou compensar impactos durante a implantação e a operação da usina, que orientam a gestão ambiental do empreendimento. A Santo Antônio Energia se compromete a conservar e proteger a região do ecossistema amazônico em que o projeto está inserido. São medidas como o resgate da fauna e da flora, em que as espécies são permanentemente monitoradas e os animais encontrados, recolhidos e levados para locais chamados áreas de soltura. Outro foco são as ações educativas, disseminando os conhecimentos que vão subsidiar o desenvolvimento de ações de educação ambiental, auxiliando na formação de pessoas comprometidas com a defesa de um dos ecossistemas mais ricos do planeta e empenhadas em garantir o acesso das futuras gerações aos recursos naturais (Ibid.).

Mas assim como em Jirau, também há condições de trabalho precárias nessa região, contrariando esses documento oficiais. E pior ainda é que o BNDES não corta o financiamento dessas obras como podemos ver na informação a seguir:

> O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, disse nesta segunda-feira (21) que, por enquanto, os financiamentos da instituição para a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, não serão interrompidos. Na última semana, protestos de trabalhadores no canteiro de obras da Usina de Jirau levaram à interrupção das obras. Na mesma semana, o consórcio responsável pela construção da Usina de Santo Antônio, no mesmo rio, resolveu paralisar as obras para evitar problemas semelhantes aos que ocorreram em Jirau. "O financiamento está normal. A crise lá nos preocupou muito, mas está sendo equacionada. Os projetos estavam correndo dentro do cronograma, inclusive aceleradamente. O que aconteceu foi um problema de insatisfação não específica – não parece haver uma motivação política, com os trabalhadores – que espero seja equacionado em curtíssimo prazo. Uma interrupção só acontecerá se essa crise se prolongar por meses. Não acredito que isso aconteça", disse Coutinho (APESAR, 2011).

15 – Siderúrgicas (Venezuela)

Em 2009, foram dados os passos decisivos para duas obras representativas e inéditas na Venezuela, ambas 100% controladas pela Andrade Gutierrez. A empresa atuará de ponta a ponta na execução de uma siderúrgica completa e de um estaleiro, que serão entregues já em operação. Segundo o relatório são desafios que abrangem tecnologia, planejamento logístico, montagem de estrutura para a execução, uso de softwares modernos e qualificação da mão de obra local, uma vez que a empresa responde até pelo treinamento do pessoal responsável pela operação. Acrescentam:

> **São duas obras fundamentais para a estratégia de crescimento da Venezuela**, **sustentada na força da indústria do petróleo**. Na siderúrgica, a Andrade Gutierrez responde pelo projeto de engenharia até a montagem eletromecânica e a partida da operação. É utilizada alta tecnologia no conceito siderúrgico, para produzir um aço de qualidade especial, em uma planta compacta e totalmente automatizada, de forma a garantir segurança e produtividade. O Estaleiro Nor-Oriental será o maior da América do Sul, com capacidade para construção e reparação de embarcações petroleiras de grande calado. O escopo envolve a elaboração do projeto básico e executivo, a construção civil e o fornecimento e a montagem dos equipamentos. Foram feitos estudos ambientais, sísmicos, meteorológicos e geotécnicos, além de sondagens em água (GUTIERREZ, 2009, minhas ênfases).

Novamente fica claro como a Venezuela tem sido um país muito lucrativo para as empresas brasileiras, mas ao mesmo tempo podendo inibir o desenvolvimento interno de empresas venezuelanas, o velho problema de não se usar o petróleo para o seu desenvolvimento industrial, preferindo importar mercadorias e atrair investimentos de empresas estrangeiras.

Sobre a questão de respeito ambiental, a Andrade Gutierrez foi a empresa que mais se preocupou em apresentar suas iniciativas nos relatórios anuais. Informou no relatório de 2009 que em um setor com grande manancial de novos projetos, a Andrade Gutierrez dedica-se aos estudos de viabilidade de oportunidades, que envolvem processos como realização de medições para análises

ambientais, ciclo hidrológico, engenharia, topografia e geografia. São estudos que visam ao Brasil e ao exterior, neste caso, em parceria com a Eletrobras, em países vizinhos da América Latina e com chances promissoras para esse tipo de execução. Informam:

> **É o caso do Peru, que tem uma riqueza hidráulica enorme**. Foram mapeados mais de 7.500 MW, visando expandir as fronteiras. Vislumbram-se possíveis projetos, em análises feitas em conjunto com a Eletrobras, sustentadas no apoio do BNDES aos projetos estruturantes no exterior, por meio da exportação de serviços, como forma de alavancar a indústria nacional (ANDRADE, 2009, p. 38, minhas ênfases).

O relatório prossegue dizendo que esse cenário está aquecido, sobretudo, com empreendimentos no Norte e Centro-Oeste brasileiros, inclusive no Complexo Madeira Energia:

> Os olhos voltam-se, ainda, a oportunidades no Sul e Sudeste e para a expansão além das fronteiras brasileiras, em parceria com a Eletrobras, na América Latina. **Um dos mapeamentos mais adiantados é no Peru, um país com geografia e potencial hídrico bastante favoráveis**, além do acordo de integração energética. A empresa mantém plenas condições de competitividade no segmento de energia, em que alcançou expertise, amadurecimento e capacidade de viabilidade de negócios. São esperados empreendimentos significativos, sobretudo na geração, que deve responder por mais da metade dos volumes de investimentos, seguida por distribuição e transmissão. A matriz energética brasileira permanecerá com a forte predominância de hidrelétricas e térmicas (ANDRADE, 2009, p. 67, minha ênfases).

Sem dúvida a AG também apresentou uma grande participação com obras nos países amazônicos, inclusive em número maior do que as outras duas construtoras analisadas, fortalecendo nossa tese de como essa integração tem favorecido esse setor. Mas levanta a questão dos impactos sociais e ambientais[67] negativos dessa concentração do capital potencializada pela participação do BNDES, tema que merece ser aprofundado em outro trabalho.

---

[67] Apesar do histórico de certificações da empresa, mas que como analisamos não é um processo imparcial: **Histórico das certificações do sistema de Gestão AG: 1999:** A primeira certificação ISO 9001, para projetos de construção; **2002:** Escopo da ISO 9001 é ampliado para obras industriais; **2003:** A Andrade Gutierrez se tornou a primeira empresa brasileira de construção a obter a certificação em um sistema de gestão integrada, de acordo com as normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001; **2004:** Como participante do Consórcio Mendes-Andrade Gutierrez recebeu dois Prêmios de Implementação de Empreendimentos na Refinaria Duque de Caxias (IERC/Reduc) pelo melhor desempenho no ano em qualidade e em SMS na categoria B (com mais de 250 mil horas-homem de exposição ao risco). No mesmo ano, quando a cidade de São Paulo completava seu 450º aniversário, a empresa recebeu uma homenagem por ter contribuído para o desenvolvimento sustentável do município, devido ao fato de possuir o certificado da norma ISO 14001; **2005:** A Andrade Gutierrez conquistou a certificação em Responsabilidade Social com base na norma AS 8000, tornando-se uma das primeiras construtoras do Brasil a obtê-la; **2006:** A Andrade Gutierrez foi certificada pela *American Society of Mechanical Engineers* (ASME) para a montagem de caldeiras e tubulações de pressão (selo ASME nas modalidades A e PP), sendo a única empresa brasileira de construção a deter essa certificação; **2007:** Recertificação nas normas ISO 9001, ISO 14001 e OH SAS 18001 e extensão do escopo de fornecimento de cada uma das três normas, passando a incorporar obras de recuperação ambiental e requalificação urbanística de corpos hídricos, áreas degradadas urbanas e edificações, incluindo instalações complexas e montagem; **2008:** Prêmio Petrobras de QSMS. Recertificação na SA 8000 e ampliação do escopo do SGI para obras dutoviárias e portuárias. No Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQ P-H), mantido o certificado para saneamento e ampliado para o segmento de edificações (ANDRADE, 2008, p. 68).

3.4- Setor da soja e o regionalismo aberto: casamento perfeito?

Muitos autores, entre eles o professor de economia da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, trabalham com a hipótese da inserção regressiva da economia brasileira no cenário internacional, ou seja, voltaremos a ser exportadores de commodities e isso poderá gerar um efeito de desindustrialização e especialização em matérias primas (GONÇÁLVES, 2000). Nesse mesmo sentido, o economista francês François Chesnais**,** professor na Universidade de Paris XIII, argumenta sobre os países periféricos:

> Tudo converge para que esses países permaneçam prisioneiros de especializações tornadas obsoletas pela evolução dos conhecimentos científicos e das tecnologias acumuladas pelos países avançados, especialmente dentro dos grandes grupos. Como antigos países colonizados, herdeiros de aparelhos estatais criados pela potência tutelar, com elites formadas na escola do parasitismo e da corrupção, eles ficam praticamente sem meios de defesa diante dessas evoluções (CHESNAIS, 1996, p. 221)[68].

O professor Argemiro Procópio (2005, p. 245), da UNB, analisou o problema das exportações sem valor agregado. Nos lembra que raramente atividades extrativistas, monoculturas e a pecuária extensiva criam prosperidade. Sobre o agronegócio esse mesmo autor diz que:

> O agronegócio em 2004 respondeu por quarenta por cento do total das exportações. Abarca cadeias de fertilizantes, de venenos contra fungos, ervas e insetos, de tratores, de colheitadeiras, do comércio agrícola, da pecuária leiteira e de corte, da transformação de produtos agropecuários em alimentos prontos para consumir, etc. Ainda em 2004, aportou à economia brasileira quase quarenta bilhões de dólares, quantia inferior à que a França fatura vendendo vinhos! (PROCÓPIO, 2005, p. 311).

Procópio (2005, p. 347) citando um estudo de Rosita Milesi apontou que cada emprego gerado pelo agronegócio expulsa onze lavradores da terra, seja por seu altíssimo grau de mecanização, seja por sua organização produtiva. Também previu que no caso da soja, ela afetaria a produção familiar fomentando o êxodo rural. Completa:

> O agronegócio, fenômeno nada novo, responde pela grilagem de terras deixando o campesinato com pouquíssimas opções: migra ou se transforma em madeireiro ou garimpeiro. Os impactos das exportações de produtos agrícolas e pecuários como café, cacau, banana, madeira, couro, carne e soja, responsáveis por queimadas e indiscriminado uso de agrotóxicos são mal avaliados. Enquanto a exportação permanecer separada da contribuição de serviços ambientais, durante o tempo que a biodiversidade perder para os agronegócios, os países amazônicos jamais se libertarão da geografia econômica que os caracteriza como exportadores de bens primários à custa da degradação ambiental (PROCÓPIO, 2005, p. 348).

Nesse mesmo sentido o já citado ex-secretário do Itamaraty no governo Lula, Samuel Pinheiro Guimarães diz que os programas estatais de pesquisa agrícola no Brasil foram direcionados

[68] Outro autor que trabalhou esse tema em profundidade foi o economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi na obra **A ilusão do desenvolvimento** (1998).

para a agricultura de exportação e não para a agricultura de subsistência, e que os programas de créditos financiaram a utilização intensa de agrotóxicos e a mecanização em especial da lavoura de soja, e assim levaram à utilização do cerrado e de áreas da Amazônia, sendo que, nesse caso, levaram ao desflorestamento, com grave prejuízo ambiental. Conclui:

> Mais uma vez, a demanda e o mercado internacional conduziram o processo de destruição do meio ambiente e de desarticulação social das populações da Amazônia, agora agravado pelas facilidades de transporte de mercadorias de alto valor e baixo preço por via aérea, como são o ouro, as pedras preciosas e as drogas (GUIMARÃES, 2005, p. 208).

Procópio nos informa também que o transporte de soja, do café e do couro misturados tanto à cocaína quanto a produtos químicos controlados, prova a sagacidade do empreendedorismo do narcotráfico. Completa:

> A título de informação, tanto a moagem quanto a exportação do farelo da soja estão sob controle de reduzido número de firmas multinacionais, como Anderson Clayton, Unilever, Ralston Purina e Continental Grain. O crime organizado não apenas protege-se ao lado das ilegalidades presentes no agronegócio amazônico, vive também delas (PROCÓPIO, 2005, p. 127).

Voltando a questão da ascensão das exportações de soja do Brasil, podemos ver seu comportamento na tabela a seguir:

Tabela 37: Complexo de Soja: exportações brasileiras 2007-2010

Países de Destino	2007		2008		2009		Jan-Dez/10	
	Quant(t)	Valor FOB US$1000	Quant(t)	Valor FOB US$1000	Quant(t)	Valor FOB US$1000	Quant(t)	Valor FOB US$1000
GRÃO								
Alemanha	406.540	117.482	982.654	475.641	1.116.132	453.783	355.219	134.551
China	10.071.882	2.631.861	11.823.573	5.324.052	15.939.968	6.342.965	19.064.458	7.133.441
Espanha	2.356.072	682.715	2.626.566	1.161.601	2.114.646	791.909	1.874.991	740.227
França	262.146	69.538	234.989	117.221	384.243	150.703	105.886	45.026
Itália	1.165.038	331.861	1.131.207	477.469	728.165	278.508	568.700	213.133
Japão	388.366	109.020	497.668	214.995	586.781	245.863	507.332	192.576
Países Baixos	3.359.328	935.105	2.413.242	1.030.892	2.366.889	974.310	1.437.354	550.551
Demais	5.724.402	1.631.799	4.789.589	2.150.324	5.325.882	2.186.242	5.159.215	2.033.496
Soma	23.733.775	6.709.381	24.499.490	10.952.197	28.562.705	11.424.283	29.073.156	11.043.000
FARELO								
Alemanha	1.005.422	249.950	1.223.437	416.247	1.153.760	437.098	1.225.669	442.137
China	-	-	650	250	1.635	640		
Dinamarca	298.649	69.229	77.694	34.056	81.447	35.648	204.760	76.927
Espanha	387.559	91.918	254.039	88.753	575.381	210.355	586.158	190.101
França	2.648.963	613.715	2.745.169	948.649	2.439.303	889.180	2.330.689	789.389
Irã, Rep.	776.869	176.995	252.909	89.676	361.053	130.426	262.993	84.377
Itália	453.545	109.438	372.732	139.171	275.293	106.831	268.424	92.883
Países Baixos	2.516.390	598.460	2.916.802	1.039.536	2.571.265	979.114	3.398.306	1.211.869
Tailândia	632.683	206.395	730.740	267.122	932.554	347.922	1.324.428	468.738
Outros	3.554.103	840.917	3.711.723	1.340.063	3.861.298	1.455.437	4.067.173	1.362.952
Soma	12.474.182	2.957.017	12.287.895	4.363.523	12.252.990	4.592.651	13.668.599	4.719.373
ÓLEO BRUTO, REFINADO E DEZROS								
Bangladesh	138.355	100.816	43.420	33.664	123.526	97.282	37.500	32.851
China	433.754	316.343	703.030	829.876	529.105	406.951	935.965	786.420
Hong Kong	13.000	9.884	13.526	12.810	17.709	13.343	12.500	11.028
Índia	264.207	182.970	171.775	189.672	169.844	132.289	85.372	71.721
Irã, Rep.	420.855	290.876	179.220	183.506	72.100	48.512	85.963	81.870
Países Baixos	288.836	221.044	172.847	206.911	5.732	3.743	232	305
Outros	783.533	595.778	1.032.920	1.214.250	675.634	531.805	406.229	368.234
Soma	2.342.541	1.719.710	2.315.837	2.670.689	1.593.649	1.233.925	1.563.761	1.352.429

Fonte:
http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/11_01_13_11_02_38_0204_export_complexo_soja_e_trigo..pdf

Desses dados três coisas nos chamam muito a atenção: primeiro que a quantidade de soja vendida realmente vem apresentando um crescimento nos últimos anos, porém mais concentrado em grãos, ou seja, em sua forma menos lucrativa; em segundo lugar, podemos observar que o aumento do volume vendido segue uma tendência de crescimento maior do que seus valores monetários demonstrando a vulnerabilidade da dependência dessa commodity; e finalmente como a China apresentou um salto impressionante como principal comprador da soja brasileira.

Dessa forma certamente o regionalismo aberto impulsionado pelas obras da IIRSA, facilitarão o escoamento dessa matéria prima brasileira para os países da Bacia do Pacífico, com destaque para a China, porém estão colocados os desafios de agregar valor a esses produtos que não parecem estimular a criação de empregos em uma medida adequada para a economia brasileira.

Além disso, a dependência desse tipo de exportação pode ampliar a especialização e seus possíveis impactos negativos, em termos de desenvolvimento industrial, concentração de renda e propriedade e desflorestamento.

Conclusões: resultados e problemas da política brasileira na Amazônia

Essa pesquisa demonstrou que houve uma real priorização da aproximação do Brasil com os países amazônicos nos períodos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) pautados nas premissas dos benefícios do modelo chamado Regionalismo Aberto desenvolvido pela CEPAL nos anos 1990.

Do ponto de vista comercial e do investimento essa proposta tem trazido bons resultados para o Brasil que possui vantagens comerciais com quase todos países amazônicos (exceção feita à Bolívia) e abriu a possibilidade de investimentos lucrativos para empresas brasileiras nesses vizinhos, com destaque para as construtoras Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. Também foi benéfico em virtude de criar uma saída para o país através do Peru para a Bacia do Pacífico, facilitando o escoamento de produtos brasileiros para nosso maior parceiro comercial atualmente que é a China.

Porém alguns problemas nesse modelo de integração ficaram claros também: começando pela fragilidade teórica do RA que acaba omitindo uma série de reflexões necessárias para que possa servir de um modelo de inserção internacional que gere melhoras sociais internas em cada país. Ainda que não possa ser considerado como política neoliberal, o RA corre o risco de servir para o aprofundamento do cenário mundial assimétrico existente.

Especificamente sobre as relações do Brasil com os países amazônicos, a heterogeneidade regional se mostrou como um real desafio, pois os países analisados possuem indicadores econômicos e sociais muito distintos em termos absolutos em um claro contraste com o Brasil. Nesse sentido, políticas compensatórias seriam extremamente necessárias para criar incentivos nos vizinhos menores para que os mesmos apóiem esse processo de integração.

O Brasil pareceu não estar disposto a pagar pelos custos dessa integração, especialmente no período de FHC; porém ele mesmo aparentemente conseguiu criar um mecanismo para exercer essa liderança sem ter que assumir muitas obrigações: a proposta da IIRSA em 2000. Essa proposta foi muito útil para a política externa brasileira, pois abriu a perspectiva de ganhos mútuos entre os países amazônicos. Também fortaleceu nossa tese que houve uma convergência de interesses entre diplomacia e empresários brasileiros.

Do ponto de vista das obras, houve um processo de aprendizado na gestão da IIRSA nesses últimos dez anos, com um maior avanço nos investimentos nessas obras, porém somente dois de trinta e um projetos prioritários inseridos nos quinhentos e doze projetos iniciais foram concluídos.

Nas relações bilaterais do Brasil com os cinco países selecionados por nós (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela), apesar de particularidades, um elemento foi recorrente: **os**

desequilíbrios comerciais e o questionamento sobre o tipo de liderança que o Brasil vem exercendo, se auto-intitulando líder, porém sem realmente satisfazer as expectativas dos vizinhos amazônicos.

A Bolívia se mostrou uma exceção em relação aos desequilíbrios comerciais favoráveis ao Brasil, pois o país compra muito gás do vizinho andino. A instabilidade e pobreza boliviana desencadearam uma crise entre os dois países em torno do tema da nacionalização dos recursos naturais. A postura diplomática brasileira foi de usar esse fato até como uma política compensatória para esse vizinho que tem os menores indicadores sociais dos países estudados. Ao mesmo tempo se gerou muito debate sobre a Segurança Energética brasileira, podendo funcionar isso como um elemento de retrocesso dessa integração energética pelo país buscar alternativas energéticas domésticas.

Com a Colômbia o Brasil apresentou uma expressiva aproximação comercial e mais que isso, um compartilhamento de problemas, ligados aos conflitos internos colombianos, tráfico de drogas e impactos ambientais. Nesse sentido pareceu haver uma aproximação produtiva entre os dois países, ainda que haja uma desconfiança mútua entre os dois até os dias atuais em virtude da diferença de perspectivas de como resolver cada um desses problemas comuns.

Com o Equador a temática central além dos óbvios desequilíbrios comerciais entre os dois, foi a atuação de empresas brasileiras em seu território. Especialmente a expulsão da Odebrecht em 2008 do Equador acabou virando uma crise diplomática com o Brasil. Esse país não possui fronteiras físicas com o Brasil, mas tem legitimidade para reclamar de obras mal feitas por multinacionais brasileiras, porém houve um aproveitamento político dessa situação por parte de seu presidente, afastando novas possibilidades de investimentos por parte do Brasil lá. Por outro lado, o mecanismo de crédito oferecido pelo BNDES se mostrou muito próximo do modelo de imperialismo inglês do século XIX, ou seja, empréstimos condicionados a contratação de serviços na metrópole (assunto também denunciado pelos dependentistas).

Com o Peru, a relação se mostrou absolutamente estratégica, pois por esse vizinho andino existe hoje a ligação entre a Bacia Amazônica brasileira com a Bacia do Pacífico. Novamente os desequilíbrios comerciais pautaram essas relações, agravados pelas possibilidades de impactos sociais e ambientais das obras do IIRSA que já são alvos de muitas críticas no Peru. Seriam muito importantes que se aprimorassem os Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e que se levasse em conta o conceito de licença social para os avanços das obras de infraestrutura entre os países amazônicos.

Dos pontos de vista diplomático e político as relações do Brasil com o Peru foram dúbias: no caso das negociações de paz entre Peru e Equador em 1998, o Brasil exerceu um importante papel,

porém no apoio a terceira reeleição de Fujimori, claramente gerou um sentimento negativo por grande parte dos peruanos.

Já com a Venezuela, as relações econômicas não poderiam estar melhores para o Brasil: com uma pauta exportadora diversificada e um expressivo superávit comercial tornou a Venezuela seu maior parceiro amazônico.

Os problemas surgem nos campos ideológicos e políticos. Com um estilo de governar polêmico, Chávez gera muitas desconfianças no Brasil dificultando a sua entrada no Mercosul. Mas por razões comerciais, o congresso brasileiro acabou cedendo, ainda restando sua aceitação por parte do Paraguai.

Também foi analisado um possível conflito nos estilos de inserção internacional entre os dois países: a Venezuela por um lado buscando uma alternativa antimercado e o Brasil reforçando o RA. A dependência excessiva do primeiro país em relação ao petróleo, indicadores sociais fracos e vários problemas de atitudes autoritárias por parte de Chávez enfraquecem a sua posição nos cenários internacionais e regionais. Por outro lado, com uma estratégia pró-mercado por parte do Brasil, muitos países buscam uma aproximação com esse país emergente.

Finalmente vale demonstrar a importância da economia política para demonstrar as possíveis relações espúrias entre as construtoras e o governo brasileiro, tanto em suas ações no âmbito interno quanto no âmbito externo, facilitadas pela grande participação delas no financiamento de campanhas eleitorais obtendo como contra partida a vitória em várias licitações milionárias.

Sem dúvida o tema proposto nessa tese foi bastante complexo, mas condizente com as potencialidades e desafios que a Sociologia do Desenvolvimento exige e é extremamente importante não omitirmos os debates espinhosos que o termo desenvolvimento pode apresentar em prol de um pragmatismo e utilitarismo estéreis ou danosos a sociedade e ao meio ambiente.

Bibliografia

ABDENUR, Roberto. "Entrevista". In: _____ **Revista Veja**, Edição 1994, 2007.

AB' SABER, Aziz. "Problemas da Amazônia Brasileira". In: _____ **Estudos Avançados Revista do Instituto de Estudos Avançados** - Universidade de São Paulo da USP, n.53, 2005.

AIC. **Agenda de Implementação Consensuada 2005 -2010**. Disponível em: http://www.iirsa.org. Acesso em abril de 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto. "*Lula's Foreign Policy: Regional and Global Strategies*". In: _____ LOVE, Joseph L.; BAER, Werner. (editors) ***Brazil under Lula: Economy, Politics and Society under the Worker-President***. United States of America: Palgrave Macmillan, 2009, p, 167-183.

ALADI, *ASOSIACIÓN LATINOMERICANA DE INTEGRACIÓN*. Montevideo, 12 agosto 1980. Disponível em: <www.aladi.org>. Acesso em: 03 jan. 2006.

ALVES, Rodrigo Maschion. **A temática financeira na agenda da política externa do governo Lula: o BNDES e o modelo de participação e exposição financeira do Brasil na América do Sul**. Dissertação de mestrado apresentado ao PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS, UNESP/PUC-SP/ UNICAMP, 2008.

AMAYO Z., Enrique. "*Existe una política internacional para la Amazonía? Los caso del Perú y Brasil*". In: _____ ***Perú Hoy: del hortelano su perro. Sin espacio ni tiempo histórico***. Lima: desco, 2009.
_____ "*Amazonia, MERCOSUR and the South American regional integration*". In: _____ ***The Bush doctrine and Latin America***. Edited by PREVOST, Gary and CAMPOS, Carlos Oliva. *New York* : Palgrave Macmillan, 2007, p. 105-128.
_____ **A Amazônia e o Pacífico Latino-Americano: histórias, sociedades, economias, relações.** Projeto Geral do Núcleo de Pesquisa sobre a Amazônia e o Pacífico (NPPA), 2005.
_____ . "Depois de Montesinos, Fujimori: uma visão desde o Brasil". In: _____ **Cenários**, Araraquara. N. 3/4, 2001/2002.
_____ "Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes – Interesses envolvidos na construção de uma estrada, especialmente dos EUA e Japão". In: _____ **Estudos Avançados**. Revista do Instituto de Estudos Avançados - Universidade de São Paulo, n. 17, janeiro-abril 1993.

AMORIM, Celso. **Audiência Pública da Comissão de relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.** Brasília, 9 de maio de 2006.

ANDERSEN, Lykke E.; GRANGER, Clive W. J.; REIS, Eustáquio J.; WEINHOLD, Diana; WUNDER, Sven. ***The Dynamics of Deforestation and Economic Growth in the Brazilian Amazon***. *United Kingdom*: Cambridge University Press, 2002.

ANDERSON, Perry. "Balanço do neoliberalismo", In: _____ SADER, Emir (org.) **Pós-neoliberalismo.** Paz e Terra, 1995.

ANDRADE Gutierrez. **Relatórios anuais**. Anos (2001-2009). Disponível em: http://www.andradegutierrez.com.br/. Acesso em dezembro de 2010.

ANTIQUERA, Daniel de Campos. **A Amazônia e a política externa brasileira: análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002).** Dissertação de mestrado apresentada ao PROGRAMA SAN TIAGO DANTAS, UNESP/PUC-SP, UNICAMP, 2006.

APESAR de crise em Jirau, BNDES promete manter financiamento a usinas do Rio Madeira. Disponível em: http://www.redebrasilatual.com.br/temas/economia/2011/03/apesar-de-crise-em-jirau-bndes-promete-manter-financiamento-a-usinas-do-rio-madeira. Acesso em maio de 2011.

ARACH, Omar. "Articulações ambientalistas em oposição às grandes obras de infra-estrutura". In: _____ VERDUN, Ricardo et alii (orgs.). **Financiamento e megaprojetos: uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: Inesc, 2008.

ARCEO, Enrique. *"El ALCA: Acuerdos, confrontaciones y proyectos de sociedad".* IN:_____ ***Realidad económica.*** *Instituto Argentino para el Desarrollo Económico* (IADE), Buenos Aires, 2003.
ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Vozes, 1997.

BATISTA JUNIOR, P. N. **O Brasil e a economia internacional: recuperação e defesa da autonomia nacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BECKER, Bertha. "Reflexões sobre a geopolítica e a logística da soja na Amazônia". In: _____ BECKER, Bertha et alii. (orgs.). **Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia**. São Paulo: Edusp, 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, 2 volumes.

BONILLA, Adrián & MOREANO, Hernán. "*La Percepción Internacional de Brasil: el punto de vista de Ecuador*". In: _____ HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco and SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 339-367.

BORGES, Fábio. "Dilemas da aplicação do marxismo nas Relações Internacionais da América Latina nos anos 1960: reflexões sobre as teorias da dependência e problemas atuais". In: _____ **I Simpósio da Pós-graduação em Relações Internacionais**, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos/borges.pdf.
_____ **Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)**, Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - "San Tiago Dantas" - UNESP-UNICAMP-PUC-SP, 2006.

BORON, Atílio. **Império & imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri**. Buenos Aires: Clacso, 2002.

BRASIL. **Balança Comercial**. Vários anos. Disponível em: http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/consulta_nova/rBalanca.asp. Acesso em janeiro de 2011.

BUMER-THOMAS, Victor. (editor). ***Regional Integration in Latin America and the Caribbean: the Political Economy of Open Regionalism***. *United Kingdom*: Biddles Ltd, 2001.

BURGES, Sean W. ***Brazilian Foreign Policy after the Cold War***. *United States of America*: University Press of Florida, 2009.
_____ "*Building a Global Southern Coalition: the competing approaches of Brazil´s Lula and Venezuela's Chávez*". In: _____ ***Third World Quarterly***, Volume 28, Number 7, October 2007, p. 1343-1358.
_____ "Bounded by the Reality of Trade: practical Limits to a South American Region". In: _____ **Cambridge Review of International Affairs**, Volume 18, n. 3, out. 2005.

CAMARGO Corrêa. **Relatórios anuais**. Anos (2005-2009). Disponível em: http://www.camargocorrea.com.br/. Acesso em dezembro de 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique (FHC). **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
_____ "A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República". In: _____ **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 44 (1), p. 5-12, 2001.
_____ "Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência", p. 364-393, In: _____ José Serra (org.), **América Latina: Ensaios de interpretação econômica,** Ed. Paz e Terra, 1979.

CARRANZA, Mario Esteban. ***South American Free Trade Area or Free Trade Area of the Americas? Open regionalism and the future of regional economic integration in South America***. *Great Britain*: Ashgate Publishing Ltd, 2000.

CASON, Jeffrey W. & POWER, Timothy J. "*Presidentialization, Pluralization, and the Rollback of Itamaraty: Explaining Change in Brazilian Foreign Policy Making in the Cardoso-Lula Era*". In: _____ ***International Political Science Review***, v.30, No. 2, 2009, p. 117-140.

CAYCEDO, Jaime. "Impacto regional do conflito colombiano na América Latina". In: _____ **Hegemonias e Emancipações no século XXI**, Buenos Aires: CLACSO, julho de 2005.

CEPAL, "*El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de transformación productiva con equidad*". ***Libros de la CEPAL***, n. 39, 1994.

CERVO, Amado Luiz. "Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso". In: _____ **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 45 (1), p. 5-35, 2002.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHARLEAUX, João Paulo. "Odebrecht demite 3,7 mil no Equador". **O Estado de São Paulo**, 11/12/2008.

CHÁVEZ FRÍAS, Hugo. F. ***President Chavez's Speech to the 6th World Social Forum – Americas*** (2006). Disponível em: http://venezuelanalysis.com/analysis/1728. Acesso em abril de 2011.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COCA destrói Amazônia, dizem EUA. **FSP**, 31 jan. 2002.

COCALEIROS envenenam meio ambiente. **ESP**, 24 jun. 2000.

COUTO, Alessandro Biazzi. "A atuação das grandes empreiteiras brasileiras na integração de infra-estrutura na América do Sul". In: _____ VERDUN, Ricardo et alii (orgs.). **Financiamento e magaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sul-americana**. Brasília: Inesc, 2008.

CRÉDITOS do BNDES cresceram 391% em 5 anos e já são o triplo do Banco Mundial. In: ____ Jornal **O Estado de São Paulo**, 10 de março de 2011.

DECRETO de Nacionalización de los Hidrocarburos. Decreto Supremo 28071, Texto integral. 01/05/2006. In: _____ **Revista *Sin permiso***. Disponível em http://www.sinpermiso.info/#, acesso em fev. 2009.

DEUTSCH, Karl. **A análise das relações internacionais**. Brasília: UNB, 1978.

DEVLIN, Robert; ESTEVADEORDAL, Antoni. "*What's New in the New Regionalism in the Americas?*". In: _____ BUMER-THOMAS, Victor. (editor). ***Regional Integration in Latin America and the Caribbean: the Political Economy of Open Regionalism***. *United Kingdom*: Biddles Ltd, 2001, p. 17-44.

DIJCK, Pitou van. "*Troublesome Construction: The Rationale and Risks of IIRSA*". In: _____ ***European Review of Latin American and Caribbean Studies 85***, October 2008, p. 101-120.

DIJCK, Pitou van and HAAK, Simon den. "Troublesome Construction: IIRSA and Public-Private Partnerships in Road Infrastructure". In: _____ **Cuadernos del CEDLA 20**. Amsterdam: Center for Latin American Research and Documentation (CEDLA), October 2006.

DOUROJEANNI, Marc; BARANDIARÁN, Alberto; DOUROJEANNI, Diego. ***Amazonía Peruana en 2011. Explotación de recursos naturales e infraestructura: ¿Qué está pasando? ¿Qué es lo que significa para el futuro?***. Peru: *ProNaturaleza – Fundación Peruana para la Conservación de la Naturaleza*, 2009.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**. Ed. UNESP, 2005.

EXÉRCITO ocupa campos de petróleo e gás na Bolívia. ***Folha Online da France Presse***, em La Paz. 01/05/2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95485.shtml , Acesso em Fev. de 2009.

FAJNZYLBER, Fernando. "Industrialização na América Latina: da 'caixa-preta' ao 'conjunto vazio'". In: _____ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 853-886.
_____ "*La CEPAL y el neoliberalismo: entrevista a Fernando Fajnzylber*". In: _____ ***Revista de la CEPAL***, n. 52, 1994.

FARC acusam guerrilheiros de traição. **O Estado de São Paulo** (OESP), 12 jul. 2008.

FURTADO, Celso. "Desenvolvimento e Subdesenvolvimento". In: _____ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 241-262.
GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GONÇÁLVES, R. "Competitividade internacional e integração regional: A hipótese da inserção regressiva". In: _____ **Revista de Economia Contemporânea,** UFRJ, vol. 5, 2000.

GONÇÁLVES; BAUMANN et all. **A nova economia Internacional: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

HAAG, Carlos. "Gás encanado: crise entre Brasil e Bolívia tem mais razões geopolíticas do que econômicas". In: _____ **Revista Pesquisa FAPESP**, n. 124, junho de 2006.

HAAS, Peter M.; HIRD, John A. and MCBRATNEY, Beth. (editors). ***Controversies in globalization: contending approaches to international relations***. USA: CQPress, 2010.

HAGE, José Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e a guerra do gás**. Curitiba: Juruá, 2008.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. **Império**. São Paulo: Editora Record, 2001.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875-1914)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

HURRELL, Andrew. "*The Foreign Policy of Modern Brazil*". In: _____ HOOK, Steven W. (editor) ***Comparative Foreign Policy: adaptation Strategies of the Great and Emerging Powers***. *United States of America*: Pearson Education, 2002, p. 146-169.
_____ "*The Politics of Regional Integration in MERCOSUL*". In: _____ BUMER-THOMAS, Victor. (editor). ***Regional Integration in Latin America and the Caribbean: the Political Economy of Open Regionalism***. *United Kingdom*: Biddles Ltd, 2001, p. 194-211.
_____ "O ressurgimento do regionalismo na política mundial". **Contexto internacional**. V. 17, n. 1, 1995, p. 23-59.

IGLESIAS, Roberto M. *Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración de la infraestructura en América del Sur*. In: _____ ***Integración y Comercio***, n. 28, *enero-junio de* 2008.

JÁCOME, Francine. "*Relaciones entre Venezuela y Brasil: cooperación energética y fortalecimiento de la integración*". In: _____ HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco and SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, 175-215.

KAHHAT, Farid. "*Brasil: La Visión de Sus Vecinos y Más Allá: el caso de la relación entre Brasil y el Perú*". In: _____ HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 249-270.

KEOHANE, Robert & NYE, Joseph. ***Power and Interdependence***. New York, longman, 2001.

KRUGMAN, Paul R. & OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LAFER, Celso. Entrevista para a revista **PRIMEIRA LEITURA** — 33, novembro 2004.

LAMPREIA, Luiz Felipe. "A política externa do governo FHC: continuidade e renovação". In: _____ **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 42 (2), p. 5-17, 1998.

LEIVA, Fernando Ignacio. ***Latin American Neostructuralism: the Contradictions of Post-Neoliberal Development***. *United States of America*: University of Minnesota Press, 2008.

LESSA, Carlos. "Conferência sobre o pensamento de Aníbal Pinto". In: _____ **Revista de Economia Contemporânea,** Nº 3 JAN. – JUN. DE 1998.

LUCRO da Petrobrás sobe 33%, para R$ 6,675 bilhões. Jornal **O Estado de São Paulo**, 12 de maio de 2006.

LULA autoriza retorno de embaixador a Quito. In: _____ **O Estado de São Paulo**, 12 de janeiro de 2009.
_____ encontra Betancourt e apela às FARC por fim de luta armada. In: _____ ***Reuters***, 05/12/2008.

MAISONNAVE, Fabiano. "Bolívia sequestra bens da Queiroz Galvão no país". **Folha de São Paulo,** 21/09/2007.

MALAMUD, Andrés. ***Regional integration in Latin America: comparative theories and institutions***. Universidade de Salamanca, 2002. Disponível em: http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n44/n44a07.pdf. Acesso em dezembro de 2009.

MARX, Karl **O Capital: crítica da Economia Política,** livro 1- Volume II. São Paulo: Difusão Editorial S. A., 1985.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). São Paulo: Martin Claret, 1997.

MILLS, Wright. "Do artesanato intelectual" In: _____ **A imaginação sociológica**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

MOLINA, Patricia. "*El Proyecto de Aprovechamiento hidroeléctrico y de navegabilidad del río Madera en el marco del IIRSA y del contexto de la globalización*". Disponível em: http://www.geocapacitacion.com.ar/biblio/riomadeira.pdf. Acesso em janeiro de 2010.

MONTERO, Alfred P. ***Brazilian Politics: Reforming a Democratic State in a Changing World***. *United States of America*: Polity Press, 2005.

MORAVCSIK, Andrew. *Preferences and Power in the European Community: a Liberal Intergovernmentalist Approach*. In: _____ ***Journal of Common Market Studies***, 31. p. 473-524, 1993.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ODEBRECHT. **Relatórios anuais**. Anos (2006-2010). Disponível em: http://www.odebrecht.com/publicacoes/relatorios-anuais. Acesso em dezembro de 2010.

ODEBRECHT demite 3,7 mil no Equador. In: _____ **O Estado de São Paulo**. 11 de dezembro de 2008.

OCAMPO, José Antonio. "*Raúl Prebisch and the development agenda at the dawn of the twenty-first century*". In: _____ ***CEPAL Review***, n. 75, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. "Crítica da Razão dualista" In: _____ **Novos Estudos CEBRAP**, n. 2, 1972.

OMISTE, Edgar Camacho. "*Política Exterior Boliviana: la percepción internacional de Brasil*". In: _____ HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco and SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 293-316.

OTTONE, Ernesto. *Fernando Fajnzylber: a vision of Renewal For Latin American Development*. In: _____ ***ECLAC Notes***, n. 49, 2006.

PERIGO mora ao lado. Revista **Isto é**, n.1610, 09 ago. 2000.

PICASSO, Gustavo Guerra García. "*Interoceánica: una inversión a ciegas*". In: _____ ***Peru21***, sábado 18 de junho de 2005. Disponível em: http://peruenrumba.blogspot.com/2005/06/interocenica-una-inversin-ciegas.html. Acesso em fevereiro de 2010.

PINTO, Aníbal. "Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina". In: _____ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**, Rio de Janeiro: Record, 2000A, p. 567-588.
_____ "Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina". In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**, Rio de Janeiro: Record, 2000B, p. 609-650.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008: Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido**, 2007. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_PT_complete.pdf. Acesso em maio de 2008.

PRAÇA, Sérgio. "O preço de não gostar de Chávez". In: _____ Revista **Época**, 18 de maio de 2009.

PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: _____ BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**, Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 71-136.

PRECIADO, Jaime. "América Latina no Sistema-Mundo: questionamentos e alianças centro-periferia". In: _____ **Caderno CRH**, v.21, n. , p. 253-268, 2008.

PRESIDENTE do Equador ameaça expulsar Odebrecht. In: _____ **O Estado De São Paulo**, 16/09/2008.

PROCÓPIO, Argemiro. **Destino Amazônico: devastação nos oito países da Hiléia**. São Paulo: Hucitec, 2005.
_____ **O Brasil no mundo das drogas**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

PUENTE, Susana Villarán de la. "*Interoceánica sí, sin pagar millones de más"*. In: _____ ***La República***, 14/07/2005. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=148562. Acesso em fevereiro de 2010.

QUITO busca apoio para dar calote no BNDES. In: _____ **O Estado de São Paulo**. 11 de dezembro de 2008.

RAMÍREZ, Constanza. "*Conflicto agrario y medio ambiente*" In: _____ ***Revista Foro***, Colombia: n. 35, 1998.

RAMÍREZ, Socorro. "*Colombia y Brasil: una lenta y paradójica aproximación*". In: _____ HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco and SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 135-174.

RAMOS, Leonardo. "Contra-hegemonia e política externa? A política externa brasileira no governo Lula". In: _____ **LASA – *Latin American Studies Association XXVIII International Congress***, 2009. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/RamosLeonardo.pdf. Acesso em fevereiro de 2010.

RANKING de doação a partidos é liderado por construtoras. In: ____ Jornal **Folha de São Paulo**, 4 de maio de 2010. Disponível em: http://tools.folha.com.br/print?url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffolha%2Fbrasil%2Fult96u729859.shtml&site=emcimadahora. Acesso em abril de 2011.

REFÉM libertado acusa Farc de executarem 11 colegas de cativeiro. **O Estado de São Paulo** (OESP), 6 de fev. de 2009.

REVOLTA dos operários da Usina de Jirau. Disponível em: http://cptrondonia.blogspot.com/2011/03/revolta-dos-operarios-da-usina-de-jirau.html. Acesso em maio de 2011.

RODRIGUES, Mauro Marcondes. "A base da integração". In: _____ **O Globo**. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2011/03/28/a-base-da-integracao-924106740.asp. Acesso em abril de 2011.

ROSALES, Osvaldo; DURÁN, José E.; SÁEZ, Sebastián. "*Trends in Latin American integration: an overview*". In: _____ MCKINNEY, Joseph A. and GARDNER, H. Stephen (editors). ***Economic Integration in the Americas***. Great Britain: Routledge, 2008, p. 133-161.

ROSENTHAL, Gert. "*El regionalismo abierto en la Cepal". **Revista de la Cepal***. N. 26, p. 47-65, 1995.

SANTISO, Javier. **"**A bênção das matérias-primas". In: _____ ***Online*** **Valor** Disponível em: http://www.valoronline.com.br/impresso/opiniao/98/402925/a-bencao-das-materias-primas?utm_source=newsletter&utm_medium=manha_25032011&utm_campaign=informativo. Acesso em abril de 2011.

SCOLESE, Eduardo & NOSSA, Leonencio. **Viagens com o presidente: dois repórteres no encalço de Lula do Planalto ao exterior**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCURRAH, Martin (editor). ***Defendiendo Derechos y Promoviendo Cambios: El Estado, las Empresas Extractivas y las Comunidades Locales en el Perú***. Lima: IEP; Oxfam América, 2008.

SERRANO, Rosália Arteaga. "A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): um desafio permanente". In: _____ **DEP: Diplomacia, Estratégia e Política**, n.4, Brasília, 2006.

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SILVA, L. I. L. da. Discurso do presidente da República. In: _____ ASSEMBLÉIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 59, 2004, Nova York. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso_detalhe3.asp?ID_DISCURSO=2465>. Acesso em 05 fev. 2005.

SILVA, Marina. In: _____ EDUCAÇÃO AMBIENTAL. In: _____ **Agência Carta Maior.** Disponível em http://agenciacartamaior.uol.com.br. Acesso em 03/11/2004.

TAVARES & SERRA, "Além da Estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil". In:_____ José Serra (org.), **América Latina: Ensaios de interpretação econômica,** Ed. Paz e Terra, 1979 p. 210-251

VAZ, Alcides Costa. "*Brasil y sus vecinos: ¿del descubrimiento a la interdependencia?*" In: _____ HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco; SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). ***La Percepción de Brasil en el Contexto Internacional: Perspectivas y Desafíos***. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007.

VIGEVANI & CEPALUNI. "A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação". In: _____ **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, 2007.

VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA. "Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração". In: _____ **Tempo Social**, 2003.

VITTE, Claudete de Castro Silva. "Planejamento Territorial e os Impactos Sócio-Econômicos da IIRSA no Território Brasileiro: atores, conflitos e interesses". Disponível em: http://egal2009.easyplanners.info/area01/1022_Claudete_Vitte.pdf. Acesso em dezembro de 2009.

WANDERLEY, Isabella Freire et alii. "Implicações da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana e projetos correlacionados na política de conservação no Brasil". **Política Ambiental**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, n. 03, maio de 2007.

WEBBER, Jeffery R. "From *Naked Barbarism to Barbarism with Benefits: Neoliberal Capitalism, Natural Gas Policy, and the Evo Morales Government in Bolivia*." In: _____ MACDONALD, Laura and

RUCKERT, Arne (Editors). ***Post-Neoliberalism in the Americas***. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009.

WEEKS, Gregory B. "*Fernando Ignacio Leiva's Latin American Neostructuralism*". *December 23*, 2008. Disponível em: http://weeksnotice.blogspot.com/2008/12/fernando-ignacio-leivas-latin-american.html. Acesso em dezembro de 2009.

WILCHES, Gustavo. "*El medio ambiente y la guerra en Colombia*". In: _____ **Revista Foro**, Colombia: n. 35, 1998.

WILPERT, Gregory. ***Changing Venezuela by Taking Power: the history and policies of the Chávez government***. USA: Verso, 2007.

ZEGARRA, Eduardo. **"***Dudosos beneficios de la Interoceánica"***.** In: _____ ***Peru.21***, 30/6/2005. Disponível em: http://www.participaperu.org.pe/apc-aa/archivos-aa/3c6bb51ada688b58c57cb18308d59d73/dudosos_beneficios.html. Acesso em fevereiro de 2010.

ZIMMERMANN, Patrícia. "Lula, ministros e Petrobrás estudam reação após decisão da Bolívia". In: _____ **Folha Online**, em Brasília, 02 de maio de 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u107310.shtml . Acesso em fev. de 2009.

Anexos

Anexo 1:

Dados sociais dos países amazônicos

Tabela 1: Saneamento e outros dados sociais nos países amazônicos

Posição no IDH em 2005	População com acesso a saneamento melhorado (%)		População com acesso a uma fonte de água melhorada (%)		Pessoas subnutridas (% do total da população)		Crianças com peso a menos para a idade (% de menores de 5 anos)	Crianças com altura a menos para a idade (% de menores de 5 anos)	Crianças nascidas com pouco peso (%)
	1990	2004	1990	2004	1990/92	2002/04	1996 - 2005	1996 – 2005	1998 - 2005
70 – Brasil	71	75	83	90	12	07	06	--	08
74 – Venezuela	--	68	--	83	11	18	05	17	09
75 – Colômbia	82	86	92	93	17	13	07	16	09
85 – Suriname	--	94	--	92	13	8	13	15	13
87 – Peru	52	63	74	83	42	12	08	31	11
89 – Equador	63	89	73	94	08	06	12	29	16
97 – Guiana	--	70	--	83	21	8	14	14	13
117 – Bolívia	33	46	72	85	28	23	08	33	07

Fonte: Elaboração própria baseada em PNUD, 2007, p. 254-255.

Tabela 2: Alfabetização e escolarização nos países amazônicos

Posição no IDH em 2005	Taxa de alfabetização entre adultos (% 15 anos e mais)		Taxa de alfabetização entre jovens (% entre 15 e 24 anos)		Taxa líquida de escolarização primária (%)		Taxa líquida de escolarização secundária (%)		Crianças que atingem o 5º ano (% de estudantes do 1º ano)		Estudantes de ensino superior em ciências, engenharia indústria e construção (% de estudantes do ensino superior)
	1985 – 1994	1995 – 2005	1985 – 1994	1995 - 2005	1991	2005	1991	2005	1991	2004	1999 - 2005
70 – Brasil	--	88,6	--	96,8	85	95	17	78	73	--	16
74 – Venezuela	89,8	93,0	95,4	97,2	87	91	18	63	86	91	--
75 – Colômbia	81,4	92,8	90,5	98,0	69	87	34	55	76	81	33
85 – Suriname	--	89,6	--	94,9	81	94	--	75	--	--	19
87 – Peru	87,5	87,9	95,4	97,1	--	96	--	70	--	90	--
89 – Equador	88,3	91,0	96,2	96,4	98	98	--	52	--	76	--
85 – Guiana	--	--	--	--	89	--	69	--	--	64	14
117 – Bolívia	80,0	86,7	93,9	97,3	--	95	--	73	--	95	--

Fonte: Elaboração própria baseada em PNUD, 2007, p. 272 e 273.

Tabela 3: Utilizadores de Internet nos países amazônicos
(por 1000 pessoas)

Posição no IDH em 2005	1990	2005
070 – Brasil	0	195
074 – Venezuela	0	125
075 – Colômbia	0	104
085 – Suriname	0	71
087 – Peru	0	164
089 – Equador	0	047
095 – Guiana	0	213
117 – Bolívia	0	052

Fonte: Elaboração própria baseada em: PNUD, 2007, p. 276 e 277.

Anexo 2:

Pensadores da Política Externa nos principais países Amazônicos entre 1994 e 2010

1- Bolívia

Presidente	Período	Ministros de RE	Período
Gonzalo Sánchez de Lozada	06 de Agosto 1993 – 06 de Agosto 1997	Dr. José Antonio Araníbar Quiroga	06 de agosto 1993 - 06 de agosto 1997
Hugo Banzer Suárez	06 de Agosto 1997 – 07 de Agosto 2001	Dr. Javier Silvestre Murillo de La Rocha	06 de agosto 1997 – 06 de agosto 2001
Jorge Quiroga Ramírez	07 de Agosto 2001 – 06 de Agosto 2002	Dr. Gustavo Fernánzde Saavedra	06 de agosto 2001 – 06 de agosto 2002
Gonzalo Sánchez de Lozada	06 de Agosto 2002 – 17 de Outubro 2003	Lic. Carlos Armando Saavedra Bruno	05 de agosto 2002 – 19 de outubro 2003
Carlos Diego Mesa Gisbert	17 de Outubro 2003 – 09 de Junho 2005	Lic. Juan Ignacio Siles del Valle	12 de março 2003 - 13 de abril 2004
Eduardo Rodríguez Veltzé	09 de Junho 2005 – 22 de Janeiro 2006	Lic. Armando Loaiza	2005 – 2006
Juan Evo Morales Ayma	22 de Janeiro 2006 - ~	David Choquehuanca Céspedes	2006 - ~

Formulação própria baseada em: http://www.rree.gov.bo/

2- Brasil

Presidente	Período	Ministros de RE	Período
Itamar Franco	29 de dezembro 1992 – 01 de janeiro 1995	Fernando Henrique Cardoso Celso Luiz Nunes Amorim	05 de outubro 1992 – 20 de maio 1993 20 de julho 1993 – 01 de janeiro 1995
Fernando Henrique Cardoso	01 de janeiro 1995 – 01 de janeiro 2003	Luiz Felipe Palmeira Lampreia Celso Lafer	01 de janeiro 1995 – 12 de janeiro 2001 29 de janeiro 2001 – 01 de janeiro 2003
Luís Inácio Lula da Silva	01 de janeiro 2003 – 01 de janeiro 2010	Celso Luiz Nunes Amorim	01 de janeiro 2003 – 2010

Formulação própria baseada em: http://www.mre.gov.br/

3- Colômbia

Presidente	Período	Ministros de RE	Período
César Gaviria Trujillo	07 de agosto 1990 – 07 de agosto 1994	Noemí Sanín Posada	1991 – 1994
Ernesto Samper Pizano	07 de agosto 1994 – 07 de agosto 1998	Rodrigo Pardo García-Peña	1994 – 1996
		María Emma Mejía Vélez	1996 – 1998
		Camilo Reyes Rodríguez	1998 – 2002
Andrés Pastrana Arango	07 de agosto 1998 – 07 de agosto 2002	Guillermo Fernández de Soto	1998 – 2002
Álvaro Uribe Vélez	07 de agosto 2002 – ~	Carolina Barco Isakson	2002 – 2006
		María Consuelo Araújo Castro	2006 – 2007
		Fernando Araújo Perdomo	2007 – 2008
		Jaime Bermúdez Merizalde	2008 - ~

Formulação própria baseada em: http://www.cancilleria.gov.co/wps/portal/espanol

4- Equador

Presidente	Período	Ministros de RE	Período
Sixto Alfonso Durán-Ballén	10 de Agosto 1992 – 10 de Agosto 1996	Diego Paredes Penã Galo Leoro Franco	10 de agosto 1992 – 03 de outubro 1994 05 de outubro 1994 – 10 de fevereiro 1997
Abdalá Jaime Bucaram Ortiz	10 de Agosto 1996 – 06 de Fevereiro 1997	Jose Aya Lasso	27 de março 1997 – 23 março 1999
Fabián Alarcón, interino	06 de Fevereiro 1997 - 09 de Fevereiro 1997		
Rosalía Arteaga Serrano, interino	09 de Fevereiro 1997 - 11 de Fevereiro 1997		
Fabián Alarcón, interino	11 de Fevereiro 1997 - 10 de Agosto 1998		
Jamil Mahuad	10 de Agosto 1998 – 21 de Janeiro 2000	Benjamin Ortiz Brennan	24 de março 1999 – 21 de Janeiro 2000
Conselho de Estado (junta)	21 de Janeiro 2000 – 22 de Janeiro 2000	-	-
Gustavo Noboa	22 de Janeiro 2000 – 15 de Janeiro 2003	Heinz Moeller Freile	26 de Janeiro 2000 – 14 de Janeiro 2003
Lucio Edwin Gutiérrez Borbúa	15 de Janeiro 2003 – 20 de Abril 2005	Nina Pacaril Veja Patrico Zuquilanda	14 de Janeiro 2003 – 06 de Agosto 2003 06 de Agosto 2003 – 20 de Abril 2005
Alfredo Palacio	20 de Abril 2005 – 15 de Janeiro 2007	Antonio Parra Gil Francisco Carrión Mena	21 de Abril 2005 – 10 de Outubro 2005 10 de Outubro 2005 – 15 de Janeiro 2007
Rafael Correa	15 de Janeiro 2007 - ~	Maria Fernanda Espinosa Garcés María Isabel Salvador Crespo Fander Falconí Benítez	15 de Janeiro 2007 – 05 de Dezembro 2007 05 de Dezembro 2007 – 12 Dezembro 2008 15 de Dezembro 2008 - ~

Formulação própria baseada em: http://www.mmrree.gov.ec/

5- Peru

Presidente	Período	Ministros de RE	Período
Alberto Kenya Fujimori Fujimori	1990 - 2000	Efraín Goldenberg Schreiber	28 de Agosto 1993 – 27 Julho 1995
		Francisco Tudela Van Breugel-Douglas	28 de Julho 1995 – 24 de Dezembro de 1997
		Jorge González Izquierdo	26 de Dezembro 1997 – 26 de Maio de 1997
		Francisco Tudela Van Breugel-Douglas	27 de Maio de 1997 – 30 de Julho 1997
		Jorge González Izquierdo	01 de Julho 1997 – 07 de Julho 1997
		Francisco Tudela Van Breugel-Douglas	8 de Julho 1997 – 16 de Julho 1997
		Eduardo Ferrero Costa	17 de Julho 1997 – 11 de Outubro de 1998
		Fernando de Trazegnies Granda	12 de Outubro 1998 – 24 de Novembro de 2000
Valentín Paniagua Corazao	2000 - 2001	Javier Pérez de Cuéllar	25 de Novembro 2000
Alejandro Toledo Manrique	2001 - 2006	Diego Garcia-Sayán	28 de Julho 2001 – 11 de Julho 2002
		Allan Wagner Tizón	12 de Julho 2002 – 14 de Dezembro 2003
		José Manuel Rodriguez Cuadros	15 de Dezembro 2003 – 10 de Agosto de 2005
		Luis Fernando Oliveira Vega	11 de Agosto 2005 – 15 de Agosto 2005
		Óscar José Ricardo Maúrtua de Romaña	16 de Agosto 2005 – 27 de Julho 2006
Alan García Pérez	2006 - ~	José Antonio García Belaúnde	28 de Julho 2006 - ~

Formulação própria baseada em: http://www.rree.gob.pe/portal/mre.nsf/Index?OpenForm

6- Venezuela

Presidente	Período	Ministros de RE	Período
Rafael Caldera Rodríguez	02 de Fevereiro 1994 – 01 de Fevereiro 1999	Miguel Ángel Burelli Rivas	02 de Fevereiro 1994 – 01 de Fevereiro 1999
Hugo Rafael Chávez Frías	02 de Fevereiro 1999 - 29 de Maio 2002	José Vicente Rángel Vale Luis Alfonso Dávila García	02 de Fevereiro 1999 – 14 de Fevereiro 2001 15 de Fevereiro 2001 – 29 de Maio 2002
Pedro Carmona Estanga	2002 – 2002	José Rodríguez Iturbe	2002 – 2002
Diosdado Cabello Rondón	2002 – 2002	Luis Alfonso Dávila	2002 – 2002
Hugo Rafael Chávez Frías	30 de Maio 2002 - ~	Roy Chaderton Matos Jesús Arnaldo Pérez José Alí Rodríguez Araque Nicolás Maduro Moro	30 de Maio 2002 – 12 de Fevereiro 2004 13 de Fevereiro 2004 – 19 de Novembro 2002 20 de Novembro 2004 – 06 de Agosto 2006 07 de Agosto 2006 - ~

Formulação própria baseada em: http://www.mre.gov.ve/

Anexo 3:

Principais Construtoras brasileiras na América do Sul: dados complementares

Odebrecht

Mapa 1: Projetos sócio-ambientais

Fonte: ODEBRECHT, 2008, p. 39.

Tabela 1: Programas Socioambientais em 2008

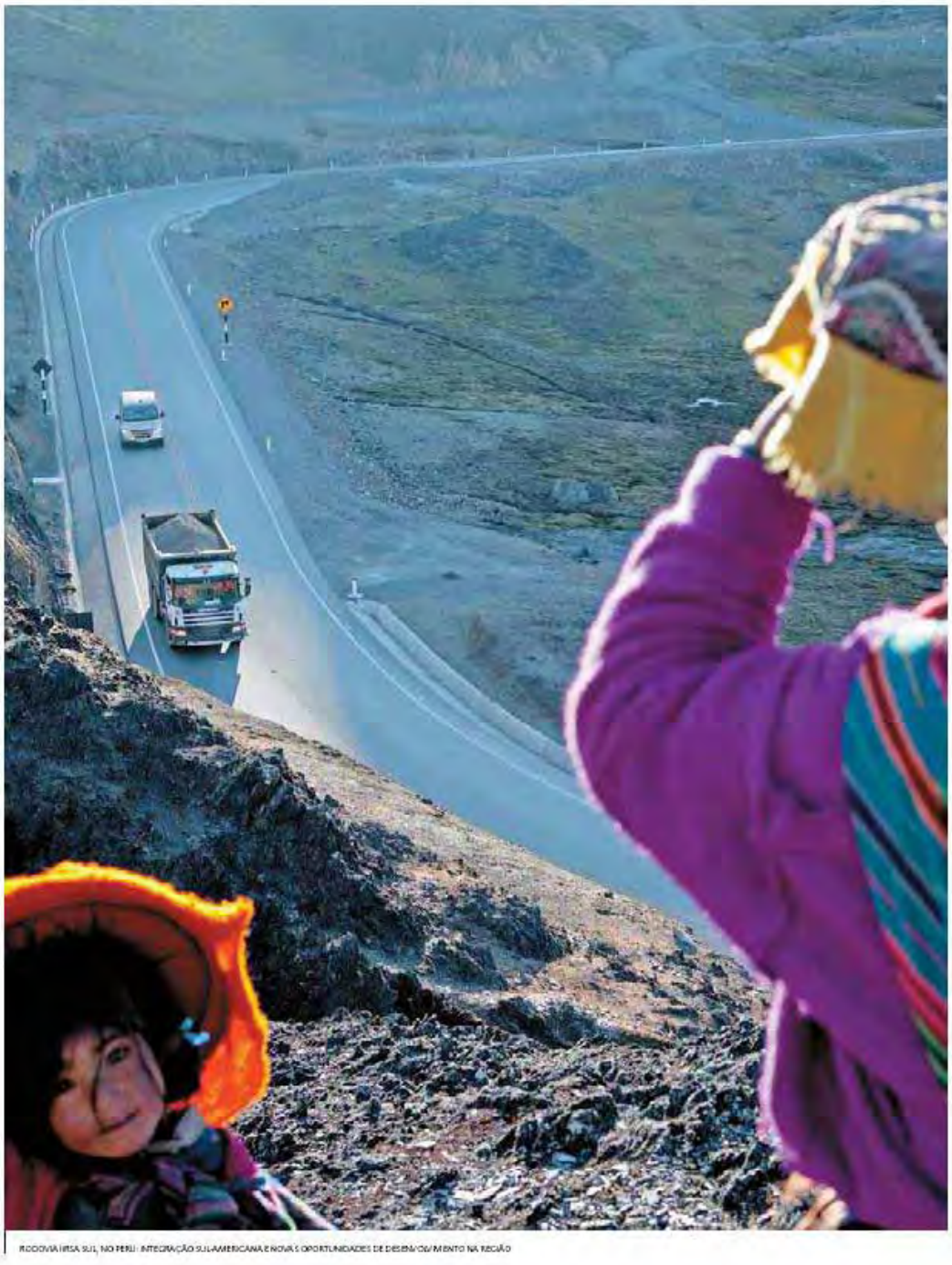
Programas Socioambientais em 2008*

	Brasil	Exterior	Total
Quantidade de Programas	268	116	384
Pessoas Beneficiadas	215.373	81.200	296.573
Comunidades Envolvidas	150	389	539
Organizações Parceiras	143	112	255
Investimentos (R$)	65.092.108	13.534.895**	78.627.003

* Realizados pelas áreas de negócios e pela Fundação Odebrecht
** Os investimentos no exterior foram transformados em R$ pela cotação US$ 1 = R$ 2

Fonte: ODEBRECHT, 2009, p. 14.

Figura 1: Contra capa do relatório de 2010



10050105_RA2010_0521_FINAL.indd 2 5/26/10 4:45 PM

"Rodovia IIRSA Sul no Peru: Integração Sul-americana e novas oportunidades de desenvolvimento na região"
Fonte: ODEBRECHT, 2010.

Tabela 2: Indicadores Econômico-Financeiros 2010

Indicadores Econômico-Financeiros*

	R$ milhões	US$ milhões
Receita Bruta	40.640	23.340
Ebitda	4.247	2.439
Lucro Líquido	1.122	644
Ativos Totais	46.190	26.528
Patrimônio Líquido da Odebrecht S.A.	2.748	1.578
Patrimônio Líquido da Odebrecht S.A. (com minoritários)	6.281	3.607

Receita Bruta 2005-2009 (em milhões)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009
Receita Bruta (R$)	23.436	24.031	31.380	40.954	40.640
Receita Bruta (US$)	10.012 [1 US$ = R$ 2,3407]	11.278 [1 US$ = R$ 2,1308]	17.716 [1 US$ = R$ 1,7715]	17.524 [1 US$ = R$ 2,337]	23.340 [1 US$ = R$ 1,7412]

Demonstrativo do Valor Adicionado

	R$ milhões	US$ milhões
Receitas	**41.534**	**23.854**
(–) Receitas de Vendas	40.640	23.340
(+) Outras Receitas Líquidas	955	549
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	61	35
(-) Pagamentos a Terceiros (Insumos e Serviços Adquiridos)	29.899	17.171
(=) Valor Adicionado Bruto	**11.635**	**6.682**
(-) Depreciação e Amortização	1.918	1.101
(+) Valor Recebido em Transferência	1.592	914
(=) Valor Adicionado a Distribuir	**11.310**	**6.495**
Remuneração do Trabalho (Integrantes)	4.995	2.869
Governos (Tributos)	3.521	2.022
Financiadores (Encargos Financeiros)	1.129	648
Remuneração de Capitais Próprios (Acionistas)	1.665	956
Valor Adicionado Distribuído	11.310	6.495

* Valores de 2009: 1 US$ = R$ 1,7412

10050105_RA2010_0521_FINAL.indd 14 5/26/10 4:46 PM

Figura 2: Composição da Receita Bruta

Composição da Receita Bruta (em milhões)

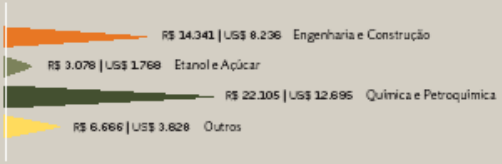
POR NEGÓCIO

- Engenharia e Construção R$ 18.721 | US$ 10.752
- Óleo e Gás R$ 62 | US$ 36
- Realizações Imobiliárias R$ 411 | US$ 236
- Engenharia Ambiental R$ 275 | US$ 158
- Etanol e Açúcar R$ 334 | US$ 192
- Química e Petroquímica R$ 19.466 | US$ 11.180
- Investimentos e Participações R$ 873 | US$ 501
- Odebrecht S.A. & outros R$ 498 | US$ 286

POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

- Brasil R$ 22.104 R$ | US$ 12.695
- Américas do Sul e Central R$ 10.100 | US$ 5.800
- África R$ 4.226 | US$ 2.427
- América do Norte, Ásia/Oriente Médio e Europa R$ 4.210 | US$ 2.418

Ativos Totais (em milhões / em 31.12.2009)



Em dezembro de 2009, a Odebrecht (Construtora Norberto Odebrecht S.A.) foi classificada pela Moody´s, uma das principais agências de *rating* do mundo, como *Investment Grade* em escala global. A classificação representa um reconhecimento à solidez financeira da empresa, pautada em uma política de constante mitigação de riscos e de bons índices de proteção de dívida e liquidez.

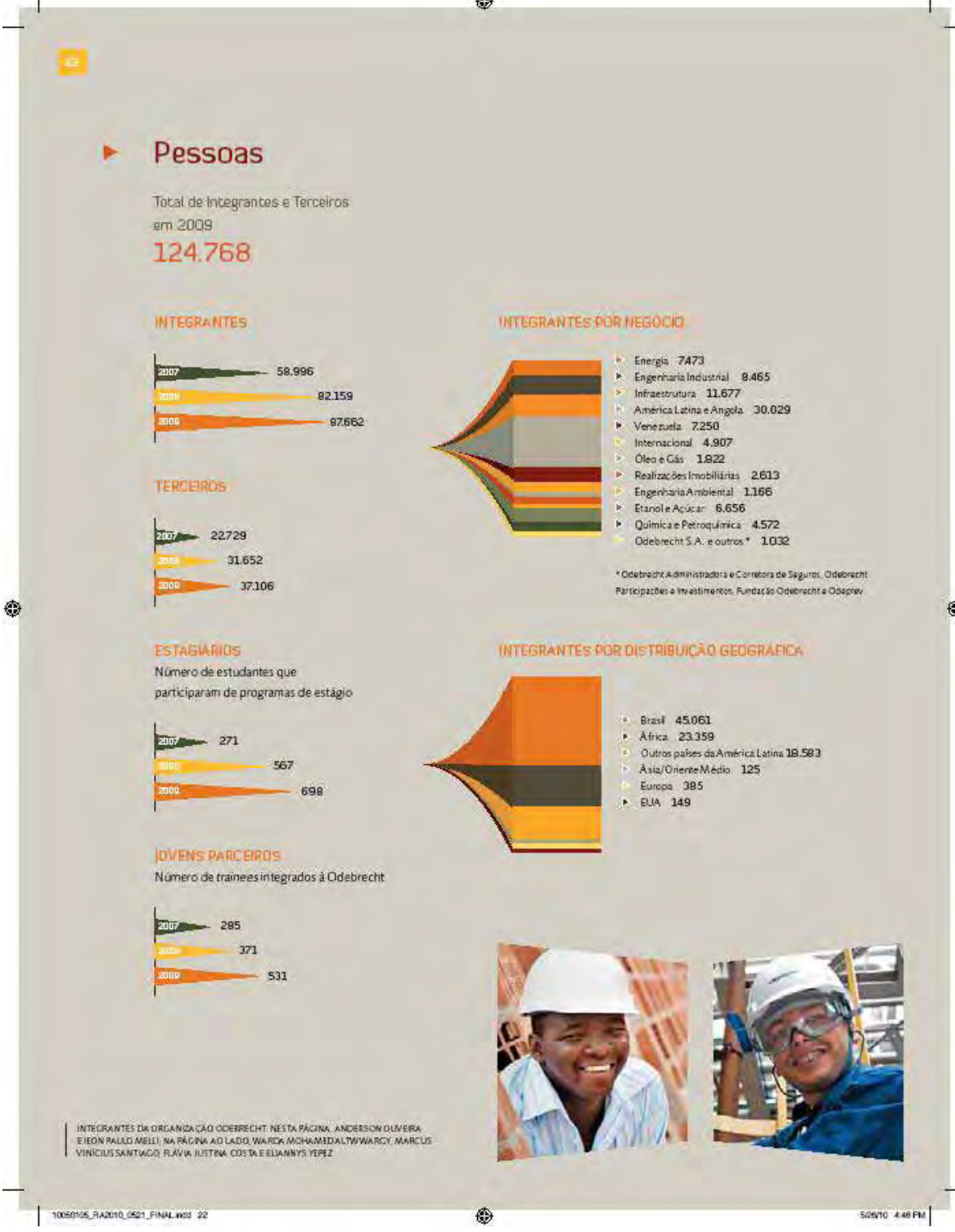
2020

"Podemos olhar para o futuro com segurança e com o otimismo que é uma das marcas de nossa atuação empresarial. A Visão 2020, que revela como queremos ser daqui a dez anos, é expressão desse olhar confiante."

MARCELO BAHIA ODEBRECHT

10050105_RA2010_0521_FINAL.indd 15 5/26/10 4:46 PM

Figura 3: Empregos em 2009



Anexo Camargo Corrêa

Figura 1: Indicadores sociais, econômicos e ambientais, 2005

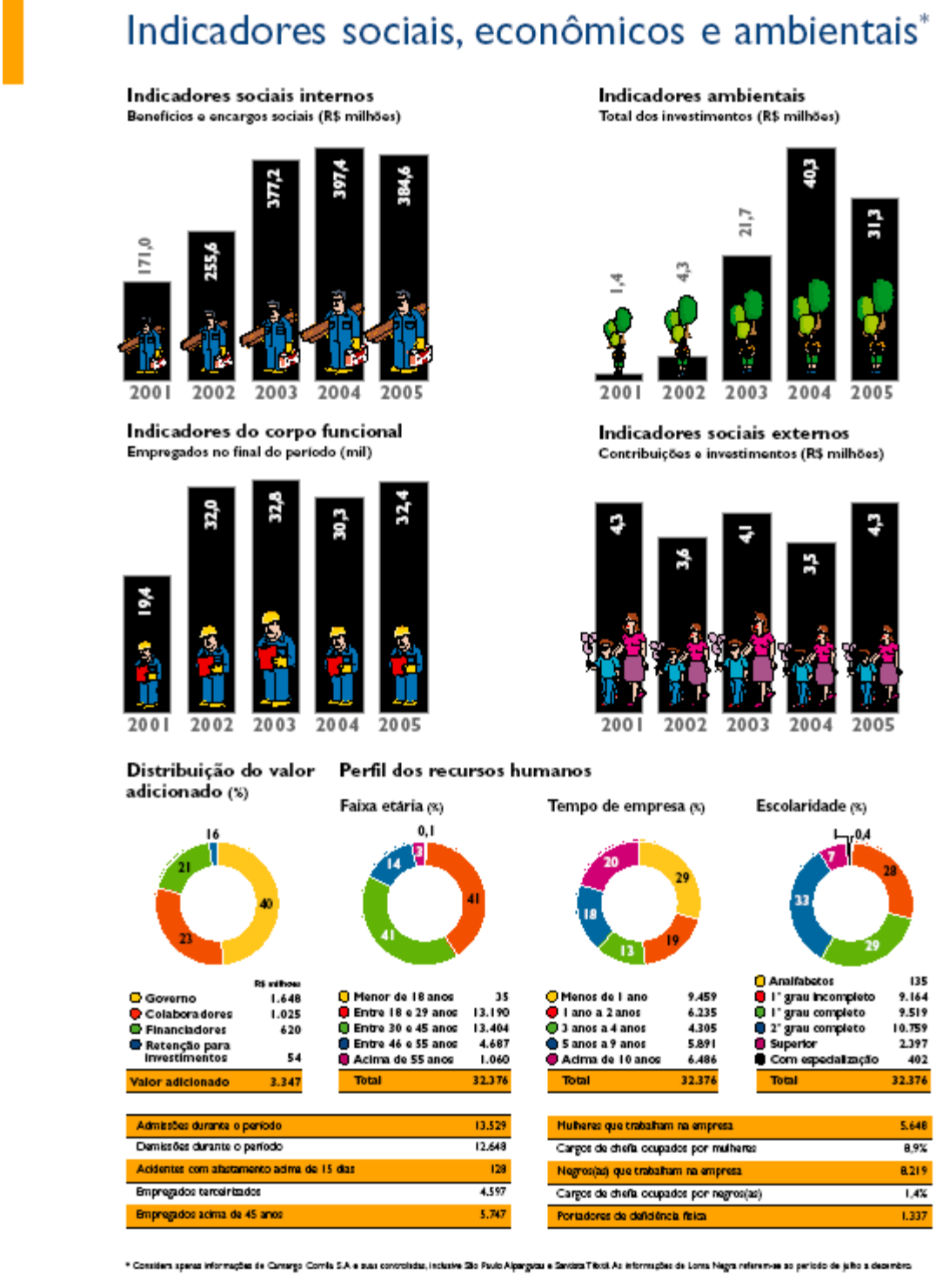


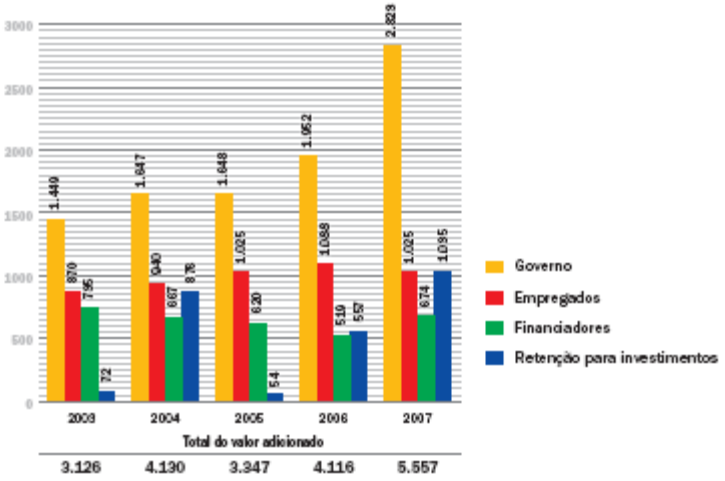
Figura 2: Indicadores Sociais, Econômicos e Ambientais 2007

INDICADORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Informações das empresas controladas e coligadas do Grupo Camargo Corrêa, segundo o modelo de balanço de responsabilidade social do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *

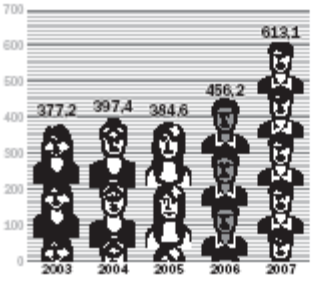
Distribuição do valor adicionado

Riqueza gerada pela empresa (valor da receita menos os custos de insumos adquiridos de terceiros) e sua distribuição entre os setores. Corresponde à contribuição da empresa para a formação do PIB do país. (R$ milhões)



Indicadores sociais internos

Gastos com benefícios aos empregados, como alimentação, previdência, saúde, segurança, educação, creche e encargos sociais. (R$ milhões)

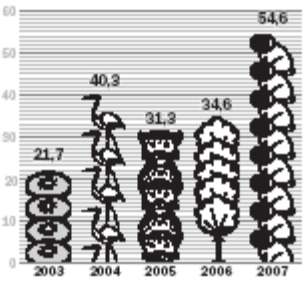


Indicadores sociais externos

Recursos destinados a programas que beneficiam a comunidade – incluídos investimentos do Instituto Camargo Corrêa, do Instituto Alpargatas e da Fundação Loma Negra. (R$ milhões)

Indicadores ambientais

Investimentos em proteção, recuperação e conservação ambiental, tais como tratamento de resíduos e efluentes, controle de emissões, educação ambiental. (R$ milhões)



*A tabela completa encontra-se na versão eletrônica do relatório em www.camargocorrea.com.br

Figura 3: Investimentos e resultados sociais

Investimentos e resultados sociais

Instituto Camargo Corrêa - ICC

	2009	2008
Recursos investidos pelo Grupo Camargo Corrêa[1]	11,8 milhões	9,2 milhões
Recursos de organizações parceiras	6 milhões	5,4 milhões
Nº. de projetos em andamento	73	43
Nº. de cidades com projetos em andamento	42	30
Público direto beneficiado[2]	18 mil	17,5 mil
Público indireto beneficiado[3]	65 mil	28,2 mil

[1] Projetos iniciados em 2008.
[2] Público objeto da ação. Exemplo - Programa Escola Ideal: professores.
[3] Público beneficiado pelas ações. Exemplo - Programa Escola Ideal: alunos.

Doações e patrocínios 2009

Doações: R$ 1.455.734,20

Patrocínios*: R$ 7.566.653

* Recursos incentivados: Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo da Infância e Adolescência.

Instituto Alpargatas

	2009	2008
Recursos investidos	R$ 1,6 milhão	R$ 1,5 milhão
Nº. de projetos realizados	132	136
Nº. de cidades com projetos realizados	10	11
Público beneficiado (direto e indireto)	39.757	70.819

Fundación Loma Negra

	2009	2008
Recursos investidos	R$ 276,5 mil	R$ 556,5 mil
Recursos de organizações parceiras	R$ 256,0 mil	R$ 396,2 mil
Nº. de projetos em andamento	18	29
Público beneficiado	6.400	17.000

Indicadores ambientais

Destinação de resíduos – 2009

Volume consolidado: 175,1 mil toneladas

Volume destinado à reciclagem: 33,9 mil toneladas	19,4%	
Volume não reciclado: 141,2 mil toneladas	80,6%	

Fontes de água

Volume consolidado: 14,1 milhões de m³

Em %

2009	2008	
21	20	Água subterrânea
71	72	Água superficial
8	8	Água de fornecedores

Fontes de energia – 2009

Consumo energético: 34,6 milhões de GJ

Gás natural	35%
Coque	31,6%
Energia elétrica	12,8%
Carvão mineral	2,1%
Moinha	6,8%
Diesel	8,4%
Gasolina	0,3%
Outros	3,0%

Anexo Andrade Gutierrez

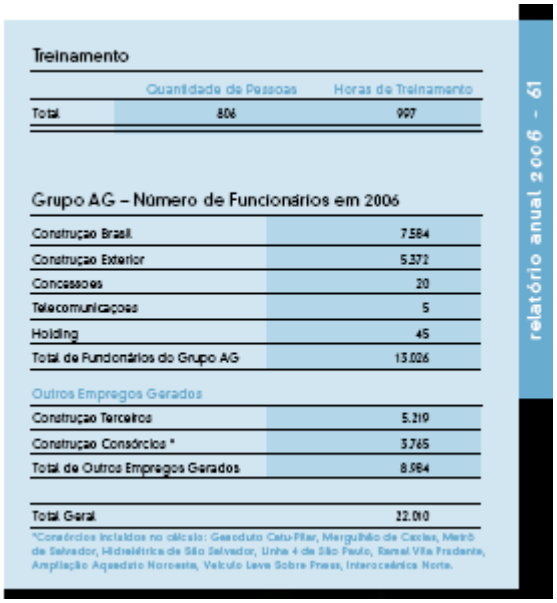
Figura 1: Divisão dos Clientes em 2001

Fonte: ANDRADE, 2001, p. 9.

Figura 2: Divisão de cliente em 2002

Fonte: ANDRADE, 2003, p. 17.

Figura 3: Funcionários em 2006



Treinamento

	Quantidade de Pessoas	Horas de Treinamento
Total	806	997

Grupo AG – Número de Funcionários em 2006

Construção Brasil	7.584
Construção Exterior	5.372
Concessões	20
Telecomunicações	5
Holding	45
Total de Funcionários do Grupo AG	13.026
Outros Empregos Gerados	
Construção Terceiros	5.219
Construção Consórcios *	3.765
Total de Outros Empregos Gerados	8.984
Total Geral	22.010

*Consórcios incluídos no cálculo: Gasoduto Catu-Pilar, Mergulhão de Cacias, Metrô de Salvador, Hidrelétrica de São Salvador, Linha 4 de São Paulo, Ramal Vila Prudente, Ampliação Aqueduto Nordeste, Veículo Leve Sobre Pneus, Interoceânica Norte.

relatório anual 2006 - 61